

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades, desenvolvimento & fronteiras



Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil

JANEIRO - DEZEMBRO

2013

Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras.

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Coordenação: Prof^a Dr^a Claudia Lucia Bisaggio Soares

Conselho Editorial

Claudia Lucia Bisaggio Soares
Dirceu Basso
Exzolvildres Queiroz Neto
Gilcélia Aparecida Cordeiro
Janine Padilha Botton
Regis Cunha Belém
Rodrigo Bloot

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina - web site: <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 3, Número 1, Janeiro – Dezembro de 2013.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Anual.

Interdisciplinar.

ISSN 2237-6976

1. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento e fronteiras.

I. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 06, Espaço 03, Sala 5

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3576 7332 / E-mail: orbislatina@gmail.com ou gilson.oliveira@unila.edu.br

APRESENTAÇÃO

A Revista Orbis Latina, fruto do trabalho coletivo do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), é uma publicação científica interdisciplinar *on line*, disponível em formato *flash*, com possibilidade de *downloads* na íntegra em formato *pdf*. É o primeiro periódico científico publicado nas dependências da UNILA e, desde 2012, devido à qualidade dos artigos e à qualificação dos autores, passou a figurar no Sistema Qualis/CAPES.

A revista também é editada em cartoneira, sob a coordenação da Prof^a Diana Araújo Pereira, pelos membros do PET Conexões de Saberes, durante a realização da GIRA de IDÉIAS e é distribuída para os participantes do evento.



Assim como nas edições anteriores, esse volume da Revista Orbis Latina traz resultados de pesquisas em várias áreas do conhecimento humano. Nessa edição, além de uma resenha e de uma contribuição cultural (poesia), são publicados dez artigos científicos, cujas temáticas convergem com as linhas de pesquisa do GIRA.

No primeiro artigo, Luciane Mialik Wagnitz Linczuk e Antonio Gonçalves de Oliveira, do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), abordam a temática da prevenção e combate à corrupção como condição necessária à sustentabilidade.

Vivian Costa Brito, no segundo artigo, trata do desenvolvimento turístico regional vinculado a práticas sustentáveis, especificamente a relação do Projeto TAMAR com a atividade do turismo no litoral norte da Bahia.

Barbara Regina Lopes Costa, no terceiro artigo, apresenta a importância dos portos para o turismo no Uruguai.

No quarto artigo, Monica Fernandes Canziani, discute os modelos de gestão para a implantação de unidades cooperadas de produção e processamento em assentamentos da reforma agrária no Brasil até o início dos anos 2000.

Walcir Soares da Silva Junior, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, no quinto artigo, retrata a desigualdade de renda e sua relação com a distribuição educacional no Brasil, bem como mostra que a recente redução da desigualdade social tem forte associação com a melhoria dos níveis de educação.

No sexto artigo, Bruna Barato e Luiz Alberto Esteves fazem uma análise comparada dos principais *players* do setor farmacêutico brasileiro e mundial, observando qual seu posicionamento estratégico, quais fatores implicam no seu comportamento e qual as dimensões competitivas são determinantes para o seu sucesso no mercado brasileiro.

Cristiano Vinicius Ferreira e Liana Maria da Frota Carleial, respectivamente FAE Centro Universitário e Universidade Federal do Paraná, no sétimo artigo, estudam a infraestrutura econômica e a indústria no Paraná sob o foco da teoria do desenvolvimento desequilibrado de Hirschman.

No oitavo artigo, Mauro Cardoso Simões, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), traz temas que representam significativamente o pensamento de Mill, tais como a noção de Individualidade e de Liberdade de Discussão, sendo esta calcada em um parâmetro de racionalidade falibilista.

Octavio Obando Moran, no nono artigo, discute o problema do “ser” e sua expressão na história da filosofia peruana no período de 1540-2000.

No décimo artigo, Fidel Pascua Vílchez aborda a fonética e variedades

diatópicas do espanhol e do português nos dicionários do Projeto Dicopoes.

No espaço cultural, Marina Moguillansky, da Universidad Nacional de San Martín (Argentina), apresenta a resenha do livro “*Fronteiras da integração. Dimensões culturais do Mercosul*”. Na sequência, a poetisa Lisete Barbosa expõe seu trabalho “Descobrimento, 29 de abril!”.

Por fim, gostaria de agradecer a colaboração de Soledad Aquino, acadêmica de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, pela revisão dos resumos em língua espanhola. Não obstante, as normas para submissão de artigos e demais contribuições estão dispostas na penúltima página dessa edição e no *web site* da revista: <https://sites.google.com/site/orbislatina/>.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Editor

SUMÁRIO

<i>A GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL VERSUS CORRUPÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA SINDICÂNCIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE COMBATE</i> <i>Luciane Mialik Wagnitz Linczuk e Antonio Gonçalves de Oliveira</i>	06
<i>TURISMO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE: O CASO DO PROJETO TAMAR EM PRAIA DO FORTE – BAHIA</i> <i>Vivian Costa Brito</i>	16
<i>A IMPORTÂNCIA DOS PORTOS URUGUAIOS PARA O MERCADO TURÍSTICO</i> <i>Barbara Regina Lopes Costa</i>	37
<i>MODELOS DE GESTÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES COOPERADAS DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL</i> <i>Monica Fernandes Canziani</i>	46
<i>A DESIGUALDADE DE RENDA E SUA RELAÇÃO COM A DISTRIBUIÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL</i> <i>Walcir Soares da Silva Junior</i>	55
<i>POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR FARMACÊUTICO: LÍDERES GLOBAIS, SEGUIDORES E O CASO BRASILEIRO</i> <i>Bruna Barato e Luiz Alberto Esteves</i>	67
<i>INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E A INDÚSTRIA NO PARANÁ</i> <i>Cristiano Vinicius Ferreira e Liana Maria da Frota Carleial</i>	83
<i>INDIVIDUALIDADE E LIBERDADE SEGUNDO JOHN STUART MILL</i> <i>Mauro Cardoso Simões</i>	105
<i>EL PROBLEMA DEL SER Y SU EXPRESIÓN EN EL PENSAMIENTO EN LA HISTORIA DE LA FILOSOFÍA DEL PERÚ: 1540-2000</i> <i>Octavio Obando Moran</i>	114
<i>FONÉTICA E VARIEDADES DIATÓPICAS DO ESPANHOL E DO PORTUGUÊS NOS DICIONÁRIOS DO PROJETO DICOPOES</i> <i>Fidel Pascua Vilchez</i>	134
RESENHA	
<i>Livro: Fronteiras da integração: dimensões culturais do Mercosul, autoria de Chiappini, Ligia; Hauck, Jan David y Timm, Liana (orgs). Editora Território das Artes. 2011</i> <i>Marina Mognuillansky</i>	143
ESPAÇO CULTURAL <i>Descobrimento, 29 de abril!</i> <i>Lisete Barbosa</i>	145
<i>Orientação aos Colaboradores e Normas para Publicação</i>	147

A GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL VERSUS CORRUPÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA SINDICÂNCIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE COMBATE

Luciane Mialik Wagnitz Linczuk*
Antonio Gonçalves de Oliveira**

Resumo

A sustentabilidade do Estado pressupõe um modelo de desenvolvimento que erradica a miséria direcionando o crescimento da nação para a qualidade de vida, econômica e social, adequada a sua população. Neste sentido, prevenção e combate à corrupção se faz condição necessária à sustentabilidade, visto que ela impede o adequado uso do recurso público, constituindo-se em um custo insustentável para o país. Torna-se imprescindível que o Estado se aparelhe adequadamente a fim de aplicar seu poder disciplinar na prevenção e combate a corrupção, sendo um de seus instrumentos o processo de sindicância. Dentro deste escopo, este trabalho tem por objetivo debater até que ponto o marco regulatório vigente na administração pública federal permite a utilização da sindicância como ferramenta de prevenção e combate à corrupção contribuindo para a sustentabilidade do Estado. A metodologia utilizada foi a de pesquisa qualitativa, descritiva, de visão histórico-estrutural baseada na abordagem teórico-empírica. Como resultado do estudo fica evidente que o fenômeno da corrupção impacta negativamente as bases da sustentabilidade do país, sendo necessário o ajuste da legislação com intuito de prover a Administração Pública Federal de instrumento de prevenção da corrupção no país, para que então, haja uma ação profilática, obrigatória e efetiva e não apenas discricionária; munindo assim o Estado de um instrumento efetivo.

Palavras-chave: sustentabilidade; Estado; corrupção.

Resumen

La sostenibilidad del Estado presupone un modelo de desarrollo donde se erradique la pobreza; dirigir el crecimiento de la nación para mejorar la calidad de vida; la población económica y social diversa. En este sentido, la prevención y la lucha contra la corrupción se convierte en una condición necesaria para la sostenibilidad, ya que evita el uso adecuado de los recursos públicos convirtiéndose así el costo insostenible para el país. Es esencial que el Estado apareje adecuadamente la aplicación de facultades disciplinarias para prevenir y combatir la corrupción. Uno de sus instrumentos es el proceso de investigación. Dentro de este marco, el presente trabajo tiene como objetivo discutir la medida normativa vigente en la administración pública federal, que permite el uso de la investigación como herramienta para la prevención y lucha contra la corrupción que contribuye a la sostenibilidad del Estado. La metodología utilizada visa un enfoque cualitativo, descriptivo, histórico-estructural basado empírica y teóricamente. Como resultado del estudio sigue siendo evidente que el fenómeno de la corrupción impacta negativamente sobre la base de la sostenibilidad del país, lo que requiere el ajuste de la legislación con el fin de proporcionar el instrumento de la Administración Pública Federal para prevenir la corrupción en el país, de modo que, hay una acción profiláctica, vinculante y efectivo y no meramente discrecional, por lo tanto armar el estado de un instrumento eficaz.

Palabras clave: sostenibilidad; Estado; corrupción.

* Mestre em Planejamento e Governança Pública pela UTFPR. Especialista em Estratégia e Gestão Empresarial pela UFPR. Graduada em Ciências Contábeis pela FESP/PR. E-mail: lumialik@ufpr.br

** Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública da UTFPR. E-mail: agoliveira@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

No cumprimento de seu papel, o Estado é o responsável pelo estabelecimento de um ordenamento jurídico dotado de soberania em seu território, com vistas a atingir o bem comum da população que lhe corresponde. Neste sentido, se o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado não erradica a miséria direcionando o crescimento da nação para a qualidade de vida, econômica e social, adequada a sua população, ele não poderá ser considerado sustentável.

Dáí se falar na busca do “desenvolvimento sustentável”, que para Matias Pereira (2010, p.29) consiste em “um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade” com a compatibilização de vários fatores que envolvem a questão social, econômica, ética e ambiental.

Com razão, pode-se deduzir que quanto mais amadurecida uma sociedade, maior a sua sensibilidade quanto à característica finita dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente, de forma que o reconhecimento da inadequação de um padrão vigente será a premissa fundamental para sua mudança na busca da sustentabilidade (BECKER *apud* SILVA e SOUZA-LIMA, 2010, p. 41).

À luz de Matias Pereira (2010), Silva e Souza-Lima (2010) que consideram o desenvolvimento sustentável “um processo” de mudança e amadurecimento, faz-se necessário o debate acerca das questões ligadas a políticas públicas, sua implantação, instrumentos de planejamento e gestão pública, obstáculos para a mudança do paradigma vigente com intenção de sustentabilidade - não apenas no palco do governo - mas da sociedade como um todo.

Uma das questões, que deve ser enfrentada pela sociedade que visa à sustentabilidade econômica e social é a

corrupção. Isto por que ela representa um alto custo para o país, uma vez que os recursos são escassos, o mau emprego dos mesmos gera hiatos de investimento público, refletindo no contra senso da sustentabilidade.

No intuito de clarificar o impacto da corrupção no crescimento do país, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), divulgou, recentemente, um estudo de agosto de 2010 relativo ao custo da corrupção no Brasil, estimando que este custo estivesse na ordem de R\$50,8 bilhões a R\$84,5 bilhões (valores em reais no ano de 2010). Trata-se de uma monta cuja destinação deveria ser pública, mas que sofreu um desvio de finalidade impactando substancialmente os rumos das políticas públicas no país.

Matias Pereira (2008, p.23) considera que “a corrupção provoca conseqüências econômicas relevantes”, pois “de cada unidade monetária investida boa parte é desperdiçada, o que implica em um investimento, de fato, menor”, onerando a riqueza da nação e seu crescimento econômico.

Neste contexto evidencia-se que a existência e aplicação de ferramentas eficazes de combate e controle da corrupção passam a ser instrumentos necessários no alcance do desenvolvimento sustentável.

Pode-se dizer que é necessário dotar o Estado de um arcabouço jurídico que se constitua ferramenta de combate à corrupção, principalmente onde parece ser o maior vertedouro: instituições públicas e seus agentes. O Estado precisa fortalecer seu poder de polícia com instrumentos administrativos que agilizem tanto quanto possível o processo de apurar e, se for o caso, punir práticas que afrontem normativos legais e a moralidade administrativa, dentre outros princípios inerentes à administração pública.

Dentre as ferramentas de controle interno da qual se cingiu o Estado brasileiro

é o processo de sindicância, por meio do qual ocorre a apuração da falta cometida. Muito bem delimitado pelo estatuto do servidor público, Lei 8.112/1990, é um processo legítimo, conhecido e que tem a aplicação altamente disseminada, no entanto amplamente criticada e cercada de certo descrédito.

Assim sem a pretensão de exaurir a temática que habita fértil campo para novos e profícuos estudos, busca-se, neste momento, debater até que ponto o marco regulatório vigente na administração pública federal permite a utilização da sindicância como ferramenta de prevenção e combate à corrupção contribuindo para a sustentabilidade do Estado. Entendendo aqui, dentre as várias definições que se possa ter, a “corrupção como o uso do poder de um cargo público, à margem da lei, para a obtenção de ganhos privados” (ARAÚJO; SANCHEZ, 2005).

Quanto à organização deste trabalho, tem-se que está organizado em seis sessões incluindo esta introdução. Inicialmente se discorre sobre o impacto da corrupção na busca do desenvolvimento sustentável. Na segunda sessão busca-se demonstrar a necessidade do controle sobre os atos e agentes públicos, em face da Teoria da Agência e organização burocrática do Estado. Em seguida busca-se discutir instrumentos de controle do Estado sobre a conduta de seus agentes: o processo administrativo disciplinar contrapondo-o ao processo de sindicância. O bloco seguinte trata dos aspectos metodológicos seguido de sugestões quanto a novos estudos neste campo temático. Por fim, analisa-se o uso do processo de sindicância como instrumento de combate e prevenção à corrupção dos agentes públicos – condição necessária a administração consistente da coisa pública (*res pública*) na busca da sustentabilidade.

Orientado por estes objetivos este trabalho adentra em alguns aspectos normativos relativos aos processos de forma a clarificar sua importância, uso e

funcionamento. Destaque-se que o intuito não é levantar um debate sobre as bases da legalidade do procedimento, mas questionar a limitação ao seu uso, decorrente dos aspectos normativos.

1. A NECESSIDADE DE CONTROLE SOBRE OS ATOS E AGENTES PÚBLICOS

A Carta Magna de 1988 estabelece que a República Federativa do Brasil, é um Estado Democrático de Direito e cujo funcionamento esta firmado no estabelecimento de três poderes, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Segundo Montesquieu *apud* Aranha e Martins (2004, p.217) a autonomia dos três poderes é necessária quando há consciência de que “para que não se possa abusar do poder é preciso que o poder freie o poder.” Trata-se do mecanismo de freios e contra pesos (*chek and balance*). Estes poderes se constituem no aparato do Estado, necessário e suficiente para alcançar e estabelecer seus objetivos na condução sustentável de seu povo, no território e sob a égide do governo.

A este aparato estatal, formado por um conjunto de órgãos e entidades, vinculados a um dos poderes já estabelecidos denomina-se Administração Pública, que por sua vez é exercida por agentes públicos. Os agentes públicos são “todas as pessoas físicas, incumbidas, definitiva ou transitoriamente, de alguma função estatal.” (MEIRELLES, 1988, p.49). Estes agentes são nomeados através de mecanismos distintos: concurso público, nomeação para cargo em comissão (de caráter temporário) ou eleição. O processo do qual decorre a nomeação determina a qual regime o agente está sujeito.

O agente público nomeado em decorrência de processo eleitoral é um agente político e sujeito a um regime diferenciado de apuração e imputação de

responsabilidade, isso em virtude da preservação e manutenção do próprio regime democrático. “São componentes do Governo em seus primeiros escalões e atuam com plena liberdade funcional.” (ARAÚJO; SANCHEZ, 2005, p.3)

O agente público nomeado por concurso ou em cargo de comissão denomina-se agente administrativo. É chamado pela Lei 8.112/90 de “servidor público” e é a este, e ao regime de combate e imputação de responsabilidade deste que se aplica o processo de sindicância.

Um dos normativos mais antigos ainda em vigência, o Decreto-Lei 200 de 1967, alterado algumas vezes com vistas à preservação de sua contemporaneidade, elenca em seu artigo sexto, os princípios sob os quais as atividades da Administração Pública Federal devem ser fundadas: Planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.

Dentro da visão de legalidade de atos de controle Meirelles (1988, p.567) afirma que “o controle administrativo deriva do poder/dever de autotutela que a Administração tem sobre seus atos e agentes”. Não obstante, para Araújo e Sanchez (2005) o controle, dentro da Administração Pública, esta fundado também, na Teoria da Agência:

O problema da relação governo/burocracia reside na assimetria de informação, ou seja, no fato de duas partes que se relacionam não deterem o mesmo conhecimento, colocando uma das partes – quem delega responsabilidade – em desvantagem no relacionamento com a outra. (ARAÚJO ; SANCHEZ, 2005, p.2)

A Teoria da Agência – onde há uma segregação entre propriedade e controle - dá margem à existência de interesses contraditórios dentro de uma mesma gestão: o interesse pessoal do agente *versus* o interesse do Principal, neste caso a sociedade como um todo.

Se dentro da gestão da coisa privada ocorre esta dicotomia, seria ingênuo imaginar que ela não fosse aplicável a Administração da coisa pública, onde a burocracia – amplamente ramificada - vem acompanhada dos conflitos a ela inerentes. Neste caso o controle como forma de prevenção e combate a corrupção se faz indispensável. A ramificação da burocracia exigiu que este controle ocorresse também de forma capilarizada, em todas as atividades, em todos os níveis e em todos os órgãos da Administração Pública de três formas, de acordo com o artigo 13 do Decreto-Lei 200/67:

- a) o controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;
- b) o controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;
- c) o controle da aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

O controle sobre os atos da Administração Pública, no entanto, se mostraria ineficiente se não envolvesse o controle sobre o agente público que executa a atividade. Existe um “contrato de trabalho” firmado no dia da posse cujas cláusulas encontram-se explícitas no capítulo VII da Constituição Federal de 1988 e na Lei 8112/1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, mais conhecido como Regime Jurídico Único, além daquelas constantes no Edital do concurso ao qual o agente se submeteu.

Ao assumir um cargo público o servidor será responsável pelas atribuições previstas na estrutura organizacional do órgão ou entidade ao qual será vinculado, das quais ele será informado no momento de sua posse. A estas atribuições seguem-se

obrigações e responsabilizações decorrentes do cargo, compatíveis com o grau de escolarização e área de formação exigida pelo edital e comprovados para a posse.

Os atos praticados por este servidor quando no exercício da função pública, tornam-se, em última análise, atos do Estado praticados por meio da Administração Pública – seu aparato administrativo, consoante princípio da impessoalidade inserto no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988.

2. O PROCESSO DE SINDICÂNCIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO

Aranha e Martins (2004, p. 215) acreditam que a própria função do Estado determina que ocorra a “monopolização dos serviços essenciais para garantia da ordem interna e externa exige o desenvolvimento do aparato administrativo fundado em uma burocracia controladora.”

O modelo burocrático weberiano, como forma de organização adotada pelo Estado, tem três características principais: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo (SECCHI, 2009, p. 351). Estas mesmas características perpassam, ou pelo menos deveriam, o processo administrativo que acompanha o poder disciplinar da Administração.

Meirelles (1988, p.78) entende que a Administração, para atender bem os interesses públicos foi dotada de poderes administrativos que são instrumentos de trabalho adequados à realização das tarefas administrativas. Para Bacellar Filho (1998, p.30) era necessário munir a Administração Pública do poder de “impor modelos de conduta e as respectivas sanções, não só aos seus servidores, mas também a pessoas físicas ou jurídicas que, de alguma forma, incidam em condutas administrativamente

reprováveis” a fim de garantir o alcance dos objetivos públicos.

Dentre estes instrumentos encontra-se o poder disciplinar, que para Meirelles (1988, p.86) é “a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração”.

Ocorre que para fazer uso do poder disciplinar, dentro do modelo burocrático, exige os formalismos a ele inerentes. Não pode o administrador público infligir penalidades na ausência do correspondente processo administrativo disciplinar, posto que acarretaria a nulidade do ato.

O processo administrativo disciplinar (PAD) encontra-se fundado na Constituição Federal de 1988, mais especificamente no artigo 41 parágrafo primeiro, onde determina que a pena de “perda do cargo de servidor estável ocorrerá em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo disciplinar”.

Apesar da Carta Magna estabelecer que a pena tida como máxima ocorreria no âmbito administrativo através do processo administrativo disciplinar suas bases de funcionamento foram regulamentadas na Lei 8.112/1990, dos artigos 143 a 182.

A obrigatoriedade da utilização do PAD foi ampliada no artigo 146 da Lei 8.112/90, para a imposição das penalidades mais severas: perda do cargo, suspensão por mais de trinta dias, cassação de aposentadoria, disponibilidade e a destituição de cargo em comissão. Para as penas mais leves “pode a Administração utilizar-se de meios sumários, desde que fique assegurado o contraditório e ampla defesa” (LOPES, 2011, p.1).

Para Meirelles (1988, p. 589) o PAD é “um meio de apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime funcional” e constitui-se de três fases distintas: “a instauração (com a publicação

do ato de constituir a comissão); inquérito administrativo (que compreende a instrução, defesa e relatório) e o julgamento” (LOPES, 2011, p. 2).

Embora a lei assegure à Comissão o sigilo “necessário à elucidação dos fatos”, todo o processo deve correr assegurando ao servidor o Direito Constitucional do “contraditório e ampla defesa”, apregoado pelo artigo 5.º, inciso LV; uma vez que na condução do processo a representação é pressuposto de validade assegurado pelo Estado. Cabe aqui uma observação: houve mudança de entendimento em relação à Constituição Federal de 1967. À época, os processos administrativos corriam de forma sigilosa, sendo assegurada apenas a ampla defesa, ignorando-se o contraditório, que era assegurado apenas na esfera judicial. Para Meirelles (1988, p. 590) a imposição de “condutas formais e obrigatórias” garante ao acusado defesa “contra os arbítrios da Administração”. Para ele esta é uma tendência da “jurisdicionalização do poder disciplinar”.

A abertura do PAD ficou condicionada a indicação de autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração, uma vez que são quesitos que devem constar obrigatoriamente na portaria ou ato que constituem a comissão. Desta forma, caso a norma não estabelecesse outro meio de apuração, ficaria o ilícito fora do alcance da penalização, o que favoreceria a ocorrência de irregularidades.

A Lei 8.112/1990 estabeleceu então outra figura: a sindicância. A sindicância é em essência “um instrumento de investigação” (CAMPOS, 2011). Para Amorim e Clares (2002, p.15) é um procedimento e não um processo, para apuração de irregularidade, correspondente ao inquérito.

A Lei 8112/90 estabelece em seu artigo 143 a obrigação da apuração imediata por meio de sindicância ou processo administrativo disciplinar, por determinação da autoridade que tiver a ciência de

irregularidade, sempre assegurado o direito do contraditório e ampla defesa ao acusado, “sob pena de incorrer em falta grave por omissão no cumprimento do dever funcional” (AMORIM; CLARES, 2002, p. 78).

A ciência da irregularidade, por lei, pode ocorrer de várias formas: resultado de auditoria, a verdade sabida “conhecimento pessoal e direto da falta pela autoridade competente para aplicar a pena.” (DI PIETRO, 1999, p.353) ou através de denúncia. No caso da denúncia a Lei 8112/90 em seu artigo 144 estabelece requisitos para sua apuração resguardando condições para instauração do processo de apuração. É natural que as denúncias que tenham como objeto irregularidade ou abuso de poder sejam apuradas, desde que contenham os pressupostos legais: “formuladas por escrito, com descrição detalhada do fato, devidamente assinada, com identificação confirmada, autêntica e clara do denunciante, seu endereço e, dentro das possibilidades com informações sobre o possível autor” (AMORIM; CLARES, 2002, p.78).

Atente-se ao fato de que o custo à administração pública do denunciamento seria altíssimo em situações que não guardassem relação com infração disciplinar ou ilícito penal. Desta forma é que o parágrafo único do artigo 144 da Lei 8.112/90 resguardou esta condição para apuração: o fato narrado precisa configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, sob pena de arquivamento por falta de objeto.

Embora, hoje a Lei delimite estas condições para a abertura do processo de sindicância, a Controladoria Geral da União – CGU em seu manual para treinamento em PAD (BRASIL, 2002, p.153) afirma que:

Historicamente, o termo “sindicância” sempre foi empregado para se referir à apuração de qualquer fato supostamente ocorrido, acerca de qualquer matéria de que trate a administração pública - não necessariamente para apurar irregularidade

disciplinar cometida por servidor -, de que se teve conhecimento de forma genérica e sem prévia indicação de autoria (ou concorrência).

Observa-se que a condição inicial, conforme a Lei, para a instauração do processo encontra-se no objeto e, na materialidade da transgressão, em contraste com o uso histórico. A instauração da sindicância pode, portanto dentro do uso histórico, ser utilizada como mecanismo de prevenção de atos e práticas que agridam o interesse público do serviço ou do uso do cargo.

Para Campos (2011), contudo ela foi ignorada como meio real de prevenção uma vez que a legislação limitou a aplicabilidade do instrumento, quando prevê que “a autoridade competente para instaurar o devido processo deva prever a consequência do processo ao acusado antes mesmo de sua instauração”. Isto implica em afirmar que a sindicância que tenha por objeto infração cujo autor dificilmente será identificado ou onde haja apenas “alterações não substanciais” de comportamento e procedimento, não será aberta.

Acredita-se que para fins de não excluir o uso preventivo da sindicância na esfera da Administração Pública, a Controladoria Geral da União, no uso de suas atribuições, editou a Portaria n.º 335 de 30/05/2006, estabelecendo no artigo quarto dois conceitos opostos:

II - sindicância investigativa ou preparatória: procedimento preliminar sumário, instaurada com o fim de investigação de irregularidades funcionais, que precede ao processo administrativo disciplinar, sendo prescindível de observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

III - sindicância acusatória ou punitiva: procedimento preliminar sumário, instaurada com fim de apurar irregularidades de menor gravidade no serviço público, com caráter eminentemente punitivo, respeitados o

contraditório, a oportunidade de defesa e a estrita observância do devido processo legal.

Os critérios usados para classificar o tipo de sindicância: investigatória ou punitiva, dependendo da finalidade de seu uso: para esclarecer uma ocorrência ou aplicar penalidade (diante da materialidade ou autoria), não impedem que a sindicância do tipo investigatória transforme-se em sindicância do tipo acusatória a fim de aplicar de penalidade, seja através da própria sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar.

Na prática resta dizer que, devido à hierarquia legal da norma, fica a cargo da autoridade, dentro do poder discricionário a ela concernente, a aplicação da sindicância investigativa ou preparatória. A própria a Controladoria Geral da União – CGU em seu manual para treinamento em PAD (BRASIL, 2002, p.153) afirma que:

Esta sindicância inquisitorial, que pode ser instaurada por qualquer autoridade administrativa, não é prevista na Lei nº 8.112, de 11/12/90, e, como tal, não se confunde com a sindicância contraditória, prevista nos arts. 143 e 145 daquele diploma legal e que, de forma excludente, somente pode ser instaurada por autoridade competente para a matéria correcional. (grifo nosso)

Isso por que, a sindicância, como ora regulamentada na Lei 8.112/1990 ficou restrita a um processo administrativo que, tem por objeto apurar a materialidade da transgressão e/ou a autoria no caso de falta administrativa praticada por servidor público, de forma a prover a Administração dos dois itens necessários à punição, tanto do processo de sindicância como no PAD, conforme a classificação da pena.

Para Meirelles (1988, p.591) e Campos (2011) a Lei 8112/90, no que se refere à sindicância, possui uma deficiência de desvirtuamento do instrumento, quando lhe concede a condição de punir faltas

menos graves, no momento em que eivado do contraditório e ampla defesa. Desta forma ficaria prejudicado seu uso histórico, com vistas à prevenção de atos de corrupção dentro da Administração, já que sua aplicação ficaria dentro do caráter discricionário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases do Estado sustentável perpassam a legitimação, pelo povo, dos rumos das políticas públicas daquele país. Esta legitimação está diretamente relacionada ao atendimento de questões econômicas e sociais, que elevem a qualidade de vida da população a níveis mais desejáveis.

Por sua vez, estes níveis de qualidade de vida almejados pela população são fomentados através de políticas públicas que são implementadas através de recursos públicos e que deveriam, em sua totalidade, ser aplicados na busca da consecução destes objetivos. Alvo dificilmente atingível quando não se mune o Estado de mecanismos que previnam e combatam adequadamente a corrupção, que se torna num custo alto, impossível de se manter, quando trata-se de sustentabilidade.

O princípio administrativo do controle aplicado ao Estado, busca assegurar que este exerça adequadamente a gestão da coisa pública, de forma a alcançar objetivos públicos, evitando os desvios e favorecimento privado – que configuram a corrupção e contribuem para a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente.

Contudo, punir e prevenir a corrupção implica em aplicar o poder disciplinar do Estado sobre o agente público. Este controle por sua vez é exercido dentro do modelo burocrático através de processo administrativo disciplinar – eivado de todos os formalismos a ele inerentes – com caráter punitivo. O caráter punitivo corresponde a

ação de controle relativa à punição da corrupção do agente, ficaria a critério do inquérito administrativo ou sindicância a função de prevenção.

Observou-se, contudo, que esta função ficou prejudicada, tendo em vista a base normativa sobre a qual esta fundada. A Lei 8112/90, ao estabelecer os critérios para a instauração do processo de sindicância perverteu seu uso, do histórico, que seria um instrumento de prevenção, haja vista a definição de sindicância corresponder a do inquérito investigativo para instrumento punitivo.

O regramento estabelecido para o processo de sindicância na Lei 8.112/90 concedeu ao processo um caráter punitivo ao determinar que as penas leves, desde que o processo seja eivado do contraditório e ampla defesa, podem ser aplicados com base neste processo. Uma vez que a sindicância é um instrumento de busca da verdade - agora com caráter punitivo - instaurado e apontada a autoria e materialidade da infração, sua abertura enquanto prevenção tornou-se não obrigatória, uma vez que não prevista em Lei – entrando do escopo do poder discricionário da administração.

A Controladoria Geral da União-CGU, no exercício de sua atividade normativa, através de Portaria pretendeu corrigir a deficiência, tendo em vista que a prevenção da corrupção é objeto de amplo interesse do Estado, contudo sem sucesso.

Ocorre que o normativo legal utilizado pela CGU é hierarquicamente inferior à Lei, de forma que não pode estabelecer aquela, o que esta não estabelece, apenas regular o pré-existente. O próprio órgão, em seu Manual de Processo Administrativo Disciplinar - versão atualizada em maio de 2011 – admitiu a pretensão equivocada da Portaria 335 de 30/05/2006 em seu artigo 4.º inciso II, tentando restabelecer a aplicação da histórica figura da sindicância investigativa ou preparatória.

Percebe-se que, no vácuo ou equivoco legal, ao não determinar a Lei 8112/90 a figura da sindicância como instrumento meramente investigatório de caráter obrigatório, deixou o legislador, o instrumento da sindicância excluído do processo preventivo, justamente quando é tão importante dotar a burocracia brasileira de instrumento de prevenção da corrupção no país.

Fala-se muito em combater a corrupção nos órgãos públicos federais, no entanto ignora-se a idéia básica de que a prevenção é uma instância anterior que

integra a idéia de combate, e, menos onerosa que apenas a penalização.

Desta forma, fica evidenciada a necessidade urgente do ajuste da legislação à necessidade de prover a Administração Pública Federal da sindicância enquanto instrumento de prevenção da corrupção no país, para que então, a ação profilática contra a corrupção possa ser obrigatória e efetiva e não apenas discricionária; fornecendo assim ao Estado um instrumento efetivo de prevenção e combate a corrupção, fenômeno este que impacta negativamente as bases da sustentabilidade do país.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ricardo Gomes. CLARES, Cleide. **Manual de Sindicância e Processo Administrativo**. Riberão Preto: Editora IBRAP, 2002, 2.^a Ed.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando – Introdução à Filosofia**. São Paulo: Editora Moderna, 3.^a Ed., 2004.

ARAÚJO, Marcelo; SANCHEZ, Oscar Adolfo. **A corrupção e os controles internos do estado**. Lua Nova, n.65, p.137-173, ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 fev. 2012.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Princípios Constitucionais do Processo Administrativo Disciplinar**. Max Limonad: São Paulo, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em: 13 jun. 2011.

BRASIL. **Controladoria Geral da União. Manual de Treinamento em Processo Administrativo Disciplinar (PAD) – Formação de Membros de Comissões** – apostila Texto. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/GuiaPAD/Arquivos/ApostilaTextoCGU.pdf> Acesso em 13 jun.2011.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Portaria n.º 335 de 30/05/2006**. Regulamenta o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/Legislacao/Arquivos/Portarias/portaria_335_06.pdf Acesso em: 13 jun. 2011.

BRASIL. **Decreto- Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/De10200.htm> Acesso em: 13 jun. 2011.

BRASIL. **Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm> Acesso em: 13 jun. 2011.

CAMPOS, Murilo de Mello. **Estudo do surgimento da sindicância e sua constitucionalidade**. Revista Eletrônica do Instituto de Estudos Avançados em Controle e Democracia, 11 fev.2011. Disponível em: < <http://www.ieacd.com/revista/Estudo%20do%20surgimento%20da%20sindic%C3%A2ncia%20e%20sua%20constitucionalidade.pdf>> Acesso em: 25 mai.2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 1990.

FIESP. Departamento de Competitividade e Tecnologia - Área de Competitividade. **Índice de percepção da corrupção - 2010**. Brasília, Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/competitividade/downloads/indice%20de%20percepção%20da%20corrupção%20-%202011.pdf>> Acesso em: 02 set.2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999, 5.ª Ed.

LOPES, Hallison Rodrigo. **A verdade real e o processo administrativo disciplinar**. Âmbito Jurídico: Revista jurídica eletrônica mensal n.º 89 - Ano XIV, jun. 2011. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9545> Acesso em: 31 mai.2011.

MATIAS PEREIRA, José. **Governança no setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **A boa governança e a ética na administração pública no desenvolvimento do Brasil**. Revista de Conjuntura – Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. Distrito Federal, Ano VIII n.º 34, pp.18-25, abril/junho, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988, 13.ª edição.

OLIVEIRA, Clarice Gomes de. **O servidor público brasileiro: uma tipologia da burocracia**. Revista do Serviço Público. Brasília: v 58, n. 3, p. 269-302, JUL/SET DE 2007. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=807&Itemid=129> Acesso em: 09 jun.2011.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, Mar/Abr, 2009. Disponível em: < http://www.ppgppg.ct.utfpr.edu.br/documentos/X_reforma_adm_pub.pdf> Acesso em: 08 jun.2011.

SILVA, Christian Luiz da. SOUZA-LIMA, José Edmilson de – organizadores. **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

*Recebido em 19/09/2012
Aprovado em 26/09/2012*

TURISMO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE: O CASO DO PROJETO TAMAR EM PRAIA DO FORTE - BAHIA

Vivian Costa Brito *

Resumo

Resumo: O objetivo deste estudo é saber se a articulação do Projeto TAMAR com a atividade do turismo conduz a um desenvolvimento turístico regional vinculado a práticas sustentáveis. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo de caráter exploratório, observando aspectos quantitativos e qualitativos, a partir da aplicação de formulários, junto aos turistas, comunidade, empreendimentos hoteleiros e extra-hoteleiros e entidades do setor. Os resultados apontam conflitos, vinculados ao avanço dos empreendimentos imobiliários voltados para o turismo, segunda residência ou comércio, que concorrem com os proprietários das pousadas e alteram a paisagem da região, descaracterizando a vila de pescadores e ocupando os espaços dos recursos naturais existentes. Pois, existe uma grande concentração de uso de recursos naturais pelos grandes empreendimentos imobiliários, redes hoteleiras e de comércio e a comunidade se encontra à margem desse processo. O turismo e o Projeto TAMAR coexistem, mas não possuem ações de cooperação ou de compartilhamento de responsabilidades voltadas para qualificação do produto turístico local. Apesar de o produto turístico ser comercializado com forte apelo ecoturístico, diversas ações ou estruturas, não condizem com os padrões de baixo impacto e controle sobre a visitação.

Palavras-chave: turismo; desenvolvimento sustentável; qualidade ambiental; desenvolvimento regional.

Abstract

The objective of this study is whether the joint TAMAR with activity conducive to a regional tourism development linked to sustainable practices. For this, a survey was conducted exploratory field, observing quantitative and qualitative aspects, from application forms, with tourists, communities, hotel businesses and non-hotel sector entities. The results indicate conflicts linked to the advancement of real estate projects aimed at tourism, second home or business, competing with the owners of lodges and alter the landscape of the region, disfigure the fishing village and occupied the spaces of natural resources. Well, there is a large concentration of resources in large businesses, and trade chains and the community is on the edge of this process. Tourism and TAMAR coexist, but do not have cooperation actions or sharing of responsibilities aimed at qualifying the local tourist product. Although the tourism product to be marketed with strong ecotourism, several actions or structures, not consistent with the standards of low-impact and control over visitation.

Keywords: tourism, sustainable development, environmental quality; regional development.

* Mestre em Análise Regional pela Universidade Salvador. Bacharel em Turismo. Consultora na área de turismo em Foz do Iguaçu/PR. E-mail: vivianbritofoz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A crise ambiental exposta pela mídia e discutida nos fóruns e congressos mundiais durante os últimos 50 anos, fez surgir os movimentos ambientalistas no mundo. Um dos grupos pioneiros no Brasil é o Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR), que tem por objetivo preservar esses animais. Este foi se consolidando ao longo do tempo e atraindo inúmeros visitantes às suas bases. A principal base é a de Praia do Forte, onde está situada sua sede nacional, na qual foi criado o primeiro centro de visitação, a fim de melhorar o atendimento à demanda de visitantes e turistas para o empreendimento. O Projeto TAMAR é o principal atrativo do Litoral Norte da Bahia e sua associação com o turismo é clara por ser um atrativo turístico, quando se observa os materiais de divulgação dos destinos e empreendimentos hoteleiros. Tendo este surgido com base em uma corrente ambientalista, e necessariamente atrelada ao fluxo turístico pelo seu poder de atração, quais as contribuições que o TAMAR fez ao longo do tempo à orientação de práticas sustentáveis na localidade?

A inserção de um projeto ambiental na localidade modificou ou atraiu o interesse de pessoas e organizações com o enfoque em preservação e conservação ambiental? Ou será que o fato do apelo ecológico contido no escopo do Projeto TAMAR surtiu apenas um efeito de oportunismo para os empreendimentos utilizarem do verde como uma grande estratégia para atrair clientes? Não só foram os clientes atraídos pelo produto, bem como, foi preciso muito investimento público para oferecer ao turista o padrão de qualidade exigido ao turismo internacional. O enfoque do turismo em Praia do Forte sempre está centrado na relação entre oferta e demanda? Como ficou a comunidade neste contexto?

Diante de tais questionamentos, surge o objeto central de análise deste

estudo de caso, que é resultante da dissertação de mestrado da autora (Brito, 2008) e de uma análise comparativa com a realidade encontrada atualmente: a articulação do Projeto TAMAR com a atividade do turismo em Praia do Forte conduz efetivamente a um desenvolvimento turístico regional fundamentado em práticas sustentáveis? Neste escopo está presente uma problemática vinculada às questões paradigmáticas da sustentabilidade e do desenvolvimento, agregando a relação da atividade turística articulada ao Projeto TAMAR em Praia do Forte.

2. DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E A EMERGÊNCIA POR UMA QUALIDADE SOCIOAMBIENTAL

A inquietude a respeito da relação entre sociedade e natureza se intensifica a partir do século XX, quando as discussões sobre o tema tornam-se acirradas e alinhadas com as questões paradigmáticas do Desenvolvimento Sustentável, dos efeitos da Globalização e das possibilidades que traz o símbolo da Ecologia, conforme expressa Araújo (2003, p. 33) em seu artigo Do Global ao Local. Neste estudo são delineadas as principais discussões e as soluções apresentadas para equacionar a relação entre sociedade, desenvolvimento e natureza, à luz do conceito de sustentabilidade.

A preocupação com o meio ambiente se intensificou a partir da década de 1970 com a Conferência de Estocolmo (1972), principalmente com críticas severas ao modelo de desenvolvimento aplicado, passando-se a questionar o modelo de base econômica. Essas discussões que antes eram consideradas aspectos que só interessavam aos ambientalistas, na década de 1980 passam por uma transformação profunda, abarcada de vez pela comunidade científica

e o surgimento de um modelo de desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável. O conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece pela primeira vez em um documento oficial através do *World Conservation Strategy*, lançado pelo PNUMA (ARAÚJO, 2003). O termo tem influência anglo-saxônica - *Sustainable Development* - e teve sua difusão na década de 1980, na qual surgiram outras expressões equivalentes: desenvolvimento durável, desenvolvimento viável e desenvolvimento sustentado.

A expressão desenvolvimento sustentável ficou popularmente conhecida no relatório *Our Common Future*, traduzido como *Nosso Futuro Comum*, ou Relatório Brundtland, como é mais conhecido, publicado em 1987. Seu conceito é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46). Para Foladori (2002), a partir do *Nosso Futuro Comum*¹, com o conceito de desenvolvimento sustentável, desapareceu a dúvida se o ser humano devia ou não ser considerado como parte da preocupação da natureza.

O Relatório Brundtland (CMMAD, 1988) preconiza o conceito de desenvolvimento sustentável como modelo de produção que deve ser absorvido pelas lideranças empresariais, como forma de preservar o meio ambiente. Nesse sentido, sugere-se o uso de novos materiais na construção; reestruturação da distribuição de zonas residenciais e industriais;

¹ O documento apresentou uma crítica ao padrão de desenvolvimento assumido pelos países industrializados e reproduzidos pelos países em desenvolvimento. Neste documento são ressaltados os danos ao meio ambiente por uso excessivo dos recursos naturais sem nenhum estudo de capacidade de suporte dos ecossistemas. Compreende-se a incompatibilidade de se atingir um desenvolvimento sustentável a partir do modelo de produção e consumo da sociedade capitalista.

aproveitamento e consumo de fontes alternativas de energia, a solar, a eólica e a geotérmica; reciclagem de materiais reaproveitáveis; consumo racional de água e de alimentos; redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos.

No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é considerado pela literatura acadêmica como um avanço do termo ecodesenvolvimento, citado por Maurice Strong em 1973 (JACOBI, 1999), como fundamento básico da reunião de Cocoyoc no México, em 1974. O termo ecodesenvolvimento foi desenvolvido por Ignacy Sachs, o autor introduz o conceito de ecodesenvolvimento a fim de compatibilizar o desenvolvimento com o meio ambiente, aliado à idéia que era possível crescer sem destruir. Raynaud; Zaroni (1993 apud MONTIBELLER-FILHO, 2001) vincula o conceito de desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento endógeno, dependente das forças locais.

O conceito de ecodesenvolvimento apresentado coloca a responsabilidade da base local na solução da problemática social e ambiental gerada pelo desenvolvimento econômico, como se as forças de base local pudessem frear os impactos provocados pelos mesmos.

Se o conceito de desenvolvimento sustentável é um avanço do termo ecodesenvolvimento, existem diferenças entre eles? O primeiro possui ênfase em uma política ambiental, com base na responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações. E o segundo tem como objetivo atender as necessidades básicas da população, a partir do uso de tecnologias adequadas a cada ambiente e da discussão das relações sociedade e natureza, conforme explica Oliveira Filho (2004).

Sachs (1993) considera o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável como sinônimos por possuírem pontos comuns, passando a adotar ambos os

conceitos indiscriminadamente. No entanto, ressalta que o ideal é poder tratar sobre o desenvolvimento sem colocar nenhum adjetivo “sustentável” ou prefixo “eco”. O autor, ao abordar a questão da sustentabilidade do ecodesenvolvimento, delimita cinco dimensões: (i) a dimensão social, com redução das disparidades sociais, incluindo os bens tangíveis e intangíveis; (ii) a dimensão econômica, com uma melhor destinação e gestão dos recursos, de origem público e privada e os indicadores para análise da mesma, deve ser fundamentado em critérios macro-sociais; (iii) a dimensão ecológica se relaciona com o uso sustentável e de baixo impacto, prevalecendo os ciclos biológicos sobre os mesmos. Além de salvaguardar os recursos energéticos e naturais; (iv) a dimensão espacial, maior distribuição espacial equilibrando cidade-campo; e a dimensão cultural, deve respeitar as singularidades dos lugares, ecossistemas e de cada cultura.

Para Sachs (1993) este modelo de desenvolvimento baseado na “*triple bottom line*”, prudência ecológica, equidade social e eficiência econômica, busca um equilíbrio do que é socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente saudável. Daí surge como paradigma à concepção de ecossistemas naturais. O ambiente passa a ser concebido como o todo onde o homem está inserido, a interação entre os elementos, juntamente com as estruturas criadas pelo homem, e os impactos destas no equilíbrio do ambiente.

Segundo Buarque (1996), o desenvolvimento sustentável é a interseção da “*triple bottom line*”, porém, esta interseção ainda é limitada e seu menor grau demonstra o grau de insustentabilidade do mesmo. Sua análise se fundamenta na abordagem tecnocentrista de que a tecnologia seria capaz de resolver a problemática ambiental. Pouco se discute em a respeito da relação entre homem e ambiente, vinculada às relações entre os atores locais e regionais do

desenvolvimento. Utilizando-se da afirmativa de Sachs (1986), o autor tenta convencer sobre a possibilidade de se ter crescimento e qualidade ambiental com base na redefinição dos padrões de uso dos recursos e das finalidades do crescimento. Para Buarque (1996), na relação entre pobreza e degradação ambiental, entre o processo técnico e emprego, é o processo técnico que pode gerar fatores de insustentabilidade social.

A introdução dos problemas ambientais no planejamento surgiu na década de 1970. A questão ambiental emerge como mecanismo e instrumento de controle e reorientação dos estilos de desenvolvimento. Buarque (1996) explica que o desenvolvimento sustentável parte de uma base ética remetida à solidariedade, uma solidariedade inter-regional em cada geração, pois não se pode falar em desenvolvimento sustentável isolado.

Sachs (1995 apud JACOBI, 1999) introduz a necessidade de uma percepção aprofundada dos ecossistemas e uma ideia que se aproxima do modelo de desenvolvimento endógeno, no qual recomenda um pluralismo tecnológico, com base em uma tradicional tecnologia de mão-de-obra intensiva como a de capital intensivo.

Foladori (2002) estabelece uma crítica à visão de Sachs (1993), enquadrando-a como tecnocentrista, ideologicamente comprometida com o capitalismo, uma das causas da problemática ambiental. O autor faz uma abordagem crítica sobre a sustentabilidade socioambiental e as barreiras impostas pela lógica do sistema capitalista. Este explica que a sustentabilidade ecológica é a que possui menos desacordo, pois é descrita pelo equilíbrio e manutenção de ecossistemas, conservação e manutenção de uma qualidade genética das espécies e que determina a resiliência diante dos impactos externos. Considera que o modelo de Sachs

(1993) concebe a sustentabilidade ecológica como de natureza externa ao ser humano.

Foladori (2002) coloca ainda que o critério de medição da natureza ecológica, mesmo que seja tecnicamente impossível, está baseado no conceito de integridade, sem alterações humanas. Considera que quanto menor a ação humana mais sustentável ecologicamente. Essa visão preservacionista é que orienta os debates.

É a partir da adoção da sustentabilidade econômica que a análise da sustentabilidade se complica. O autor questiona como pode agregar crescimento econômico e eficiência produtiva, com base em um sistema capitalista? Como pode este ser congruente com a sustentabilidade ambiental? Foladori (2002) então explica que a crítica ao capitalismo não se sustenta por não existir ainda um modo de produção que possa substituir o modelo vigente.

Para os ambientalistas mais brandos e os economistas ambientais, basta corrigir os processos produtivos para se obter um desenvolvimento capitalista sustentável (PEARCE & TURNER, 1995 apud FOLADORI, 2002). A base deste conceito tem a crença de que ao se substituir os recursos naturais não-renováveis por renováveis, além da diminuição da contaminação, o desenvolvimento sustentável será atingido.

O conceito de sustentabilidade social é abordado por Foladori (2002) como o mais controverso e polêmico e que passou por diversas transformações ao longo de trinta anos. O autor defende que existe um grande problema conceitual entre a sustentabilidade social e a sustentabilidade ecológica, pois, até a década de 1990, a discussão da problemática social estava limitada à pobreza e ao crescimento populacional, gerando contradições na definição dos problemas e se estes tinham caráter ambiental ou social. São justamente nesse período que se aprofundam às discussões sobre o desenvolvimento local e o desenvolvimento territorial, que mais

recentemente conforma a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável, com análise centrada nos estudos de tomada de decisão no planejamento e gestão sustentável do território, delimitando assim, o nó górdio na relação sociedade e ambiente: os estudos sobre a racionalidade (VIEIRA, 2009; SAMPAIO et al, 2011).

Na concepção de Foladori e Tomasino (2000 apud FOLADORI, 2002) a sustentabilidade social tinha como pano de fundo os interesses da sustentabilidade ecológica, definindo esta sustentabilidade social como limitada, e sendo esta um instrumento para se atingir a sustentabilidade ecológica. Não se coloca em discussão na sustentabilidade ecológica a capacidade humana e as relações sociais, ou seja, a relação entre ser humano e natureza. Tanto as abordagens que privilegiam o meio ambiente, quanto as que evidenciam as relações sociais de produção, têm por base soluções tecnológicas.

Foladori (2002) aborda a impossibilidade de mudança nas relações sociais de produção. Se a sustentabilidade ecológica coloca que se tratam de mudanças nas relações técnicas, a sustentabilidade econômica sugere que estas mudanças sejam tratadas nos seus aspectos técnicos e não nos meios de produção. Porém, a sustentabilidade social também entra no aspecto técnico sem mencionar as relações de propriedade e apropriação dos recursos e as relações sociais de produção. O principal foco das abordagens sobre a dimensão social está sempre relacionado à diminuição da pobreza e do crescimento populacional.

Este modelo pode ser representado pelo ciclo vicioso que coloca a pobreza como geradora e vítima da degradação ambiental e o desenvolvimento econômico como a solução para a mesma. De outro lado temos o duplo caminho que nem coloca a culpa na pobreza e nem coloca a solução para o equilíbrio ambiental no acúmulo de capital. Conclui que as causas para a degradação ambiental perpassam políticas

governamentais, os grupos de poder e os setores ricos. Fatores como poder e governança por si só não significam alterações das relações sociais de produção. Estas mudanças são descritas por Foladori (2002) através dos movimentos de alta participação que conduzem diretamente a essas alterações.

Um desafio é estabelecer indicadores sociais que reflitam a ativação social. A teoria do Desenvolvimento Territorial Sustentável uma zona integrativa entre Setor Privado, Estado e Sociedade Civil, aprofundada pela análise da dimensão normativa, dos Direitos Humanos; do fenômeno socioambiental; da Ecosocioeconomia; da lógica dos atores e da ação em redes; da lógica da pluralidade, democracia e governabilidade política e da ecologia política de base territorial.

O duplo caminho, como aborda Foladori (2002), traz uma grande discussão: de um lado, garantir às futuras gerações um melhor ambiente ou, de outro, garantir melhores gerações? O primeiro prevaleceu durante os últimos trinta anos do século XX e o segundo passou a ter evidência no final do século XX, com base no incremento das capacidades humanas. Os dois casos, tanto o círculo vicioso quanto o duplo caminho, não significam alterações das relações sociais de produções. Um dos caminhos mais radicais do desenvolvimento social é a participação social. Todas as propostas para combater a pobreza são contrárias às adotadas pelas macro-políticas dos organismos internacionais. Portanto, colocar a participação social como o ponto central da sustentabilidade social surge como objetivo a ser atingido pelos organismos internacionais, e organizações não-governamentais (ONGs) na década de 1980.

Foladori (2002) explica que, ao menos no discurso, a mobilização própria faz parte do tema atual e incita para uma maior consciência e organização social como elementos importantes para as mudanças radicais. O autor faz uma ressalva

quanto à disseminação desse conceito de participação como o mais adequado, questionando a possibilidade real de promover avanços civilizatórios significativos. Sugere outro modelo o da participação interativa, que inclui as pessoas em análises conjuntas, desenvolvimento de planos de ação e da formação ou fortalecimento de instituições locais. A participação nesse caso é vista como um direito, não apenas como um meio a fim de alcançar metas em projetos. A medida que determinam como serão usados os recursos, têm interesse em manter as estruturas ou práticas. Para isso, são utilizadas metodologias interdisciplinares de multipropósito.

Se os anos 1960, 1970 e 1980 foram marcantes na discussão de uma base de pensamento ecológico, os anos 1990 e 2000 foram um marco na análise conjunta das questões ambientais, sociais e desenvolvimentistas.

A Rio-92, conhecida como a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, trouxe como proposta a formulação de uma Agenda 21, um plano de ação da Organização das Nações Unidas para o início do século XXI, fundamentado no conceito de desenvolvimento sustentável, adotado por 170 países. As ações estão previstas a curto, médio e longo prazo, bem como se sugere a formulação de agendas locais e regionais. Diversas propostas, metas e objetivos foram traçados, a fim de conter os impactos da globalização e suas implicações no clima mundial, porém não surtiram resultados significativos.

Dez anos depois, em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10 como ficou conhecida, redefiniu o foco para a promoção do desenvolvimento sustentável, baseado no desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Compreende-se assim, a complexidade e a interdependência dos

problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, coloca-se como os pilares para o desenvolvimento sustentável: a sociedade, o ambiente, a economia e a cultura.

O relatório da Conferência Mundial de Johannesburgo apresenta um balanço que sinaliza um quadro crítico da degradação ambiental no planeta e, aliado a este se tem a crise social, o desemprego e a fome provocados pelos efeitos da globalização nas economias dos países periféricos (ARAÚJO, 2003). Neste momento foi reconhecido, através de uma avaliação do Estado do Mundo pela ONU, que as diretrizes estabelecidas pela ECO 92 não tiveram êxito.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido associado à necessidade de promover a educação ambiental para fomentar modelos baseados na utilização dos recursos, considerando a igualdade e durabilidade. Jickling (1992 apud SAUVÉ, 1997) argumenta que a educação deve permitir que os indivíduos pensem por si, ou seja, compreendam como se dá a relação entre sociedade e ambiente, suas conseqüências, e quais relações devam ser consideradas aliadas à sustentabilidade. Concorda-se com as afirmações proferidas pelos autores quando asseguram que a transição para um futuro sustentável não mais configura um problema técnico ou conceitual, e sim um problema de valores e de empenho político, vinculados a uma racionalidade instrumental. A mesma afirmativa é feita por Leff (2005) sobre a complexidade ambiental, em que se apresenta o contexto atual de abordagem sobre sustentabilidade. Entende-se, portanto, que:

[...] o desenvolvimento sustentável consiste numa transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, prenunciando uma sociedade com equidade social e conservação ambiental. Esta transição de um estilo

insustentável para um sustentável deve, contudo, enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas transformadoras da base da organização da sociedade e da economia (BUARQUE, 1999 apud PATIRI, 2002, p. 40).

Neste sentido, segundo Oliveira e Souza-Lima (2003), os aspectos endógenos ou internos de cada região, com base no paradigma “desde baixo”, amplia os espaços para subjetividade dos moradores locais, ou seja, o fortalecimento da base local tem sido priorizado, principalmente no que diz respeito ao direito da comunidade local de tomar parte nas decisões sobre as estratégias de desenvolvimento para a região que habita.

A sustentabilidade é uma noção integradora, norteadora e indispensável para fomentar a autogestão comunitária e deve ser entendida de acordo com Jarra (1998) como a capacidade que os atores sociais têm de deliberar sobre decisões que impactam sobre sua realidade.

Foladori e Tommasino (2000) comentam e concordam com o posicionamento que apresenta Lélé (1991), no ponto em que propõe que a discussão sobre o desenvolvimento deve esclarecer as diferenças dos conceitos de sustentabilidade social e ecológica, nas quais afirmam estar o principal ponto de contradições. Reafirmam que ambos têm em comum o enfoque técnico e sugere o surgimento de um terceiro enfoque na perspectiva das relações sociais. Os autores, ao abordarem o conceito de sustentabilidade, fazem uma ressalva quanto à evolução do mesmo, pois este é muito vago e tem evoluído com o tempo. O desenvolvimento sustentável implica em haver objetivos e caminhos para o desenvolvimento e, para este não ser contraditório, deve conceber e praticar um desenvolvimento ecológico e social. Ambos os conceitos têm enfoque nas relações técnicas no que se refere à sustentabilidade

ecológica, relações entre seres humanos e o ambiente. Na sustentabilidade social o conceito não é tão evidentemente técnico, pois a palavra social acaba confundindo, no entanto está mediada por soluções técnicas que não alteram as relações sociais existentes. A sustentabilidade social só é abordada quando causa insustentabilidade física ou ecológica, ou seja, na ponte para a sustentabilidade ecológica, os problemas sociais são usados para identificar problemas técnicos. O fato da relação entre o homem e meio ambiente somente ter surgido na literatura recentemente, ao se incluir aí as relações humanas com o meio ambiente, se deve ao fato de que as relações sociais poderiam implicar em insustentabilidade. Estas não caberiam somente por inviabilidade técnica, mas também pelo funcionamento do mercado. Os autores colocam que as causas da insustentabilidade não são técnicas e sim das relações sociais capitalistas de produção.

Veiga (2005) faz uma dura crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável em seu livro *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Esta crítica está embasada pela tentativa de se vincular o crescimento econômico contínuo à conservação do meio ambiente. Destaca que para compreender esta relação é preciso observar três vieses a dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, da evolução da natureza e da configuração social do território. O conceito de sustentabilidade, segundo Veiga (2005), foi banalizado. Para ele, “[...] a necessidade de se colocar o qualificativo ‘sustentável’ reflete, em última instância, o crescente esgotamento de um dos principais valores dos tempos modernos, e não uma mera insuficiência da noção de desenvolvimento” (VEIGA, 2005, p. 192). O autor considera o desenvolvimento sustentável ainda longe de delinear o surgimento de uma nova utopia capaz de suplantiar a velha utopia industrialista, não mais sustentável.

É com a perspectiva de traçar novos horizontes à discussão da sustentabilidade que emerge a teoria do desenvolvimento territorial sustentável, com a preocupação de abranger os aspectos que determinam a tomada de decisão, a partir do estudo da racionalidade, que servem para análise e aplicação de novas metodologias de planejamento e gestão territorial.

O desenvolvimento territorial sustentável segundo Vieira (2009) é uma evolução do conceito e das políticas baseadas no ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável, de caráter sistêmico, fundamentada na crítica a ideologia economicista.

Outras abordagens de desenvolvimento surgiram na década de 1980 e 1990, com base no desenvolvimento local e territorial, acompanhadas por pelas abordagens neoliberais contrárias a essa visão, baseadas nas transformações globais e de abertura das economias nacionais para os mercados externos. Apesar de ter existido em 1988 a incorporação da problemática ecológica na agenda das políticas públicas, esta se deu de maneira fragmentada e aquém do debate acadêmico sobre a relação meio ambiente e desenvolvimento.

As novas abordagens baseadas nos princípios do ecodesenvolvimento, contestam a legitimidade da concepção economicista do fenômeno do desenvolvimento e insere variáveis institucionais, e a necessidade de uma dinâmica mais endógena e socialmente equitativa de desenvolvimento, mesmo que ainda não exclua o viés do desenvolvimento via crescimento econômico. Cabe destacar, o caráter emancipador presente na noção de endogeneidade das dinâmicas do desenvolvimento, emergindo um novo princípio de racionalidade social no campo do planejamento, sem se ater a um estatismo tecnocrático e às limitações autárquico-fragmentadas ou “localista”.

O conceito de ecodesenvolvimento apresenta em seus estudos de casos

realizados na década de 1970 que acometem no estabelecimento de sistemas alternativos de planejamento e gestão, capazes de gerar estratégias de desenvolvimento mais endógenas, participativas, ecologicamente prudentes e sensíveis às características específicas de cada contexto local e regional.

Na análise da relação entre o homem e a natureza a partir do novo paradigma sistêmico, se inserem enfoques subjetivos (ou vivenciais), tais quais as percepções, valores e significações culturais, consideradas como variáveis fundamentais nos estudos e elaboração de estratégias alternativas de desenvolvimento (GODARD & SACHS, 1975). Pautadas num diálogo permanente e horizontal com as comunidades locais, baseado em avaliações locais participativas de ecossistemas e paisagens (ESER, 1997).

Hodiernamente, a partir das contribuições de Sen (2010) surge mais precisamente a dimensão ética dessa nova concepção de desenvolvimento, inculcando a necessidade de apropriação efetivas, por todos cidadãos, do conjunto integral dos direitos humanos fundamentais, e a liberdade de escolha pelo que se compreende por qualidade de vida. Termo presente nas pautas de planejamento e gestão do desenvolvimento.

Dentre as novas abordagens que surgem nos anos 1990 está o desenvolvimento territorial sustentável, na qual se sugere diluir a dicotomia entre o objeto e sujeito, esfera pública e esfera privada, direito público e direito privado, a fim de serem apresentadas respostas mais adequadas à problemática socioambiental.

De um lado sobrepuja o conceito de racionalidade instrumental, instituído por critérios econômicos, baseados em um mundo mais de “meios” do que de “fins” causador de patologias socioambientais, socioespaciais, socioeconômicas, sociopolíticas e socioculturais apresentados por (SEN, 2010). A crítica se acentua pelo

distanciamento entre as transformações trazidas por esses processos e as respectivas soluções aos problemas decorrentes.

O conceito de racionalidade é, desse modo constitutivo e elemento central do conceito de ação social (WEBER, 1996). As perspectivas para os próximos 50 a 100 anos da economia mundial, exige o repensar da racionalidade vigente por trás do processo decisório quando se implementa um modelo de planejamento e de gestão organizacional vinculado à perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável (ALIER, 2007).

Os dados de relatórios climáticos divulgados pelo Intergovernamental Panel of Climate Change (IPCC), formulado pela World Meteorological Organization (WMO), relacionam a mudança climática em curso como principal causa a ação antrópica humana, principalmente após a revolução industrial (WMO-UNE, 2007). Acrescido a esse fator, os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentam uma concentração da riqueza em seis por cento da população mundial, com oitenta por cento de toda a riqueza (PNUD, 2007). Sampaio et al (2011) questionam que lógica ou racionalidade é esta que está por trás da ação social que conduz a tomadas de decisão que gera tamanhos impactos socioambientais?

As mudanças a partir da divisão do trabalho e do dinheiro como instrumento de troca, fez acelerar a produção, o surgimento da metrópole, desumanizou as relações e alteraram substancialmente as decisões, em pese as mudanças nos critérios que anteriormente pautavam as decisões. A razão passa ser fundamentada em critérios de objetivos (meios e fins) e cálculo utilitário das conseqüências. A razão passa a ganhar gradativamente características instrumentais.

Ou seja, a racionalidade instrumental se desenvolve no bojo do processo de desenvolvimento do próprio capitalismo, ao mesmo tempo em que o impulsiona, na

medida em que possibilita o desenvolvimento dos meios técnicos, e absorve os seus conteúdos, em que a partir de certo momento só será considerado racional se servir a algum propósito, normalmente com finalidades econômicas direta ou indiretamente (FERNANDES, 2008 apud SAMPAIO et al, 2011, p, 135).

A crítica elaborada pela Escola de Frankfurt a exemplo de Karl Polanyi (1994) Guerreiro Ramos (1989) dentre outros é que o termo ‘racional’ deixou de ser o ato de pensar e refletir, substituída “medidas organizadas de forma a levar a um objetivo previamente definido, recebendo todos os elementos dessa série de atos uma posição e um papel funcionais” (MANNHEIN, 1962, p.63). Na racionalidade instrumental, não se questiona ou se reflete sobre os fins, crítica essa evidenciada por Horkheimer (FERNANDES, 2008, p.8). Essa mesma racionalidade auxiliou na diminuição da capacidade de julgamento independente dos indivíduos. Que de acordo com Ramos (1989) esse modelo de desenvolvimento pode corresponder a um baixo desenvolvimento ético e moral. Horkheimer (2002) explica que a idéia de razão contida em Hoobes (2000), tinha por objetivo, servir de instrumento para compreender, pensar os fins, no sentido de ‘determiná-los’.

A razão como uma capacidade não só de construir os meios para atingir determinados fins, mas também para julgar ética e moralmente os fins –, a razão como uma capacidade de reflexão sobre as relações sociais e com a natureza. (SAMPAIO et al, 2011, p.136).

A razão descrita por Sampaio et al, (2011) é uma capacidade de reflexão sobre as relações sociais e com a natureza. “A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la” (HORKHEIMER, 2002, p. 29).

A natureza segundo Horkheimer (2002, p.112) é concebida como instrumento do homem. Essa concepção decorre de uma compreensão de economia, que ignora os valores e utiliza fins irracionais na ótica econômica, estabelecendo uma relação estritamente monetária entre os indivíduos. Na relação entre classes esta prevalecem às relações de força e com a natureza uma relação instrumental (GORZ, 2003). “[a racionalidade econômica] vem ‘colonizar’, reificar e mutilar até mesmo o tecido relacional do qual dependem a integração social, a educação e a socialização dos indivíduos” (GORZ, 2003, p. 107).

A mudança indicada pelo novo paradigma de desenvolvimento territorialista sustentável Leff (2001) é sugere o resgate de outras formas de racionalidade, desvinculada do economicismos e da instrumentalização, considerados estes por Ramos (1989), como causa da maior parte dos problemas atuais, a exemplo da degradação ambiental, da qualidade de vida, a poluição, o desperdício, a exaustão dos recursos naturais, a pobreza.

Contrariando o modelo socioeconômico vigente, mencionado anteriormente, do consumo desenfreado que leva ao desgaste dos recursos naturais e não considera como fundamentais os aspectos relativos às particularidades sociais e culturais, surgiram ao longo das décadas de 1960 e 1970 diversas práticas orientadas à sustentabilidade, dentre elas destacam-se uma das vertentes principais da atividade turística, o ecoturismo e o surgimento de organizações ambientais não-governamentais, a exemplo do Projeto TAMAR.

3. METODOLOGIA

Para elucidar o problema enunciado, da articulação do Projeto TAMAR com o turismo, estabelecem-se alguns pressupostos de pesquisa que nesse

estudo será delimitado apenas pelo pressuposto central da dissertação de mestrado, em função do alcance e limites desse artigo. Sendo este: a articulação entre o Projeto TAMAR e o turismo na Praia do Forte promove o desenvolvimento local/regional, fundamentado em práticas sustentáveis.

Como método de análise para responder à problemática proposta, alcançando os objetivos traçados, adota-se o modelo do estudo de caso, a partir das proposições de Yin (2001), de natureza quantitativa e qualitativa, e caráter exploratório.

Para Yin, o interesse pelo estudo de caso “[...] surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos” (YIN, 2001, p.21). A estratégia de análise adotada através do estudo de caso examina acontecimentos contemporâneos e amplas variedades de evidências, essencialmente documentos, observação direta e uma série sistemática de entrevistas.

A generalização do estudo de caso se dá à proposição teórica, e não às populações ou universos, ou seja, o objetivo é expandir e generalizar teorias de modo analítico, a partir de um conjunto particular de resultados para uma teoria mais abrangente.

O autor define o estudo de caso como: “[...] uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente difundidos” (YIN, 2001, p. 32).

Em outras palavras, afirma que, como estratégia de pesquisa, compreende um método abrangente que incorpora abordagens específicas à coleta e à análise de dados, com o emprego de instrumentos e técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas.

A primeira atividade de campo realizada foi diretamente com os turistas e visitantes, aos quais foram aplicados

formulários de modo exaustivo², inicialmente nos pontos de saída da localidade. Entretanto, observou-se que, o número de pessoas no portal de entrada da cidade, que não havia visitado o Projeto TAMAR era significativo, alterando assim o ponto de coleta de dados, passando-o para o portão de entrada do Projeto TAMAR. A pesquisa com os residentes foi feita de acordo com amostra não probabilística por acessibilidade, devido à indeterminação da população a ser pesquisada. O apoio dado à pesquisa por parte dos visitantes/turistas foi muito significativo para o êxito da mesma.

Para a pesquisa com a comunidade, inicialmente foi calculada uma amostra de 273 formulários entre os 848 domicílios que correspondem a uma população de 1281 habitantes da localidade de Praia do Forte. Contudo, em atividade de campo, percebeu-se que o universo não correspondia à realidade local, pois muitos dos domicílios implantados em função de segunda residência estavam contabilizados. Por conta disso, a amostra foi redefinida com base nos domicílios não situados em condomínios de luxo fechados, pela dificuldade de acesso, passando a constar um universo de 400 domicílios. Porém, quando se retornou à campo, percebeu-se novamente uma grande quantidade de segundas residências e de empreendimentos comerciais, reduzindo a amostra, novamente, para 200 domicílios, gerando um total de 84 domicílios a serem pesquisados. A técnica amostral foi a probabilística aleatória simples³.

Para a elaboração do formulário a ser aplicado com a população, se trabalhou com um grupo focal,

Uma técnica de Pesquisa na qual o Pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma

² O questionário foi aplicado conforme amostra não probabilística por acessibilidade, por 2 pesquisadores, horas seguidas, durante 7 dias, das 9h:00 às 17:00 horário de funcionamento do Projeto TAMAR.

³ Nível de confiança de 95%, população de 200 domicílios e erro mínimo admitido de 5%.

determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p.3).

Após a aplicação do grupo focal se aplicou um questionário piloto. Tomou-se como base que, a partir do primeiro domicílio entrevistado, se contaria 3 casas, aplicando a entrevista na 4ª casa, e assim sucessivamente.

Com os empresários, as ONG's e os dirigentes e funcionários do Projeto TAMAR se realizaram entrevistas estruturadas, definindo-se uma amostra não probabilística intencional representativa, superior a 30 entrevistados⁴.

Os métodos de coleta de dados e os instrumentos de pesquisa empregados utilizam técnicas qualitativas e quantitativas, a saber, formulário e entrevista estruturada.

Como técnica de pesquisa, e para aumentar a confiabilidade, é preciso manter o encadeamento de evidências, ou seja, o observador externo deve perceber que qualquer evidência proveniente de questões iniciais da pesquisa leva às conclusões finais do estudo de caso, e em qualquer direção:

1. Retomando as inferências para encadear com os métodos infere-se que a articulação promove o desenvolvimento local/regional, fundamentado em práticas sustentáveis: a) impulsionando novas oportunidades; b) fomentando o ordenamento da atividade turística de modo integrado; c) articulando a comunidade e incentivando a formação de capital social;
2. As principais técnicas qualitativas utilizadas foram: documentação

⁴ Embora a amostra seja não probabilística, os resultados permitirão uma visão de conjunto com base no Teorema Central Limite por ser superior a 30 (trinta) – limite inferior ao teorema.

oficial, registro em arquivo, entrevistas, observações, fotografias, fontes bibliográficas secundárias, impressos, material cartográfico e pesquisa exploratória; 3. As técnicas quantitativas se reafirmam a partir da utilização de indicadores de impactos positivos e negativos, entre eles: a) empregos diretos: vinculados ao turismo, ao Projeto TAMAR, sob normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e terceirizados; b) empregos indiretos: vinculados às atividades produtivas que interagem diretamente e indiretamente com o turismo e projetos sócio-ambientais estimulados pelo desencadeamento do TAMAR.

As técnicas qualitativas e quantitativas foram cruzadas para apresentar um cenário passível de análise da forma mais completa possível, como é esperado em um estudo de caso. Para isso são também analisados: a) instrumentos de ordenamento territorial disponíveis: zoneamento, plano diretor e plano de manejo; b) oportunidades criadas: tipologia do turismo e perfil do turista; c) para a coleta de dados foi utilizado questionário fechado aplicado diretamente com os responsáveis legais do Projeto TAMAR, empresários, entidades públicas e organizações do terceiro setor, que gerenciam a atividade turística e determinam o ordenamento territorial; d) as informações sobre a infra-estrutura turística e o fluxo de visitantes são obtidas a partir de fontes secundárias, publicações, e consultas a arquivos públicos municipais e estaduais; e) a análise de conteúdo das entrevistas realizadas é apresentada em forma de texto; f) o agrupamento das investigações é feito através de mapas analíticos, a partir dos pressupostos adotados e dos indicadores levantados.

4. A RELAÇÃO ENTRE O PROJETO TAMAR E O TURISMO NA PRAIA DO FORTE – BAHIA

A tomada de consciência ecológica é um dos pontos centrais para a promoção do desenvolvimento sustentável, sobretudo em áreas turísticas. Esta problemática coloca a necessidade de programas de sensibilização, para aliar os interesses econômicos e sociais às questões ambientais, o que a torna constante em análises e planejamentos regionais e de fomento da atividade turística como ponto fundamental e de extrema relevância para a definição de programas que possam orientar práticas sustentáveis.

O crescimento econômico desordenado, não gerador de desenvolvimento efetivo, sobretudo da atividade turística, produz uma pressão antrópica sobre os ambientes frágeis. Seu impacto apresenta dimensões variadas de forma a expandir-se por todos os segmentos: econômicos, sociais, culturais, ambientais e espaciais concordando com a consigna de Capra (1996) de que os problemas mais críticos enfrentados hoje pelo homem - seja em nível político, econômico, social, de saúde ou ecológico - integram uma complexa crise de percepção da realidade. O Projeto TAMAR está pautado no ciclo de vida de uma espécie marinha, tem a possibilidade de formar uma consciência ecológica na comunidade, e sensibilizar o visitante na sua articulação com o turismo, incidindo em relações tanto com o *trade* turístico quanto com o visitante/turista, gerando impactos de dimensão local/regional. Por isso, este, estrategicamente situado em Praia do Forte, foi definido como objeto deste estudo. O modelo de Educação Ambiental do TAMAR, se analisado na perspectiva de Sauv  (1997), pode ser representado pela Figura 1.

Esta classificação remete ao uso do ambiente de acordo com sua funcionalidade, atendendo interesses distintos e, por isso, dificulta e promove dentro da Praia do Forte, diversas visões e posicionamentos sobre a atuação do Projeto TAMAR.

Em Praia do Forte foram relatadas algumas ações isoladas de coleta seletiva do lixo em 2006, sem nenhum amparo do poder público, atualmente é feita a coleta seletiva no município e no Projeto TAMAR. De outro modo, a educação ambiental desenvolvida pelo Projeto TAMAR ao longo de sua existência, contribuiu para alterações de valores individuais e, pouco contribuiu para alterações de valores coletivos, explicados por Jacobi (1997), como alterações no consumo. No que tange à preservação das tartarugas marinhas, não pode ser generalizado a outros comportamentos, pois a tartaruga representa a sobrevivência do próprio destino. Não estando assentada nas três dimensões de Teitelbaum (1978), como prática social concreta, como uma personalidade nacional, em busca de seu destino histórico, bem como, integrantes de uma comunidade internacional. Portanto, não promove a “práxis” descrita por Paulo Freire (1980), uma vez que a tomada de consciência não é considerada conscientização, para isso é preciso chegar a uma esfera crítica, e o homem assume uma posição de ator que produz conhecimento, diante do objeto.

Em Praia do Forte a insustentabilidade social só é abordada para servir de ponte para a sustentabilidade ecológica, pois o interesse maior é a promoção de uma paisagem adequada ao perfil do visitante/turista, sem realmente os detentores do capital e do poder estarem preocupados em transformações mais profundas, conforme explica Foladori e Tommasino (2000).

Diante da configuração apresentada pela Figura 1, não se pode enquadrar o

Projeto TAMAR dentro de uma visão única, conforme expressa Lima (1997). O que seria mais adequado à complexa realidade local e de múltiplos atores, seria aproximar a análise da perspectiva de Foladori e Tommasino (2000), conforme explica o diagrama (figura 2).

Ao se definir a Praia do Forte como destino de turismo de lazer, na realidade, tem-se o interesse de não se comprometer com as limitações que requer o ecoturismo.

Diante da descrição dos resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada junto à comunidade, turista/visitante, gestor do Projeto TAMAR e proprietários hoteleiros, a seguir apresentam-se as análises dos resultados do pressuposto de pesquisa a fim de responder as questões levantadas, mesmo que de forma incipiente.

Aceitação do produto turístico da Praia do Forte pelo turista, no qual 99,2% recomendariam Praia do Forte à outra pessoa e destes 87,4% pensam em voltar à localidade, indica um produto turístico consolidado e com estratégias competitivas orientadas ao seu público alvo. O Projeto TAMAR é o principal fator de decisão de sua viagem, correspondendo a 67,9%, criando um grau de confiança e nível de frequência, em função da integração vertical, conforme explica Alban (2006).

Verificou-se que 61,5% dos turistas e 59,5% da população acreditam que a visita ao Projeto TAMAR sugere ou faz refletir sobre a importância de adotar um novo comportamento em relação à preservação ambiental, mostrando que a capacidade de atuação de um projeto de conservação ambiental pode promover a educação ambiental, mesmo que de ordem individual (JACOBI, 1997), independente de sua origem, o que se reflete nos resultados de 76,3% dos turistas e 48,8% da comunidade, tem hábito de separar o lixo. Cabe ressaltar que na localidade não existe nenhum amparo municipal para realização de coleta seletiva, esta atividade ocorre por mobilização própria. Além disso, poucos são

aqueles que costumam marcar e retirar elementos do ambiente visitado.

O TAMAR surge como o grande atrativo turístico da região, colaborando em 66,7% para a venda do produto ou serviço ofertado pela comunidade e 38,46% dos empresários acreditam que este ajuda em torno de 40% a 80% para a venda dos seus produtos e serviços.

Algumas práticas voltadas a minimizar os problemas ambientais e socioculturais são descritas pelo TAMAR: a Creche e o Guias Mirins, além do trabalho com a pesca oceânica, desfocando a atenção do litoral e da pesca da tartaruga marinha. No entanto, vale ressaltar que de acordo com os posicionamentos de Lima (1997) e Foladori (2002) e Foladori & Tommasino (2002), os diferentes enfoques dado a natureza, fazem questionar as contribuições do Projeto TAMAR em Praia do Forte, se estes estão alinhados com a sustentabilidade ou se são apenas um grande produto turístico utilizando-se do recurso da natureza.

Entretanto, se abordada a questão da promoção do desenvolvimento local/regional, percebe-se que há um hiato entre comunidade e os novos padrões de ocupação, por conta de uma maior concentração de renda, custo de vida elevado para a população, “obrigando” a comunidade a migrar para outros lugares da região. Esta imposição que ocorre de cima para baixo, não se encontra articulada aos conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento endógeno. A forma de racionalidade encontrada entre a relação homem e meio ambiente reflete a reprodução do modelo de desenvolvimento vigente, de apropriação ao máximo dos recursos. Para 85,7% da comunidade houve alteração na paisagem da localidade, de um lado estão aqueles que acham que ficou mais bonita, com paisagismo, e de outro lado os que acreditam que com a chegada da infraestrutura turística houve degradação do

meio ambiente, acrescida pelo barulho do fluxo intenso de pessoas.

Os padrões dos empreendimentos imobiliários e hoteleiros são extremamente destoantes com as características de uma vila de pescadores, como era conhecida a localidade de Praia do Forte e hoje nem os moradores, os hoteleiros e mesmo os turistas, reconhecem esta qualidade. Isso se dá em função da destruição dos recursos naturais e do seu uso indevido, alterando totalmente a paisagem e o comportamento da comunidade.

Apesar de ainda haver a coexistência entre turismo e projetos de Educação Ambiental, como relata o diretor do Centro de Visitantes do TAMAR, se insistirem no avanço do padrão de ocupação vigente a tendência é que tanto o turismo, quanto estes projetos venham sofrer e provocar danos, podendo caminhar-se para além da situação de conflito.

5. CONCLUSÕES

Ao questionar se há articulação entre o Projeto TAMAR e o Turismo em Praia do Forte, diversos aspectos positivos e negativos devem ser considerados. O primeiro se refere ao fortalecimento do produto turístico local, com base na relação entre sociedade e natureza aliado às questões de conservação ambiental, que ainda não se configura enquanto produto ecoturístico. O segundo é a qualificação da oferta turística consoante ao padrão exigido de desenvolvimento do ecoturismo. Esta é destoante pelas mudanças na paisagem promovidas pela expansão imobiliária e comercial, com deslocamento da comunidade para áreas à margem da zona costeira. O terceiro é a representação sócio-cultural de ambos para com a comunidade, na formação de laços de confiança a fim de que se configure o capital social na localidade, aliado ao primeiro e segundo

fatores. Estes laços não podem ser configurados em função da ausência de ações de cooperação entre os diversos atores, pois o desenvolvimento do turismo se dá de cima pra baixo, sem participação da comunidade e representando uma mudança sócio-cultural profunda, pois a vila hoje não mais se caracteriza como local de pescadores.

Cabe destacar que alguns pontos de estrangulamentos foram diagnosticados, no que se refere à alteração da infraestrutura e paisagem da localidade, com crescente destruição dos recursos naturais, em função de empreendimentos imobiliários privados e hoteleiros. Porém, a aglomeração de diversas entidades de preservação ambiental aliadas aos recursos turísticos da região, favorece uma formação de consciência ambiental individual que, de um lado, coloca a comunidade como parte desse processo e, de outro, faz do turismo seu grande aliado para manutenção das entidades. Contudo, não há uma interação efetiva entre o turismo e o Projeto TAMAR, estes coexistem e são interdependentes. A falta de uma integração, dificulta a formulação de estratégias conservacionistas, que possam frear o avanço da ocupação imobiliária na localidade. Isto se dá, porque fora do eixo da comunidade e das entidades ambientais, o segmento de mercado ainda não se configura com esse perfil ambientalista, havendo uma exploração comercial do verde, que por trás não está alinhada à problemática ambiental, muitas vezes estando mesmo em confronto com as tentativas de práticas sustentáveis na localidade. Ao longo do estudo pôde-se perceber uma incongruência entre teoria e prática do ecoturismo, pois muitas vezes o termo é subjugado à utilização do recurso natural apenas, ou como um produto de melhor aceitação no mercado, não atendendo aos seus pressupostos de sustentabilidade.

Os resultados obtidos informaram que a articulação entre o Projeto TAMAR e

o turismo na Praia do Forte, ocorreu desde seu surgimento, quando há uma clara visão mercadológica do Klaus Peters em associar o Resort Praia do Forte com a preservação ambiental das tartarugas marinhas. Esta articulação ao longo do tempo não se consolida, pois o Projeto TAMAR realiza suas ações independentemente das demais ações voltadas para o turismo na região. No entanto, a associação entre a tartaruga ao produto turístico da Praia do Forte, ocasionou um poder de atração de visitantes/turistas e conseqüentemente de investimentos públicos e privados.

O perfil dos empreendimentos implantados a partir da década de 1990, descaracterizou a vila de pescadores de Praia do Forte, com alteração de paisagem, mudança da comunidade para áreas mais distantes e um extremo apelo do marketing “verde”. Poucas são as ações que têm a finalidade de promover uma consciência ambiental e mudança social. Geralmente estas estão relacionadas com o uso da natureza como recurso turístico e não propriamente orientadas para as necessidades da comunidade. Este modelo de governança em Praia do Forte, porém, não pode ser tratado como um exemplo de turismo sustentável, pois deixa de levar em conta diversas territorialidades presentes.

O crescimento da Praia do Forte não se dá totalmente de forma desordenada, entretanto privilegia os atores econômicos hegemônicos exógenos determinando o padrão de ocupação do território, e a tendência é o desaparecimento das pousadas de pequeno porte.

O Projeto TAMAR por ser o principal atrativo e por ter sua vinculação com o turismo, desde seu momento de criação, pode ser o grande gancho para as discussões sobre sustentabilidade na localidade, aliada aos demais projetos de Educação Ambiental, no entanto para isso não pode ser atuante desarticulado, há uma necessidade de cooperação entre os diversos atores, caso ainda não presenciado em

relação as discussões ambientais e nem em ações públicas de planejamento turístico. Afinal, o TAMAR, com seu trabalho na comunidade, conseguiu gerar um nível de conscientização, com origem na divulgação de um ciclo de vida da natureza: a tartaruga marinha, o que deve continuar sendo sua maior preocupação e ponto de partida para os novos desafios ambientais que surgem na contemporaneidade. Este conceito fica evidente nos relatos dos turistas e da comunidade, nos procedimentos adotados ao se deparar com um problema ambiental referente a uma espécie. Verifica-se ainda, algumas atividades que, mesmo isoladas e sem apoio de nenhuma entidade, são praticadas, a exemplo da coleta seletiva de lixo. Mesmo diante dos contrastes existentes, o volume de atividade turística e do TAMAR acaba provocando certo efeito positivo na comunidade.

Ao se definir a Praia do Forte como destino de turismo de lazer, na realidade, tem-se o interesse de não se comprometer com as limitações que requer o ecoturismo. Enquanto a natureza for tratada como um recurso a ser apropriado e dominado, a dimensão social continuará limitada apenas a servir de meio para se atingir a sustentabilidade ambiental. Portanto, diante das conclusões que resultaram dos objetivos propostos, percebe-se que ainda não se pode dizer que há a formação de um desenvolvimento local/regional com base sustentável em Praia do Forte. O que ocorre é, basicamente, a reprodução dos padrões de produtos ecoturísticos que tendem a usufruir do “verde” sem agregar valor maior para a comunidade. Os pontos de estrangulamento entre o turismo e o Projeto TAMAR ainda permitem a coexistência dos mesmos. Entretanto, em uma perspectiva futura fica o questionamento da viabilidade de tal conjunção.

Conforme afirma Alban (2006), o modelo de governança em Praia do Forte foi determinante para colocá-lo como um destino consolidado. Porém, tratá-lo como

um exemplo de turismo sustentável é deixar de levar em conta diversas distorções territoriais presentes. A primeira, uma exclusão social, promovendo a desterritorialização, em função do oportunismo da atividade turística pelos agentes externos. Segundo, o padrão de urbanização e paisagístico que não condiz com a preservação e manutenção dos recursos ecológicos. Terceiro, há uma forte perda de identidade cultural local, pois já não possui característica mais de vila de pescadores.

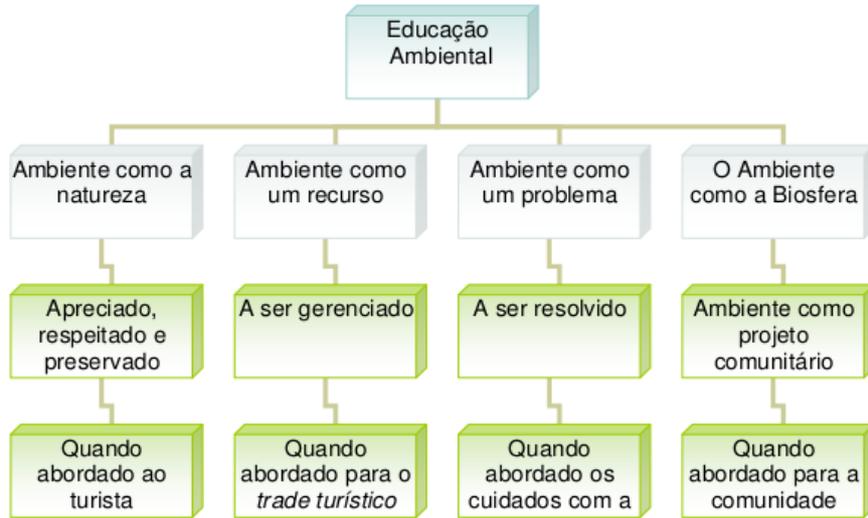
Portanto, estamos falando de sustentabilidade do turismo? Ou turismo sustentável? O primeiro, recorre à sua sustentabilidade enquanto atividade econômica, o segundo, como o turismo vai se adequar contribuir para a sustentabilidade no âmbito global. O ecoturismo seria esta possibilidade? Ou os limites de capacidade de carga seriam suficientes? E o enlace socioeconômico? E os seus impactos, como medir e responsabilizar?

Estas respostas em parte estão presentes nos instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, a exemplo do ZEE. Na definição do ZEE, a Zona de Proteção Rigorosa, na qual está situado o Projeto TAMAR, as atividades que deveriam ser permitidas são as de visitação contemplativa, pesquisa científica e trilhas ecológicas controladas, e proibidas as atividades antrópicas. Porém, na prática, o turismo que se desenvolve é o turismo de massa, sem nenhum controle de capacidade de carga. Além disso, na Zona de Orla Marítima, foram construídos diversos hotéis, que interferem com a iluminação nas áreas de desova das tartarugas. Os empreendimentos turísticos, ao se instalarem nas Zonas de Ocupação Rarefeita e Ocupação Especial, devem apresentar soluções para o saneamento básico e Estudo Preliminar de Impacto Ambiental. No entanto, os estudos de impacto ambiental, não privilegiam um estudo da capacidade de suporte do destino. Na Zona Turística e

Zona Turística Especial, onde os investimentos do PRODETUR e a Vila da Praia do Forte estão inseridos, prevê-se uma vocação turística de baixa densidade. Entretanto, Praia do Forte recebe somente por conta da visitação ao Projeto TAMAR um fluxo de visitantes superior a 500.000 mil pessoas por ano. A comunidade da Praia do Forte foi deslocada para as localidades do outro lado da rodovia BA-099, na Zona de Urbanização Prioritária, a exemplo de Curralinho e Açú da Torre, que carecem de infraestrutura básica.

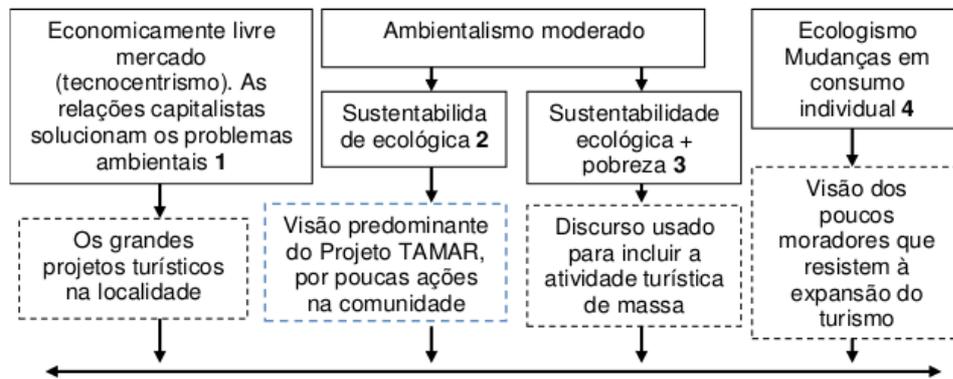
Algumas conclusões a respeito da articulação entre Projeto TAMAR e o turismo em Praia do Forte apresentam um cenário de incertezas quanto ao caminho da mesma, pois, se atualmente ambas as atividades coexistem, no futuro os conflitos podem se sobrepor. Este cenário decorre do fato da atividade turística fazer uso da natureza como um recurso a ser apropriado e dominado pelo turismo, bem como os diversos enfoques proferidos à natureza pelo Projeto TAMAR ofuscam as possibilidades de promoção de um desenvolvimento local/regional de base endógena. Cabe destacar que o modelo de governança aplicado em Praia do Forte, não foi suficiente para conter as imposições do capital externo na comunidade, por conta disso houve uma maior ênfase ao desenvolvimento da atividade turística, com menor ênfase na formação de um capital social, ou seja, uma consciência ambiental coletiva, que pudesse orientar um modelo de desenvolvimento turístico fundamentado na vontade da comunidade. Na verdade, o que surge são mais questionamentos do que respostas e, portanto, espera-se que, ao longo deste estudo, tenha sido possível contribuir para o entendimento da relação entre turismo e ambientalismo, as possibilidades de atuação articuladas e as estratégias que se podem obter a partir das análises da pesquisa de campo. Compreende-se que, para o entendimento da problemática apontada, foi necessário um amplo contexto de abordagem e análise, no que se espera ter contribuído para futuras pesquisas.

FIGURA 1 – ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PROJETO TAMAR



Fonte: Análise da autora.

FIGURA 2 – DIAGRAMA DA SUSTENTABILIDADE



Fonte: Foladori e Tommasino (2000, p. 72).

Referências

ALBAN, Marcus. **A insustentabilidade do turismo no Brasil e o sucesso da Praia do Forte**: Uma análise exploratória com base na Nova Economia Institucional. Trabalho apresentado no IX Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores en Globalización y Territorio – Bahia Blanca, Argentina, meio de 2006.

ALIER, J. m. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ARAÚJO, L. C. de. Do global ao local: globalização, desenvolvimento sustentável e ecologia – os três grandes paradigmas do fim do século. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano V, n.8, p.33-39, Julho 2003.

BUARQUE, S. C. Desenvolvimento sustentável: conceitos e desafios. **Bahia Análise & Dados**, Salvador v.6, n.2, p.05-15, 1996.

BRITO, V. C. **Turismo desenvolvimento local/regional e sustentabilidade: estudo de caso do projeto Tamar em Praia do Forte-Bahia**. Dissertação de mestrado. Mestrado em Análise Regional. Salvador: Universidade Salvador – UNIFACS, 2008.

CAPRA, F.. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos . São Paulo: Cultrix, 1996.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 4 a 8 de novembro de 2002, Ouro Preto. **Anais...**Ouro Preto, 2002. Compact Disc.

FERNANDES, V. Racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cadernos da EBAPE**. BR: São Paulo:

FGV/EBAPE, 2008.

FOLADORI, G. Avances y límites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad, Territorio**. Vol III, Num. 12, 2002, 621-637.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. El enfoque técnico y el enfoque social de la sustentabilidad. **R. Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 98, p. 67-75, jan./jun. 2000.

FREIRE, P. **Conscientização**: Teoria e Prática da Libertação. Uma Introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

GODARD, O. Le développement durable et le devenir des villes. **Futuribles**, 209: 29-35, 1996.

GODARD, O. & SACHS, I. L'environnement et la planification. In: BARRAU, J. (Org.). **Environnement et qualité de la vie**. Paris: Guy le Prat, 1975.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

HOBBS DE MALMESBURY, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 2000.

- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.
- JACOBI, P. R. Meio ambiente e sustentabilidade. In: CEPAM. (Org.). **O Município no século XXI**. São Paulo: CEPAM, 1999, v. , p. 175-184. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/servico/download.htm>>. Acesso em: mai. 2009.
- JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília-DF: IICA; Recife: Seplan, 1998.
- LEFF, E. Construindo a história ambiental da América Latina. **Esboços** - Revista do do Programa de Pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis: UFSC/ Gráfica Universitária, n. 13, 2005. p.11-30, Semestral.
- _____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LÉLÉ, S. **Sustainable Development**: a critical review. || World Development, 1991.
- LIMA, G. F. da C. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Revista Eletrônica "Política e Trabalho"** - Setembro 1997, p. 201-202.
- MANNHEIM, K. **Sociologia sistemática**. São Paulo: Pioneira, 1971.
- _____. **O homem e a sociedade**: estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio Ambiente e Custos Sociais no Moderno Sistema Produtivo de Mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 46-47.
- OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. Domus online: **Revista Teoria Política Social Cidade**. Salvador, v1, n.1, jan/jun. 2004. disponível em: <http://fbbbr/downloads/domus_jaime.pdf>. Acesso em 14 jun. 2005.
- OLIVEIRA, G. B.; SOUZA-LIMA, J.E. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.
- PATIRI, V. J. A. **Projetos ecológicos e o desenvolvimento local**: estudo de caso do Projeto Tamar. 2002. 217f. Dissertação (Mestrado em Administração. Mestrado Profissional) Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PNUD, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Informe sobre desarrollo humano – 2007-2008**. Madri: Ediciones Mundi-Prensa, 2007.
- POLANYI, K. **El sustento del hombre**. Barcelona: Mondadori, 1994.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundap, 1993.
- _____. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986. pp. 09-43.
- SAMPAIO, C. A. C.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; FERNANDES, V. Racionalidade de Tomada de Decisão para o Planejamento e a Gestão Territorial Sustentável. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 16, p. 131-155, 2011.

- SAUVÉ, L. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, v 6, nº10, p.72-102, 1997.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**, 2010. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- TEITELBAUM, A . **El papel de la Educación Ambiental en America Latina**. UNESCO, 1978.
- VIEIRA, P. F. Políticas Ambientais no Brasil. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, n 14 abril de 2009. p 26-75
- VEIGA. J. **Desenvolvimento sustentável: o desafio para o século XXI**. São Paulo: Garamond, 2005.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.
- WMO, World Meteorological Organization - UNEP, United Nations Environmental Programme. **Intergovernmental panel on climate change**. Paris, February, 2007.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em 02/05/2013
Aprovado em 14/05/2013

A IMPORTÂNCIA DOS PORTOS URUGUAIOS PARA O MERCADO TURÍSTICO

Barbara Regina Lopes Costa*

Resumo

O segmento turístico está em franca expansão na economia mundial e no Uruguai é a segunda fonte de renda do PIB (Produto Interno Bruto). Por isso, com objetivo de identificar como os portos uruguaiois recebem os cruzeiros marítimos e contribui para o mercado turístico do país, a pesquisa, de cunho exploratório, fundamentou-se em análise da literatura, estudos documentais como os relatórios da ANP – Administración Nacional de Puertos e dados das operadoras de cruzeiros turísticos, quanto aos meios, aferindo assim, variáveis qualitativas de caráter nominal. Desta forma, o estudo poderá se tornar fonte de informação, análise e estímulo para melhorias da infraestrutura dos portos, para as operadoras de cruzeiros que ainda não reconhecem o país como destino turístico e para futuros estudos sobre os temas: portos uruguaiois, cruzeiros marítimos e turismo no Uruguai, uma vez que o turismo de cruzeiros é uma das atividades turísticas que mais cresce no mundo.

Palavras-chave: cruzeiros marítimos; portos uruguaiois; turismo.

Abstract

The tourism sector is booming in the world economy and in Uruguay it is the second source of income in GDP (Gross Domestic Product). Therefore, in order to identify how the Uruguayan ports receive cruises and contribute to the country's tourism market, the exploratory research was based on literature review, documentary studies as reports from ANP - Administración Nacional de Puertos and data from cruise tour operators, checking thus, qualitative variables of nominal character. Thus, the study could become a source of information, analysis and stimulus for improvement of infrastructure of ports for cruise operators who still do not recognize the country as a tourist destination and for future studies on the topics: Uruguayan ports, cruise and tourism in Uruguay, once the cruise tourism is one of the fastest growing tourism activities in the world.

Keywords: cruises maritime; uruguayan ports; tourism.

* Doutoranda em Administração pela Universidad de la Empresa – UDE/Uruguai. Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS/SP. Publicitária e Professora de Comunicação e Marketing nos cursos de graduação da FAESB – Faculdade de Ensino Superior Santa Bárbara e nos cursos de pós-graduação da FEI - Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana PE Saboia de Medeiros. E-mail: babhy@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O segmento turístico está em franca expansão na economia mundial. No entanto, vale observar que não é recente a preocupação com o turismo, tendo como marco inicial a ferrovia Liverpool-Manchester que em 1830 passou a se preocupar mais com o conforto dos seus passageiros do que com a carga. Dada a proposta deste estudo, há registros que o Uruguai sofre forte influência econômica do turismo desde o começo do século XX. (LOMBARDI e VEIGA, 1979). O atrativo turístico do país é a extensa costa balneária que se estende por cerca de 650 km sobre o estuário do Rio da Prata e o Oceano Atlântico, mas foi a partir da década de 30, século XX, que cassinos e infraestrutura internacional impulsionaram ainda mais o turismo no Uruguai e passaram a atrair turistas do mundo todo.

Para o desenvolvimento do turismo se faz necessários investimentos em transporte, sejam eles: terrestre, aéreos e marinhos e em infraestrutura para locomoção de tais transportes e seus passageiros (rodovias, ruas, vias férreas, aeroportos e portos). Para Campodónico e Da Cunha (2010:423) “*o turismo tem historicamente no transporte seu principal eixo*” e ambos partem do mesmo conceito, o de mobilidade entre uma origem e um destino.

O transporte terrestre realizado por veículos particulares e coletivos é facilitado pelos diversos pontos de entrada, sendo a rodovia BR 116, também conhecida pela Rodovia do Mercosul, a principal estrada entre o Brasil e o Uruguai. Vindo da Argentina há algumas pontes internacionais, como a de Paysandu. As condições de conservação e segurança das rodovias são boas. Existem diversas empresas de transporte coletivo que conectam os principais destinos turísticos. A locomoção

por taxi também se apresenta como uma boa opção, dado ao preço, segurança e tamanho da frota.

O transporte ferroviário é bastante limitado e não cruza as fronteiras com os países vizinhos. Sem programação fixa os trens turísticos circulam apenas em torno de Montevideu.

Utilizando o transporte aéreo, a grande maioria dos turistas desembarcam nos aeroportos de Carrasco, com capacidade de receber até 4,5 milhões de usuários ao ano, ou de Punta del Este que recebeu cerca de 205 mil usuários nos últimos anos. A única companhia aérea uruguaia, a Pluna, finalizou suas operações em 06 de julho de 2012. Outras empresas de transporte aéreo possuem vôos diários com destino ao país.

Por sua vez, o transporte marítimo conta com 10 portos, no entanto, somente os portos de Montevideo, Colonia e Punta del Este são utilizados para o turismo e os demais são utilizados para o transporte de cargas e/ou embarcações desportivas.

Diante do exposto, surge a indagação: qual a importância dos portos para o mercado turístico uruguaio? O objetivo deste estudo é identificar como os portos uruguaio que recebem cruzeiros marítimos contribuem para o mercado turístico do país. Desta forma, o estudo poderá se tornar fonte de informação, análise e estímulo para melhorias da infraestrutura dos portos, para as operadoras de cruzeiros que ainda não reconhecem o país como destino turístico e para futuros estudos sobre os temas: portos uruguaio, cruzeiros marítimos e turismo no Uruguai.

A metodologia de pesquisa foi de cunho exploratório quanto aos fins, fundamentando-se em análise da literatura, estudos documentais como os relatórios da ANP – Administración Nacional de Puertos e dados das operadoras de cruzeiros turísticos, quanto aos meios, aferindo assim, variáveis qualitativas de caráter nominal.

A opção pelo transporte marítimo e mais específico pelos cruzeiros deu-se pelos

motivos: a) o turismo de cruzeiros é uma das atividades turísticas que mais cresce no mundo e, b) em contrapartida há ainda poucos estudos sobre essa categoria de transporte turístico - cruzeiros - e o destino Uruguai.

2. O DESTINO TURÍSTICO URUGUAI

A República Oriental do Uruguai está localizada no sudeste da América do Sul, fazendo fronteira, ao norte e nordeste, com o Brasil, essa é a única fronteira terrestre do país. A fronteira com a Argentina, a oeste, se dá pelo Rio Uruguai e a sudoeste pelo estuário do Rio da Prata. O Oceano Atlântico encontra-se ao sudeste do país.

Com um pouco mais de 176 mil km², é um dos menores países da América de Sul. A população projetada pelo INE – Instituto Nacional de Estadística (2010) é de 3.344.938, que vivem em 19 departamentos (estados), sendo que quase a metade da população, 1.338.408, vive no departamento de Montevideu. A população é predominantemente ariana devida sua ascendência Européia e fala oficialmente a língua espanhola.

É um dos países mais democrático e alfabetizado, com uma melhor distribuição da riqueza entre os seus cidadãos, comparado com os demais países da América do Sul. O IDH - índice de desenvolvimento humano - é de 0,765 o que coloca o país em 52º lugar. Realizando uma comparação com seus países vizinhos a Argentina apresenta um IDH de 0,775 e ocupa o 46º lugar e o Brasil, com 0,699, está em 73º lugar (PNUD, 2010). Ele também tem uma das maiores expectativas de vida e, juntamente com o Chile, tem a menor taxa de percepção de corrupção (Transparency Internacional, 2009).

A principal fonte de renda do Uruguai é a produção agrícola e na

sequencia está o turismo. A moeda é o Peso Uruguaio.

O clima temperado favorece o turismo, tendo temperaturas em média 17°C na primavera, 23°C no verão, 18°C no outono e 12°C no inverno. Dado sua costa ser predominantemente cercada por água, os ventos são presentes e vale destacar que no verão o sol se põe em torno das 21 horas.

Outro fator que também pode promover o turismo é o fato de o Uruguai ter sido o primeiro país latino-americano a legalizar a união civil entre pessoas homossexuais, em 2007 (BBC Brasil, 2007).

A gastronomia é bastante simples, com muito pescado fresco e carne de gado. O churrasco, mais conhecido como parrillada, é o prato mais típico, sendo carne assada lentamente com o calor vindo da lenha em brasa. Da herança italiana massas também compõem as refeições. O doce simbólico é o doce de leite. A bebida mais popular é o mate, uma infusão de ervas fortes e quentes, que se bebe com uma ventosa metálica em uma cuia. O Uruguai começa a produzir alguns vinhos de excelência. Lescano (2011) falando sobre a gastronomia local disse:

Quem nos concede a honra de nos visitar também terá a oportunidade de desfrutar de uma gastronomia variada, com fortes componentes nativos relacionados aos nossos gaúchos, referenciado - entre outros - em diversos tipos de carne assada ao fogo, com o acompanhamento de um vinho único tinto com marca de origem: tannat.

Tradição e folclore são marcados pelo famoso Tango, “*a tradição argentina e uruguaia do tango, hoje conhecida no mundo inteiro, nasceu no vale do Rio da Prata, entre as classes populares das cidades de Buenos Aires e Montevideu*” (UNESCO, 2009 apud Avila e Hornos, 2009), pelo Candombe, ritmo e dança trazida pelos poucos escravos africanos que desembarcarão no Uruguai e pelos Gaúchos,

com música ‘Criolla’, vestimentas e comportamento vindos do campo de criação de gado, como o chimarrão e o mate.

Adeptos a esportes ao ar livre como a pesca, o esporte preferido pelos uruguaios é o futebol e os estádios Centenário, construído para sediar a Copa do Mundo de 1930, Pocitos, que pertence ao time Nacional, e o Gran Parque Central, do time Peñarol, são pontos turísticos da capital Montevidéu.

Os principais pontos turísticos são:

i) Montevidéu é a capital da república e o departamento mais populoso do país. Com construções e arquiteturas antigas a Ciudad Vieja proporciona passeios históricos e comerciais. A Biblioteca Nacional e a Universidad de la Republica são locais emblemáticos. Diversos restaurantes e o Mercado del Puerto servem refeições típicas. A cidade possui ainda museus que guardam a história do país e artes plásticas. O Teatro Solis é um exemplo de recepção aos turistas, com visitas periódicas e traduzidas para diversos idiomas. A cidade é rodeada por parques que oferecem estruturas para recreação e praias de águas calmas do Rio da Prata. Bairros mais modernos, já desfrutam de shopping e comércio de marcas globalizadas.

ii) A mais famosa estância à beira-mar é Punta Del Este, uma cidade cosmopolita com cerca de 70 km de faixa de mar, localizado a 130 km ao leste de Montevidéu. Situada em uma península, possui ondas oceânicas de um lado e águas calmas do outro. Além das belezas naturais é destino frequente de famosos hollywoodianos que possuem mansões e jardins que se tornam uma atração a parte. Cassinos e bares noturnos garantem entretenimento 24 horas. É também lugar de muitas competições esportivas e espetáculos artísticos internacionais.

iii) Piriápolis, outra estância litorânea, cresceu em torno de uma grande baía cercada por morros rochosos. Muitas

de suas vilas e hotéis foram concebidas durante a ‘belle époque’ (PEREIRA, 2008). Alguma das encostas preserva a sua floresta, o Pan de Azúcar é uma reserva da flora e fauna nacional. Um teleférico possibilita a visão de todo o balneário.

iv) Casa Pueblo, em Punta Ballena, é o ateliê e museu das obras de artes de Carlos Páez Vilaró, possui uma arquitetura única, assim como uma vista panorâmica.

v) Colonia del Sacramento, é uma cidade colonial, fundada por portugueses, em 1680 e devido suas ruas de paralelepípedos, suas construções que retratam a época de fundação e os museus é patrimônio histórico do mundo pela UNESCO.

vi) O turista ecológico também pode ter o Uruguai como destino, uma vez que o país oferece ambientes livres de contaminações, como declara o site Turismo del Uruguay.com (2011) “Se há algo do que nós podemos nos orgulhar é termos lugares onde a mão do homem não produziu deteriorações e nem modificações ambientais”. Como o Humedales do Leste, localizado no departamento de Rocha, declarado pela UNESCO como Reserva da Biosfera, onde se encontra o maior grupo de palmeiras *Butia Capitata* e a maior população de Cisne de Pescoço Negro do planeta (URUGUAY VISION, 2010).

vii) Para os meses frios os complexos termais é uma proposta relaxante e saudável, com fontes termais com água extraída a mais de dois mil metros de profundidade, com temperaturas entre 34 e 46 graus, estes complexos têm infraestrutura turística. Há águas salgadas, ricas em iodo, ferro, cálcio, magnésio e flúor.

2.1. Os Portos Turísticos Uruguaios

A geografia do país favorece o transporte marítimo e fluvial, uma vez que o território uruguaio possui uma face de cerca de 220 km voltada ao Oceano Atlântico e densa rede fluvial, com cerca de 450 km e

quatro bacias hidrográficas principais: do Rio da Prata, do Rio Uruguai, da Lagoa Mirim e do Rio Negro. Por esse motivo, mais de 70% do volume total de exportações e importações do país se move por meio do sistema de transportes marítimos e fluviais (BID, 2008).

Os portos uruguaios têm vivenciado um crescimento significativo nos últimos anos, tal crescimento se dá pelo estabelecimento de acordos com as autoridades portuárias, pela modernização de seus terminais e pela exploração do turismo. Com uma política de desenvolvimento em longo prazo, os portos uruguaios devem se tornar um dos principais da América do Sul.

Dentre os portos uruguaios os que mais se destacam, quando o assunto é turismo, são:

a) O Porto de Montevideú é o principal porto do Uruguai e é considerado um eficiente e competitivo centro logístico para o Mercosul, por ser o porto mais próximo da costa leste da América do Sul para a rota com a Ásia. Também liga o interior da América do Sul ao Oceano através da hidrovia Paraguai - Paraná. O Centro de Navegación (2011) explica que o porto é classificado como ‘porto livre’, ou seja, é uma zona aduaneira onde as mercadorias são isentas de quaisquer taxas e sobretaxas de importação.

Atualmente o Porto de Montevideú, está sofrendo um projeto de ampliação da capacidade de movimentação de carga, financiado pelo BID em 2008, que visa à construção de um cais polivalente e o aprofundamento do canal de acesso para permitir a entrada de navios maiores. “Além disso, o projeto vai oferecer assistência técnica através de capacitação, estudos de viabilidade e trabalhos de consultoria relacionados com o programa” (BID, 2009).

Segundo a ANP (2010), o organismo autônomo do Ministério dos Transportes do Uruguai, o Porto de Montevideú, é um porto multiusos com operações de navios

cargueiros e de pesca, cruzeiros turísticos que atraem turistas de todo o mundo e ferry que transportam viajantes e seus veículos.

Com uma localização estratégica para a prática do turismo, está próximo a diversos pontos turísticos da capital. Os turistas que desembarcam neste porto, encontram logo à frente o Mercado del Puerto e caminhando podem desfrutar de um passeio histórico e cultural pela Ciudad Vieja.

b) O Porto de Nuestra Señora de La Candelaria, mais conhecido como Porto de Punta del Este, é predominantemente turístico e dado sua importância ao departamento, constantemente, está melhorando sua infraestrutura. Em torno do porto, há o comércio de frutos do mar, restaurantes e também empresas turísticas que oferecem aos visitantes passeios náuticos e terrestres, hospedagem e diversas opções de lazer. O porto tem recebido importantes competições náuticas.

Por ser um porto de dimensões pequenas, os cruzeiros que possuem escala em Punta del Este, atracam fora do porto. Os passageiros chegam ao continente por meio de barcos e lanchas nacionais que os buscam no navio.

c) Somente os portos de Montevideú e Punta del Este, recebem cruzeiros. No entanto, é em Colonia Del Sacramento que se encontra o Porto de Colonia, esse também é uma das principais portas de entradas para os turistas que vem de Bueno Aires. Segundo a ANP (2010) em razão das instalações e da movimentação é o principal porto de passageiros do Uruguai. Várias empresas operam embarcações que transportam passageiros e veículos. Em 2010, o tráfico de passageiros superou em 10% ao exercício anterior, 2009, e em comparação com o exercício 2008, em 8%. (ANP, 2010). No Porto de Colonia, há outro pequeno porto, chamado de “Puerto Viejo” destinado a embarcações desportivas e de recreio.

2.2. Os Cruzeiros

Apesar de ser considerado um meio de transporte o cruzeiro marítimo se diferencia dos demais meios de transporte, uma vez que além de locomover passageiros de um destino ao outro, ele também proporciona muitas atividades de lazer para seus passageiros. Como descreve Ribeiro (2011) *“Os navios de cruzeiros são projetados para possibilitar ao passageiro a vivência de uma multiplicidade de atividades de lazer num único local ao mesmo tempo em que ele se desloca”*.

Os cruzeiros são grandes navios transatlânticos que possuem características que os assemelham com resorts, ou seja, são embarcações flutuantes com conforto, facilidades e até mesmo o status que permite a comparação com os melhores resorts terrestres. Eles são equipados para o desenvolvimento de atividades físicas como ginástica, hidroginástica, danças, esportes diversos realizados em quadras desportivas; atividades sociais, como festas e jantares temáticos, apresentações de peças teatrais e exibições de filmes, shows musicais, espetáculo circense; atividades intelectuais, como curso de imersão de determinado idioma, oficinas de artesanato e gastronomia; além destas atividades, em um cruzeiro é possível desfrutar das piscinas, brinquedotecas, cassinos e outros serviços de divertimentos e entretenimentos. Por tais características, pelos serviços oferecidos, pelos diversos tipos de cruzeiros, pelas inovações tecnológicas que tornaram os navios cada vez maiores, os cruzeiros têm sido considerados como ‘um destino em si’ (BRITO, 2006).

Ribeiro (2011) observa que esta diversificação na programação, nos espaços e equipamentos oferecidos permite ao cruzeirista relaxar, vivenciar, assistir ou praticar atividades durante as 24 horas do dia. Há cruzeiros segmentados para grupos específicos de pessoas, como cruzeiros voltados para os públicos GLBTS, 3ª idade

ou fãs de determinada personalidade, no entanto a maioria dos cruzeiros é voltada ao público em geral e possuem programações para todas as faixas etárias e interesses. Para atender a todos esses diferentes passageiros a tripulação possui nacionalidades e especializações diversas.

O turismo de cruzeiros é uma das atividades turísticas que mais cresce no mundo. E no Uruguai isso não é diferente, segundo a ANP (2010) durante a temporada 2009-2010 se observou um crescimento de 11% do total de cruzeiros que chegaram aos Portos de Montevideu e Punta del Este e está previsto um crescimento sustentável para as próximas temporadas.

Ainda segundo a ANP (2010), um cruzeiro que faz escala em um porto, promove outros negócios além dos próprios serviços que demandam os cruzeiros. Isto é, quando um cruzeiro atraca em um porto, além dos serviços de retirada dos resíduos e de abastecimento, o desembarque dos passageiros geram outros negócios como o comércio de artesanatos e produtos típicos locais, o transporte terrestre, restaurantes e visitas a pontos turísticos.

3. ANÁLISE, DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Uruguai apresenta vastas condições apropriadas para o desenvolvimento do turismo marítimo, começando pela sua geografia favorável, possuidora de uma costa balneária extensa, com mais de 600 km, banhados pelo Oceano Atlântico e pelo Rio da Prata, tendo um clima temperado e longos dias ensolarados no verão, belos cenários naturais e com alta preservação ambiental, rica história de colonização e de independência, população hospitaleira que tem como idioma o espanhol/castelhano, o segundo idioma mais falado no planeta, alimentação rica em carne de gado, que é muito apreciado por diversos povos, entre outros aspectos que propiciam a prática do turismo e especificamente desse tipo.

Agregando a essa constatação, verifica-se que a modalidade dos cruzeiros marítimos, está em plena expansão em todo o mundo e no Uruguai também. Em contrapartida estão os portos uruguaios, ou seja, dos principais portos - Montevideu, Colonia, Juan Lacaze, Nueva Palmira, Gray Bentos, Paysandú, Salto, Sauce, Punta del Este e La Paloma, somente 3 recebem passageiros - Montevideu, Colonia e Punta del Este. Dentre esses 3, só 2 são utilizados para a realização de escalas de cruzeiros – Montevideu e Punta del Este, e apenas 1 – Montevideu - possibilita a atracagem no porto.

Outro fator a se destacar é que os portos de Montevideu e Punta del Este são apenas escalas e não origem ou destino desses cruzeiros. Tendo os passageiros pequenos espaços de tempo para explorar e desfrutar do país. Cidades que são destino ou origem de cruzeiros recebem turistas que se hospedam e permanecem no local mais tempo, deixando maior quantidade de dinheiro.

Apesar do porto de Punta del Este não oferecer a devida infraestrutura para atracagem dos cruzeiros e necessitar de embarcações auxiliares para o transporte dos passageiros até o continente, tomando por base os dados da ANP (2010) essa escala vem atraindo muito turistas, superando as baixas condições de infraestrutura.

Sendo o turismo a segunda fonte de renda do Uruguai fica evidente que ainda é preciso melhor explorar os cruzeiros marítimos e que os portos uruguaios precisam estar atentos a essa demanda do país e do mundo. Que o projeto de ampliação da capacidade do porto de Montevideu, financiado pelo BID, seja exemplo para novos projetos visando o

desenvolvimento e a melhoria dos demais portos uruguaios com foco no turismo marítimo.

Referências

ANP - Administración Nacional de Puertos. **Cifras 2010: Estadísticas y Mercados Comercialización. División Desarrollo Comercial, Montevideo, 2010.**

AVILA, Patricia e Hornos, Conrado. **Unesco declara o tango patrimônio de Argentina e Uruguai.** Estadão.com.br, 30 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,unesco-declara-o-tango-patrimonio-de-argentina-e-uruguai,443725,0.htm>. Acesso em: 08 de março de 2011.

BBC BRASIL. **Uruguai aprova lei que permite união civil de homossexuais.** nominuto.com, 19/12/2007. Disponível em: <http://www.nominuto.com/noticias/mundo/uruguai-aprova-lei-que-permite-uniao-civil-de-homossexuais/9717/> Acesso em: 08/03/2011.

BID - *Banco Interamericano de Desarrollo*. **BID ayudará a Uruguay a modernizar el puerto de Montevideo, centro logístico clave de IIRSA.** Comunicados de prensa, 16/10/2008. Disponível em: <http://www.iadb.org/es/noticias/comunicados-de-prensa/2008-10-16/bid-ayudara-a-uruguay-a-modernizar-el-puerto-de-montevideo-centro-logistico-clave-de-iirsa,4815.html>. Acesso em: 09 de março de 2011.

BID - *Banco Interamericano de Desarrollo*. **Uruguay obtiene apoyo del BID para modernizar puerto de Montevideo.** Comunicados de prensa, 04/12/2009. Disponível em: <http://www.iadb.org/es/noticias/comunicados-de-prensa/2009-12-04/uruguay-obtiene-apoyo-del-bid-para-modernizar-puerto-de-montevideo,6045.html>. Acesso em: 10 de março de 2011.

BRITO, Telma Medeiros. **Cruzeiros Marítimos como opção de lazer.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física - UNICAMP, Campinas, 2006.

CAMPODONICO, Rossana e DA CUNHA, Nelly. **La incidencia del transporte en el desarrollo del turístico del Uruguay: el caso de ONDA (1935-1980).** *Estud. perspect. tur.* [online]. 2010, vol.19, n.3, pp. 422-440.

CENTRO DE NAVEGACIÓN. **Puerto de Montevideo - Principales Características.** Disponível em: <http://www.cennave.com.uy/content/view/267/160/>. Acesso em: 10 de março de 2011.

INE – Instituto Nacional de Estadística. **Uruguay en Cifras 2010 - Población.** Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/uruguayencifras2010/uruguay%20en%20cifras%202010.asp>. Acesso em 07 de março de 2011.

LESCANO, Héctor. **Bienvenidos a Uruguay. Uruguay Visión, 2010.** Disponível em: <http://www.uruguayvision.com/sistema/ficha.php?accion=mostrar&ruta=%3AInformaci%C3%B3n+de+Uruguay%3ABienvenidos%3A&rutaId=:2:191:&id=1>. Acesso em 08/03/2011.

LOMBARDI, M.; VEIGA, D. **Estructura socio-económica y distribución espacial de la población en el Uruguay,** Montevideu, Cuadernos CIESU n. 33, 1979.

PEREIRA, Livia. **Piriápolis, um paraíso uruguaio no Atlântico**. Uol Estilo. Viagem, 03/04/2008. Disponível em: <http://viagem.uol.com.br/ultnot/2008/04/03/ult4466u222.jhtm>. Acesso em: 08/03/2011.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010** — Edição do 20º Aniversário. Tabelas de indicadores do desenvolvimento humano. Disponível em: <http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh2010/capitulos/pt/>. Acesso em 08 de março de 2011.

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. **Os Cruzeiros Marítimos Enquanto Possibilidades de Descanso, Diversão e Desenvolvimento no Lazer**. Disponível em: <http://www.tavarestraducoes.com.br/arquivos/anais-olivia.pdf>. Acesso em 13 de março de 2011.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2009**. [home](#), [policy research](#), [surveys indices](#), [cpi](#), [2009](#), PI 2009 Table. Disponível em: http://archive.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table. Acesso em 08/03/2011.

Turismo del Uruguay.com. **Turismo Ecológico**. Disponível em: <http://www.turismodeluruguay.com/portugues/paseoturist/turismoecologico/centro.htm>. Acesso em 08/03/2011.

URUGUAY VISION. Inicio / Rocha / Información de Rocha 2010. **Uruguay Visión, 2010**. Disponível em: <http://www.uruguayvision.com/sistema/ficha.php?accion=mostrar&ruta=%3ARocha%3AInformaci%C3%B3n+de+Rocha%3A&rutaId=:35:105:&id=87>. Acesso em 08/03/2011.

*Recebido em 05/05/2013
Aprovado em 15/05/2013*

MODELOS DE GESTÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES COOPERADAS DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Monica Fernandes Canziani*

Resumo

O presente artigo, escrito entre 2001/2002, deve ser compreendido em seu contexto, considerando a temporalidade como razão da defasagem de argumentos e dados aqui apresentados. Inicialmente são apresentados conceitos e dados acerca das pequenas propriedades agrícolas no Brasil e sua importância no Valor Bruto da Produção – VPB. Na sequência o texto sugere algumas intervenções como forma de agregar valor às pequenas propriedades e sugere o método de análise-diagnóstico utilizado pela FAO como meio para compreender as expectativas dos agricultores, assim como diagnosticar os fundamentos do sistema agrário ao qual pertencem. Finalmente, o texto convoca para que sejam analisados comparativamente as intervenções bem como os resultados obtidos até 2001 e após este período no Paraná e no Brasil.

Palavras-chave: administração rural; sistemas agrários; agricultura familiar.

Resumen

Para este artículo escrito entre 2001/2002, en su contexto, se tuvo en cuenta la temporalidad como la razón de los argumentos de retraso, en los datos que se presentan. Primeramente, conceptos y datos sobre las pequeñas explotaciones en Brasil y su importancia en la VPB. Siguiendo el texto, sugiere algunas injerencias -como una forma de valor agregado a la pequeña propiedad y el método de análisis utilizado por el diagnóstico de la FAO- para comprender las expectativas de los agricultores, así como el diagnóstico de los fundamentos del sistema agrario a la que pertenecen. Por último, se aboga por intervenciones que son comparativamente analizadas en los resultados obtenidos hasta el año 2001 y después de este período en el Paraná y en Brasil.

Palabras clave: gestión rural; sistemas agrícolas; agricultura familiar.

* Mestre em Administração Rural (UFLA/MG). Especialista em Marketing e Propaganda (CDE/FAE/PR). Bacharel em Administração de Empresas (FAE/PR). E-mail: monica.canzini@unila.edu.br

Introdução

Ampla discussão, acerca da viabilização econômica da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária no Brasil, vem acontecendo entre agentes envolvidos no desenvolvimento do setor rural brasileiro.

Organizações como a FAO, o INCRA, o IICA desenvolvem em conjunto estudos sobre a situação atual de pequenas propriedades (assentados e agricultores familiares) nas diversas regiões do Brasil, objetivando identificar os diferentes sistemas produtivos e o modelo de gestão que viabilize com maior eficiência o desenvolvimento econômico e social das explorações nas pequenas propriedades rurais, consideradas as especificidades comuns aos membros que identificam determinado sistema produtivo.

A importância do tema reflete da elevada participação da agricultura familiar no valor bruto de produção (VBP) agropecuária no Brasil. De acordo com o censo agropecuário de 1995/96 do IBGE, a agricultura familiar, com apenas 30,5% da área explorada e contando somente com 25% do financiamento total para produção agrícola, é responsável por 37,9% de toda a produção nacional.

Entretanto ao avaliarem-se apenas as pequenas propriedades, a representatividade de suas participações no VBP diminui consideravelmente, principalmente pela utilização imprópria dos recursos disponíveis (mão de obra intensiva) em desacordo com as necessidades das culturas exploradas, ou dos métodos de exploração, ou das formas de gestão. Enfim, percebe-se que ao isolarmos pequenas propriedades (com até dois módulos básicos regionais), a eficiência dos resultados das explorações agrárias é bastante restrita, dificultando a sobrevivência e inviabilizando o desenvolvimento destas unidades produtivas.

A discussão sobre o papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro intensificou-se juntamente com os debates sobre desenvolvimento sustentado e reforma agrária. A elevação do número de agricultores assentados em pequenas áreas e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem a seriedade com que o tema é tratado dada sua importância econômica e social no país.

Definição do Problema e Hipóteses

Dentre as dificuldades enfrentadas, pelos organismos ligados ao setor rural no Brasil, para determinar conclusiva e eficientemente quais alternativas permitem maximizar o desempenho das pequenas propriedades, destaca-se como principal, a grande diversidade de sistemas produtivos, entre e intra regionais, que apresentam diferenças significativas nas variáveis socioeconômicas, culturais, de gestão, de desenvolvimento e uso de tecnologia, climáticas, de solo, entre outras. Esta diversidade de sistemas produtivos somada a aceleração das mudanças nos mercados interno e externo, transformam a viabilização e crescimento da exploração rural em pequenas propriedades, num desafio de grande importância estratégica para garantir o bem estar comum de parte considerável da sociedade e que apresentam alto grau de dificuldade e complexidade nas estruturas socioeconômicas do Brasil

No Brasil 39,8% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 5 há, sendo que outros 30% possuem entre 5 a 20 há e 17% possuem entre 20 e 50 há. Ou seja, 87% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 50 há. Mesmo ocupando apenas 30% da área, a agricultura familiar é responsável por 76,9% do pessoal ocupado nas atividades agrícolas (cerca de 14 milhões de pessoas), os quais são em

96% compostos por membros da própria família e apenas os 4% restantes representam mão de obra contratada. A problemática evidenciada por esses números é a de não haver ocupação externa às suas propriedades para esta mão de obra dos membros das unidades familiares, sendo elas, desta forma, sub utilizadas, gerando como consequência rendas inferiores aos seus custos de oportunidade (potencial de geração de riquezas). Devido a predominância da exploração manual e da baixa intensidade de uso de tecnologia (insumos), a cada 7,8 há é utilizado o trabalho de uma pessoa na agricultura familiar.

Com a expectativa criada em torno da aceleração do processo de distribuição fundiária a partir de 2003, a área de exploração referente as pequenas propriedades deverá aumentar de acordo com a capacidade de realização do programa de reforma agrária do governo. Este aumento significativo da área explorada por pequenas propriedades tende a reproduzir a ineficiência dos resultados obtidos por suas atividades na atual estrutura do mercado agrícola.

As organizações ligadas ao setor rural no Brasil (FAO, INCRA, IICA, entre outras) descrevem inúmeras dificuldades que a agricultura familiar enfrenta na exploração de suas pequenas propriedades. Entre elas, a dificuldade de acesso aos créditos financeiros oferecidos pelo mercado e a incapacidade de adquirir (individualmente) os bens de produção (máquinas, equipamentos e insumos de alta tecnologia), assim como as dificuldades de exploração de culturas alternativas, de maior valor agregado (em função do menor volume de oferta), mas que apresentam maiores dificuldades na comercialização (maiores custos e necessidade de maiores habilidades técnicas e de gestão, pois requerem a manipulação de variáveis mais complexas de mercado, se comparadas aos produtos tradicionais). Estas são algumas

entre várias questões que aparecem como grandes obstáculos à gestão eficiente dessas propriedades, as quais, em sua grande maioria, apresentam baixos resultados nas suas explorações.

Não havendo intervenção no atual modelo, a exploração ineficiente pelas causas estruturais acima apresentadas, deverá crescer proporcionalmente ao aumento da área correspondente as pequenas propriedades. Manter as mesmas estruturas e regras de funcionamento do mercado agropecuário brasileiro poderá vir a ser a razão da tão esperada reforma agrária não obter, a médio e longo prazos, o sucesso esperado enquanto forma de redistribuição de renda no Brasil.

Na maior parte dos estudos técnicos das organizações ligadas ao mercado agropecuário, o movimento apresentado como a forma mais eficiente de superar algumas das dificuldades da exploração agropecuária de modo geral é o de buscar encontrar maneiras de agregar valor aos seus produtos a nível das propriedades rurais.

Agregar valores aos produtos agropecuários significa transformá-los, de sua habitual forma de commodities (produtos indiferenciados, que não permitem a interferência individual dos produtores nas condições de comercialização, nem a identificação da origem dos produtos), em produtos diferenciados sobre os quais torna-se possível interferir individualmente nas condições de oferta dos mesmos.

Produtos orgânicos, variedades modificadas de sementes, processamentos, industrialização, embalagens diferenciadas, processos produtivos diferenciados, padronização da qualidade, entre outros, são exemplos de diferenciação de produtos agropecuários capazes de agregar-lhes valores.

Várias instituições de pesquisa no país, entre elas UFV, UFLA, UFRGS, ESALQ, USP, EMBRAPA, entre outras, tem desenvolvido modelos de análise dos resultados econômico-financeiros das

atividades rurais e métodos de processamento industrial e/ou melhoramento genético e tecnológico capazes de agregar valor aos produtos das explorações agropecuárias a nível de propriedades rurais, inclusive das de pequenas dimensões.

Se a identificação dos problemas e as possíveis formas de solução já foram desenvolvidas pelas instituições ligadas ao setor rural brasileiro, por que razão a estrutura do mercado não tem se alterado suficientemente? A resposta é a mais óbvia possível: pela falta de recursos para os investimentos necessários na implantação destes projetos, e ainda, como já abordado anteriormente, os pequenos produtores dificilmente tem acesso aos recursos financeiros disponíveis no mercado; também por deficiências na articulação entre os vários agentes envolvidos na solução desses problemas, ou seja, responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento técnico da implantação de projetos viáveis (articulação esta que não tem alcançado a eficiência necessária para transformar planos em realizações práticas).

Aparentemente o modo mais eficaz de superar a dificuldade de acesso aos bens de capital é através da adoção do modelo cooperativista/associativista, com a solidarização dos créditos obtidos no mercado e dos conseqüentes comprometimentos das garantias necessárias a estas captações, promovendo assim o investimento gerador de propriedade coletiva da estrutura e/ou tecnologia que irá agregar valor a produção de todo o grupo cooperado. Deste modo há ganhos inclusive nas dimensões dos projetos que poderão contar com garantia de maior montante captado de bens de capital e de maiores volumes de matérias primas locais e próprias para agregar-lhes valores.

Outro modo de viabilizar a sobrevivência de sistemas produtivos de pequenas áreas é através da participação em relações comerciais com agroindústrias que ofereçam oportunidades de produções

verticalizadas. Os sistemas verticais mais comuns são aqueles nos quais a agroindústria, detentora dos bens de capital (tecnologia, matéria-prima e insumos), fornece aos seus parceiros os meios de produção e responde pelo suporte técnico, enquanto os pequenos produtores entram com a mão de obra na exploração da atividade em suas áreas, sendo remunerados por esta prestação de serviços. Em muitos casos este modelo beneficia a todos os agentes participantes do processo, sendo portanto uma opção viável, pois disponibiliza aos pequenos produtores os bens de capital que lhes são escassos e remunera sua mão de obra (principal recurso disponível na maior parte dessas propriedades).

Considerando as afirmações de alguns autores de que os cidadãos assentados pela reforma agrária tem aptidões sociais e políticas para ações coletivas, aparentemente a viabilização do processo de reforma agrária estaria garantida através de práticas cooperativistas/associativistas. Mas há autores que discordam da existência desta predisposição ao comprometimento coletivo, sem chegar, contudo, a negar tal possibilidade.

Entretanto sabe-se que a simplicidade do processo de instalação de assentamentos é apenas aparente. Na realidade o processo de assentamento dos grupos é de grande complexidade, devendo ser planejado de forma sistêmica, com a participação efetiva de seus membros em todas as fases do plano de implantação dos assentamentos.

Métodos de Análise

Tentando garantir o sucesso dos assentamentos implantados, inicialmente é necessário que se proceda a análise-diagnóstico como propõe o grupo da FAO/INCRA, para que se identifique as principais potencialidades, experiências e

expectativas que o grupo traz consigo, assim como são necessárias as análises das características de solo e clima locais e dos mercados consumidores disponíveis para absorverem a produção que se pretende obter.

Processos de produção e estudos de viabilidade econômico-financeira de projetos são facilmente disponibilizados pelos centros de pesquisa ligados ao setor rural, como já dito anteriormente. Deste modo a análise-diagnóstico deverá, principalmente, ouvir dos assentados e demais produtores envolvidos, suas experiências e expectativas em relação a nova realidade que agora assumem, para, em conjunto, definirem o projeto da exploração econômica que deverá ser implantado.

De acordo com o Guia Metodológico do Curso "Análise-diagnóstico de sistemas agrários" oferecido através do convênio INCRA/FAO, de forma esquemática a análise-diagnóstico deve permitir:

- fazer um levantamento das situações ecológica e socioeconômica dos agricultores e suas áreas;
- identificar e caracterizar os principais tipos de produtores e os principais agentes envolvidos no desenvolvimento rural (comércio, empresas de integração, bancos, agroindústrias, poder público, etc.);
- identificar e caracterizar os principais sistemas de produção adotados por esses diferentes produtores, as suas práticas técnicas, sociais e econômicas e os seus principais problemas;
- caracterizar o desenvolvimento rural em curso, isto é, as tendências de evolução da agricultura na região;
- identificar, explicar e hierarquizar os principais elementos - ecológicos, sócio-econômicos, técnicos, políticos, etc. - que determinam essa evolução;
- realizar previsões sobre a evolução da realidade agrária;

- sugerir políticas, programas e projetos de desenvolvimento e ordenar as ações prioritárias;

- sugerir indicadores de avaliação dos projetos e dos programas.

Como se pode observar, vários dos itens acima já estão previamente disponíveis, devendo-se apenas sistematizar tais informações, dando início ao Sistema de Informações de Apoio à Decisão que deverá ser mantido e atualizado indefinidamente. Deste modo evita-se o retrabalho, permitindo que a análise-diagnóstico seja rápida e operacional, tendo em vista garantir a sua aplicabilidade no desenvolvimento rural, devendo, entretanto, ser elaborada cientificamente, ou seja, não apenas descrevendo a realidade, mas sobretudo, explicando-a.

Conforme demonstra a Figura 1, para possibilitar a compreensão dos relacionamentos identificados pela análise-diagnóstico, deverão ser observadas as seguintes etapas, sobre as quais serão elaboradas hipóteses que precisarão ser confirmadas ou não nas etapas seguintes. As etapas deverão ser ordenadas na seqüência abaixo:

- a) análise das informações pré-existentes;
- b) leitura da paisagem;
- c) resgate da história;
- d) organização das informações obtidas para compor o zoneamento agroecológico e a história do sistema agrário;
- f) identificação da tipologia dos produtores e dos sistemas de produção;
- g) determinação de amostra dirigida para:
 - i. caracterização dos sistemas de produção;
 - ii. estudo dos itinerários técnicos;
 - iii. análise agrônômica;
 - iv. análise econômica;
 - v. modelização;
- g) determinação de amostra representativa para quantificação dos diferentes tipos de sistemas produtivos, se necessário;
- h) elaboração da síntese final do diagnóstico;

i) elaboração de propostas para o desenvolvimento rural.

Aparentemente entre as maiores dificuldades que se apresentam na viabilização de projetos cooperativos de produção e processamento, junto aos assentamentos e aos pequenos produtores de modo geral, estão de um lado a articulação dos diferentes agentes que participam do processo (agricultores, extensionistas, pesquisadores, MRA, agentes financeiros e fornecedores), tanto no que diz respeito a organização, planejamento, execução e controle no desenvolvimento do projeto, quanto na distribuição das recompensas pelos papéis desempenhados, ou seja na determinação da responsabilidade e do dimensionamento dos custos do projeto e de seus agentes; e do outro lado, a determinação das diretrizes que deverão orientar as definições dos projetos e as prioridades para a escolha entre eles.

Inicialmente, como ponto de partida para o desenvolvimento de estudo aprofundado sobre modelos de gestão para a implantação de unidades cooperadas de produção e processamento em assentamentos da reforma agrária no Brasil, pode-se dizer que de modo sintético, a seguir, estão delineadas as orientações por onde se deverá iniciá-los.

(1) Quanto aos critérios de recompensas dos agentes:

Ao considerar-se que pesquisadores e extensionistas são, em geral, componentes dos quadros de servidores do governo, suas participações, a princípio, não devem onerar diretamente ao projeto, devendo suas recompensas serem estabelecidas na estrutura da administração pública, garantindo àquelas instituições com maiores participações os devidos méritos compensatórios.

Quanto ao MRA, a participação nos referidos projetos em questão, nos quais deverá agir como coordenador e regulador

das políticas, normas e procedimentos dos mesmos, representa parte de suas funções essenciais, as quais justificam sua existência junto a administração pública, não devendo, portanto, seus serviços onerarem diretamente ao projeto.

Restam os recursos financeiros, os quais deverão ter suas taxas, carências, prazos e formas de pagamento e garantias, enfim, seus custos ligados diretamente aos projetos, definidos por legislação específica. Deverá ainda ser estipulado por lei o montante mínimo de recursos que os agentes financeiros deverão dispor para a realização de tais projetos.

E finalmente quanto a remuneração dos fornecedores dos bens de produção necessários à implantação dos projetos, poderá ser viabilizada a transação pelos valores de custo dos bens, sendo que os "ganhos" dos fornecedores poderão representar valores justos (créditos) amortizados dos saldos de impostos federais e estaduais devidos pelos mesmos.

2 - Quanto a priorização e definição das diretrizes para desenvolvimento dos projetos:

Certamente a prioridade que será dada as regiões mais carentes do país não deverá inviabilizar ou mesmo retardar a implantação de projetos de grande viabilidade e baixos custos em áreas que já apresentem condições mais satisfatórias de bem estar comum e desenvolvimento econômico, pois suas implantações garantirão a geração de excedentes necessários à nossa economia.

Os critérios mercadológicos para a opção entre projetos deverão apontar para aqueles que melhor absorvam mão de obra, que sejam capazes de suprir deficiências de abastecimento locais e regionais (minimizando custos de transportes) e que se adaptem com grande eficiência as características de solo e de clima da região

(minimizando custos de produção) ou ainda, que apresentem diferenciais competitivos que lhes permitam atender segmentos de mercado com grande potencial de crescimento, sejam eles internos e/ou externos, capazes de garantir a estabilidade e/ou o crescimento da demanda a médio e longo prazos e que possam obter preços de venda que absorvam os custos de transporte, de distribuição e armazenagem, além dos custos de comunicação, garantindo desta forma a margem de lucro dos produtores.

Preferencialmente os projetos deverão objetivar a minimização da pericibilidade dos produtos agropecuários, com a conseqüente diminuição das perdas, dos custos de armazenagem e das variações sazonais de preços. As definições sobre as dimensões iniciais dos projetos deverão basear-se na construção de cenários de longo prazo, priorizando-se aqueles com maiores expectativas de crescimento da demanda e/ou aumento real de valor de mercado.

Há também o fator restritivo da característica sazonal da produção agrícola cujas principais matérias primas utilizadas em tais projetos apresentam, em sua grande maioria. Encontrar a melhor forma de absorver e minimizar as variações de custo das matérias primas, em função de sua origem e sazonalidade, deve ser considerado fator importante na análise de viabilidade e definição entre projetos possíveis.

Considerações Finais

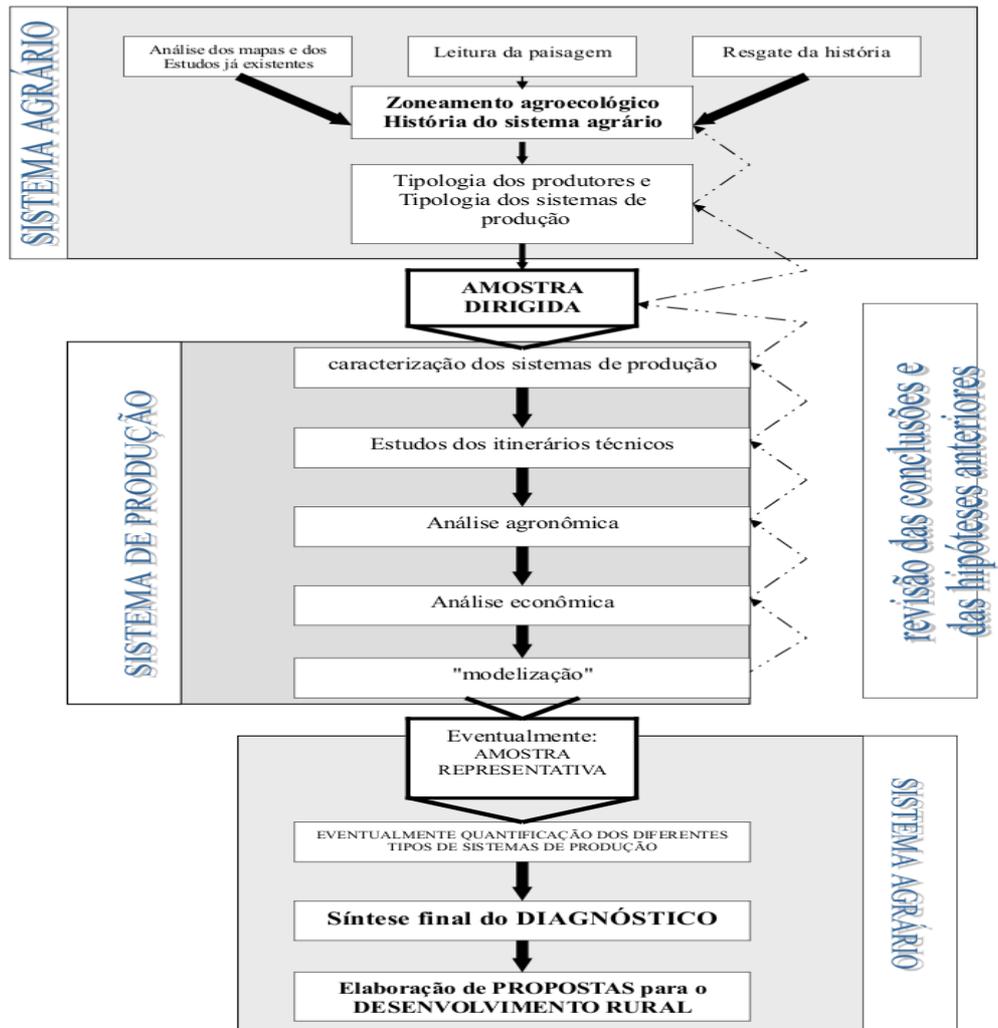
De modo amplo conclue-se que o modelo de gestão deverá objetivar o desenvolvimento local, agindo para transformar problemas em soluções, dificuldades em oportunidades, deficiências em potencialidades, na busca do desenvolvimento sustentado, propondo soluções oportunas, promovendo ações que reforcem as potencialidades econômicas, sociais e culturais dos municípios onde estão

inseridos os projetos, possibilitando o exercício pleno da cidadania e maximizando o bem estar comum, para que seja possível levar ao campo a renda necessária para que a população rural permaneça no interior e para que a ele retornem aqueles que migraram aos grandes centros urbanos por falta de oportunidades de trabalho e de qualidade de vida nos pequenos municípios espalhados pelo interior do país.

Como resultado da análise preliminar do problema evidenciado, pode-se dizer que a determinação do modelo de gestão ideal para a implantação de unidades cooperadas de produção e processamento em assentamentos da reforma agrária no Brasil deverá apoiar-se nas conclusões de no mínimo três diferentes abordagens analíticas da realidade do setor rural. São elas:

- i) Identificação e mapeamento dos diferentes sub-sistemas ecológicos e político-sociais da exploração agrícola em pequenas propriedades nas diversas regiões do país;
- ii) Desenvolvimento de projetos de explorações agrícolas, de maiores valores agregados às produções, que sejam viáveis e adequados às características peculiares dos sub-sistemas identificados;
- iii) Análise comparativa dos componentes e da eficiência dos resultados dos programas de incentivos à agricultura familiar e à agroindustrialização do setor rural existentes no governo anterior (1994/2002) e na administração atual (2003/08), nos níveis estadual (Paraná) e nacional.

Figura 1 - As Etapas de uma Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários



Referências

IICA/NEAD/MPF. A Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto. 2002.

CEPAL/FAO/GTZ. Agroindustria y Pequeña Agricultura: Experiencias y Opiciones de Transformacion. 1998.

INCRA/FAO. Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: Guia Metodológico.

INCRA/IICA. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. 1999.

CANZIANI, J. R. Assessoria Administrativa a Produtores Rurais no Brasil. 2001.

CANZIANI, M. F. Desenvolvimento e análise econômico-financeira da exploração de ovinos de lã e industrialização de sua produção como forma de agregar valor a produção em minifúndios: um estudo de caso. 2001.

*Recebido em 28/12/2012
Aprovado em 25/03/2013*

A DESIGUALDADE DE RENDA E SUA RELAÇÃO COM A DISTRIBUIÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Walcir Soares da Silva Junior*

Resumo

Os estudos mais recentes, ao mesmo tempo em que têm observado um avanço em relação à redução das desigualdades educacionais, mostram que alguns países, como, por exemplo, o Brasil, ainda possuem um atraso muito grande com relação à igualdade educacional. No entanto, mesmo que lentamente, são observadas reduções nas desigualdades tanto educacional como de renda, apesar do dilema de políticas que influenciem diretamente a redução da desigualdade de renda e a desigualdade educacional. A recente redução da desigualdade também tem forte associação com a educação. No entanto, a segmentação do mercado de trabalho, a discriminação de gênero ou racial, e a desigualdade na experiência são outros fatores que também têm impacto significativo na desigualdade. Ainda assim, a educação tem um papel bastante preponderante na desigualdade de renda. Além do fato de que como políticas públicas educacionais são mais fáceis de serem colocadas em prática que políticas voltadas ao mercado de trabalho, este se torna um bom incentivo para agir em prol da melhora na desigualdade de renda.

Palavras-chave: desigualdade educação, desigualdade de renda, índice de Gini Educacional, crescimento econômico.

Abstract

More recent studies, while they have seen an improvement on the reduction of educational inequalities show that some countries, such as Brazil, still have a long delay with respect to educational equality. However, even if slowly, are observed reductions in both educational inequalities as income despite the dilemma of policies that directly influence the reduction of income inequality and educational inequality. The recent reduction in inequality also has a strong association with education. However, the segmentation of the labor market, discrimination, gender, race, and inequality in experience are other factors that also have significant impact on inequality. Nevertheless, education has a very prominent role in income inequality. Besides the fact that how educational policies are easier to put in place policies that focused on the labor market, this becomes a good incentive to act in favor of the improvement in income inequality.

Keywords: education inequality, income inequality, the Gini index Educational, economic growth.

* Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (PPGDE/UFPR). E-mail:wssjunior@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Estudos na área da economia da educação se preocupam não mais em discutir se a educação afeta o crescimento e desenvolvimento econômicos, mas sim entender os canais pelos quais se dá esse crescimento e desenvolvimento, e permitir aos gestores de política tomar as decisões corretas dados os recursos escassos.

O intuito deste trabalho é dar um panorama exploratório de toda a literatura envolvendo a educação, a desigualdade desta, e as relações entre a desigualdade educacional e a desigualdade de renda. Os estudos mais recentes, ao mesmo tempo em que têm observado um avanço em relação à redução das desigualdades educacionais, mostram que alguns países, como, por exemplo o Brasil, ainda possuem um atraso muito grande com relação à igualdade educacional. No entanto, mesmo que lentamente, são observadas reduções nas desigualdades tanto educacional como de renda, mas ainda assim, existe um dilema entre políticas que influenciem diretamente a redução da desigualdade de renda e a desigualdade educacional.

Os grandes responsáveis pela teoria do capital humano, Schultz, Becker e Mincer fizeram parte da geração acadêmica preocupada em mensurar os retornos da educação. A partir de meados dos anos 1960, a preocupação acadêmica com a associação entre renda e educação começou a aumentar, e a educação passou a ser vista também como investimento, que através do aumento da produtividade do trabalhador, elevaria sua renda.

A partir dos anos 1970, a corrente credencialista passou a questionar essa ideia de aumento da produtividade, atribuindo a elevação da renda, simplesmente a uma remuneração às habilidades inatas do trabalhador, sendo a escolaridade apenas uma forma de sinalizar as boas habilidades do indivíduo. Apesar de divergirem no

argumento, as duas teorias dizem que um aumento no nível de educação gera um aumento no nível da renda. (BOWLES, 1975).

As décadas de 1980 e 1990 tinham como desafio, então, testar empiricamente as duas teorias, e descobrir qual das duas se adequava mais à realidade. Uma das principais descobertas foi a de que cada ano de escolaridade formal gera um aumento de aproximadamente 10% na renda média do trabalhador, sendo que no máximo 20% deste aumento é explicado pela sinalização. Em outras palavras, no mínimo cada ano de escolaridade eleva a renda em 8% em média, pelo aumento da produtividade. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Já a relação entre escolaridade e crescimento econômico é mais problemática. Diversos obstáculos como qual modelo utilizar, que variável melhor representa o nível educacional, erros de medida, endogeneidade e omissão de variáveis, dificultaram a análise por diversos anos. Após resultados não significantes por conta dos erros de medida, os últimos trabalhos chegaram a algumas conclusões interessantes: cada ano de escolaridade medido pelo PEA (população economicamente ativa) eleva a renda em 7% aproximadamente – um resultado modesto em relação às previsões anteriores, mas suficiente para explicar diferenças entre as rendas *per capita* de diversos países. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Comparecer à escola acarreta custos, sejam eles financeiros ou econômicos, mas se supõe também – como dado pela teoria do capital humano - que o benefício gerado é o aumento da produtividade que a educação propicia. Esse aumento no produto marginal por trabalhador, por sua vez, leva a um aumento na renda. Assim, a política educacional pode levar à redução da distribuição de renda, através do aumento desta. No entanto, nessa análise, a suposição do autor de que os indivíduos recebem como salário o seu produto marginal, pode ser

deveras forte, e por esse motivo não é possível estabelecer uma relação causal a partir desta análise. (VELLOSO, 1979).

Castello e Doménech (2002), também encontram que a desigualdade educacional tem impacto negativo no crescimento econômico. No entanto, em alguns estudos como, por exemplo, Benhabib e Spiegel (1994), a correlação entre educação e crescimento econômico é insignificante. Seguindo a metodologia de Shorrocks (1980), uma importante contribuição de Ramos (1991) decompôs a variação de desigualdade entre dois instantes de tempo de acordo com o tipo fenômeno responsável por essa variação, no período de 1977/81 e 1981/85, e constatou que a educação – embora perca importância quando a análise leva em conta a variação da desigualdade – é a variável mais importante na explicação da desigualdade de renda. O autor chega também à importante e contraditória conclusão de que as variações em escolaridade de 1977 a 1981, e depois de 1981 a 1985 provocaram um aumento na desigualdade de renda.

Apesar das evidências em prol da teoria do capital humano, a hipótese credencialista não pode ser descartada, ainda mais se tratando do caso brasileiro. A recente demanda por mais recursos para a educação, e seu efeito no aumento do prêmio salarial para escolaridade, não reflete um aumento proporcional na produtividade dos indivíduos. Pelo contrário, os investimentos educacionais enfrentam um sério problema de risco moral, onde os incentivos para aumentar as credenciais dos trabalhadores são grandes, mas não levam em conta a qualidade da educação. Assim, os trabalhadores preferem se educar ao menor custo possível, auferindo grandes ganhos salariais, sem que isso reflita aumento nas suas competências, colocando o país em conflito na questão de se investir ainda mais em educação, sendo que a quantidade de recursos brasileira nesta área,

em relação aos outros países, já é bastante significativa. (SCHWARTZMAN, 2001).

Assim, deve-se salientar que esta análise inclui questões meramente quantitativas. O problema com a qualidade educacional tem sido um dos pontos mais importantes da literatura atual, e tem efeito generalizado sobre as variáveis econômicas. Os efeitos da qualidade educacional explicando o crescimento econômico têm sido positivos e significativos em uma quantidade não-negligenciável de trabalhos. No entanto, para o intuito imediato, essa análise não é pertinente.⁵

2. OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E A RESISTÊNCIA DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL NO BRASIL

Além dos efeitos sobre a renda e o crescimento econômico, todos sustentados por evidências empíricas, em sua maioria, robustas, a educação possui muitos outros efeitos positivos sociais. O aumento da educação de um grupo que interage com determinado indivíduo, por exemplo, pode aumentar também a sua produtividade. E ainda assim, há outros motivos que justificam os investimentos em educação, alguns deles não especificamente voltados ao mercado de trabalho, mas para outras atividades que o indivíduo possa exercer. Deste ponto de vista, os retornos estão subestimados, pois não levam em conta os retornos sociais da educação, que provavelmente ultrapassam os retornos privados. (GROSSMAN, 2006, in BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

A medida de desigualdade de renda nem sempre representa uma boa medida para distribuição de riqueza por não considerar o capital humano. Modelos mais recentes têm se preocupado com essa questão, considerando também nas análises

⁵ Para mais informações sobre os efeitos da qualidade educacional, ver Hanusheck e Kimko (2000).

da relação entre desigualdade e crescimento o estoque de capital humano. Para o caso brasileiro, a pergunta que se faz é se as desigualdades educacionais regionais podem explicar a grande desigualdade de renda observada, e a grande lentidão que ocorre na convergência regional. (BAGOLIN e PORTO JÚNIOR, 2003).

Quando uma sociedade é muito pobre, poucas pessoas têm acesso à educação, ou seja, a desigualdade educacional é pequena. A partir do momento em que começa a haver acumulação de educação, há inicialmente uma piora na desigualdade educacional, que começa a reverter entre os 4 e 7 anos de escolaridade média do PEA, a partir dos quais um aumento no capital humano sempre reduz a desigualdade educacional, o que já está ocorrendo no caso brasileiro nos últimos anos. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Com relação ao passado, muito se constatou de progressos em relação à educação, a variância dos anos de escolaridade teve um pico em meados da década de 1950 e tem caído desde então. (LAM e LEVISON, 1990). Apesar de constatada, no entanto, essa redução no déficit educacional dentro dos países nos últimos anos, não reflete a desigualdade regional, seja por gênero ou cor, no acesso aos altos níveis educacionais, sendo este um dos principais obstáculos no combate à pobreza. Assim, a desigualdade absoluta e relativa na escolaridade da população brasileira é um dos principais determinantes da concentração de renda, devido ao grande prêmio salarial e escassez de mão-de-obra. (BARROS et al., 2002). Assim, a despeito de vários avanços recentes, o Brasil ainda continua enfrentando um grande problema de desigualdade educacional – desigualdade essa agravada quando em comparação com outros países. (BAGOLIN e PORTO JÚNIOR, 2003).

Castelló e Doménech (2002) apresentam em seu trabalho uma medida

para desigualdade de capital humano, e afirmam que esta medida propicia mais robustez aos resultados que a medida de desigualdade de renda na estimação de equações de crescimento e investimento. Bagolin e Porto Júnior (2003), por sua vez, estimaram para o Brasil um índice de Gini educacional para a população acima de 14 anos no período entre 1986 e 2001, segundo a metodologia de Thomas et al. (2000), utilizando dados relativos aos anos de escolaridade como a taxa média de matrículas nos vários níveis de escolarização. O autor cita que uma alternativa para esta medida seria analisar a evolução do desvio-padrão ou do coeficiente de variação do nível de escolaridade entre regiões. No entanto, esse tipo de análise exige a suposição de igualdade do produto marginal dos trabalhadores, e também não capta mudanças na média da distribuição dos anos de escolaridade a cada ano.⁶

Observando a tabela 1, percebe-se um declínio no Gini educacional para o Brasil como um todo, significando uma redução da desigualdade no período. De um índice de 0,3451 em 1983, o país passa para 0,343 em 2001. Essa queda fica ainda mais acentuada se considerarmos a partir dos anos 1990, onde o índice era de 0,3723 em 1992. A tabela também mostra, que muitos estados, incluindo todos os estados da região nordeste, a saber, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e Bahia começam e terminam o período com desigualdade superior à média nacional. Já para todos os estados do sul, e alguns do sudeste, como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, ocorre exatamente o contrário: começam e terminam o período com menor desigualdade que a média do país, sendo a exceção apenas Minas Gerais, que começa o período com índice maior que a média, mas que também, em 2001, já possui um índice bem menor (o único também do sudeste que

⁶ Para ver mais detalhes na estimação do índice de Gini Educacional, ver Bagolin e Porto Júnior, 2003.

teve piora no final do período). É clara a enorme discrepância em termos de desigualdade educacional em todo o país, especialmente em relação ao sul e ao nordeste.

A tabela ainda mostra que os estados mais desiguais com relação à educação são justamente aqueles com maior desigualdade de renda. O estado de menor índice, em 2001 é o de Santa Catarina, com um índice de 0,2726. Já o estado de maior índice também em 2001 é o de Alagoas, com 0,4507. Um detalhe curioso, é que no início do período, Santa Catarina também era o estado menos desigual com relação à educação, e seu índice, apesar de ainda ser o menor, piorou durante o período. Para Alagoas, no ano de 1983 não há dados disponíveis, mas pelo índice de 1984, de 0,5658, pode-se presumir que se não era o pior, estava entre os piores no ano anterior.

Uma última observação, dos estados da região norte, Roraima e Amapá em 2001 são os mais desiguais em relação à educação, e no final do período, tiveram seus índices aumentados, indicando uma quebra estrutural em relação ao resto do país, indicando um sério problema de desigualdade educacional na região, pois a grande onda de redução de desigualdade que afetou a maior parte do país, ao fim do período, teve efeitos perversos nesta região.

No entanto, Bagolin e Porto Júnior (2003) utilizando uma regressão de crescimento de Barro e aplicando testes cross-section, encontraram que não há, para o caso brasileiro, uma relação negativa entre desigualdade educacional e crescimento regional no Brasil. A interpretação dos autores é de que o Brasil ainda não alcançou o estágio em que o crescimento é acompanhado por melhoras na distribuição educacional e de renda.

3. EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA

Nas duas análises, tanto da educação com o crescimento quanto da educação com

desigualdade de renda, a educação é considerada um bem econômico. Em outras palavras, a educação gera custos e benefícios, e seu valor será estabelecido pela interação entre a oferta e a demanda. Como em Velloso (1979), a suposição base para esta análise é a de que a educação aumenta a produtividade marginal do trabalhador. Em caráter de análise iremos utilizar essa suposição, mas não se pode ignorar a crítica feita por Schwartzman (2001), de que no Brasil a hipótese credencialista provavelmente ocorre, e, portanto, qualquer política deve levar em consideração a qualidade da educação.

Para Langoni (1973), em seu trabalho sobre desigualdade de renda, as diferenças educacionais na força de trabalho são o principal determinante da desigualdade na renda. São através de pelo menos dois principais fatores que a educação afeta a desigualdade de renda: o grau da desigualdade educacional e a diferença na remuneração paga por uma mão de obra com mais e menos escolaridade. (BARROS e MENDONÇA, 1995).

O Brasil, entretanto, ainda está entre os países com maior desigualdade. A renda dos 10% mais ricos era, em 1995, em média 29 vezes maior que dos indivíduos entre os 40% mais pobres para 36 dos 55 países analisados. Para os EUA, esse número era de 5,4%. Já a Índia, tinha um número de 8,3%. A Argentina tinha uma razão de exatamente 10%, contra uma razão de 28,9% para o Brasil, indicando que este era, de longe, o país com maior nível de desigualdade. (BARROS e MENDONÇA, 1995). O gráfico 1, com dados de 2001, mostra que o Brasil só perdia em desigualdade de renda para África do Sul e Malavi, o que o faz distante de ser razoável em termos de justiça distributiva.

O histórico brasileiro mostra um aumento da desigualdade de renda no Brasil de 1960 a 1990. Na década de 1960, metade desta desigualdade era explicada pela

educação, e levando em consideração todo o período de 1960 a meados de 1990, o poder explicativo da educação é de 30% a 50%. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Já a desigualdade educacional brasileira também exibe números surpreendentes: 15% da força de trabalho não possuía nenhum grau de instrução em 1995, e neste mesmo ano, apenas 10% da população possuía ensino superior, o que vem, felizmente, se revertendo nos últimos anos, mesmo que de maneira lenta. (BARROS e MENDONÇA, 1995).

A recente redução da desigualdade (redução no índice de Gini de 8% entre 1994 e 2007, de 0,646 para 0,593) também tem forte associação com a educação. 20% a 40% desta queda é contribuição do mercado de trabalho, número em que 2/3 correspondem à redução do prêmio educacional, e 1/3 à redução da desigualdade da educação. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009).

Utilizando uma medida alternativa para desigualdade, a saber, o índice de Theil-L, Barros e Reis (1990) encontraram que cerca de 50% da desigualdade de salários no Brasil é advinda da desigualdade educacional, percentual esse que no período analisado pelo autor não demonstrava redução com o tempo, mas variava bastante entre regiões.

Na tabela 2 pode-se observar que assim como na desigualdade educacional, a desigualdade de renda no país é bastante discrepante no âmbito regional. Em média, a desigualdade de renda no país de 1983 a 2001 piorou, de um índice de 0,5534 para 0,5740. Em 1983, o estado com maior desigualdade pertencia à região nordeste do país, a saber, o Rio Grande do Norte, com um índice de 0,6122. Em todo o período, os estados com maior desigualdade de renda sempre foram os das regiões norte e nordeste, com exceções apenas em 1996, quando Tocantins tinha um maior índice e em 1986 e 1988, quando Espírito Santo era o estado mais desigual. Apenas Roraima e Amapá se destacam como estados com

menor desigualdade do país em vários anos do período.

No entanto, mesmo com uma piora observada no período em relação à média do índice de desigualdade do país como um todo, a partir do ano de 1997 a desigualdade vem sendo reduzida constantemente, de um índice de 0,5822 em 1997 para 0,5740 em 2001. Mesmo sendo um índice bastante alto, em comparação com ele mesmo em outros períodos, sinaliza uma melhora na distribuição de renda como efeito das últimas políticas adotadas.

A tabela 3, apesar de não mostrar as grandes diferenças dentro do estado, já observadas anteriormente, indica as grandes diferenças regionais existentes no Brasil. Até a década de 1990, a disputa entre as regiões mais desiguais era acirrada entre o nordeste e o centro-oeste. No entanto, a partir de 1990, o nordeste se solidificou como região mais desigual do país, tendo seu ápice em meados da década, e aos poucos convergindo para a onda de diminuição da desigualdade pela qual o país passa atualmente. Esse descolamento pode ser melhor observado no gráfico 2.

É importante citar também, que há outros fatores que não a educação na determinação da desigualdade de renda. A segmentação do mercado de trabalho, a discriminação de gênero ou racial, e a desigualdade na experiência são outros fatores que também têm impacto significativo na desigualdade. Para o Brasil, por exemplo, no início da década de 2000, a educação explicava 25% a 50% desta desigualdade, tendo em segundo lugar a segmentação do mercado de trabalho, explicando de 5% a 15%. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Mas percebe-se que ainda assim, a educação tem um papel bastante preponderante na desigualdade de renda. Além do fato de que como políticas públicas educacionais são mais fáceis de serem colocadas em prática que políticas voltadas ao mercado de trabalho, este se torna um bom incentivo para agir em prol da melhora na desigualdade de renda.

4. CONCLUSÕES

Apesar dos avanços observados em relação à redução das desigualdades educacionais, alguns países como o Brasil, por exemplo, ainda possuem um atraso muito grande com relação à igualdade educacional. Ainda que reduções nas desigualdades tanto educacional como de renda sejam registradas, existe um dilema entre políticas que influenciem diretamente a redução da desigualdade de renda e a desigualdade educacional.

A literatura sobre desigualdade de renda mostra que as diferenças educacionais na força de trabalho são o principal determinante da desigualdade, e são através de pelo menos dois principais fatores que a educação afeta a desigualdade de renda: o grau da desigualdade educacional e a diferença na remuneração paga por uma mão de obra com mais e menos escolaridade. (BARROS e MENDONÇA, 1995, e LANGONI, 1973).

No entanto, apesar da redução na desigualdade educacional nos últimos anos, o Brasil ainda está entre os países com maior desigualdade de renda. A renda dos 10% mais ricos era, em 1995, em média 29 vezes maior que dos indivíduos entre os 40% mais pobres para 36 dos 55 países analisados. Para os EUA, esse número era de 5,4%. Já a Índia, tinha um número de 8,3%. A Argentina tinha uma razão de exatamente 10%, contra uma razão de 28,9% para o Brasil, indicando que este era, de longe, o país com maior nível de

desigualdade. (BARROS e MENDONÇA, 1995).

O histórico brasileiro mostra um aumento da desigualdade de renda no Brasil de 1960 a 1990. Na década de 1960, metade desta desigualdade era explicada pela educação, e levando em consideração todo o período de 1960 a meados de 1990, o poder explicativo da educação é de 30% a 50%. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Já a desigualdade educacional brasileira também exibe números surpreendentes: 15% da força de trabalho não possuía nenhum grau de instrução em 1995, e neste mesmo ano, apenas 10% da população possuía ensino superior, o que vem, felizmente, se revertendo nos últimos anos, mesmo que de maneira lenta. (BARROS e MENDONÇA, 1995).

É importante salientar também, que há outros fatores que não a educação na determinação da desigualdade de renda. A segmentação do mercado de trabalho, a discriminação de gênero ou racial, e a desigualdade na experiência são outros fatores que também têm impacto significativo na desigualdade. Para o Brasil, por exemplo, no início da década de 2000, a educação explicava 25% a 50% desta desigualdade, tendo em segundo lugar a segmentação do mercado de trabalho, explicando de 5% a 15%. (BARBOSA FILHO e PESSOA, 2009). Mas percebe-se que ainda assim, a educação tem um papel bastante preponderante na desigualdade de renda. Além do fato de que como políticas públicas educacionais são mais fáceis de serem colocadas em prática que políticas voltadas ao mercado de trabalho, este se torna um bom incentivo para agir em prol da melhora na desigualdade de renda.

Tabela 1: Evolução do índice de Educação para brasileiros com 10 anos ou mais e por Estado, (1983-2001).

Estados	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
ACRE							0,3328	0,3914	0,3417	0,3669	0,3712	0,3540	0,3670	0,3578
Amapá							0,3387	0,3685	0,3473	0,3583	0,3048	0,3111	0,2487	0,2944
Rondônia							0,3238	0,3202	0,3222	0,3234	0,3306	0,2989	0,3230	0,3255
Roraima							0,3243	0,2906	0,3061	0,3070	0,3347	0,3067	0,2773	0,3589
Amazonas	0,3161	0,3201	0,3184	0,3040	0,3198	0,3274	0,3225	0,3423	0,3234	0,3475	0,3329	0,3297	0,3219	0,3109
Pará	0,3192	0,3221	0,3150	0,3174	0,3191	0,3198	0,3360	0,3366	0,3202	0,3291	0,3356	0,3394	0,3258	0,3109
Mato Grosso do Sul	0,2947	0,3517	0,3406	0,3399	0,3437	0,3519	0,3339	0,3329	0,3263	0,3460	0,3286	0,3321	0,3272	0,3240
Mato Grosso	0,2966	0,3445	0,3540	0,3578	0,3583	0,3614	0,3321	0,3321	0,3307	0,3180	0,3318	0,3155	0,3160	0,3208
Goiás	0,3029	0,3710	0,3663	0,3673	0,3640	0,3533	0,3469	0,3461	0,3288	0,3374	0,3312	0,3222	0,3237	0,3207
Tocantins							0,3733	0,3391	0,3765	0,3870	0,3728	0,3773	0,3644	0,3526
Distrito Federal	0,2340	0,3075	0,3103	0,3058	0,2977	0,2974	0,3035	0,2950	0,2911	0,2941	0,2814	0,2795	0,2792	0,2780
Minas Gerais	0,3471	0,3440	0,3454	0,3391	0,3431	0,3371	0,3320	0,3203	0,3198	0,3216	0,3155	0,3156	0,3162	0,3187
Espirito Santo	0,3042	0,3775	0,3660	0,3557	0,3673	0,3668	0,3412	0,3341	0,3360	0,3340	0,3251	0,3210	0,3160	0,3176
Rio de Janeiro	0,2467	0,3181	0,3138	0,3119	0,3159	0,3131	0,3159	0,3092	0,3015	0,3017	0,3031	0,2948	0,2938	0,2871
São Paulo	0,2450	0,3196	0,3145	0,3109	0,3085	0,3073	0,3101	0,3006	0,3014	0,3020	0,2986	0,2949	0,2915	0,2863
Paraná	0,2862	0,3393	0,3337	0,3459	0,3308	0,3331	0,3305	0,3223	0,3210	0,3195	0,3158	0,3144	0,3150	0,3164
Santa Catarina	0,1857	0,2673	0,2668	0,2727	0,2602	0,2755	0,2848	0,2733	0,2754	0,2740	0,2726	0,2754	0,2732	0,2726
Rio Grande do Sul	0,2252	0,2946	0,2859	0,2900	0,2924	0,2927	0,2875	0,2830	0,2883	0,2888	0,2850	0,2836	0,2820	0,2833
Maranhão	0,5578	0,5309	0,5492	0,5298	0,5335	0,5183	0,4780	0,4797	0,4673	0,4818	0,4700	0,4297	0,4390	0,3899
Piauí	0,5575	0,5448	0,5398	0,5341	0,5593	0,5119	0,4772	0,4777	0,4609	0,4642	0,4555	0,4684	0,4331	0,4316
Ceará	0,2811	0,5325	0,5199	0,5113	0,5242	0,5023	0,4836	0,4693	0,4590	0,4460	0,4356	0,4153	0,4031	0,3940
Rio Grande do Norte	0,4638	0,4652	0,4595	0,4496	0,4632	0,4271	0,4150	0,4211	0,4018	0,4059	0,3918	0,3764	0,3836	0,3662
Paraíba	0,5076	0,4898	0,4962	0,4965	0,4816	0,4798	0,4828	0,4638	0,4605	0,4482	0,4420	0,4319	0,4083	0,4219
Pernambuco	0,4658	0,4663	0,4542	0,4329	0,4339	0,4300	0,4296	0,4149	0,4123	0,4036	0,3966	0,3898	0,3860	0,3798
Alagoas		0,5658	0,5651	0,5636	0,5221	0,5128	0,4907	0,4824	0,4954	0,5038	0,4894	0,4856	0,4468	0,4507
Sergipe		0,5114	0,4860	0,5151	0,4965	0,4633	0,4381	0,4071	0,3993	0,4094	0,4002	0,3861	0,3938	0,3717
Bahia	0,4640	0,4610	0,4740	0,4581	0,4619	0,4671	0,4882	0,4599	0,4448	0,4309	0,4002	0,4129	0,3991	0,4033
Máximo	0,5578	0,5658	0,5651	0,5636	0,5593	0,5183	0,4907	0,4824	0,4954	0,5038	0,4894	0,4856	0,4468	0,4507
Mínimo	0,1857	0,2673	0,2668	0,2727	0,2602	0,2755	0,2848	0,2733	0,2754	0,2740	0,2726	0,2754	0,2732	0,2726
Média	0,3451	0,402	0,3988	0,3959	0,3953	0,3886	0,3723	0,3672	0,3614	0,3648	0,3586	0,3504	0,3428	0,343

Fonte: Bagolin e Porto Júnior (2003). Dados da PNAD.

Tabela 2: Evolução da desigualdade de renda no Brasil - coeficiente de Gini

...conclusão

Estados	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Acre	0,5713	0,6151	0,5433	0,5037	0,5710	0,6044	0,5596	0,5532	0,5823	0,6330	0,5744	0,5705	0,6213	0,6249
Amazonas	0,5130	0,4853	0,5381	0,5015	0,5078	0,5506	0,5489	0,5550	0,5763	0,5457	0,5894	0,5799	0,5443	0,5757
Amapá	0,5383	0,4773	0,4812	0,4593	0,4639	0,4812	0,4616	0,6577	0,5345	0,5190	0,5697	0,5788	0,5426	0,4756
Pará	0,5446	0,5411	0,5596	0,5452	0,5506	0,5676	0,5489	0,5886	0,5619	0,5794	0,5731	0,5646	0,5558	0,5510
Rondônia	0,4845	0,5006	0,4884	0,4586	0,5246	0,5629	0,5464	0,5416	0,5872	0,5365	0,5541	0,5500	0,5587	0,5484
Roraima	0,3934	0,3945	0,5024	0,4421	0,4641	0,5866	0,5336	0,5328	0,4256	0,4508	0,4431	0,5091	0,5122	0,5378
Distrito Federal	0,5891	0,6013	0,6049	0,6022	0,5798	0,6040	0,6024	0,6194	0,5807	0,5928	0,5920	0,6223	0,6276	0,6248
Goiás	0,5562	0,5651	0,5777	0,5764	0,5860	0,6068	0,5872	0,5935	0,5561	0,5844	0,5497	0,5775	0,5595	0,5674
Mato G. do Sul	0,5621	0,5531	0,5446	0,5479	0,5578	0,6387	0,5853	0,5648	0,5553	0,5871	0,5760	0,5410	0,5563	0,5709
Mato Grosso	0,5446	0,5540	0,5415	0,5951	0,6133	0,6235	0,5165	0,5794	0,5548	0,5739	0,6099	0,5762	0,5444	0,5709
Tocantins							0,5917	0,5335	0,6317	0,6379	0,6253	0,6138	0,5580	0,5992
Espírito Santo	0,6001	0,5770	0,5963	0,6147	0,6245	0,6574	0,5583	0,5850	0,6011	0,5806	0,5731	0,5815	0,5770	0,5940
Minas Gerais	0,5967	0,5848	0,5941	0,5798	0,5926	0,6100	0,5675	0,5898	0,5883	0,5702	0,5846	0,5695	0,5642	0,5605
Rio de Janeiro	0,5658	0,5666	0,5806	0,5729	0,5796	0,5888	0,5497	0,5819	0,5727	0,5776	0,5727	0,5737	0,5555	0,5719
São Paulo	0,5322	0,5313	0,5294	0,5226	0,5261	0,5352	0,5184	0,5444	0,5382	0,5327	0,5374	0,5418	0,5417	0,5534
Paraná	0,5740	0,5734	0,5705	0,5753	0,5793	0,5753	0,5484	0,5764	0,5807	0,5774	0,5713	0,5673	0,5800	0,5661
Rio G. do Sul	0,5555	0,5532	0,5596	0,5487	0,5664	0,5828	0,5354	0,5564	0,5637	0,5618	0,5526	0,5609	0,5641	0,5542

Tabela 2: Evolução da desigualdade de renda no Brasil - coeficiente de Gini

...conclusão

Santa Catarina	0,5382	0,5380	0,5260	0,5211	0,5430	0,5513	0,5452	0,5112	0,5369	0,5222	0,5287	0,5222	0,5204	0,4975
Alagoas	0,5501	0,5457	0,5560	0,5617	0,5782	0,5702	0,5832	0,6333	0,6436	0,6348	0,6225	0,6194	0,5880	0,6072
Bahia	0,5961	0,5838	0,5972	0,5778	0,6069	0,6280	0,5941	0,6424	0,6064	0,6349	0,6121	0,5956	0,5853	0,5938
Ceará	0,5951	0,5802	0,6190	0,5987	0,6190	0,6455	0,6054	0,6275	0,6172	0,6288	0,6236	0,6180	0,6130	0,6124
Maranhão	0,5555	0,5175	0,5046	0,5422	0,5291	0,5529	0,5255	0,6072	0,5792	0,6010	0,6186	0,6053	0,5749	0,5742
Paraíba	0,5918	0,5441	0,6091	0,5792	0,6143	0,6277	0,5902	0,6489	0,6150	0,5991	0,6328	0,6402	0,6560	0,5966
Pernambuco	0,5646	0,5581	0,5775	0,5555	0,5960	0,6189	0,5883	0,6209	0,5745	0,6054	0,5931	0,5984	0,6041	0,6167
Piauí	0,5363	0,5981	0,6488	0,5939	0,6559	0,6466	0,6153	0,6175	0,5878	0,5901	0,6215	0,5945	0,5994	0,5984
Rio G. do Norte	0,6122	0,5924	0,6007	0,5569	0,6251	0,6225	0,6044	0,5778	0,5969	0,6076	0,5970	0,5984	0,5970	0,5819
Sergipe	0,5266	0,5418	0,5578	0,5451	0,5837	0,6189	0,5925	0,6096	0,5852	0,6063	0,6202	0,6166	0,6243	0,5714
Mínimo	0,3934	0,3945	0,4812	0,4421	0,4639	0,4812	0,4616	0,5112	0,4256	0,4508	0,4431	0,5091	0,5122	0,4756
Máximo	0,6122	0,6151	0,6488	0,6147	0,6559	0,6574	0,6153	0,6577	0,6436	0,6379	0,6328	0,6402	0,6560	0,6249
Média	0,5534	0,5490	0,5619	0,5492	0,5707	0,5946	0,5631	0,5870	0,5753	0,5804	0,5822	0,5810	0,5750	0,5740

Fonte: IPEADATA - Elaborado pelo do autor.

Tabela 3: Evolução da desigualdade de renda - média das regiões brasileiras - coeficiente de Gini

	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
NORTE	0,5075	0,5023	0,5188	0,4850	0,5137	0,5589	0,5332	0,5715	0,5446	0,5441	0,5506	0,5588	0,5558	0,5522
CENTRO-OESTE	0,5630	0,5684	0,5672	0,5804	0,5842	0,6183	0,5766	0,5781	0,5757	0,5952	0,5906	0,5861	0,5692	0,5867
SUDESTE	0,5737	0,5649	0,5751	0,5725	0,5807	0,5979	0,5485	0,5753	0,5751	0,5653	0,5669	0,5666	0,5596	0,5699
SUL	0,5559	0,5549	0,5520	0,5484	0,5629	0,5698	0,5430	0,5480	0,5605	0,5538	0,5509	0,5501	0,5548	0,5392
NORDESTE	0,5698	0,5624	0,5856	0,5679	0,6009	0,6146	0,5888	0,6206	0,6006	0,6120	0,6157	0,6096	0,6047	0,5948
Mínimo	0,5075	0,5023	0,5188	0,4850	0,5137	0,5589	0,5332	0,5480	0,5446	0,5441	0,5506	0,5501	0,5548	0,5392
Máximo	0,5737	0,5684	0,5856	0,5804	0,6009	0,6183	0,5888	0,6206	0,6006	0,6120	0,6157	0,6096	0,6047	0,5948
Média	0,5540	0,5506	0,5598	0,5508	0,5685	0,5919	0,5580	0,5787	0,5713	0,5741	0,5749	0,5743	0,5688	0,5686

Fonte: IPEADATA - Elaborado pelo autor

Gráfico 1 - Grau de desigualdade de renda: coeficiente de Gini.

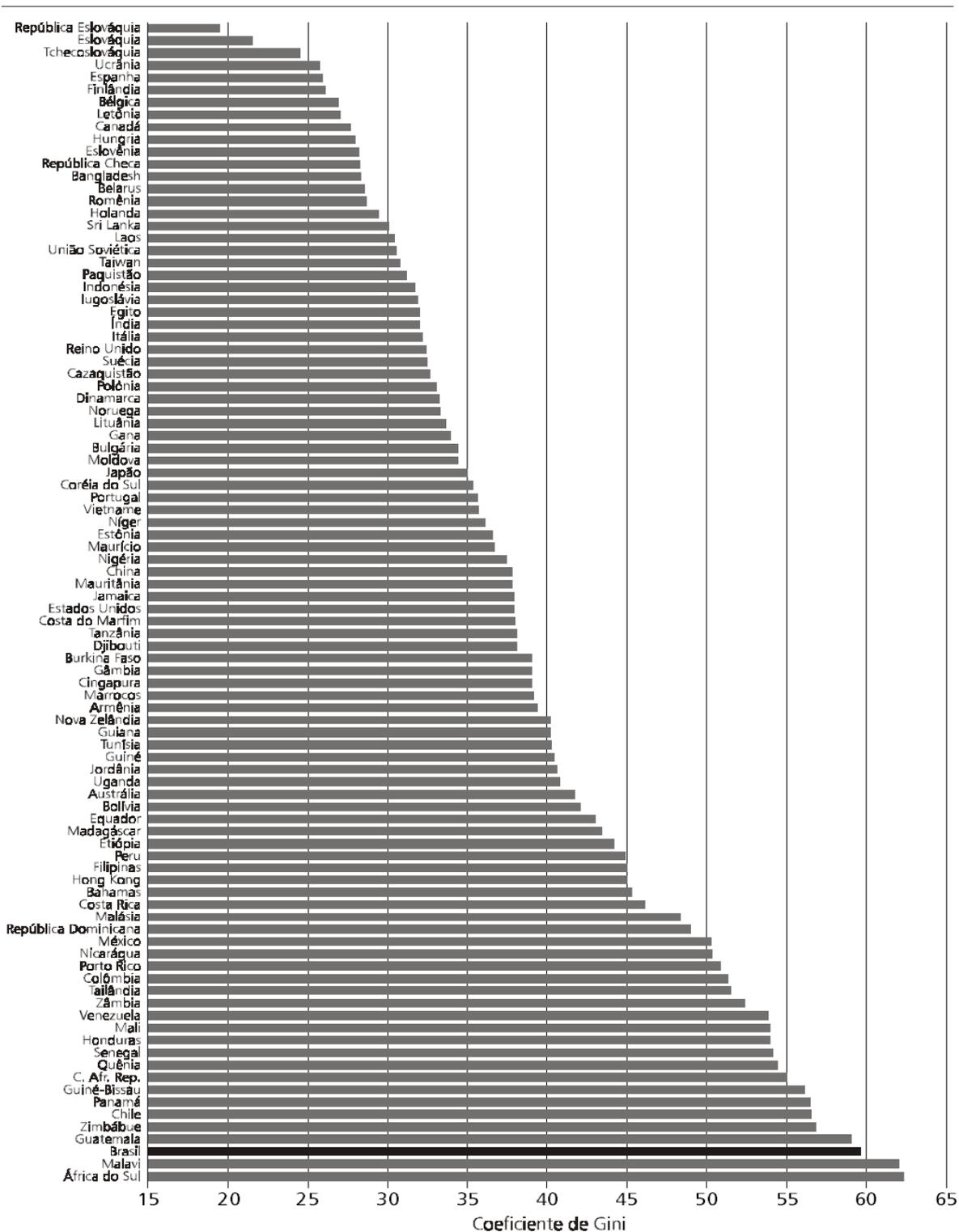
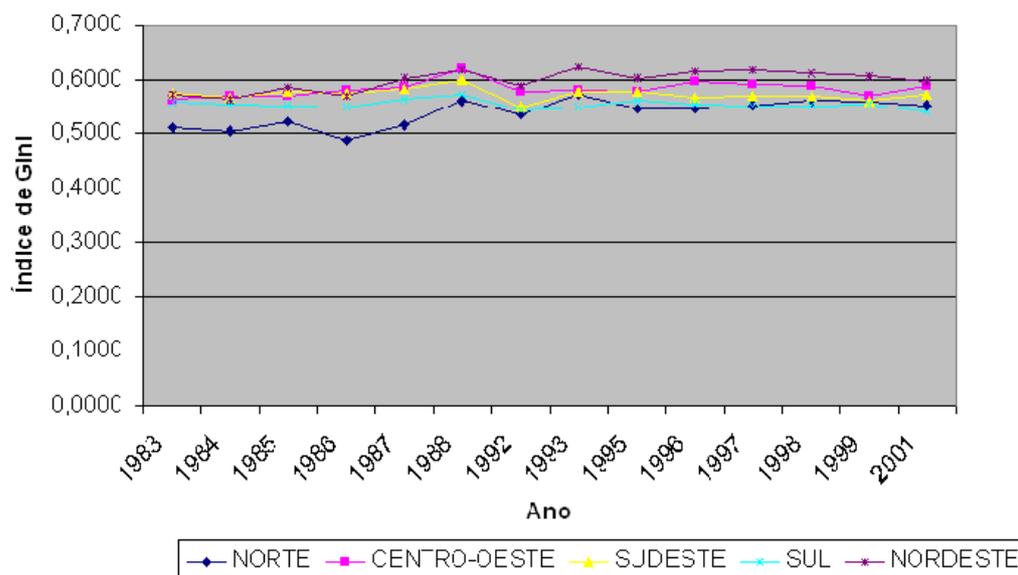


Gráfico 2: Índice de Gini para as regiões brasileiras de 1983 a 2001.



Fonte: IPEADATA - Elaborado pelo autor.

Referências

BAGOLIN, I. P., PORTO JÚNIOR, S. S. **A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade**, 2003.

BARBOSA FILHO, F. H e PESSOA, S. Educação, Crescimento e Distribuição de Renda: A Experiência Brasileira em Perspectiva Histórica. In: VELOSO, Fernando; PESSOA, Samuel; HENRIQUES, Ricardo e GIAMBIAGI, Fábio. (Orgs.). **Educação Básica no Brasil**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2009.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES R., MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2002.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2001.

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 1995.

BARROS, R. P., REIS, J. G. A. **Desigualdade salarial e distribuição de educação: a evolução das diferenças regionais no Brasil.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 1990.

BENHABIB, SPIEGEL, M. **The roles of human capital in economic development: evidence from aggregate cross-country data.** *Journal of Monetary Economics*, 1994.

BOWLES, S., HEBERT G., **The Problem with Human Capital Theory.** *American Economic Review*, LXV, 1975.

BUENO, R. de L. da S., **Econometria de séries temporais.** São Paulo: Cengage Learning, 2008.

CASTELLÓ, A., DOMÉNECH, R. **Human Capital Inequality and Economic Growth: Some New Evidence** *The Economic Journal*, 2002.

HANUSHEK, E; KIMKO, D. **Schooling, Labor-Force Quality, and the Growth of Nations.** *The American Economic Review*, Vol.90, 2000.

LAM, D., LEVISON, D. **O Declínio na Desigualdade da Escolaridade no Brasil e seus Efeitos na Desigualdade de Rendimentos.** *Brazilian Review of Econometrics*, 1990.

LANGONI, C. G. **Distribuição de Renda e Crescimento Econômico do Brasil.** Ed. Expressão e Cultura, 1973.

RAMOS, L. **Educação, desigualdade de renda e ciclo econômico no Brasil.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 1991.

SCHWARTZMAN, S. **Risco Moral da Educação.** Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 2001.

SHORROCKS, A.F. **The class of additive decomposable inequality measures.** *Econometrica*, 1980.

THOMAS, V; WANG, Y; FAN, X. **Measuring education inequality: Gini coefficients of education.** Policy Research Working Paper 2525, Washington DC: The World Bank, 2000.

VELOSO, R. J. **Educação e desigualdade da renda urbana no Brasil: 1960/80** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 1979.

*Recebido em 29/04/2013
Aprovado em 05/05/2013*

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR FARMACÊUTICO: LÍDERES GLOBAIS, SEGUIDORES E O CASO BRASILEIRO

Bruna Barato*
Luiz Alberto Esteves**

Resumo

O presente artigo se propõe a fazer uma análise comparada dos principais *players* do setor farmacêutico, observando qual seu posicionamento estratégico, quais fatores implicam no seu comportamento e qual as dimensões competitivas são determinantes para o seu sucesso. Assim, são expostas as estratégias de internacionalização, investimentos e inovação, bem como a caracterização do setor como um todo, ligando com o comportamento dos principais líderes globais e seus respectivos posicionamentos estratégicos, o caso peculiar da à Áustria e outros seguidores (China e Índia) e do caso brasileiro. Por fim, o artigo traz uma breve exposição analítica de quais seriam as políticas industriais cuja associação seriam necessárias a cada um dos posicionamentos estratégicos, quais são as demandas de cada um dos fatores críticos de sucesso desse setor.

Palavras-chave: setor farmacêutico; estratégia; política industrial.

Abstract

This article aims to make a comparative analysis of the major players in the pharmaceutical sector, noting that its strategic positioning, which involve factors in their behavior and what the competitive dimensions are crucial to your success. So, are exposed internationalization strategies, investments and innovation, as well as the characterization of the sector as a whole, linking with the behavior of top global leaders and their strategic positioning, the peculiar case of Austria and other followers (China and India) and the Brazilian case. Finally, the article provides a brief analytical exposition of what would be the industrial policies whose membership would be required for each of the strategic positioning, what are the demands of each of the critical success factors in this industry.

Keywords: Pharmaceutical Sector, Strategy, Industrial Policy.

*Economista graduada pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: bruna.barato1@gmail.com

** Professor do Departamento de Economia da UFPR, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR e Pesquisador Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: esteves@ufpr.br

INTRODUÇÃO

Poucos mercados encontram tanta exposição midiática como a indústria farmacêutica. Diariamente nos defrontamos com notícias relacionadas ao setor, seja sobre testes e descobertas de novas drogas, sobre expiração de patentes e comercialização de genéricos, sobre decisões de órgãos reguladores, sobre fusões e aquisições no setor, etc.

Em março de 2012 o público brasileiro foi surpreendido com o anúncio da criação de um superlaboratório denominado Bionovis S.A. – Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica, resultante de uma joint venture entre os grupos Hypermarcas, Aché Laboratórios Farmacêuticos, EMS Participações e União Química Farmacêutica Nacional. O principal objetivo do superlaboratório é a pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de produtos biotecnológicos, além de fomentar o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional, incentivar a inovação de medicamentos, colaborando com os poderes públicos na busca de soluções e políticas de saúde pública.

O objetivo deste artigo é tentar identificar quais as estratégias empresariais de grandes grupos econômicos e as grandes linhas de políticas industriais e de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) entre os principais países produtores de bens e serviços relacionados ao segmento farmacêutico. Adicionalmente, buscamos compreender a estratégia de inserção brasileira neste cenário de competição global.

Neste sentido, algumas questões são endereçadas ao longo do texto: (i) quais as grandes corporações globais e quais suas estratégias competitivas? (ii) como os grandes países emergentes (China e Índia) estão se posicionando neste mercado? (iii) existe uma forma efetiva de inserção competitiva sem grandes corporações em

um segmento dominado por grandes corporações? Existe uma estratégia brasileira? Qual é? A viabilidade da criação de um superlaboratório faz parte dessa estratégia?

Evidentemente não será possível fornecer respostas para todos estes questionamentos ao longo deste trabalho, o que demandaria um projeto de pesquisa muito mais ambicioso que um artigo científico. Contudo, acreditamos que o presente trabalho traz uma contribuição para a literatura, principalmente no que diz respeito ao analisar as relações entre posicionamentos estratégicos e políticas públicas em países selecionados. No caso brasileiro, por exemplo, observamos determinada coerência entre o esforço de viabilidade para a criação de um superlaboratório e uma política industrial baseada no conceito de “Campeões Industriais” ou “Picking Winners”.

O presente artigo é dividido em cinco seções, incluindo a presente introdução. Na segunda seção são analisados os líderes globais, os ‘global players’ do segmento farmacêutico. O leitor poderá verificar que a liderança é exercida por grandes corporações multinacionais, onde os posicionamentos estratégicos das corporações já não são facilmente identificados com os objetivos de políticas de seus países-sede, dados seus interesses supranacionais. Já no caso dos seguidores, tais como empresas sediadas em grandes países emergentes, a associação estratégia corporativa e política industrial e de C&TI se sobrepõem, como será discutido na terceira seção do artigo. A quarta seção é dedicada a estudar o posicionamento estratégico da indústria brasileira e a quinta e última seção é dedicada às conclusões e considerações finais.

1. LÍDERES GLOBAIS

O foco na inovação, a necessidade de elevado dispêndio em P&D e a concorrência

global levaram grandes atores do mercado global de *life sciences*, composto pela indústria farmacêutica e biotecnológica, a realizarem grandes movimentos no mercado no início da presente década. Tais movimentos incluíram grandes aportes de investimentos, principalmente em grandes operações de fusões e aquisições (Job e Meira, 2011).

Esse movimento da indústria farmacêutica decorre, principalmente, de estratégias voltadas para o desenvolvimento de novos produtos, posto que no mesmo período as grandes corporações do segmento começam a incorrer em perdas significativas em seus portfólios de ativos intangíveis por conta da expiração de patentes bem lucrativas (Reis, Landim e Pieroni, 2011). Para que seja viável desenvolver novas substâncias e ao mesmo tempo manter a posição no mercado, os grandes laboratórios também estão investindo nos setores de *e-health* (saúde eletrônica), biotecnologia e em medicamentos genéricos.

Conforme Job e Meira (2011), a busca por novos medicamentos com base biotecnológica já resultou em importantes aquisições, joint ventures, assim como na celebração de contratos para o licenciamento da fabricação de biofármacos ou a negociação de seus direitos de distribuição no mercado.

Tentando traduzir esses conceitos de caracterização do mercado, é importante denotar como isso se dá de maneira mais pragmática. No primeiro semestre de 2010, algumas operações chamaram a atenção do mercado. Por exemplo, as aquisições do laboratório brasileiro Bergamo pela americana Amgen, da empresa biotecnológica americana Genzyme pela francesa Sanofi-Aventis, a compra do laboratório brasileiro Mantecorp pela Hypermarchas e da fabricante de produtos ortopédicos suíça Synthes pela também americana Johnson & Johnson (Job e Meira, 2011).

Pode-se perceber um sinal de que as empresas desse setor têm adotado estratégias de negócio que se resumem, na sua grande maioria, em fusões ou aquisições de sociedades do mesmo segmento. Vale ressaltar que, trazendo um arcabouço teórico de Economia de Regulação e Antitruste, as operações de fusões e aquisições obedecem às especificidades e justamente por isso, são geralmente precedidas por reestruturações societárias, que viabilizam um investimento com custos administrativos reduzidos e de forma eficiente.

Por outro lado, temos como fator importante o momento econômico favorável, decorrente do significativo aumento de potenciais consumidores, principalmente em economias emergentes, e do aumento de novas opções de negócios. Este é um ambiente propício para a consolidação e ampliação da posição competitiva dos grandes players desse segmento no mercado nacional, que vem prosperando no cenário mundial.

Abaixo segue a classificação das 19 maiores empresas globais da área farmacêutica e de biotecnologia, segundo o volume de receita. A expressão Big Pharma é frequentemente utilizada para denominar empresas com receita superior a USD 3 bilhões e/ou gastos em P&D maiores que USD 500 milhões.

A partir de registros estatísticos e informações mercadológicas disponíveis nos sítios eletrônicos da National Health Federation (ver tabela 1), das corporações e de órgãos reguladores (ANVISA) foi possível determinar os posicionamentos estratégico dos três maiores grupos econômico do segmento farmacêutico (Pfizer, Novartis e Merck & Co.). Os posicionamentos destas corporações foram desenhados a partir de quatro diferentes dimensões estratégicas: (i) Pesquisa em Desenvolvimento (P&D); (ii) Escala; (iii) Escopo (variedade de atuação); e (iv) Impacto social e econômico. Para cada dimensão estratégica foi atribuída para uma

das três empresas uma nota de 0 a 3, aumentando conforme a vantagem competitiva da empresa na dimensão analisada.

O primeiro critério avaliado foi o investimento em P&D. Esse critério foi escolhido pois é praticamente unânime sua importância para o setor, conceito presente em quase todas as leituras disponíveis a respeito do assunto. Para que a avaliação fosse mais criteriosa e fiel, a classificação foi feita levando em consideração o volume do faturamento, lucratividade e porcentagem de investimentos.

Nesse sentido, a empresa de destaque é a Novartis. A Novartis investe 20% do seu faturamento em P&D, mesmo que aquele seja o segundo menor, uma vez que o faturamento da Pfizer é maior. Por último, temos a Merck & Co, empresa que possui iniciativas buscando pesquisas e inovações, porém, não apresenta posição de destaque nesta dimensão competitiva.

O segundo critério avaliado foi a capacidade de gerar preços baixos através de genéricos. Essa capacidade diz respeito às atividades ligadas às quebras de patentes: quando uma patente vence, as empresas podem investir em produção em escala e de forma mais barata, conseguindo gerar margens de lucros maiores. Essas atividades, ligadas aos genéricos e similares, são bastante presentes e, como será melhor trabalhado ao longo deste artigo, vem sendo largamente utilizada. Na análise proposta aqui, medir esse critério é relevante de forma a constatar como os líderes globais se comportam nessa atividade e de onde vem suas diferenciações.

Nesse sentido, a Merck & Co. é a empresa que mais se destaca, levando em conta sua gama de produtos genéricos dentre todos os itens produzidos.

O terceiro critério diz respeito justamente ao escopo e variedade de atuação. Essa variedade, no entanto, foi avaliada levando em consideração quais os problemas ou doenças que os remédios

buscam atuar, ou seja, quais os ramos de atuação médica na qual a empresa atua. Este critério é relevante quando discutimos diferenciação, dimensões competitivas onde os líderes globais se destacam e, por consequência se tornam líderes. Nesta dimensão, a empresa que mais se destaca é a Pfizer.

Por último, mas não menos importante, foi avaliado a capacidade de impacto na sociedade. Ainda discutindo diferenciação, é possível notar que o valor que as líderes globais querem gerar para seus *stakeholders* é muito mais do que produtos de qualidade, com alta tecnologia investida e com uma gama grande de escolha. O valor que querem gerar é impactar na vida das pessoas, ser parte de um crescimento econômico e pessoal. Esse impacto foi balizado levando em consideração alguns fatores como: número de empregados, iniciativas sociais, educacionais e impactos na comunidade. Nessa dimensão, a Novartis se destaca, uma vez que possui o maior número de empregados e diversas iniciativas perante institutos (próprios ou outros já existentes) que validam seu posicionamento de incentivo à pesquisa, inserção da comunidade no processo produtivo e responsabilidade socioambiental. A empresa, inclusive, já recebeu nomeações e premiações pela sua atuação nesse sentido.

A Figura 1 sintetiza as notas atribuídas para cada uma das três corporações em cada uma das quatro dimensões competitivas. Na figura fica claro o posicionamento de mercado de cada uma das três corporações, onde é possível observar que cada uma delas prioriza nichos diferenciados de mercado. A empresa Pfizer, por exemplo, apresenta uma simetria entre os vetores competitivos, ou seja, apresenta um grau satisfatório de competitividade em quase todos os vetores. Contudo, seu principal destaque competitivo é a variedade de produtos ofertados.

Já a empresa Novartis se destaca pela intensidade em P&D, foco em produtos inovadores, patenteados e com alta lucratividade unitária. Finalmente, a empresa Merck & Co. adota um posicionamento estratégico diametralmente oposto ao da empresa Novartis, uma vez que seu esforço relativo em P&D é menor e foco em produtos genéricos com baixa lucratividade unitária e ganhos decorrentes de eficiência de custos e economias de escala.

2. SEGUIDORES

Na seção anterior foram apresentados os líderes globais da indústria farmacêutica. Foi possível verificar que a liderança é exercida majoritariamente por grandes corporações multinacionais, onde os posicionamentos estratégicos das corporações não estão, ao menos neste estágio de maturidade destas corporações, diretamente correlacionados com os objetivos de políticas públicas de seus países-sede, dados seus interesses supranacionais. Já no caso dos seguidores, verificaremos que tal correlação está mais presente, ou seja, a associação entre as estratégias corporativas e a política industrial e de C&TI dos países-sede se sobrepõem de forma mais evidente. Ao longo desta seção serão analisados três modelos: o Austríaco, cuja peculiaridade é a inserção competitiva majoritariamente pela construção de sistemas locais de inovação; o Chinês e o Indiano.

2.1. O Caso da Áustria

Um primeiro caso a ser analisado fora do centro dinâmico (formado principalmente por EUA, Suíça e Alemanha) da indústria farmacêutica global é o da política conduzida pela Áustria. Apesar de não dispor de nenhuma corporação entre as maiores do mundo, a Áustria possui um posicionamento

estratégico diferenciado, que potencializa o mercado local em detrimento do global, fomentando a autossuficiência e não a internacionalização.

A porcentagem da indústria austríaca que é focada em biotecnologia é de 21%¹. As empresas austríacas de biotecnologia são destinadas à pesquisa, buscando inovação no setor de saúde (cerca de metade das empresas trabalham para isso). Essas empresas focam em conseguir desenvolver novas substâncias farmacêuticas e novas terapias, mas também existem estudos para produzir enzimas e suplementos alimentares. Esses dois focos são chamados de biotecnologia vermelha e branca, respectivamente.

Outro ponto muito relevante é que os austríacos têm um setor de biotecnologia internacionalmente avançado no que diz respeito ao desenvolvimento de vacinas e de novas substâncias, principalmente doenças de alto risco, degenerativas, potencialmente fatais, etc.

No que diz respeito a estrutura desse mercado, pode-se considerar que a maior parte das empresas farmacêuticas austríacas são de pequeno e médio porte, sendo que apenas cerca de 10% são grandes empresas. O interessante é que muitas dessas empresas, mesmo as pequenas e médias, foram fundadas a partir de cooperações com universidades (formato similar ao de incubadoras universitárias), derivadas de projetos de pesquisa acadêmicos e iniciativas para o desenvolvimento do setor de biotecnologia.

Podemos afirmar que existem fatores críticos de sucesso que determinaram os excelentes resultados austríacos na indústria farmacêutica. Em primeiro lugar, a Áustria

¹ Advantage Austria (2012), "Setor de futuro: ciências da vida". Página consultada em 10 de Fevereiro de 2013, <<http://www.advantageaustria.org/international/zentral/business-guide-oesterreich/importieren-aus-oesterreich/branchen/life-science-und-pharma/Ueberblick.pt.html#content=p0>>.

possui uma excelente infraestrutura, tendo como vantagem competitiva a proximidade com mercados crescentes do Leste europeu. Em segundo lugar, o setor farmacêutico austríaco se caracteriza por uma forte dinâmica centrada em P&D, altos investimentos e estratégia de competição focada na diferenciação de produtos. Tais características garantiram o impulso necessário para que o setor alcançasse o patamar atual, servindo de *benchmark* de política setorial para demais países do mundo.

2.2. O Caso da China

Algumas projeções sugerem que a China irá ocupar a segunda posição no ranking dos maiores mercados farmacêuticos do mundo em 2015, se tornando líder mundial no setor em 2020, segundo um relatório da consultoria norte-americana de gestão estratégica Monitor Group. O documento "China, The Life Sciences Leader of 2020" afirma que uma série de fatores fará com que a China conquiste um espaço significativo na área farmacêutica, por desenvolver um novo modelo de inovação que substituirá o sistema predominante entre as potências farmacêuticas.

Ao fazer um paralelo com os avanços da ciência, há pouco mais de dez anos atrás, tivemos o sequenciamento do genoma humano, e agora não temos um modelo biotecnológico inovador e de resultados. O relatório ainda coloca uma situação peculiar em que se depara o setor farmacêutico: existe uma elevada incidência de *recalls* e de testes clínicos malsucedidos, o que enfraqueceu a confiança dos investidores e do público (sociedade).

A China se depara com a dificuldade ainda maior de oferecer atendimento médico e remédios para uma população de 1,4 bilhão de pessoas e a preços compatíveis com um país em desenvolvimento, segundo o que nos traz o relatório. A pesquisa

supracitada reporta que, em 2009, os consumidores chineses gastaram US\$ 23,8 bilhões em produtos farmacêuticos e que o crescimento interno anual tem sido superior a 20%.

A junção de fatores demográficos, científicos e políticos é o que dará à China a oportunidade de criar uma nova indústria de ciências da vida. A estratégia chinesa se baseará em aproveitar o potencial das pequenas start-ups com focos específicos, direcionando-as para competir com empresas maiores, que atuam com todos esses focos. Mas para que esse direcionamento realmente ocorra, é necessário que haja um forte investimento público, promovendo o incentivo e criação de polos científicos, estimulando o uso intensivo de tecnologias relacionadas à genética, e fazendo com que se instale uma regulação condizente com padrões clínicos mundiais de saúde.

Um ponto de destaque para a China é a formação de massa crítica de cientistas altamente qualificados, frutos de um preparo altamente focado apoiado por programas do governo. Para dar uma ideia, nos últimos dez anos a China multiplicou por seis o gasto doméstico bruto em P&D, passando de US\$ 10,8 bilhões em 2000 para US\$ 66,5 bilhões em 2008, com uma média de crescimento anual de 22,8%, de acordo com dados do documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Existem basicamente três principais programas nacionais para incentivo à ciência e tecnologia na China. O maior deles é o Programa Nacional para P&D em Alta Tecnologia, que recebeu do governo um investimento de nada menos que US\$ 805,2 milhões em 2008. Esse valor representa dois terços dos gastos chineses com programas de C&T.

Outro ponto que o relatório do Monitor Group nos mostra, é que existe outro fator que favorece o desempenho da China, que é o fato de grandes empresas

estrangeiras do setor estarem intensificando seus investimentos em P&D na China, além de buscarem parcerias com renomados centros locais de pesquisa acadêmica e universidades. Um exemplo prático foi pela Novartis que, no final de 2009, fez um investimento em P&D na China no valor de US\$ 1,25 bilhão no prazo de cinco anos.

Como o país tem uma população em crescimento, as empresas terão que aumentar a produtividade através da automação, produção flexível e uma mão de obra aprimorada retida. Haverá necessidade de fazer um planejamento estratégico para uso inteligente de equipamento de alta tecnologia. A capacidade de inovação da China tem uma expectativa de aumentar rapidamente. As empresas buscarão não somente suprir o mercado interno, mas também estarão preocupados com os mercados internacionais, suas necessidades e expectativas.

2.3. O Caso da Índia

Conforme Chaturvedi (2006), o avanço tecnológico alcançado pela indústria farmacêutica indiana tem dependência direta com o ato regulatório das patentes de 1970. Nessa época a Índia introduziu uma série de leis e políticas para regular o segmento, tentando evitar os abusos de monopólios das multinacionais e promover a indústria local.

A reforma ocorrida por meio dessa regulação foi importante para a regulação de preços de intercâmbio e importação, afetando a questão de licenças e a legalização de patentes de produtos e moléculas. As consequências dessa reforma contribuíram para criação de capacidade manufatureira, abaixando os preços e aumentando a disponibilidades dos medicamentos para a população em massa. Na perspectiva indiana, a falta de Direitos de Propriedade Intelectuais levou a fundação de uma indústria doméstica forte. A recente assinatura de uma regulação para isso, no entanto, reverteu a lei de patentes de 1970.

As empresas que haviam se desenvolvido com base em engenharia no passado, tiveram que fazer uma reorientação da produção e trocar a base para P&D, a fim de sobreviver e conseguir competir num mercado que agora era regulado e aberto. É claro que isso causou sérias implicações para as empresas farmacêuticas na Índia. Como cita Chatuverdi (2006), além de prejudicar os balanços e lucros obtidos através da exportação de versões mais baratas de medicamentos patenteados, o acesso a novos conhecimentos e tecnologia está prevista para ser ainda mais difícil no regime mais rigoroso de patentes.

A história do crescimento da indústria farmacêutica indiana é interessante. Antes da independência, havia esforços do governo colonial para incentivar a produção local, mas o país ainda era totalmente dependente de outros países para suprir a demanda por remédios. Com a independência em 1947, o governo conseguiu uma rápida industrialização e investiu na indústria pesada de farmacêuticos, ainda que não desencorajasse empresas estrangeiras a competir na Índia. Como resultado, mesmo depois da independência as patentes estrangeiras se sobrepuseram às indianas, e os preços na Índia eram os maiores do mundo (Kefauver Senate Committee Report, 1961).

A situação hoje é exatamente o oposto. Um dos importantes sucessos econômicos e desenvolvimento social é fruto de conseguir salvar vidas através da disponibilidade de medicamentos a preços acessíveis. Esse sucesso é atrelado à combinação de políticas que levaram a avanços tecnológicos em meados da década de 60, com o objetivo específico de conseguir remédios acessíveis às massas.

Durante o regime de patentes, as empresas indianas desenvolveram competências e fizeram pesquisas para desenvolver tecnologias de processos de produção, principalmente para sintéticos. Hoje, a indústria indiana enfrenta outros

problemas particulares, como a liberalização da economia do país, globalização da economia mundial e novas obrigações advindas das regulações de patentes e direitos de propriedade intelectual da Índia.

Como os economistas evolucionários sugerem, as competências criadas variam de uma empresa para a outra e cada uma tem uma estratégia diferente para alcançar as inovações e obter sucesso nesse novo contexto indiano e também o global. No entanto, todas as empresas julgam que, no longo prazo, o P&D é essencial para o sucesso. As instalações de P&D, equipadas com instrumentos sofisticados, equipamentos e habilidades são considerados parte essencial da estratégia corporativa e conseqüentemente os investimentos estão sendo feitos.

Porém, ainda há vertentes que afirmam que as empresas indianas não são grandes o suficiente para descobrir e desenvolver suas próprias drogas. O argumento é que as empresas indianas não têm o conhecimento que as multinacionais possuem, uma vez que passaram todo o século XX focando no P&D e no desenvolvimento de novas habilidades (Smith, 2000). Apesar de todas essas dificuldades, as empresas têm planos ambiciosos para suas próprias novas marcas e produtos químicos, além de estratégias para construir P&D e alimentar seu pipeline de descoberta de novas drogas, mesmo que com horizonte de tempo diferente. Mas essas estratégias precisam ser analisadas caso a caso.

A descoberta de novos medicamentos é um objetivo perseguido por todas as empresas, objetivo intensificado após 2005. A estratégia chave para aumentar a cadeia de valor de forma incremental e gerenciar riscos é a licença de novas moléculas para medicamentos maiores com recursos para levá-los ao mercado mais rapidamente. Combinando genéricos e descoberta de medicamentos é o equilíbrio

para superar barreiras e diferenciar-se no mercado competitivo.

3. O POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

3.1. Histórico Recente

Como nos diz Marinho (2010), o mercado farmacêutico brasileiro sofre influência direta das multinacionais. Fardelone e Branchi (2006) fazem considerações sobre as mudanças e desafios que o mercado nacional vem vivenciando, pois, de acordo com o seu artigo, na década de 1990 apenas 10 empresas detinham 28,4% do mercado mundial, aumentando para 45,2% no ano de 2000.

Uma citação relevante do trabalho de Marinho (2010) é um endosso importante ao citar Rego que diz que “a indústria farmacêutica é, portanto, um segmento com características únicas, seja pelo seu cunho social, ao produzir bens que estão diretamente relacionados ao bem-estar da população, seja pelo alto impacto que representa nos gastos com a saúde pública.”

Segundo Marinho (2010), nos últimos 10 anos ocorreu um crescimento de 116% das vendas de medicamentos, com um preço médio baixo quando comparado a outros medicamentos vendidos no mundo (Fardelone e Branchi, 2006). No gráfico abaixo são mostrados os dados da indústria farmacêutica no Brasil, em termos unitários de dólares e em reais.

Outro ponto importante ao falarmos de histórico é a questão regulatória do setor, que foi um marco importante no Brasil. Em maio de 1997, foi estabelecida a Lei nº 9.279, a Lei das Patentes, que regulamenta todos os direitos e obrigações relativos à propriedade intelectual. Obviamente, essa lei tem impacto direto na indústria farmacêutica, porque depois da sua implementação as patentes começaram a ser reconhecidas no Brasil, uma exigência que

já vinha das multinacionais que estavam no país.

Outro ponto importante na questão regulatória é a existência de um órgão como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que também foi criada em 1999 (mais especificamente foi criada em janeiro de 1999 pela Lei nº 9.782). A Anvisa veio para sanar alguns pontos de atuação que a própria Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde não conseguia contemplar. Como ressalta Marinho (2010), as principais funções que a Anvisa teve em relação ao mercado aqui estudado era o monitoramento de preços de medicamentos e de produtos para a saúde, atribuições relativas à regulamentação, controle e fiscalização da produção de fumígenos, suporte técnico na concessão de patentes pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e controle da propaganda de produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária (Anvisa, 2004).

Segundo Gadelha (2008), o Brasil representa o 8º maior mercado do mundo em faturamento farmacêutico, mas representa apenas 2% da fatia de mercado mundial, sendo os Estados Unidos o principal mercado, com aproximadamente 50% do volume de negócios. O segmento no Brasil é quase que totalmente dependente de importações e utiliza a proteção de patentes como uma forma de segurança de retorno dos investimentos praticados.

Embora tenham existido políticas direcionadas à criação de empresas privadas, que deveriam atuar da síntese de fármacos à comercialização de medicamentos acabados, não se pode afirmar que houve um foco para desenvolvimento do setor (Avila, 2004). Isso porque o esforço tecnológico concentrou-se na engenharia reversa, realizada com o apoio de universidades e institutos de pesquisa, e não focada em desenvolver e inovar o ramo farmacêutico (Queiroz, 1993).

Conforme Avila (2004), o complexo farmacêutico brasileiro é dividido entre

empresas multinacionais focadas em produtos de menor agregação de valor, por empresas nacionais pouco capitalizadas (e sem capacidade de inovação), e por pequenas empresas de biotecnologia, pouco articuladas às empresas das outras duas categorias. Essas pequenas empresas, no entanto, são fruto do desenvolvimento de competências dentro das universidades e institutos de pesquisa. Avila (2004) ainda sugere que esse tipo de associação acadêmico-empresarial possa ter contribuído significativamente para o desenvolvimento de pequenas empresas de maior conteúdo tecnológico.

Como o Brasil possui um parque industrial complexo e diversificado, o que possibilita maior inserção no mercado internacional, pode-se visualizar que o objetivo das políticas públicas recentes não é mais fomentar o surgimento dos mais variados setores, como na ocasião do II PND, por exemplo. Atualmente o foco dos gestores de políticas públicas é a inserção global, por meio de maior competitividade dos produtores brasileiros, buscando o aprimoramento do conhecimento técnico e aprendizado com inovações.

O que se pode afirmar é que o setor farmacêutico, por estar ligado diretamente ao setor de Saúde, possui uma grande complexidade técnica e isso exige uma série de medidas tanto para investir quanto para regular o segmento. Isso deve ser levado em conta ao analisarmos a conjuntura brasileira atual e passada. Por um período de tempo razoável, a economia brasileira teve preocupações realmente prioritárias, no sentido de estabilização de taxas de inflação, que, de certa forma, desviaram o foco (em menor ou maior grau) do desenvolvimento de P&D voltado à indústria farmacêutica. Mesmo assim, como será abordado mais a frente, uma regulação foi importante não só do ponto de vista de Qualidade (para garantir que estavam sendo oferecidos produtos de eficácia e tecnicamente corretos), mas também do ponto de vista

econômico, constituindo importante barreira à entrada e estímulo às empresas.

3.2. BioNovis – O Super Laboratório

Uma das vertentes recentes da teoria da política industrial é a estratégia de “Campeões Industriais” ou “Picking Winners”. A idéia central é fomentar a criação de grandes grupos econômicos locais com capacidade e potencialidade de exercerem papel de destaque no mercado global², ou seja, assumirem papel de *global players*. Neste sentido, o Brasil tem adotado estratégia similar a de demais países do mundo e no caso da indústria farmacêutica o foco é a criação do superlaboratório BioNovis. A BioNovis é um laboratório criado a partir de uma *joint venture* com participação de quatro empresas farmacêuticas nacionais: EMS, Ache, Hypermarchas e União Química.

O principal intuito é produzir remédios biotecnológicos, usados no tratamento de doenças complexas. Será a primeira grande empresa brasileira a entrar nesse mercado, cujas importações custaram ao governo R\$ 6 bilhões no ano passado – que são 46% de todo o gasto governamental com medicamentos importados.

A empresa vai demandar R\$ 500 milhões de investimento nos primeiros cinco anos de vida, dos quais R\$ 200 milhões sairão dos caixas das sócias (cada uma tem 25% da BioNovis) e darão conta de colocar o negócio para funcionar. O resto será captado conforme o projeto se desenvolva.

Os medicamentos biotecnológicos são feitos a partir de células vivas e são considerados o futuro da indústria farmacêutica. São caros – mesmo sendo 46% dos gastos públicos com importação, representam só 2% do volume de remédios comprados fora – e consumidos apenas dentro de hospitais, não vendidos em

²

Para maiores detalhes sobre a discussão ver Maincent & Navarro (2006).

farmácias. É um mercado de US\$ 160 bilhões no mundo e de R\$ 10 bilhões no Brasil. Entre os dez medicamentos mais vendidos mundialmente, cinco são do tipo. O Grupo acredita que em vinte anos, o mercado de biotecnológicos será maior que o de medicamentos químicos.

Esses medicamentos são usados para combater doenças como câncer, artrite reumatóide, lúpus e Alzheimer. São produzidos principalmente nos EUA, Alemanha, Suíça e Reino Unido, mas emergentes como Índia, China e Coréia do Sul já fabricam biotecnológicos – o Brasil importa inclusive da Argentina. A BioNovis deve colocar os primeiros biotecnológicos nacionais no mercado em dois ou três anos.

Faz parte do acordo que a BioNovis seja uma empresa exclusivamente nacional e não poderá ser um negócio de pequeno porte, por isso já nasce com a intenção de ser uma empresa global e exportar medicamentos, sendo que o principal comprador deverá ser o governo, com 60% dos pedidos.

3.3. Posicionamento Estratégico

Através da análise do posicionamento estratégico e das políticas industriais e econômicas a ele ligadas, percebe-se uma clara distinção e, por consequência, associação de fatores. Essa associação pode ser chamada de diamante de fatores, que representam dimensões competitivas diferentes. Essas dimensões competitivas são avaliadas levando em consideração quatro fatores básicos: Inovação, Internacionalização, Economia de escala e Variedade de Atuação.

Podemos dividir o posicionamento estratégico do Brasil em duas partes:

i) Falando do caso das **maiores empresas**, aquelas citadas como casos de sucesso, o posicionamento estratégico é, em partes, semelhante ao das *global players*. O foco continua sendo inovação e uma busca em diversificar as áreas de pesquisa e de

atuação (ainda que de menor significância ao comparado às competidoras globais), porém, no caso brasileiro, é muito importante a questão de exportação.

Essa questão de internacionalização é importante porque vem acompanhado de uma política industrial que tem como uma diretriz principal justamente aumentar a competitividade, desenvolver o país, fazê-lo crescer e, por fim, expandir. O Governo brasileiro já tomou uma série de medidas para incentivo às exportações, fim de barreiras, tarifas, dentre outros, justamente para fomentar uma postura exportadora maior. Nesse caso, então, podemos dizer que o diamante de competitividade é composto por uma parcela importante de foco em internacionalização.

ii) Por outro lado, ao observarmos o caso das *demais empresas brasileiras*, as dimensões competitivas são levemente diferentes. O primeiro ponto para ser citado é um foco grande em escalabilidade. Isto significa dizer que as empresas brasileiras investem, em sua maioria, em medicamentos que podem ser produzidos em escalas maiores, cujo ganho está justamente no volume de venda. De uma forma mais prática, seria o mesmo que dizer que as empresas estão investindo em remédios de patentes expiradas, fabricação de genéricos e similares, etc. Assim, podemos também concluir que o investimento em inovação não é um fator vastamente explorado. Ainda existe uma defasagem entre o momento de investimento e do retorno dos investimentos em inovação, e, dadas as condições de competitividade brasileira, ainda não se pode investir tão veementemente em P&D. Por fim, um pilar importante é que no ponto que se diz sobre internacionalização, esse caso é um meio termo: por um lado, suprir demandas internas é um dos focos, porém, existe uma política forte de incentivos à exportação, o que faz com que a internacionalização nunca fique esquecida como pauta de discussão e de decisão de investimento.

Portanto, podemos visualizar o posicionamento estratégico fazendo uma análise com os outros estudos de casos já mencionados nesse trabalho, exposto no gráfico 2.

Os diamantes de competitividade representados pela figura 2 tentam sintetizar o posicionamento da indústria brasileira *vis-a-vis* seus demais competidores. O posicionamento reflete, em grande medida, a busca pelo atendimento às necessidades domésticas, que envolvem por sua vez o desafio produtivo e logístico de distribuição de produtos de baixo custo para uma grande população distribuída em um país de dimensão continental. Evidentemente a estratégia competitiva guarda correlação com o rol de políticas públicas governamentais, que inclui a política de saúde pública. Inclusive, parece plausível supor que o próprio formato do sistema de saúde brasileiro, o SUS (Sistema Único de Saúde) contribua para a formatação tanto das estratégias de políticas para o setor, como para o posicionamento estratégico das empresas locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo avaliar o posicionamento estratégico das maiores corporações do setor farmacêutico mundial e, principalmente, como potenciais competidores, sediados em países de menor tradição comercial e tecnológico no segmento, tem conduzido suas estratégias de inserção competitiva e redução de gaps tecnológicos.

Um segundo ponto explorado ao longo do trabalho foi a relação entre posicionamento estratégico das corporações e as políticas públicas de seus países-sede. Foi visto que a liderança do segmento é exercida basicamente por grandes corporações multinacionais, onde os posicionamentos estratégicos das corporações não estão, ao menos neste estágio de maturidade das corporações,

diretamente relacionados com os objetivos de políticas públicas de seus países-sede. Nestes casos, os esforços políticos dos países estão muito mais concentrados nos debates em fóruns multilaterais de comércio, com temas relacionados a direitos de propriedade intelectual e livre comércio, do que políticas industriais mais específicas.

Já no caso dos seguidores, verificamos que a correlação entre posicionamento estratégico e política industrial e de CT&I se sobrepõem de forma mais evidente, como pode ser observado nos estudos de caso envolvendo Áustria, China e Índia. No caso brasileiro, por exemplo, foi observada determinada coerência entre o esforço de viabilidade para a criação de um superlaboratório, por exemplo, e uma

política industrial baseada no conceito de “Campeões Industriais” ou “Picking Winners”, além de possível articulação com outras políticas relevantes, tais como a política de saúde pública.

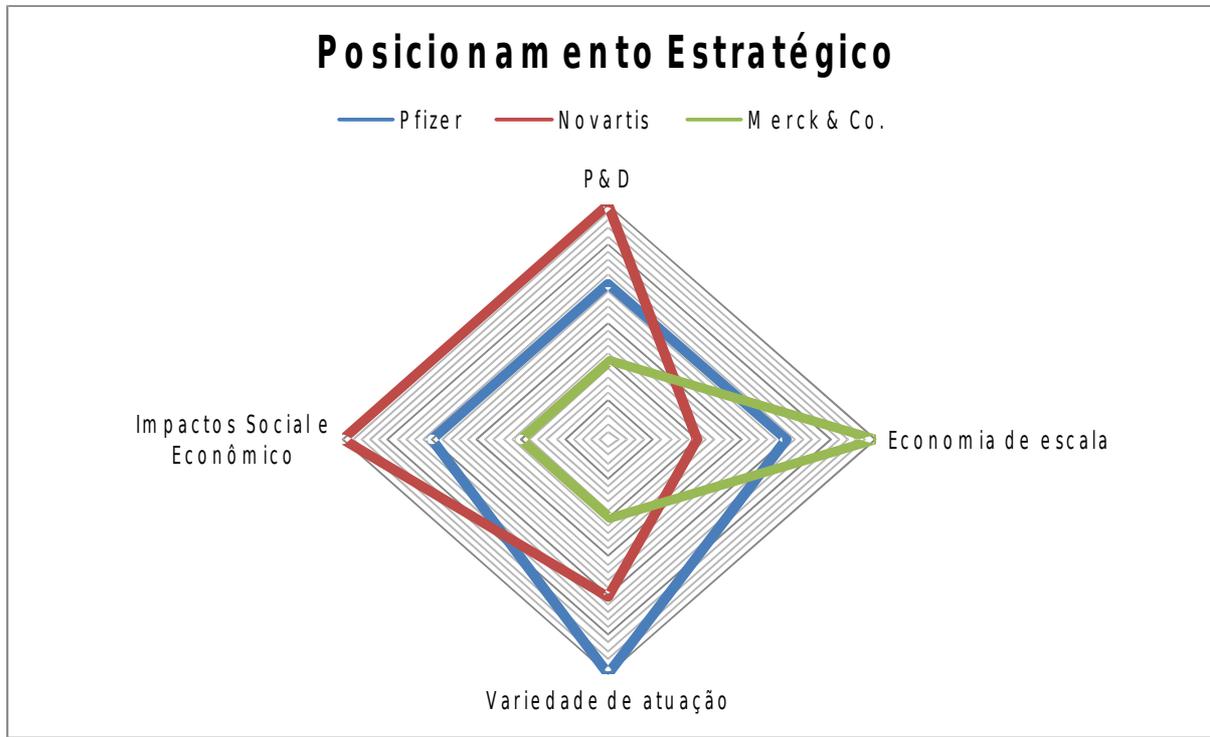
No início do trabalho endereçamos um conjunto de questões que consideramos relevante par o debate, contudo não foi possível obter respostas conclusivas para todos os questionamentos (embora não fosse nosso objetivo). Contudo, acreditamos que o trabalho trouxe uma contribuição para a necessidade de debater a modularidade entre posicionamentos estratégicos corporativos e políticas públicas em países em desenvolvimento, principalmente em países emergentes, onde várias janelas de oportunidades estão sendo abertas.

Tabela 1: Maiores farmacêuticas globais

Classificação	Empresa	País	Receita total (USD milhões)	Gastos em P&D (2006)	Lucro/ (Prejuízo) (2006)	Número de Empregados (2006)
1	Pfizer	EUA	67809	7599	19337	122200
2	Novartis	Suíça	53324	7125	11053	138000
3	Merck & Co.	EUA	45987	4783	4434	74372
4	Bayer	Alemanha	44200	1791	6450	106200
5	GlaxoSmithKline	Reino Unido	42813	6373	10135	106000
6	Johnson & Johnson	EUA	37020	5349	7202	102695
7	Sanofi	France	35645	5565	5033	100735
8	Hoffmann-La Roche	Suíça	33547	5258	7318	100289
9	AstraZeneca	Reino Unido	26475	3902	6063	50.000+
10	Abbott Laboratories	EUA	22476	2255	1717	66800
11	Bristol-Myers Squibb	EUA	17914	3067	1585	60000
12	Eli Lilly and Company	EUA	15691	3129	2663	50060
13	Amgen	EUA	14,268	3,366	2,95	48
14	Boehringer Ingelheim	Alemanha	13284	1977	2163	43000
15	Sehering-Plough	EUA	10594	2188	1057	41500
16	Baxter International	EUA	10378	614	1397	38428
17	Takeda Pharmaceutical Co.	Japão	10284	1620	2870	15000
18	Genentech	EUA	9284	1773	2113	33500
19	Procter & Gamble	EUA	8964	n/a	10340	29258
	TOTAL		497519	70843	110077	1342700
	MÉDIA		24876	3542	5504	67135

Fonte: National Health Federation (2006)

FIGURA 1: Posicionamento Estratégico das três maiores empresas do setor farmacêutico



Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 2: Posicionamento estratégico das empresas farmacêuticas - Consolidado



Fonte: Elaboração Própria.

Referências

ADVANTAGE AUSTRIA, **Setor de futuro: as ciências da vida. 2012.** Disponível em: <<http://www.advantageaustria.org/international/zentral/business-guide-oesterreich/importieren-aus-oesterreich/branchen/life-science-und-pharma/Ueberblick.pt.html>>

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Registro de Produtos Biológicos e Hemoterápicos: Bases Legais – Coletânea. 2011.** Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/registro_produtos_biologicos_hemoterapicos_FINAL.pdf>. Acesso em 10 de março de 2013

ANTUNES.A.M.S; MAGALHÃES.J.L. **Oportunidades em medicamentos genéricos.A Indústria Farmacêutica Brasileira.** Editora: Interciência 2008 1ª. Edição

AUSTIN RATINGS, **Anuário Melhores Empresas do Brasil 2012.** Disponível em: <http://www.austin.com.br/Estudos_Especiais/3952/Anu%C3%A1rio_Melhores_Empresas_do_Brasil_2012_-_Jornal_Brasil_Econ%C3%B4mico>. Acesso em 20 de março de 2013.

AVILA, C. P. J., **O desenvolvimento do setor farmacêutico: a camnho de uma estratégia centrada na inovação.** 2004

AYRES, M. **EMS é a melhor do setor farmacêutico de 2012.** EXAME, 04/07/2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/ems-e-a-melhor-do-setor-farmaceutico-de-2012/>> Acesso em 01 março de 2013

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O BNDES e a Internacionalização das Empresas Brasileiras: “As Novas Multinacionais Brasileiras”**, FIRJAN, Rio de Janeiro, 29 de maio de 2006

BITÁCORA FARMACÊUTICA. **A Indústria Farmacêutica na Índia: características estruturais e mecanismos de desenvolvimento.** 17/09/2008. Disponível em: <<http://bitacorafarmaceutica.wordpress.com/2008/09/17/la-industria-farmaceutica-en-brasil-y-la-india-un-estudio-comparativo-del-desenvolvimiemto-industrial-part-2/>> Acesso em 21 jan. 2013

BRASIL MAIOR. **O Plano.** Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/125>>. Acesso em 10 março de 2013

BRASIL MAIOR. **Plano Brasil Maior: Situação do conjunto de medidas.** Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/images/data/201303/cf66c676a3a6a3a73319841170368ab9.pdf>>. Acesso em 10 março 2013

CAPANEMA, X. L.L; PALMEIRA, P.L. Filho, **Indústria farmacêutica brasileira, reflexões sobre sua estrutura e potencial de investimento.** 2006. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/06.pdf>. Acesso em 21 jan. 2013

CHATUVERDI, K.; CHATAWAY, J. **Strategic integration of knowledge in Indian pharmaceutical arms: creating competencies for innovation.** International Journal of Business Innovation and Research, 2006. 1(1-2), p. 27–50.

- CRI. **China empenha-se em explorar novos medicamentos.** 18/12/2006. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/183/2006/12/18/1@58046.htm>>. Acesso em 21 jan. 2013
- FARDELONE, L. C.; BRANCHI, B. A (2006). **Mudanças recentes no mercado farmacêutico.** *Revista FAE*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 151-152.
- FIEP. **Cadeias produtivas: Farmacêutica.** Disponível em: <[http://www.fiepr.org.br/fomentoedesarrollo/cadeiasprodutivas/uploadAddress/farmacutica\[19550\].pdf](http://www.fiepr.org.br/fomentoedesarrollo/cadeiasprodutivas/uploadAddress/farmacutica[19550].pdf)> Acesso em 21 jan. 2013
- FREITAS, M. F.; ESTEVES, A. L.; PROCHNIK, V. **O grau de internacionalização das firmas industriais brasileiras e suas características microeconômicas.** 2005.
- GADELHA, C. A. G., (2006). **Desenvolvimento, complexo industrial da saúde e política industrial.** *Revista de Saúde Pública*, 40 (N Esp): 11-23.
- GADELHA, C. A. G.; MALDONADO, J.; VARGAS, M. A. (2008) **Estudo Setorial sobre a Indústria Farmacêutica. Nota Técnica. Projeto “Uma Agenda de Competitividade para a Indústria Paulista”.** São Paulo, UNESP/UNICAMP/USP/SDE/IPT-SP.
- GORGULHO, G. **Crise no desenvolvimento de novas moléculas e potencial de mercado colocarão China na liderança do setor farmacêutico.** Boletim Inovação Unicamp, 29 de novembro de 2010
- GUEDES, L. A. **Internacionalização de empresas como política de desenvolvimento: uma abordagem de diplomacia triangular.** 2006. 22 f. Rio de Janeiro, Junho, 2006.
- IMS HEALTH, **Global top 15 companies.** 2011. Disponível em <http://www.imshealth.com/deployedfiles/imshealth/Global/Content/StaticFile/Top_Line_Data/Global-Top_15_Companies.pdf : Tabelas>. Acesso em 21 jan. 2013
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O núcleo tecnológico da indústria brasileira.** Volume 1. Brasília, 2011.
- JOB E MEIRA, B. T. **Investimentos da indústria farmacêutica.** 19/09/2011. O Estado de S. Paulo.
- KEFAUVER, E. (1961). **Doctors, Drugs & Dollars.** *Time*, Vol. 78 Issue 5, p55
- MAINCENT & NAVARRO. **A policy for industrial champions: from picking winners to fostering excellence and the growth of firms.** 2006. Disponível em <http://ec.europa.eu/enterprise/newsroom/cf/_getdocument.cfm?doc_id=4187>
- MARINHO, A. A. **Estratégias Corporativas: Diversificação com criação de valor, Estudo de caso de duas empresas farmacêuticas brasileiras.** 2010. 116 folhas. Dissertação - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.
- MCKINSEY QUARTELY. **What's next for China?** Janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.mckinseyquarterly.com/Public_Sector/Economic_Policy/Whats_next_for_China_3054>. Acesso em 01 fev. 2013
- MEIRA, T.J.B., **Investimentos da indústria farmacêutica.** 19 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,investimentos-da-industria-farmacutica,774251,0.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- MERCK & CO. **About us.** Disponível em: <<http://www.merck.com/about/home.html>> Acesso em 21 dezembro 2012

NOVARTIS. **Sobre a Novartis**. Disponível em: <<http://www.novartis.com.br/>> Acesso em 21 dezembro 2012

PFARMA. **Indústrias Farmacêuticas da Índia e China investem em Propriedade Intelectual**. 08/12/2010. Disponível em: <<http://pfarma.com.br/noticia-setor-farmaceutico/mundo/434-industria-farmaceutica-india-china.html>>. Acesso em 21 jan. 2013

PFIZER. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.pfizer.com.br/>> Acesso em 21 dezembro 2012

PIMENTEL, F. **Perspectivas 2013: investimentos para o desenvolvimento**. CDES. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/images/data/201302/4bffffe11255aa70b3b03c6af73cf637b.pdf>>. Acesso em 10 março 2013.

QUEIROZ, S. (1993). **Os Determinantes da Capacitação Tecnológica no Setor Químico-Farmacêutico Brasileiro**, Tese de Doutorado (Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RADAELLI, V. **As lições da indústria farmacêutica indiana**. *Revista Acesso Mercado e Políticas Públicas de Medicamentos* em 03/12/2009

RÊGO, E. C. L. (2010). **Políticas de regulação do mercado de medicamentos: a experiência internacional**. *Revista do BNDES*, v. 7 (14), p. 367-400.

REIS, C.; LANDIM, A.; PIERONI, J.P. (2011). **Lições da experiência internacional e propostas para incorporação da rota biotecnológica na indústria farmacêutica brasileira**. *BNDES Setorial* 34, p. 5-44.

SMITH, S.E. (2000) **Opening up to the world: India's pharmaceutical companies prepare for 2005**, *Occasional Paper*, Asia/Pacific Research Center, Institute for International Studies, Stanford University.

STOCKLER, R. **EMS lidera laboratórios de olho em multis**. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/anuario/cat_far.php>. Acesso em 01 março 2013

TEECE, J. D. **Obtenção de lucros da inovação tecnológica: implicações para integração, colaboração, licenciamento e políticas públicas**. *Research Policy*, vol. 15, no. 6 (dezembro de 1986), pp. 285-305

URIAS, M. P. E. **A indústria farmacêutica brasileira: um processo de co-evolução de instituições, organizações industriais, ciência e tecnologia**. Fevereiro de 2009. Dissertação (Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas

URIAS, M. P. E. **As Mudanças Recentes nas Estratégias Produtivas e Tecnológicas dos Laboratórios Farmacêuticos Instalados no Brasil: Uma Análise a partir dos Impactos Originados pela Regulamentação dos Medicamentos Genéricos**. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, Dezembro, 2006.

XAVIER, N. A.; TUROLLA, A. F. **A internacionalização da empresa brasileira: a literatura e alguns fatos estilizados**. Mimeo PUC/SP, 2006.

*Recebido em 17/05/2013
Aprovado em 01/06/2013*

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E A INDÚSTRIA NO PARANÁ

Cristiano Vinicius Ferreira*
Liana Maria da Frota Carleial**

Resumo

Esse estudo buscou alinhar a teoria do desenvolvimento desequilibrado, de Albert O. Hirschman, e sua discussão sobre os efeitos em cadeia que os investimentos em infraestrutura econômica e/ou atividade diretamente produtiva da indústria podem gerar em uma economia, ao caso do estado do Paraná. Para isso, entender detalhadamente sobre os projetos e investimentos em curso no estado e verificar em que medida a estratégia adotada pelos governos federal e estadual estão em sinergia com o objetivo de desenvolver e integrar regiões menos desenvolvidas. Porém, tomar decisões sem antes identificar as características econômicas das regiões envolvidas seria imprudência, por isso é analisada a distribuição espacial dos investimentos em infraestrutura econômica no estado do Paraná, as especificidades regionais e as dificuldades para integrar as regiões menos desenvolvidas. Por fim, ciente das dimensões da concentração industrial e da centralização dos investimentos em regiões mais dinâmicas e desenvolvidas, propor um conjunto de sugestões de investimentos em infraestrutura econômica e indústria no estado do Paraná, à luz do pensamento de Hirschman.

Palavras-chave: desenvolvimento; infraestrutura econômica; indústria.

Resumen

Este artículo que trata de alinear la teoría del desarrollo desequilibrado, Albert O. Hirschman y su análisis de la cadena de efectos en donde las inversiones e infraestructura económica y / o actividad de la industria productivas pueden generar en una economía, en el caso del estado de Paraná. Para ello, comprender detalladamente sobre proyectos e inversiones en curso en el estado y determinar en qué medida es adoptada la estrategia de los gobiernos federales y estatales están en sinergia, y como objetivo fundamental es de desarrollar e integrar las regiones menos desarrolladas. Sin embargo, las decisiones sin identificar primero las características económicas de las regiones implicadas sería prudente, por lo tanto, se analiza la distribución espacial de las inversiones en infraestructura económica en el estado del Paraná, especificidades y dificultades regionales para integrar las regiones menos desarrolladas. Por último, consciente de las dimensiones de la concentración industrial y centralización de la inversión en las regiones más dinámicas y desarrolladas, proponiendo un conjunto de inversiones sugeridas en infraestructura económica e industrial en el estado del Paraná, a la luz del pensamiento de Hirschman.

Palabras clave: desarrollo, infraestructura económica, la industria.

* Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica da Fundação Araucária 2012/2013. Graduado em Ciências Econômicas pela FAE Centro Universitário. E-mail: cristianoferreira15@gmail.com

** Pós-doutora em Economia Industrial pela Universidade Paris XIII. Doutora em Teoria Econômica pela USP. Professora titular da UFPR e pesquisadora do CNPq. Professora do PMOD-FAE. E-mail: liana.carleial@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Os elementos que retardaram o crescimento e desenvolvimento socioeconômico brasileiro, em 2012, foram frutos das políticas pouco desafiadoras no século XX. A economia brasileira vive um momento delicado, buscando deixar a sombra da inflação para trás e tentando retomar a capacidade de investimento, para que seja possível superar gargalos que entravam o crescimento e o desenvolvimento há anos e, por fim, se consolidar como país desenvolvido.

A infraestrutura econômica, urbana, social e a indústria desempenham papel fundamental na busca pelo desenvolvimento socioeconômico; a geração de emprego e renda depende da capacidade de atração de indústrias complementares e de base para a estrutura produtiva de um estado ou nação. No entanto, essa capacidade de atração só acontece quando a infraestrutura é tão bem elaborada a ponto de diminuir o custo do setor privado.

Logo, a relação entre infraestrutura e indústria, *ceteris paribus*, é direta e proporcional. Então, se aliadas, podem ser traduzidas em melhor qualidade de vida, devido a inversões em infraestrutura urbana e social, somadas, a melhores níveis de renda e de emprego, em razão dos investimentos em infraestrutura econômica que contribuem para a industrialização e diversificação da estrutura produtiva.

Toda essa atenção ao direcionamento dos investimentos se justifica por serem meios de superar entraves, conjunturais e estruturais, em suas “raízes” e, assim, contribuir para alcançar o desenvolvimento socioeconômico.

Este estudo tomará como espaço territorial o estado do Paraná para aplicação dos testes elaborados a partir do embasamento teórico. Já o período escolhido foi de 2007 a 2012, fase na qual se

inicia um importante fluxo de investimentos capitaneado pelo Estado brasileiro.

Essa relação macro e microeconômica partilha os elementos do subdesenvolvimento, recorrentes ao Brasil e ao Paraná. As variáveis que Celso Furtado (1983) definiu como às causas do subdesenvolvimento brasileiro: desemprego, concentração de renda, reduzida capacidade de diversificar a estrutura produtiva e dependência tecnológica, podem, se juntar a outros gargalos que entravam atualmente o desenvolvimento, sendo eles: a desindustrialização, a infraestrutura defasada, o chamado custo Brasil, patamar da taxa de juros (agora mais baixo, porém ainda fora do padrão internacional) e a ausência de uma reforma tributária e fiscal.

Em razão do retrocesso mundial, oportunidades surgem e desaparecem em um “ *piscar de olhos*”, a posição menos crítica do país, no cenário internacional, gera oportunidade e espaço para aplicar várias medidas que antes, sem um contexto adequado, o governo se julgava impossibilitado de aplicar. Esse contexto favorece ao Brasil e ao Paraná fazer as reformas e investimentos necessários à superação do subdesenvolvimento globalizado (CARLEIAL, 2005).

Logo, o planejamento e a estratégia que o Paraná irá adotar devem ser muito bem elaborados para que diante dos reflexos da crise, dos estímulos ao consumo e dos investimentos em curso no país (PAC, PAC II, Plano Brasil Maior, Programa de investimentos em logística, PDP-PR e Paraná Competitivo) e propostas elaboradas por outras entidades de classe como o Sul Competitivo, possam dar capacidade à infraestrutura e à indústria de absorver os investimentos, expandindo a outros segmentos e gerando desenvolvimento.

Diante dos fatos apresentados, existe uma pergunta cuja resposta é fundamental para traçar as novas políticas

federais e estaduais, destinadas ao estado do Paraná, qual seja: em que medida os investimentos em infraestrutura econômica e na indústria, podem integrar e sustentar o desenvolvimento produtivo no estado do Paraná?

Estimar a eficácia das atuais medidas em curso no país e no estado, por meio de estudos, discussões, negociações entre entidades público-privado, planejamento e estratégia, pode aperfeiçoar as chances de otimizar as inversões em infraestrutura econômica, por consequência, gerar a integração e a sustentabilidade da estrutura produtiva paranaense.

Pela necessidade de se obter o máximo de sucesso nas políticas adotadas, enquanto a conjuntura econômica mundial possibilita, por meio de ajustes internos, a superação dos entraves históricos alertados por Celso Furtado, a principal contribuição e/ou objetivo geral dessa pesquisa é analisar a relação entre a infraestrutura econômica e a indústria, e como ambas irão colocar o Paraná no rumo do desenvolvimento.

Ao analisar esta relação entre infraestrutura econômica e indústria, aplicando conceitos da teoria do desenvolvimento de Albert O. Hirschman é formulada a hipótese: a infraestrutura e a indústria como atividades complementares e a preferência por investimentos em maior proporção para um deles, pode gerar uma integração maior ou menor na estrutura produtiva da região.

Essa hipótese busca testar e/ou comprovar que a partir dos investimentos em curso no país, será possível integrar investimentos industriais e infraestrutura para garantir o desenvolvimento produtivo, de longo prazo, no estado Paraná.

A estrutura dessa pesquisa é composta pelos objetivos específicos que foram distribuídos em quatro seções, sendo o primeiro, a base do estudo, o embasamento teórico, pois evidencia e gera parâmetros para a relação existente entre infraestrutura econômica, indústria e como

essas variáveis formam a ponte para o desenvolvimento.

A segunda seção contextualiza os investimentos em infraestrutura econômica e indústria, destinados ao estado, que estejam sob gestão dos governos federal e estadual, além de projetos encomendados por entidades de classe e/ou gestão privada, casos como plano Sul Competitivo, plataformas *offshore* e aeroportos de carga, detalhadamente apresentados posteriormente.

A próxima seção tem papel fundamental nessa pesquisa, por ser um elo de ligação entre a teoria desenvolvimentista, da primeira seção, a estratégia elaborada pelo poder público e privado da segunda seção, com a sugestão de Hirschman para a tomada de decisão dos investimentos da quarta seção; portanto, a terceira seção analisa a distribuição espacial dos investimentos em infraestrutura econômica e indústria no Paraná e, também, apresenta as dificuldades de integrar as regiões menos desenvolvidas.

Por fim, a quarta e última seção desta pesquisa, em virtude dos resultados apresentados nas seções anteriores, apresenta a sugestão Hirschman, para a tomada de decisão em economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

A justificativa para realização deste trabalho é validada ao verificar o resultado das políticas implementadas durante os anos de 1980 e 1990. O estado, nesse período, perdeu a capacidade de investimento, e isso agravou a situação infraestrutural, além de minar a estrutura produtiva brasileira e, conseqüentemente, a estrutura produtiva paranaense, foco do estudo.

Atualmente a conjuntura econômica mundial é delicada, o retrocesso Europeu somado a dados negativos nos índices de emprego e indústria e a piora na confiança dos investidores no mercado internacional são componentes de uma desaceleração econômica de ordem mundial.

As estimativas do PIB brasileiro são constantemente revisadas para baixo, o governo pratica uma redução gradual da taxa de juros que é conduzida com parcimônia e sempre com atenção aos novos rumos da crise. Elementos do subdesenvolvimento, alertados por Celso Furtado (1983), ainda são facilmente encontrados, mostrando que o Brasil e o Paraná ainda apresentam características subdesenvolvidas.

A partir dessa movimentação do governo federal, no sentido de superar os obstáculos nacionais e internacionais, este estudo volta-se a entender como essa dinâmica irá acontecer sob a ótica da infraestrutura e indústria no caso do estado do Paraná. Mesmo com tantos estímulos visando melhorar a atividade econômica brasileira e paranaense, não está nítida a capacidade das políticas em curso em dar suporte e competitividade à indústria, no médio e longo prazo.

Logo, se existe desconfiança, é necessário entender se, ao menos no estado do Paraná, os investimentos em infraestrutura e na atividade diretamente produtiva, têm capacidade de promover a indústria de forma sustentável e em que medida isto acontece.

1. EMBASAMENTO TEÓRICO

Para compreender o comportamento dos elementos avaliados nessa pesquisa, infraestrutura e indústria, e como ambos poderão colocar o Paraná no rumo do desenvolvimento, é necessário entender exatamente as características destas variáveis.

Para isso, será usado o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, para entender os conceitos que norteiam a infraestrutura, termo este de sentido bastante amplo, assim sendo, faz-se necessária ampla gama de investimentos para satisfazer todas as variáveis que compõem o termo infraestrutura. Portanto,

serão usados apenas os elementos que afetem diretamente a atividade industrial.

As variáveis que compõe a ligação da indústria com a infraestrutura econômica são: rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, petróleo, gás natural e energia elétrica. Definidos os elementos a serem estudados, o próximo passo é verificar a relação entre infraestrutura econômica e indústria e, também, compreender como acontece o processo de desenvolvimento de uma nação.

1.1. Hirschman e o Desenvolvimento Desequilibrado

O autor de origem germânica, Albert O. Hirschman, viveu em um país subdesenvolvido e evidenciou a dinâmica do desenvolvimento em seu livro “Estratégia do Desenvolvimento Econômico”. Seu pensamento é bem próximo da discussão de Celso Furtado e Schumpeter, pois presenciou a luta pelo desenvolvimento na Colômbia e modelou a ideia do desenvolvimento desequilibrado.

O desenvolvimento desequilibrado tem em sua essência o planejamento e a tomada de decisão, estes são elementos-chave para desenvolver uma região. Não se espera que os países atrasados contenham todos os elementos necessários para que se desenvolva, mas, sim, que se tenha a vontade de desenvolver e, em seguida, identifique os setores-chave da economia, principalmente, aqueles que tenham capacidade de expandir seus efeitos a outros setores.

A ideia do desequilíbrio se apresenta como alternativa à teoria do crescimento equilibrado. No crescimento equilibrado, admite-se que o fator capital seja suficiente para gerar investimentos a todos os setores econômicos de forma igualitária, sem a necessidade de se encontrar setores-chave.

O desenvolvimento desequilibrado trabalha com a premissa de o fator capital ser escasso, comum a países

subdesenvolvidos, e a existência de um *trade off* para escolha do setor a se investir. Feita a escolha, identifica-se o gargalo e soluciona-se o problema, ao passo que a solução causará outro desequilíbrio, que também será solucionado e assim por diante. Conservam-se os desequilíbrios para que exista a tomada de decisões.

Quando se encontram dificuldades para a tomada de decisão, o governo pode induzir os investimentos de modo a mostrar o caminho a seguir, até o momento em que o setor privado seja capaz de guiar sua própria evolução; esta ação é denominada de investimento autônomo. Toda essa dinâmica busca o desenvolvimento para frente e para trás de uma economia (Hirschman, 1958).

Hirschman trata infraestrutura econômica e indústria sob o uso dos termos Capital Fixo Social (CFS) e Atividade Diretamente Produtiva (ADP), respectivamente, e a relação entre eles tem como prioridade um nível mínimo de infraestrutura ou CFS para que haja algum tipo de atividade produtiva. Ambos os segmentos são tratados com a maior importância por Hirschman, no entanto, a decisão de investimentos, preferencialmente para um ou outro pode gerar diferentes efeitos em cadeia na economia.

Autores renomados, como Gilmar Mendes Lourenço (2005), Maria Anita dos Anjos (1993) e Liana Carleial (2005) contribuíram imensamente para o entendimento da relação infraestrutura econômica, indústria e processo de desenvolvimento. O IPEA e o Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, também contribuíram de forma magnífica para essa pesquisa, em especial pela base de dados do IPARDES.

A próxima seção usará a definição dos segmentos de infraestrutura econômica e da indústria para apresentar o quadro geral de investimentos no estado do Paraná.

2. QUADRO GERAL DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E INDÚSTRIA NO ESTADO DO PARANÁ

É imprescindível entender, a situação das políticas de investimento no estado do Paraná. Para tanto, o objetivo dessa seção, é verificar o nível de investimentos em infraestrutura econômica e na indústria, iniciando por aqueles que já foram concluídos até aqueles que estão em processo de viabilidade, em obras, inacabados ou em discussão, nos âmbitos públicos, sob a esfera federal e estadual e, aqueles, sob responsabilidade do setor privado.

No entanto, antes de apresentar os investimentos em curso no estado, é necessário apresentar a condição atual dos elementos infraestruturais eleitos para ser foco dessa pesquisa. O contexto paranaense e a condição dos elementos de infraestrutura econômica serão apresentados a seguir.

No início dos anos de 1990, o estado foi contemplado com amplos investimentos privados no setor automotivo, resultado de incentivos fiscais para grandes montadoras se instalarem, também, foram realizadas concessões de alguns trechos de rodovias a serem pedagiadas; atualmente, são nove concessionárias, segundo a ABCR⁷ (2011), no Paraná que dividem essa “responsabilidade”.

As rodovias que correm por dentro do estado do Paraná têm aproximadamente 13.750 Km pavimentados, maior rede rodoviária do Sul do país, e estão estrategicamente direcionadas ao porto de Paranaguá e a outros polos econômicos do Brasil e países vizinhos (IPARDES, 2011).

Recentemente, o jornal Gazeta do Povo (2012) publicou um levantamento feito pela Confederação Nacional do Transporte – CNT, no qual 62% das rodovias brasileiras

⁷ ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.

estão reprovadas. Nessa mesma nota, evidencia-se a perda de posição do estado do Paraná; em 2011, o Paraná tinha 61,9% das rodovias consideradas boas ou ótimas, mas, em 2012, esse mesmo índice é de apenas 47,8% das rodovias em condições favoráveis. A mesma pesquisa atesta que 52,2% das estradas são consideradas péssimas, ruins ou regulares. Vale frisar que 78,3% das estradas estão sob gestão das concessionárias, enquanto o restante sob gestão pública.

Os principais destaques das rodovias paranaenses foram as estradas que ligam as cidades de Barracão a Cascavel, que foram julgadas na categoria ruim, trajeto que percorre as seguintes rodovias: BR-163 e as PR-163, PR-182 e PR-582. No quesito “estado geral”, destacou-se negativamente a PR-281, qualificada como “péssima”, no Sudoeste do estado, e positivamente, qualificadas como “ótimas”, foram quatro rodovias: BR-277 a PR-407 (trecho), PR-151, BR-466, e BR-487, segundo dados do estudo da CNT.

A figura 1, a seguir, irá mensurar melhor o que está sendo apresentado até aqui, sobre o estudo da CNT.

A malha ferroviária do Paraná é direcionada para escoar a produção do Norte e do Oeste do Paraná até o porto de Paranaguá, sendo composta de 2.288 Km de extensão (IPARDES, 2011). A responsabilidade é dividida entre a Ferroeste, empresa de economia mista e a ALL⁸, empresa privada, sob direito de concessão, e administradora da maior parte da malha rodoviária do estado.

O Paraná desfruta do maior porto do Sul do país, o Porto de Paranaguá (IPARDES, 2011), que atende a vários estados brasileiros e países vizinhos, e além deste, outro porto que nos idos de 1949 já foi considerado o quarto mais importante do país, o porto de Antonina (Gazeta do Povo, 2012).

Por via aérea, o estado dispõe de quarenta aeroportos públicos, cinco com linhas regulares localizados em Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais, sendo os dois últimos de rota internacional e o último da região metropolitana de Curitiba – RMC (IPARDES, 2011).

No campo energético, o estado é um grande produtor de energia elétrica do país, sendo que aproximadamente 20% do total produzido são consumidos dentro do próprio estado (IPARDES, 2011). A usina que mais se destaca, não só nacional, mas internacionalmente, por ser a maior usina hidroelétrica em operação do mundo, é a Itaipu Binacional, que a partir de 1984 começou sua produção, alcançando seu ápice de participação no mercado brasileiro em 1997, atendendo 26% da demanda nacional, segundo informações da própria Itaipu Binacional (2012).

Além da Itaipu, a Copel⁹, criada em 1954, por Bento Munhoz da Rocha Netto¹⁰, também faz parte da matriz elétrica paranaense. O seu sistema elétrico de geração e transmissão no Paraná corresponde a 2.023 Km de linhas de transmissão, 31 subestações e uma central de operações em Curitiba (COPEL, 2012).

Para a infraestrutura em petróleo e gás natural, o Paraná conta com a Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, localizada em Araucária e que é responsável por cerca de 12% da produção nacional de derivados de petróleo e destina aproximadamente 85% da produção aos estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e a região Sul de São Paulo, segundo dados da Petrobras (2009).

Ainda sob a mesma fonte de informações, em São Mateus do Sul, a Petrobras está presente na industrialização do xisto, em que são extraídos óleo e gás e a capacidade é de aproximadamente 7 mil

⁹ Companhia Paranaense de Energia.

¹⁰ Governador do estado do Paraná no período de 1951 a 1955.

⁸ ALL – América Latina Logística.

toneladas de xisto processadas por dia. Em Marialva, a Petrobras detém 50% das ações de uma empresa especializada em processamento de biodiesel a partir da soja e, também, em Araucária é gerida pela empresa uma termoelétrica (Petrobras, 2009). Por fim, existe terminal aquaviário em Paranaguá, operado pela Transpetro¹¹ que é interligado com a REPAR para escoamento da produção via oleoduto Araucária-Paranaguá, ou ainda, rodovias e ferrovias.

Atualmente, em termos de produção ou atividade econômica, o estado desfruta da quinta maior economia do país, com um Produto Interno Bruto - PIB estimado em 6,07% em 2011 (IPARDES, 2011). O estado tem ampla participação agrícola, sendo o maior produtor de grãos do país com uma pauta bastante diversificada. A pecuária do estado é guiada pela avicultura, responsável por 25,5% do total de abates no país, seguido por 18,7% para o abate de suínos e de 4,1% no abate de bovinos (IPARDES, 2011).

A indústria paranaense é bastante concentrada e os segmentos industriais que mais se destacam são de alimentos, refino de petróleo e produção de álcool, veículos automotores, máquinas e equipamentos, papel e celulose, produtos químicos e outros em menor proporção (IPARDES, 2010).

E é nesse cenário que será avaliado se os investimentos federais e estaduais, em infraestrutura econômica e na indústria, estão em sintonia para desenvolver o estado como um todo.

Os investimentos em curso sob a gestão do governo federal são:

- a) PAC I – Programa de Aceleração do Crescimento, contempla investimentos em infraestrutura econômica de logística e energética de 2007 a 2010;
- b) PAC II – Continuação do programa do governo federal, 2011 a 2014, em que

contemplam investimentos em logística e energética;

- c) Programa de Investimentos em Logística: ferrovias e rodovias, programa de concessão de infraestrutura econômica, elaborado pelo governo federal (2012);
- d) Plano Brasil Maior - programa do governo federal para incentivos à indústria, sendo a continuação da Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP. Seu foco consiste na inovação e adensamento produtivo da indústria brasileira.

Os investimentos sob responsabilidade do governo estadual são:

- i. Plano Paraná Competitivo, elaborado pelo governo estadual que visa beneficiar por meio de incentivos as indústrias que se estabelecerem no estado. Seu raio de ação não se restringe a apenas indústrias, mas, também, infraestrutura econômica, principalmente nos segmentos de petróleo e gás;
- ii. Contrato para ampliação do uso de gás natural, sob responsabilidade da Compagás, Petrobras e Paraná Competitivo;
- iii. A PDP-PR foi elaborada, em 2010 e seu objetivo é construir a competitividade de longo prazo na economia paranaense. Este programa de incentivo à indústria esteve em sinergia com o programa que antecedeu o PAC.

Outros projetos em curso, fora do âmbito da gestão pública, são:

- a) Projeto Sul Competitivo, encomendado pela CNI e pela Federação das Indústrias do Extremo Sul (FIEP, FIESC, FIERGS), em que a empresa Macrologística buscou identificar os principais gargalos e possíveis soluções na região Sul do país. Parcela dos investimentos prioritários do estudo, 26 ao todo, estão destinados ao Paraná;
- b) Projeto Arco Norte, articulado pela Associação Comercial e Industrial de Londrina –ACIL. Seu objetivo é criar um aeroporto de

¹¹ Transpetro – Petrobras Transporte S/A, empresa do grupo Petrobras que auxilia no transporte de derivados de petróleo.

carga no distrito de São Luiz, em Londrina;

c) Projeto de aeroporto de carga na região dos Campos Gerais, articulado e elaborado pela Companhia Aeroportuária Campos Gerais. Seu raio de ação compreende 22 municípios ou 180 Km entorno de Ponta Grossa;

d) Projeto do grupo JMalucelli que visa viabilizar o projeto para construção de um aeroporto de carga e executivo em São Luiz do Purunã, distrito de Balsa Nova (Valor Econômico, 2012).

e) Por fim, o último projeto é sobre adequação do Porto de Antonina e transformação do município em um polo *offshore*, projetos elaborados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA e pela empresa multinacional Techint Engenharia e Construção S/A.

Por fim, percebe-se uma gama de investimentos, tanto para infraestrutura econômica quanto para incentivos destinados à indústria, que, ao menos, teoricamente seria capaz de fazer o estado elevar seu produto interno, assim como desenvolver socioeconomicamente o estado de forma integrada, sustentável no longo prazo e, possibilitando, dar o primeiro passo, rumo à superação do subdesenvolvimento globalizado (Carleial, 2005).

As próximas seções irão mensurar a concentração industrial existente nas regiões programadas para receber investimentos dos âmbitos da esfera pública e privada; outra questão relevante é identificar se direcionar, preferencialmente, investimentos em infraestrutura econômica ou na indústria, seria o caminho para dar uma nova face ao desenvolvimento do estado.

O que se demonstrou, até o presente momento neste estudo, é que a preocupação e atenção do Governo Federal para o desenvolvimento do estado, vem sendo mais ampla, efetiva e comprometida

do que a do governo estadual. Um estado que em sua história já foi reconhecido pela sua autonomia e vontade política em promover o seu desenvolvimento vem, com passar dos anos, perdendo sua principal característica, deixando o povo paranaense à mercê do destino.

Por mais que exista maior responsabilidade do governo federal sob a gestão de investimentos, é necessário saber se a estratégia usada corresponde aos requisitos para superar o subdesenvolvimento no Paraná. Para isso, a próxima seção indicará a tendência que a relação entre infraestrutura econômica e a indústria vem apresentando no estado. Assim, serão usados alguns indicadores fundamentais, como o nível de emprego formal na indústria, em microrregiões que sejam contempladas por investimentos em infraestrutura.

3. ENTENDER OS FATOS PARA A TOMADA DE DECISÕES: O CASO DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ

Após apresentar a agenda de investimentos, federais e estaduais, em infraestrutura econômica e para indústria, percebe-se que existe certa concentração, de projetos, em municípios considerados polos industriais. Essa concentração territorial é definida no Comunicado para o planejamento do IPARDES, no qual, segundo Gilmar Mendes Lourenço:

O primeiro abrange o espaço formado por Paranaguá, RMC e Ponta Grossa, detentor da base produtiva diversificada e com liderança do agronegócio, metalmeccânica e refinaria de petróleo. O segundo eixo compreende a faixa denominada por Londrina e Maringá, ancorada no agronegócio e em serviços (puxados por duas universidades estaduais). E, o terceiro vetor regional corresponde à área Cascavel - Foz do Iguaçu, impulsionadas

pelo agronegócio, turismo e geração de energia. (Lourenço, 2012, p. 1)

Por essa razão, o objetivo desta seção será mensurar a concentração, já existente, em regiões que estão programadas para receber investimentos em infraestrutura. Para evidenciar a concentração, serão apresentados aspectos como emprego total, emprego na indústria e estabelecimentos industriais nas microrregiões que serão envolvidas por projetos e investimentos em infraestrutura econômica.

Para alcançar esse objetivo alguns critérios serão usados:

1. Período de análise e a base de comparação da evolução, é de 2007 até os dados mais recentes encontrados na base de dados do IPARDES, sendo 2011;
2. As regiões a serem avaliadas são as regiões programadas para receberem investimentos do PAC I;
3. Para verificar detalhadamente a situação em que se encontra as regiões que receberam projetos e investimentos, será usada a categoria de microrregião e seus municípios correspondentes;
4. Serão avaliados aspectos como emprego total, emprego na indústria e estabelecimentos industriais, nessas microrregiões e a respectiva evolução no período proposto.
5. Por fim, para mensurar a concentração industrial, em 2011, em cada ou em um grupo de microrregiões, será avaliado o peso da indústria de cada município, em relação ao total do parque industrial da microrregião. A partir do percentual de indústrias em determinado município, será dividido em 3 categorias de análise: municípios com número de estabelecimentos industriais superiores a 30% de indústria da

microrregião, entre 5% e 30% e menos que 5%.

Segundo base de dados do IPARDES, a estrutura produtiva paranaense pouco se alterou no período entre 1998 e 2007, logo o período de 2007 a 2011, por mais breve que seja, é o resultado das políticas implementadas em anos anteriores e de pouca ousadia, sendo incapaz de integrar o estado do Paraná. Este período também coincide com os investimentos do PAC I, em que, mesmo necessitando de tempo para a maturação desses investimentos, este é o real quadro econômico em que foram implementadas tais medidas.

De forma mais geral, referente ao segundo item citado acima, a distribuição territorial do PAC é mal planejada por não integrar as regiões menos desenvolvidas, esse fato fica evidente na figura 2, a seguir, pois apresenta: a distribuição do valor adicionado fiscal da indústria de transformação (2010) em comparação à distribuição dos investimentos.

Percebe-se que a distribuição dos investimentos realizados e em processo de execução, estão localizados apenas nas regiões mais desenvolvidas (na figura destacadas com a cor azul), ao passo que nas regiões menos desenvolvidas nem um projeto foi desenvolvido.

De forma mais bem detalhada, serão apresentadas as microrregiões a receberem esses investimentos e os aspectos, mais alarmantes, da concentração industrial existente no estado.

O estado do Paraná, de 2007 a 2011, registrou crescimento de 22,8% no total de empregos formais em todos os setores da economia. Na indústria, foco do estudo, foram criados 15,8% novos postos de trabalho formal. O progresso dos estabelecimentos industriais no estado foi de 17,7% novas instalações, em igual período dos demais elementos avaliados. Esses são os dados de referências dos aspectos a serem

analisados e foram obtidos a partir da base de dados da RAIS e IPARDES.

A primeira análise se sustenta em 4 microrregiões juntas, sendo elas: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa e Rio Negro, que respondem por 36 municípios e têm investimentos programados no PAC I. As considerações mais alarmantes sobre essas microrregiões é que mesmo recebendo ampla atenção no cenário econômico, o município de Curitiba apresenta dificuldade em expandir sua indústria no mesmo ritmo do estado. O número de empregos formais mostrou que 50% do total de municípios evoluíram acima da média estadual de 22,8%.

Logo, se a outra metade ficou aquém da evolução do estado, mesmo com essa região recebendo bastante atenção, sugere-se que os investimentos feitos em Curitiba e nos municípios limítrofes de maior valor agregado, tem pouca capacidade de dispersar os investimentos recebidos a regiões menos desenvolvidas.

Analisando o percentual de cada município sob o total da microrregião, apenas Curitiba detém 43,2% do total de indústrias das 4 microrregiões juntas. Esses elementos demonstram que o município de Curitiba mostra dificuldades para expandir naturalmente sua indústria no mesmo ritmo que o estado, o que pode ser um fenômeno de externalidade negativa pela intensa aglomeração que há na RMC.

A próxima microrregião a ser analisada é de Telêmaco Borba e Jaguariaíva, em que as 2 microrregiões, juntas, correspondem a 10 municípios. Estão destinados a essas regiões investimentos do município de Ventania até Alto do Amparo (Tibagi).

Sobre a evolução de 2007 a 2011, estas regiões apresentaram os índices mais preocupantes, pois no aspecto emprego total 50% dos municípios apresentaram retração do nível de emprego desde 2007, ao passo que 80% obtiveram média inferior a do estado no mesmo quesito em igual período.

Ainda se tratando do período de 2007 a 2011, no aspecto de emprego na indústria, 60% dos municípios apresentaram retração do nível desde 2007 e 80% dos municípios estão abaixo da média estadual. Por fim, no número de unidades fabris e seu desempenho em igual período, 70% dos municípios apresentaram evolução inferior à evolução do estado, ou seja, seu crescimento não superou 17,7%.

O município mais dinâmico dessas duas microrregiões é de Telêmaco Borba, pois, individualmente, este município detém 30,9% do total do parque industrial dessas duas microrregiões, ou seja, a concentração ou aglomeração industrial está localizada neste município. E esse fato indica que essas regiões, exceto o município de Telêmaco Borba, podem sofrer sérias limitações em sua distribuição de renda, pois, sob a ótica do emprego industrial, a tendência é de redução dos postos de trabalho.

A próxima análise consiste nas microrregiões de Maringá e Londrina, equivalente a onze municípios juntos, e as principais considerações a serem feitas são, primeiramente, que Maringá e Londrina detém 68,1% do total de indústrias da microrregião, significando uma imensa concentração industrial em apenas dois municípios. Individualmente, Maringá corresponde a 36,4% do total de indústrias e Londrina, 31,7%.

Outra microrregião que está programada para receber investimentos é a microrregião de Umuarama, composta por 21 municípios. Os principais fatos a serem apresentados são que apenas o município de Umuarama compõe 42,5% do total de indústrias instaladas nessa microrregião. Ao passo que 30% das indústrias instaladas nessa microrregião são distribuídas em 17 municípios, ou seja, pouco menos de 2% da indústria estão localizadas em cada um dos 17 municípios.

Este é mais um exemplo de extrema concentração industrial, na medida em que apenas um município tem em seus limites

um parque industrial superior ao de 17 municípios.

As microrregiões de Cascavel e Toledo, estão programadas para receber parcela de investimentos decisivos, como construção do contorno de Cascavel BR-163 e investimentos no modal ferroviário do corredor Bioceânico. São regiões bastante extensas, sendo compostas de 39 municípios.

A análise mostrou o município de Cascavel 35,7% do total de indústrias dessas 2 regiões. Outros 39,2% são divididos em 36 municípios, o restante das indústrias se localiza em Marechal Candido Rondon e Toledo, sendo 25,1%.

Nota-se a concentração da indústria em três municípios – Cascavel, Toledo e Marechal Candido Rondon – somadas são 60,8% da indústria da região, mas deve-se estar atento, pois a região é bastante extensa.

Os investimentos em curso nessas duas microrregiões, particularmente em Cascavel, mostraram-se minimamente capazes de pressionar o desenvolvimento em cidades limítrofes, tamanha é a concentração existente.

A última microrregião a ser analisada é a de Foz do Iguaçu, composta por onze municípios. Essa microrregião apresentou que menos da metade dos municípios que a compõe conseguiram evoluir o nível de unidades fabris acima da média estadual. A concentração de indústrias dessa microrregião está localizada no município de Foz do Iguaçu, totalizando 39,3%.

Os resultados dessa análise mostram a forte concentração em alguns poucos municípios, a saturação dos principais polos industriais e a forte influência que cidades, melhor estruturadas, possuem para atrair novos empreendimentos, apesar de programas que oferecem benefícios para a instalação de indústrias em regiões menos desenvolvidas.

Deve-se estar atento aos investimentos em polos industriais, pois

tendem a concentrar riqueza e aumentar as desigualdades, entre a população da cidade e as periferias. Isso acontece pelo fato de as indústrias buscarem se estabelecer o máximo possível no centro dos polos produtivos, assim concentrando também os postos de trabalho. Nas regiões periféricas e/ou metropolitanas, por não serem contempladas com instalações produtivas, pouco evoluem no número de postos de trabalho, na indústria e na renda.

Introduzindo a teoria de Hirschman na discussão atual, os efeitos vistos no emprego e na indústria, a partir dos investimentos em infraestrutura econômica destinados quase que exclusivamente para regiões já desenvolvidas, têm baixos efeitos completos e dispersivos, principalmente nos projetos do Governo Federal. Não se pode negar, porém, que investimento é algo bom para qualquer região, no entanto, deve-se estar atento aos efeitos em cadeia que esses recursos podem proporcionar.

Em síntese, a incapacidade dos investimentos, projetos e planos dos governos em integrar os “*vários Paranás*” é evidente e essa seção mostrou que os municípios privilegiados, pelos projetos ou investimentos, devido à concentração existente, pouco gerarão e distribuirão renda para além dos seus próprios limites.

A próxima seção tratará justamente sobre as decisões de investimentos que podem, de forma mais eficaz, otimizar o fator capital, integrar as regiões atrasadas, desconcentrar territorialmente o que esta seção evidenciou ser um dos grandes problemas do estado e, mais do que tudo, gerar desenvolvimento socioeconômico para o conjunto da população.

4. DECISÕES DE INVESTIMENTO NO PARANÁ: SUGESTÕES A PARTIR DO PENSAMENTO DE HIRSCHMAN

A seção anterior apresentou a concentração dos investimentos, em

infraestrutura econômica, nos grandes polos produtivos, a não garantia dessas inversões em gerar desenvolvimento, além da saturação territorial e do mercado de trabalho nas regiões mais desenvolvidas. A ineficácia dos planos na busca pelo desenvolvimento é indicada, pela ausência de integração e descentralização dos investimentos.

Diante desses fatores, o objetivo desta seção é ampliar as possibilidades de decisões de investimento no Paraná, de modo a integrar economicamente o estado e gerar desenvolvimento socioeconômico. Mostrar que existem caminhos mais convenientes, em que o Paraná pode seguir, aumentando seu produto incremental e desenvolvendo a população e os mercados das regiões mais pobres.

Para dar início a essa seção, é necessário revisar os conceitos e discussões encontrados no pilar teórico dessa pesquisa que é a teoria do desenvolvimento desequilibrado de Hirschman. Esse autor trás algumas características básicas, que devem ser relatadas, para que haja um melhor entendimento das possibilidades de escolha dos investimentos.

Atividade diretamente produtiva (ADP) no contexto da pesquisa, em convencionado no início da mesma, será tratada como indústria, ao passo que, capital fixo social (CFS) será correspondente à infraestrutura econômica. O fator capital em países subdesenvolvidos é escasso, por isso, o estímulo a tomada de decisão.

Investimentos em CFS são mais seguros por serem empreendimentos e/ou projetos difíceis de serem vistos como totalmente errados. O inverso acontece com inversões em ADP, pois quando chega ao fim é julgada como um fracasso total pelos que estão em volta desse empreendimento, mesmo que não seja por falta de capacidade produtiva ou empresarial e, sim, pela dinâmica desenvolvimentista imposta na região (Hirschman, 1958).

Quando há uma ideia pró-infraestrutura que a coloca como solução de todos os gargalos em uma economia, pode acabar por sobrecarregar, esgotar e limitar outras ações do governo. Mas para que haja ADP, como requisito deve-se ter um mínimo de CFS (infraestrutura).

Por meio dessas considerações se definem duas pré-condições para que seja possível dar andamento ao entendimento das vias de desenvolvimento, brevemente abordadas há pouco.

- iv) Existe um *trade off*, que CFS e ADP não podem receber investimentos simultaneamente, caso de países subdesenvolvidos;
- v) A escolha do setor a receber os investimentos deve ser feita privilegiando o qual tiver maior capacidade expansionista e que maximize o fomento de decisões induzidas. (Hirschman, 1958).

Portanto, a partir das características básicas e das pré-condições estabelecidas, verificam-se duas sequências de desenvolvimento a seguir, seja por CFS, via capacidade excessiva, ou ADP, via escassez de CFS. Ambas as sequências têm estímulos e pressões, direta ou indiretamente, que partem da expectativa de lucro do empreendedor.

Não se coloca barreiras à argumentação de que o governo, a partir de uma infraestrutura econômica defasada, ao invés de direcionar inversões em CFS, faça o inverso e proteja, subsidie, preste auxílio à indústria privada ou, ainda, faça a gestão sobre inversões diretamente em ADP. Isso ocorre pelo fato de haver maior eficiência ao estimular ADP diretamente do que investir em CFS, pois aguardar o tempo de maturação dos investimentos em CFS para aí incitar ADP, torna o processo demorado e não econômico, uma vez que se trabalha com a hipótese de certa escassez do fator capital nas regiões subdesenvolvidas.

Quando o investimento em CFS gera uma infraestrutura excessiva, em vista

da capacidade de ADP, a produção chegará a um ponto no qual, mediante a grande capacidade de CFS, poderá alcançar o pleno emprego e, assim, podendo ter rendimentos decrescentes de escala, fazendo o empreendedor diminuir sua produção. Com a capacidade produtiva inferior a capacidade infraestrutural, surgirá ociosidade, a qual não pode reaver o dispêndio financeiro aplicado em CFS, gerando custos com manutenção do modal.

Enquanto na estratégia elaborada via escassez de CFS, o investimento induzido seria direcionado para ADP, isso estimularia a produção ao pleno emprego pela proteção, subsidio ou intervenção direta na gestão da ADP. Diante da nova demanda do setor privado, resultado da escassez de CFS, o estado saberá o quanto do fator capital é necessário para solucionar o gargalo, assim conforme vão aparecendo outros entraves, o investimento privado ou público é novamente induzido afim de superar os novos problemas.

A diferença mais fundamental entre esses dois modelos de desenvolvimento é o impulso criado, mas a segurança transmitida pela hipótese de se investir em ADP é maior e qualificada por Hirschman da seguinte forma:

“Nos casos em que as motivações são deficientes, parece mais seguro confiar no desenvolvimento via escassez do que naquele via capacidade excessiva. Dito por outra forma, se dotarmos um país subdesenvolvido de uma rede ferroviária de primeira categoria, de amplo sistema hidrelétrico e talvez de facilidades de irrigação, poderemos ter a certeza de que as atividades agrícolas e industriais se expandirão na esteira destes melhoramentos? Não seria menos arriscado e mais econômico garantir essa atividade, ainda que precise ser amparada, em vista da ausência de meios de transporte e de energia adequados, e então deixar as pressões, que se seguem, determinarem o dispêndio apropriado para CFS e a sua colocação?” (Hirschman, 1958, p. 146).

Existem algumas situações em que direcionar o investimento para ADP não resultará em “bons frutos”, isso acontece pela falta do pré-requisito básico que é a mínima condição infraestrutural. Nessas regiões em que CFS é pouco ou praticamente inexistente, o desenvolvimento deve ocorrer via capacidade excessiva de investimentos em CFS. A validação do desenvolvimento via escassez de CFS se enquadra no caso dos países subdesenvolvidos em busca do desenvolvimento que disponham de infraestrutura básica.

Outro elemento presente nas economias subdesenvolvidas que interfere na tomada de decisão dos investimentos é o aumento generalizado de preços, a inflação. A inflação será considerada dentro das políticas de desenvolvimento quando buscar a estabilidade de preços no longo prazo, mas a interferência que exerce na decisão do investimento em CFS e ADP para garantir equilíbrio no curto prazo é inegável. É válido lembrar que “*O investimento no CFS é defendido não pelo seu efeito direto sobre a produção final, e, sim porque permite e, de fato, incita a instauração de ADP*” (HIRSCHMAN, 1958, p. 133).

Mas toda essa dinâmica, decisões, impulso, pressão, preferências, ações do estado só terá razão de existir, se vier à tona o espírito empreendedor ou, como Schumpeter define, espírito selvagem do setor privado e responder, por mínima que seja a resposta, aos estímulos desenvolvimentistas. Cabe ao estado induzir, guiar e mostrar, seja na teoria ou no caso paranaense, que todos podem crescer sem que a evolução de um indivíduo “A”, em um primeiro momento, seja necessariamente o prejuízo do indivíduo “B” nesse mesmo momento.

Ligando a teoria ao caso paranaense, é notável a semelhança, sendo assim possível avaliar alguns pontos fundamentais. O estado sofre, como já foi

dito em outros momentos, com a concentração industrial, pois existe um alto grau de urbanização nas regiões concentradas, ao passo que na maior parte do estado existe escassez de investimentos em ADP e CFS.

Segundo dados do IPARDES, dos trezentos e noventa e nove (399) municípios que compõem o estado do Paraná, trezentos e quarenta e três (343) em 2010 contribuíram com 8,92% do valor adicionado fiscal da indústria de transformação que foi de R\$ 54,98 bilhões, ou seja, não se pode dizer que desenvolvimento integrado existe no Paraná.

Os planos Brasil Maior e PDP-PR, já apresentados, mostram empenho e sinergia para desenvolver o estado, ao identificar os setores-chave da estrutura produtiva nacional e paranaense, tentando fortalecer e diversificar essa estrutura e progredir horizontalmente por meio de incentivos fiscais como o Paraná Competitivo vem fazendo, além de, criar todo um ambiente favorável, com mão-de-obra adequada, blindagem às MPes, competitividade e inovação.

Porém, ao analisar os investimentos do PAC I, PAC II e inversões regionais em CFS, a estratégia adotada pelos governos federal e estadual, para direcionar territorialmente os investimentos, segue a limitação espacial dos aglomerados industriais e do agronegócio no estado.

A seção anterior mostrou que por mais que haja uma agenda com amplos investimentos a serem implementados nos polos industriais, não é capaz de expandir, significativamente, a região envolvida, por não descentralizar os investimentos. Essa concentração acaba afetando diretamente o emprego total, emprego na indústria e número de estabelecimentos industriais, focos do estudo, assim como outros setores e atividades dessa região.

A contrapartida das cidades desenvolvidas, para os investimentos feitos, não tem caráter desenvolvimentista, pois

não tem vigor de expandir o número de postos de trabalho, conseqüentemente, distribuir renda. Isso acaba significando mais concentração nos grandes centros.

Logo, aumentar investimentos em CFS de municípios mais dinâmicos não gerará expansão significativa da região, mas sim aumento do lucro privado até o momento em que os rendimentos se tornarem decrescentes ou o espírito empreendedor se apagará, gerando custos de manutenção para manter essa infraestrutura subutilizada.

Em outro cenário bem diferente do encontrado na região RMC, os municípios atrasados, de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e menores níveis de renda no estado, pouca ajuda recebem. A indústria não se instala nessas regiões por duas razões: primeiro, por não existir infraestrutura básica para qualquer nível de atividade produtiva e, segundo, mesmo com incentivos fiscais para indústria se instalar nessas regiões menos desenvolvidas, acabam preferindo outras regiões próximas ao conglomerado industrial por poderem diminuir seus custos com fornecedores, qualificação da mão-de-obra, maiores alternativas para escoar a produção e, acesso à demanda de maior poder aquisitivo.

Os investimentos em curso, do governo federal e estadual, em CFS, infelizmente, passam longe dessas cidades, que apresentam IDH, restrito, baixo e sem perspectiva de evolução.

Os incentivos industriais, por vezes, acabam se anulando ou não induzindo devidamente o capital produtivo privado, gerando poucos efeitos desenvolvimentistas. Para evidenciar o caso paranaense, Gilmar Mendes Lourenço, no Comunicado para o Planejamento, salienta que:

“No entanto, é prudente mencionar a existência de oferta de benesses tributárias, centradas no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para a implantação de unidades fabris em municípios paranaenses com menores

IDHs, no intervalo de tempo compreendido entre 2003 e 2010, no âmbito do Programa Bom Emprego Fiscal. Os resultados dessa estratégia foram modestos [...]” (Lourenço, 2012, p.2).

Essa situação revela certa ineficiência e anulação das medidas de políticas industrial e desenvolvimentista, em razão da ausência, no governo federal e estadual, de planejamento e estratégia na distribuição dos investimentos em infraestrutura econômica, portanto, existe um descompasso (falta de sinergia) entre a descentralização da indústria no estado e os investimentos em curso, por incentivarem a indústria a se concentrar nas regiões já desenvolvidas.

Uma possibilidade é usar o sistema de contrapartidas ou políticas públicas negociadas, para prover investimentos induzidos em ADP, haja vista o exemplo do novo regime automotivo proposto pela presidente Dilma, ainda em sua fase bem inicial.

Esse sistema de contrapartidas é uma ótima alternativa para desenvolver o nível da indústria, além de emprego e renda, assim será possível realinhar a capacidade de investimento em infraestrutura no estado, além é claro, de colocar o estado no rumo do desenvolvimento.

Fica a ressalva de que regiões com maior dinâmica no estado não devem ser deixadas de lado, mas que nesse momento existem regiões que, por sua situação precária, clamam a preferência na pauta de investimentos.

A necessidade de rever a estratégia de investimentos no estado se impõe diante do quadro real existente e que foi discutido até aqui. Complementando o quadro socioeconômico já traçado, a figura 3, a seguir, mostra a evolução da renda no Paraná de 2002 a 2009.

A figura 3, de apoio à discussão sobre a estratégia a ser adotada para investir em ADP ou CFS, mostra que aproximadamente 84% do território

paranaense tem desempenho de baixa renda e desempenho de média e baixa renda, caracterizado na imagem por vermelho escuro e claro, segundo dados do IPARDES (2009). Esse baixo desempenho é resultado de menos postos de trabalho formais, ausência de condições infraestruturais, conseqüentemente, menos indústrias, mecanização agrícola e outros fatores que podem ser atribuídos nesse desempenho alarmante.

Logo, as decisões de investimento no Paraná devem ter esse cuidado de além de descentralizar a estrutura produtiva dos grandes polos para regiões menos desenvolvidas, optar, preferencialmente, por investimentos diretos na indústria, os quais possuem condições de gerar maiores efeitos.

Assim, se o objetivo do estado do Paraná for integrar e sustentar esse desenvolvimento, a teoria de Hirschman amplia as possibilidades para que se obtenha êxito no processo de desenvolvimento.

Cabe ao estado, com apoio das sugestões de Hirschman, apresentar e iniciar um modelo de desenvolvimento, baseado em relações de médio e longo prazo e na capacidade de integração de regiões menos desenvolvidas, evidenciar que a possibilidade de desenvolver municípios atrasados e, por efeitos em cadeia, aumentar o produto incremental dos municípios concentrados territorialmente.

As principais revisões a serem feitas são sobre a distribuição dos investimentos em modais de transporte, em que deve ser superada a resistência ao uso de hidrovias, aumentar o peso dos investimentos em ferrovias, medidas essas que podem desafogar as rodovias paranaenses, que também necessitam de investimentos para sua adequação.

Os investimentos diretos em atividades produtivas devem seguir alguns parâmetros. Primeiro é beneficiar, no Paraná, as atividades que estejam em sinergia com a estrutura produtiva nacional, iguais àquelas mencionadas pela PDP-PR,

como por exemplo: complexo industrial da saúde, bioenergia, TIC¹², complexo metal-mecânico, automotivo, cadeia têxtil, construção civil, minerais não-metálicos e outros.

O segundo critério para se investir em ADP é atender aos conceitos de integração, estratégia e planejamento, efeitos dispersivo e completo, desenvolvimento retrospectivo e prospectivo – para trás e para frente (Hirschman,1958), e, naturalmente, para atender a esses critérios haverá necessidade de descentralizar os investimentos.

Terceiro é que as decisões, do governo do estado, devem levar em consideração a atenção necessária às regiões atrasadas do estado como as mesorregiões de Norte-Central, Centro-Sul e Centro Ocidental, ou seja, ao Centro e Norte do estado.

Por fim, a partir do conjunto dessas quatro seções foi possível chegar às considerações finais, com o apoio de argumentos bastante criteriosos, os quais auxiliaram para encontrar a resposta da problemática, apresentada no início da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pilar central deste estudo foi baseado na ponte que liga a teoria do desenvolvimento desequilibrado de Hirschman à influência que a infraestrutura econômica e a indústria exercem na trajetória rumo ao desenvolvimento.

Desenvolvimento esse, que necessita ser planejado para que aconteça. No entanto, apresentou-se no decorrer desta pesquisa a omissão dos governos com o compromisso de planejar para desenvolver de forma integral e sustentável o estado do Paraná.

Dos investimentos em curso, além dos incentivos para a indústria, o projeto que mais se destaca atendendo aos requisitos de integrar o estado e ampliar as possibilidades de escoamento da produção é o projeto Sul Competitivo.

Atualmente, as regiões programadas para receber investimentos em infraestrutura econômica são as mesmas que apresentam os maiores níveis de concentração industrial. Logo, são pouco capazes de multiplicar os efeitos em cadeia, sendo o maior exemplo o caso da RMC, por mostrar dificuldades em expandir naturalmente o nível de indústrias no mesmo ritmo do estado, o que pode ser um fenômeno de externalidade negativa pela intensa aglomeração que há nessa região.

A estrutura dessa pesquisa possibilitou, diante da complexidade do tema, obter a resposta para a pesquisa e confirmação da hipótese de que a infraestrutura e a indústria são atividades complementares, e a preferência por investimentos em maior proporção para um deles pode gerar uma integração maior ou menor na estrutura produtiva da região.

Portanto, em resposta à problemática, não será possível integrar e sustentar o desenvolvimento produtivo no estado do Paraná, por meio apenas dos investimentos em curso destinados à infraestrutura econômica e indústria.

Essa impossibilidade é resultado da estratégia adotada pelos governos federal e estadual em beneficiar as regiões concentradas com mais investimentos, enquanto os municípios atrasados clamam auxílio para se desenvolverem.

A ausência de autonomia do estado, no planejamento e estratégia para ir ao encontro do desenvolvimento, como visto no Paraná em vários momentos de sua história, é mais um dos elementos que o estado apresenta que contribuem para cada vez mais estar longe do desenvolvimento.

E para finalizar, diante do aprofundamento das desigualdades no

¹² TIC- TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

estado, resultado das políticas e medidas equivocadas e que estão sendo implementadas no estado, a última seção traz à tona a discussão sobre a estratégia de distribuição dos investimentos em infraestrutura ou indústria.

O principal objetivo da última seção é propor um conjunto de sugestões de investimentos em infraestrutura econômica e indústria no estado do Paraná à luz do pensamento de Hirschman (1958).

Não se discute a importância de ambas, mas devido à escassez do fator capital, características facilmente observadas em países subdesenvolvidos, nem sempre é possível investir nos dois segmentos. Por isso a estratégia a ser adotada é fundamental, no sentido de trazer à tona os elementos-chave de uma economia.

A discussão de Hirschman (1958) aborda uma estratégia diferente da usada no atual cenário econômico paranaense; a sua teoria evidencia que estimular a indústria

indiretamente por meio de investimentos em infraestrutura (sendo este não tão abundante) não acabaria sendo tão eficiente. O impacto ou a pressão sobre infraestrutura, quando os investimentos são direcionados diretamente para a indústria, é muito maior e mais eficaz nesse caso.

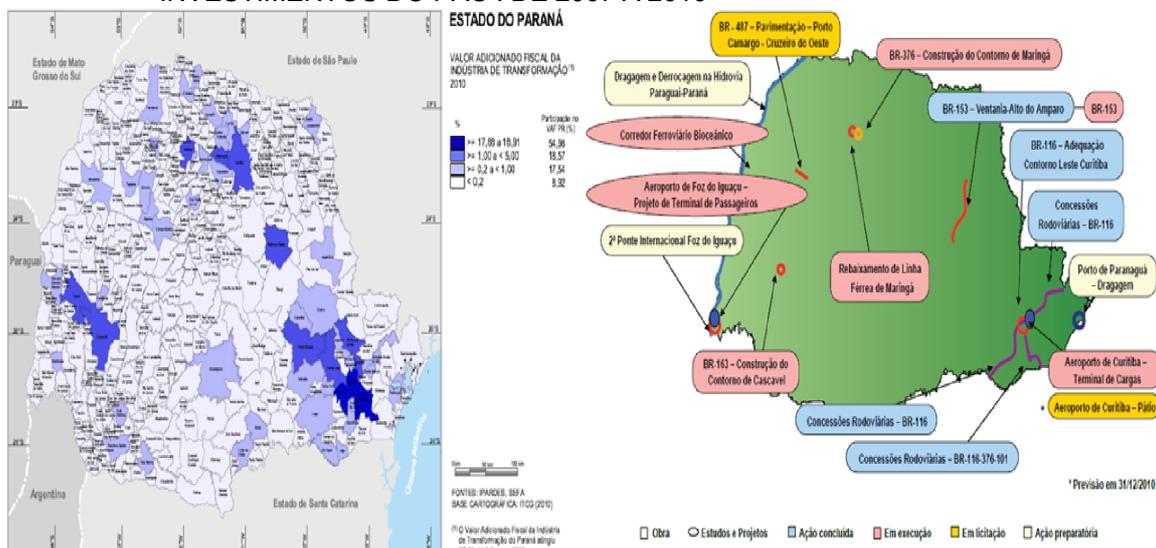
Por fim, enquanto cidadãos brasileiros e paranaenses, não podemos nos omitir e reservar apenas críticas ao contexto político, social e econômico. Aguardar passivamente, nos faz tão culpados, quanto aqueles que elegemos para administrar os interesses públicos.

Portanto, se não é possível consertar o país, o estado e suas desigualdades, cabe mostrar a todos que, cada um fazendo o seu papel, pode-se construir e conquistar uma nação melhor. E a maior contribuição desse estudo é que o Brasil e o Paraná podem no futuro, espelhar a grandeza dessa população, se hoje fizermos desse país uma pátria amada.

FIGURA 1 – CONDIÇÃO DAS ESTRADAS NO PARANÁ

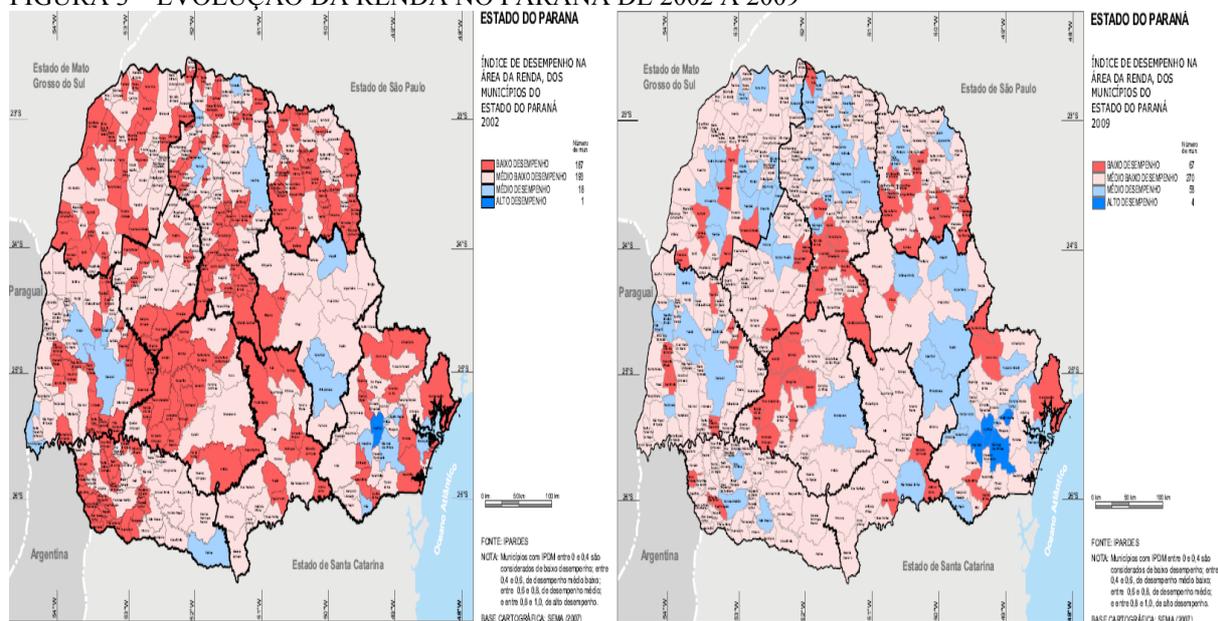


FIGURA 2 – COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA DE 2010 E DA DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PAC I DE 2007 A 2010



FONTE: ADAPTADO DE IPARDES (2012b) E DO BALANÇO DE 4 ANOS DO PAC I (2012)

FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA RENDA NO PARANÁ DE 2002 A 2009



FONTE: IPARDES

Referências

- 4º Balanço do PAC II – **PAC**. Disponível em:
<<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/fd87f5d3dca7432d846f5658d50eb6ec.pdf>>. Acesso em 25 set. 2012.
- AGENCIA ESTADUAL DE NOTICIAS – AEN. **Empresa apresenta projeto de aeroporto de cargas em Ponta Grossa** - Disponível em:<<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=63433&tit=Empresa-apresenta-projeto-de-aeroporto-de-cargas-em-Ponta-Grossa>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- AGENCIA ESTADUAL DE NOTICIAS – AEN. **Governador garante apoio do Estado ao projeto Arco Norte**. Disponível em: < <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=70767>>. Acesso em: 12 out. 2012.
- AGENCIA ESTADUAL DE NOTICIAS – AEN. **Paraná amplia contrato de gás natural para estimular a industrialização**. Disponível em:
<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/i_article.php?storyid=70661&tit=Parana-amplia-contrato-de-gas-natural-para-estimular-a-industrializacao>. Acesso em: 15 out. 2012.
- ANJOS, Maria Anita dos. **Uma experiência de industrialização**: Cidade Industrial de Curitiba. 1993. p.256. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS – ABCR. **Concessionárias**. 2011. Disponível em:
<<http://www.abcr.org.br/Conteudo/Secao/9/concessionarias.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LONDRINA – ACIL. **Arco Norte fica fora do Sul Competitivo**. Disponível em: <<http://www.acil.com.br/noticias-detalle/04/09/2012/arco-norte-fica-fora-do-sul-competitivo>>. Acesso em: 9 out. 2012.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LONDRINA – ACIL. **Arco Norte disputa aeroporto de carga com Campos Gerais**. Disponível em: <<http://www.acil.com.br/noticias-detalle/03/11/2011/arco-norte-disputa-aeroporto-de-carga-com-campos-gerais>>. Acesso em: 9 out. 2012.
- BALDRATI, Breno*. Indústria propõe 51 obras para resolver gargalos do Sul. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 ago. 2012. Disponível em:
<<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/contendo.phtml?id=1291316&tit=Industria-propoe-51-obras-para-resolver-gargalos-do-Sul>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. **Revista da Cepal**, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Programa de investimentos em logística**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=8736&cat=475&sec=61>>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRODBECK, Pedro. IAP libera área de Antonina para atuação da Techint, **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1275067&tit=IAP-libera-area-de-Antonina-para-atuacao-da-Techint>>. Acesso em: 20 out. 2012.

CARLEIAL, Liana. Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das decisões de política econômica dos anos noventa. **Revista do IPARDES**, Curitiba, n.106, 2005.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL. **Linhas de transmissão de energia 2012**. Disponível em: <[http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/folder_linhas_transmissao_2012/\\$FILE/folder_linhas_transmissao_2012.pdf](http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/folder_linhas_transmissao_2012/$FILE/folder_linhas_transmissao_2012.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2012.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS – DER. **Modais de transporte Paraná**. Disponível em: <<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/arquivos/File/MapaOficialPolitico2011.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE; SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ – SENGE-PR. 2012. **Nível de Investimento Público Estadual 2000 a 2011**. 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP. **Projeto Sul Competitivo**. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/sul-competitivo/uploadAddress/Projeto%20Sul%20Competitivo%20Sumario%20Executivo%5B37264%5D.pdf>>. Acesso em: 24 de out. 2012.

FERREIRA, Cristiano Vinicius; CARLEIAL, Liana. Estrutura produtiva, desenvolvimento e políticas públicas: uma discussão sobre o Estado Paraná. **13º Caderno do Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC 2011/2012**, Curitiba, p. 109-132, 2012.

FURTADO, Celso. Não à recessão e ao desemprego. **Coleção Estudos Brasileiros**, Editora Paz e Terra, 1983. v.69.

HIRSCHMAN, Albert O. **The Strategy of Economic development**. Yale University Press, 1958.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Base de dados da RAIS**: emprego total, empregos na indústria, e estabelecimentos industriais. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 26 out. 2012b.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Mapas do Estado do Paraná sob aspecto socioeconômicos como: renda, VAF da**

indústria, emprego na indústria. Disponível em: < http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=19>. Acesso em: 01 nov. 2012c.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Paraná em números**: Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 26 out. 2012a.

ITAIPU BINACIONAL. Geração. Disponível em: < <http://www.itaipu.gov.br/energia/geracao>>. Acesso em: 22 out. 2012.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia brasileira**: da construção da indústria a inserção na globalização. Curitiba: Editora do Autor, 2005.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. Pauta para interiorização do crescimento industrial do Paraná. **Comunicado para o Planejamento**, Curitiba: IPARDES, 2012.

MENEZES, Fabiane Z. Plano vê Antonina como polo *offshore*. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 out. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1307429&tit=Plano-ve-Antonina-como-polo-offshore>>. Acesso em: 20 out. 2012.

MILLAN, Polianna. Avaliação reprova 62% das rodovias brasileiras. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 out. 2012 Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1311288&tit=Avaliacao-reprova-62-das-rodovias-brasileiras>>. Acesso em: 25 out. 2012.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **O desenvolvimento das regiões**: uma iniciação às estratégias de desenvolvimento regional e urbano. Curitiba: Prottexto, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Desenvolvimento econômico mundial**: notas essenciais para estimular a reflexão e o debate. Curitiba: Prottexto, 2011.

PARANÁ COMPETITIVO (decretos) – **Secretária da Fazenda**. Disponível em: < <http://www.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=349>>. Acesso em 6 out. 2012.

PDP–PR – **IPARDES**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/politica_desenvolvimento_produtivo_pr.pdf>. Acesso em 01 set. 2012.

PETROBRAS. **Principais operações**. 2009. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-operacoes/?category=1>>. Acesso em: 24 out. 2012.

PLANO BRASIL MAIOR – 2011/2014 – Ministério desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e Governo Federal. (2011).

PLANO BRASIL MAIOR – 2011/2014 (Situação do conjunto de medidas, 07 de maio de 2012) - **Ministério desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e Governo Federal. (2011).**

PLANO BRASIL MAIOR: Inovar para Competir – **Brasil Maior**. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/wp-content/uploads/cartilha_brasilmaior.pdf>. Acesso em 25 set. 2012.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO – MDIC. Disponível em:<<http://www.pdp.gov.br/paginas/objetivo.aspx?path=Objetivos>>. Acesso em: 19 set. 2012.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO DO PARANÁ (PDP-PR) – Governo Estadual Paranaense. IPARDES (2010)

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – **PAC**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais/parana-1/parana-balanco-de-4-anos>>. Acesso em: 25 mai. 2012. .

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) – Balanço 4 anos (2007-2010). – Governo Federal.

RELATÓRIO DE 4 ANOS DO PAC I – **PAC**. Disponível em:<<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/9fff313c5e9086c5087b1663173fad71.pdf>>. Acesso em 19 set. 2012.

SHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

VALOR ECONÔMICO. **JMalucelli planeja ter aeroporto no Paraná**. 2012. Disponível em:<<http://www.valor.com.br/empresas/2789280/jmalucelli-planeja-ter-aeroporto-no-parana#ixzz23e79CTWj>>. Acesso em: 12 out. 2012a.

VALOR ECONÔMICO. **Mantega diz a varejistas ter 'bala na agulha' para manter crescimento**. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2662746/mantega-diz-varejistas-ter-bala-na-agulha-para-manter-crescimento#ixzz2C1zLdo40>>. Acesso em: 17 out. 2012b.

*Recebido em 04/02/2013
Aprovado em 07/03/2013*

INDIVIDUALIDADE E LIBERDADE SEGUNDO JOHN STUART MILL

Mauro Cardoso Simões*

Resumo

Este texto visa apresentar e analisar alguns temas que representam significativamente o pensamento de Mill, tais como a noção de Individualidade e de Liberdade de Discussão, sendo esta calcada em um parâmetro de racionalidade falibilista. A falibilidade como estratégia para se conduzir uma discussão sem a pretensão de infalibilidade. Mill procurou desativar os argumentos que fazem valer a tese de que opiniões erradas devem ser descartadas, o que ocorre sem que haja a devida tematização de seu conteúdo. Procurar-se-á, em seguida, analisar alguns matizes do pensamento milliano, com especial enfoque nas idéias estabelecidas por Mill e as críticas estabelecidas por Henry John McCloskey.

Palavras-Chave: individualidade; liberdade; falibilidade.

Abstract

This text aims to present and analyze some issues that significantly represent the Mill's thought, such as the notion of Individuality and Liberty of Discussion, and this sidewalk in a measure of fallibility rationality. The fallibility as a strategy to lead the discussion without the pretense of infallibility. Mill sought to disable the arguments that are worth the thesis that erroneous views should be discarded, which occurs without giving the proper investigation of its contents. I will examine some nuances of Mill's thought, with special focus on the ideas set out by Mill and criticism established by Henry John McCloskey.

Keywords: individuality; liberty; fallibility.

* Doutor em Filosofia pela UNICAMP. Professor e pesquisador na UNICAMP. E-mail: mcsimoes@hotmail.com

Individualidade e Razão

Em seus escritos políticos e morais, Mill insiste sobre a realidade e a importância da liberdade e da espontaneidade humana. Ao afirmar a realidade da individualidade humana, Mill nega sua redutibilidade ao simples prazer e dor ou a qualquer outra coisa; ao afirmar a importância absoluta do *auto-desenvolvimento*, ele identifica o bem-estar do indivíduo a uma espécie de prazer completamente diferente da felicidade passiva. E será com esta nova visão da busca da felicidade que Mill será conduzido às conclusões que se distinguem das de muitos filósofos da velha geração utilitarista.

Para Mill, a individualidade é, de uma parte, uma consciência de si enquanto sujeito empírico, finito e determinado. De outra parte, ela é consciência de si como um “eu” irreduzível, livre e universal. Como sujeito empírico o indivíduo é chamado a participar da vida política, social e econômica. Ele deve se mostrar responsável e se conformar às regras e às leis. Como “eu” abstrato o indivíduo é uma subjetividade livre de qualquer coisa. Ele se destaca por sua existência determinada para criar seu próprio mundo. Como individualidade o indivíduo deve saber conjugar harmoniosamente a si mesmo e aos demais, evitando que um dos dois possa se desenvolver em detrimento do outro. Neste sentido o princípio da individualidade, aplicado ao “conformismo” e à “mediocridade coletiva” da sociedade vitoriana, deve sustentar um espírito de liberdade, incentivando as operações reflexivas – o auto-desenvolvimento, o auto-aperfeiçoamento, a auto-formação, o auto-respeito, a consciência e a honra – aspectos importantes e que os utilitaristas clássicos negligenciaram. É por esta razão que a contribuição de Mill é um complemento importante na reflexão utilitarista.

Há também outro ponto que faz da teoria da individualidade, segundo Mill, revestir-se de grande importância. É que a noção de auto-desenvolvimento ou individualidade é puramente formal. Ela não contém qualquer informação sobre o tipo de valores e modos de vida que se deve adotar, não possuindo a forma de um princípio de ação e de vida criativa, um princípio a que cada indivíduo tem a liberdade de atribuir o conteúdo que melhor atende às suas preferências e necessidades.

Tomado neste sentido, o auto-desenvolvimento torna-se inteiramente subjetivo. Para saber o conteúdo é necessário que o potencial de cada um possa ser alcançado e isso só é possível por meio de um clima de liberdade e espontaneidade. Mill talvez tenha pensado na educação planejada por seu pai quando escreve: “Não há razão alguma para que toda existência humana se construa segundo certo modelo ou um número limitado de modelos.”¹

Sinônimo de escolha, de auto-afirmação e de criação, o princípio da individualidade é o que melhor se adequa aos propósitos radicais de Mill, que tem o ideal de vida como uma luta permanente para a melhoria das imperfeições “naturais”² de pessoas e coisas.

No entanto, se o princípio da individualidade é considerado por quase todos como um elemento importante para a filosofia em geral e para a doutrina utilitarista em particular – e declaradamente defendida por Mill – muitos o consideram contraditório com o princípio da utilidade, ao qual Mill se refere brevemente na introdução de *On Liberty*³.

¹ MILL. *On Liberty*. p. 67: “There is no reason that all human existence should be constructed on some small number of patterns”. [trad. bras. p. 103].

² Cf. MILL. *Nature*. Three essays on religion. Essays on ethics, religion and society. In: *The Collected Works of John Stuart Mill*. pp. 377-384.

³ MILL. *On Liberty*. p. 14: “I regard utility as the ultimate appeal on all ethical question”. [trad. bras. p. 19].

Liberdade de Pensamento e Liberdade de Expressão: em torno do argumento da falibilidade humana

No capítulo II de *On Liberty*, intitulado “Da liberdade de pensamento e discussão”, Mill adverte seus leitores: “(...) aqueles para quem nada do que vá dizer seja novidade poderão desculpar-me, conforme espero, se me aventuro a discutir uma vez mais um assunto que durante os últimos três séculos tantas vezes foi discutido”⁴. Um século e meio depois de Mill, as possibilidades de análise deste capítulo não estão esgotadas e seus temas ainda são dotados de uma atualidade impressionante. Se o tema da liberdade de pensamento, ao qual está indissolavelmente ligado à liberdade de falar e de escrever é em si familiar ao público depois de séculos, a abordagem que Mill realiza é inteiramente nova, seja por sua fundamentação, quer por suas conclusões.

Em primeiro lugar, o contexto é diferente. A defesa do princípio da livre discussão, no segundo capítulo de *On Liberty*, não é de ordem “tática”, uma defesa para combater, por exemplo, o despotismo político; para utilizar a expressão de Fred G. Berger, esta defesa é de ordem “estratégica”⁵. Onde seus predecessores, diz Mill, fazem referência ao princípio da liberdade de expressão como uma segurança contra “os governos corruptos e tirânicos”, ele o evoca e defende em todas as circunstâncias, sob todos os governos, tanto os melhores como os piores. Sobre esse ponto, Mill se distingue implicitamente dos utilitaristas: “Suponhamos – escreve Mill –

⁴ MILL. *On Liberty*. p. 18: “Those to whom nothing which I am about to say will be new, may therefore, I hope, excuse me, if on a subject which for now three centuries has been so often discussed, I venture on one discussion more”. [trad. bras. p. 25].

⁵ BERGER. *Happiness, justice and freedom: the moral and political philosophy of John Stuart Mill*. Berkeley; London: University of California Press, 1984, p. 271.

que o governo esteja inteiramente de acordo com o povo e nunca pense em exercer nenhum poder de coerção, a não ser em concordância com o que julga ser a voz do povo”⁶. Este poder, mesmo nestas condições, é também “ilegítimo” e tão ou mais “(...) nocivo quando exercido em conformidade com a opinião pública do que quando em oposição a ela”⁷.

Além disso, os argumentos são novos. Se o homem é *falível*, toda censura de opiniões contrárias é uma pretensão de *infalibilidade*. A discussão, neste sentido, não pode ter outro limite senão que a ausência de parecer contrário, e aqueles que procuram defender crenças e idéias deveriam estar abertos à discussão, a fim de verificar sua possível verdade.

Por último, as conseqüências são também diferentes. Os fundamentos da liberdade de expressão são, para Mill, inseparáveis dos fundamentos das outras liberdades fundamentais, notadamente a liberdade de ação ou o direito à individualidade, que compõe o princípio da liberdade humana. “Tais fundamentos, quando entendidos corretamente, prestam-se a uma aplicação bastante ampla, não se restringindo a uma única divisão do assunto, e por isso se verificará que uma consideração direta dessa parte da questão constitui a melhor introdução ao restante”⁸.

Mas, será a busca da verdade incompatível com a preservação da individualidade? A leitura de *On Liberty* nos mostra que, ao contrário, a busca da verdade

⁶ MILL. *On Liberty*. p. 20: “Let us suppose, therefore, that the government is entirely at one with the people, and never thinks of exerting any power of coercion unless in agreement with what it conceives to be their voice”. [trad. bras. p.28].

⁷ MILL. *On Liberty*. p. 20: “(...) noxious, when exerted in accordance with public opinion, than when in opposition to it”. [trad. bras. pp. 28-29].

⁸ MILL. *On Liberty*. p. 17: “Those grounds, when rightly understood, are of much wider application than to only one division of the subject, and a thorough consideration of this part of the question will be found the best introduction to the remainder”. [trad. bras. p. 25].

e a busca da individualidade são indissociáveis. Elas constituem os dois ramos de um mesmo tronco, o princípio da liberdade.

Antes de detalhar as críticas de McCloskey quanto à plausibilidade da defesa da liberdade de expressão e à validade de seus argumentos, exporei os quatro argumentos que alicerçam a defesa da liberdade de pensamento e discussão, no capítulo II de *On Liberty*, onde a conclusão é a célebre fórmula: “Se todos os homens menos um partilhassem a mesma opinião, e apenas uma única pessoa fosse de opinião contrária, a humanidade não teria mais legitimidade em silenciar esta única pessoa do que ela, se poder tivesse, em silenciar a humanidade”⁹.

Apresento, agora, as quatro razões que justificam esta conclusão ultra-liberal de Mill. Para Mill,

Em primeiro lugar, uma opinião reduzida ao silêncio pode, pelo menos nos é dado a conhecer com certeza, ser verdadeira. Negá-lo é afirmar nossa própria infalibilidade. Em segundo lugar, embora a opinião silenciada seja um erro, pode conter, e muito comumente contém, uma parcela de verdade; e como raras vezes ou nunca a opinião geral ou dominante sobre um assunto qualquer constitui a verdade inteira, é apenas pelo choque de opiniões adversas que o resíduo da verdade tem alguma possibilidade de se produzir. Em terceiro lugar, mesmo se a opinião recebida for não apenas verdadeira, como ainda a verdade toda, a menos que se permita contestá-la e que realmente seja contestada vigorosa e veementemente, muitos dos que a recebem a professarão como um preconceito, sem compreender ou sentir seus fundamentos racionais. E, em quarto lugar, não apenas isso, mas o significado da própria doutrina correrá o risco de se perder ou enfraquecer, e carecer de seu efeito vital sobre o caráter e a

⁹ MILL. *On Liberty*. p. 20: “If all mankind minus one, were of one opinion, and only one person were of the contrary opinion, mankind would be no more justified in silencing that one person, than he, if he had the power, would be justified in silencing mankind”. [trad. bras. p. 29].

conduta: o dogma se torna simplesmente uma manifestação formal, ineficaz para promover o bem, mas que tolhe o fundamento, impede o crescimento de qualquer convicção real e sincera, seja oriunda da razão, seja da experiência pessoal¹⁰.

À primeira vista os argumentos utilizados por Mill para defender a liberdade de expressão são simples. Ele próprio o resume da seguinte forma: “Nunca podemos ter certeza de que seja falsa a opinião a qual tentamos sufocar; e, se tivéssemos certeza, sufocá-la seria, ainda assim, um mal”¹¹. Se procedermos a uma avaliação de como esses argumentos são desenvolvidos, descobriremos que o resumo elaborado por Mill é muito simplificado.

Um destes argumentos fundamentais está baseado sobre a noção de *falibilidade* humana. “Em primeiro lugar, a opinião que a autoridade tenta talvez suprimir talvez possa ser verdadeira. Certamente os que

¹⁰ MILL. *On Liberty*. pp. 53-54. “First, if any opinion is compelled to silence, that opinion may, for aught we can certainly know, be true. To deny this is to assume our own infallibility. Secondly, though the silenced opinion be an error, it may, and very commonly does, contain a portion of truth; and since the general or prevailing opinion on any subject is rarely or never the whole truth, it is only by the collision of adverse opinions that the remainder of the truth has any chance of being supplied. Thirdly, even if the received opinion be not only true, but the whole truth; unless it is suffered to be, and actually is, vigorously and earnestly contested, it will, by most of those who receive it, be held in the manner of a prejudice, with little comprehension or feeling of its rational grounds. And not only this, but, fourthly, the meaning of the doctrine itself will be in danger of being lost, or enfeebled, and deprived of its vital effects on the character and conduct: the dogma becoming a mere formal profession, inefficacious for good, but cumbering the ground, and preventing the growth of any real and heartfelt conviction, from reason or personal experience”. [trad. bras. pp. 80-81].

¹¹ MILL. *On Liberty*. p. 20: “We can never be sure that opinion we are endeavouring to stifle is a false opinion; and if we were sure, stifling it would be an evil still”. [trad. bras. p. 29].

desejam suprimi-la negam-lhe verdade, embora eles mesmos não sejam infalíveis”¹². A escolha do argumento da falibilidade para abrir a defesa da liberdade de expressão não é ao acaso. Há, pelo menos, duas razões principais. A primeira é que todos os homens reconhecem sem dificuldade que são, por natureza, falíveis. A segunda é que esta evidência faz com o homem seja “(...) capaz de retificar seus erros pela discussão e experiência. Não apenas pela experiência”¹³. Mill não poderia encontrar melhor suporte para sua defesa da liberdade de discussão do que este contraste entre o julgamento abstrato e as práticas dos homens.

Reconhecer nossa falibilidade é reconhecer que todas as nossas idéias e crenças são provisórias, que elas estão relacionadas com outras, e que a única maneira de verificar se as nossas opiniões são verdadeiras é assegurando que nenhuma opinião contrária tenha sido negligenciada. Reconhecer nossa falibilidade é reconhecer que não existe base racional que justifique a censura de opiniões dissidentes, sendo possível que estas opiniões sejam verdadeiras e que as nossas sejam falsas, e se este for o caso, teremos perdido os benefícios desta verdade eliminada.

O fato de um grupo de indivíduos, que uma sociedade inteira, ou mesmo uma época, compartilhe uma opinião não prova de modo algum que esta opinião seja verdadeira. O número de adesões a uma opinião não é, para Mill, critério de verdade. Ao contrário, a história nos ensina que as idéias mais resistentes, as que tiveram maior impacto sobre o progresso da humanidade, foram idéias de indivíduos dissidentes e perseguidos.

¹² MILL. *On Liberty*. pp. 20-21: “First: the opinion which it is attempted to suppress by authority may possibly be true. Those who desire to suppress it, of course deny its truth; but they are not infallible”. [trad. bras. p. 29].

¹³ MILL. *On Liberty*. p. 23: “(...) capable of rectifying his mistakes, by discussion and experience. Not by experiency alone”. [trad. bras. p. 33].

Este argumento em favor da liberdade de discussão contém, como acabamos de ver, duas partes. A primeira se funda sobre um princípio puramente lógico: “Todo silêncio que se impõe à discussão equivale à presunção de infalibilidade”¹⁴. O segundo é muito mais concreto. Além dos três exemplos representativos da perseguição de idéias e valores nos quais a contribuição ao progresso geral da humanidade tem de ser considerados (Sócrates, Jesus Cristo e Marco Aurélio), Mill também tem a história intelectual da Europa por testemunho¹⁵. As duas partes do argumento tem, portanto, não só o objetivo de mostrar os equívocos a que estaremos sujeitos se recusarmos tolerar a liberdade de discussão, ou se não reconhecermos a verdade, mas afirma que, se o fizermos, estaremos recusando também a possibilidade de que nossas opiniões possam ser verificadas e corrigidas.

As críticas de Henry John McCloskey a Mill

Segundo Henry John McCloskey¹⁶, o argumento da *infalibilidade* simplesmente reforça o dever de se respeitar a pessoa humana. De resto ele pensa que nenhum dos argumentos utilizados por Mill seja sólido o suficiente para justificar a liberdade absoluta de expressão e de discussão. De todos os ataques contra o princípio da discussão de Mill, o longo artigo de McCloskey é, na verdade, uma das críticas mais detalhadas e radicais. Apresentarei aqui um resumo. Para Mill, o fato de que todo ser humano seja falível e que a verdade só possa surgir por meio da confrontação de perspectivas opostas, necessitaria de liberdade absoluta

¹⁴ MILL. *On Liberty*. p. 21: “All silencing of discussion is an assumption of infallibility”. [trad. bras. p. 30].

¹⁵ Cf. MILL. *On Liberty*. p. 36. [trad. bras. p. 54].

¹⁶ Cf. MCCLOSKEY. Liberty of expression, its grounds and limits. In: *Inquiry*, nº 13, 1970, p. 223.

de expressão e discussão. Logo, se quisermos provar a inexistência de uma verdade cognitiva das poucas áreas da vida – religião, arte, gostos – se, além disso, ficar provado que existem opiniões absolutamente verdadeiras e que, de acordo com isso se possa censurar uma falsa opinião, o caso da total liberdade de expressão não tem validade.

Esta objeção fundamental, na qual McCloskey constantemente reitera para desafiar todos os argumentos em favor da liberdade de discussão no capítulo II de *On Liberty* é, na verdade, uma resposta direta ao que ele chama de “o argumento substancial” de Mill, a saber, o argumento da infalibilidade. Evidentemente, McCloskey não pretende contestar o direito de manifestação e de discussão. No entanto, ele se recusa a qualificar este direito como absoluto. Esta objeção não chega a ser uma resposta aos argumentos apresentados por Mill. Quando Mill tentou provar que a verdade não é propriedade exclusiva de um indivíduo, um grupo ou um tempo, o seu objetivo não era a prova de que nenhuma pessoa seja dona da verdade ou que a verdade nunca tenha existido. O segundo argumento trata das possibilidades nas quais a opinião é admitida como verdade. Na verdade, Mill quer simplesmente dizer que toda pessoa tem direito, e que isto faz parte da “dignidade de ser pensante”¹⁷, de procurar a verdade, de compreendê-la e de contestá-la quando parecer necessário ou possível. Mesmo antes de se deter na exploração da verdade, o que parece ser o único aspecto importante aos olhos de McCloskey, mas também de Fitzjames Stephen, há um outro benefício igualmente importante para Mill, o efeito liberador da discussão sobre a inteligência humana. Como em sua ética, onde o prazer só é válido se for de boa qualidade, em sua “ética” epistemológica a verdade só tem

sentido se a pessoa que a possui for alguém livre e intelectualmente ativo.

A posse da verdade não pode, por si só, modificar ou elevar o homem comum que, uma vez a aceitando, passaria a repeti-la, não entendendo como usá-la para refinar seu espírito ou corrigir seu caráter.

A verdade, [explica Mill], ganha mais até mesmo com erros de alguém que, com o devido estudo e preparo, pensa por si mesmo, do que com as verdadeiras opiniões dos que apenas as professam por não se permitirem pensar. Não que a liberdade de pensamento seja necessária única ou principalmente para formar grandes pensadores. Ao contrário, é tanto ou mais indispensável para possibilitar aos seres humanos médios atingir a estatura mental de que são capazes. Houve, e pode ainda haver, grandes pensadores individuais numa atmosfera generalizada de escravidão mental. Mas nunca houve, nem haverá, nessa atmosfera, um povo intelectualmente ativo¹⁸.

McCloskey propõe, e penso que seja um equívoco, analisar o argumento da falibilidade, isolando-o dos demais argumentos¹⁹. Isto por que, antes mesmo de começar a argumentação, Mill salienta a necessidade de se compreender os fundamentos da falibilidade na íntegra²⁰. E,

¹⁸ MILL. *On Liberty*. p. 36: Truth gains more even by errors of one who, with due study and preparation, thinks for himself, than by the true opinions of those who only hold them because they do not suffer themselves to think. Not that it is solely, or chiefly, to form great thinkers, that freedom of thinking is required. On the contrary, it is a much and even more indispensable, to enable average human beings to attain the mental stature which they are capable of. There have been, and may again be, great individual thinkers, in a general atmosphere of mental slavery. But there never has been, nor ever will be, in that atmosphere, an intellectually active people. [trad. bras. p. 53].

¹⁹ Cf. MCCLOSKEY. Liberty of expression, its grounds and limits. In: *Inquiry*, nº 13, 1970, p. 224.

²⁰ Para melhor compreender a necessidade da análise dos fundamentos, indico o último parágrafo da introdução de *On Liberty*.

¹⁷ Cf. MILL. *On Liberty*. p. 36. [trad. bras. p. 54].

mesmo que alguém isole este argumento, não vejo, no entanto, como ele pode ser enfraquecido pelo simples fato de algumas decisões serem verdadeiras. Para Mill, algo pode ser admitido como provisoriamente verdadeiro somente se toda objeção tenha sido discutida. Se, portanto, estivermos em condições de afirmar a sua verdade, hoje, é impossível que estejamos, no entanto, capazes de garantir o que será amanhã. Esta posição, que incentiva o espírito humano a manter-se aberto para recuperar ousadamente a “questão”, é a essência do argumento da falibilidade humana que McCloskey está atacando neste argumento.

Este é um exemplo do julgamento infalível, para McCloskey: “Eu mesmo não encontro nenhum sinal de falsa modéstia ou arrogância quando afirmo com certeza que alguns julgamentos morais são infalíveis, tendo em consideração, por exemplo, a maneira sádica com que pais frustrados torturam seus filhos, seja um mal absoluto. E não vejo como alguém possa mostrar-me como este julgamento esteja errado”²¹. Na verdade, McCloskey responde a si mesmo. Se ele deseja realmente conhecer a verdade de seu julgamento, deve necessariamente estar aberto a ouvir qualquer opinião contrária à sua; o que é impossível se a liberdade de expressão não é absoluta. Evidentemente, esta conclusão não é aquela que McCloskey sustenta ao propor seu exemplo. Seu objetivo, ao contrário, é legitimar a proibição de toda opinião contrária, como parece a seus olhos. Sua questão “não vejo como alguém possa mostrar-me como este julgamento esteja errado” é, então, contraditória. Ela não pode justificar a conclusão pretendida, mas, paradoxalmente, apóia a de Mill.

Há, no entanto, uma crítica que parece mais relevante, para demonstrar a legitimidade de se censurar as falsas opiniões. McCloskey faz apelo à “lei” utilitarista. Para se ter uma idéia clara desta

²¹ MCCLOSKEY. Liberty of expression, its grounds and limits. In: *Inquiry*, nº 13, 1970, p. 225.

demonstração, exponho o texto do McCloskey.

Se a liberdade de expressão é limitada a opiniões verdadeiras, os ganhos serão maiores que as perdas (...) O que se vai ganhar ou perder, de fato, se alguém não reconhece a liberdade de expressão, que professam a teoria de que a terra é plana, teorias médicas falsas e perigosas, mentiras sobre os efeitos do tabaco ou sobre a utilização de pílulas contraceptivas (...)? Entre os novos males que se censuram, as falsas opiniões podem ser bem o caso, há que se considerar como uma insubordinação rebelde, que continua a manifestar tais opiniões como um criminoso ou, pelo menos, considerar seu ato como uma violação da lei. Contudo (...) devemos esperar que o número de rebeldes diminua constantemente. Entre os outros possíveis problemas podemos também temer a polícia e os magistrados que, ao ordenar a censura, abusam deste poder. Mas, isto só é possível se permitirmos a expressão de opiniões falsas e proibirmos as opiniões verdadeiras de se exprimir. Em comparação, no entanto, o ganho será imenso. Para além da vantagem de possuir opiniões reais, e de ver uma maioria muito maior de homens capazes de gerir os seus assuntos, devido aos obstáculos jurídicos e políticos que impedem, a realização da verdadeira felicidade e o auto-desenvolvimento será eliminada. Além disso, a vida será mais razoavelmente planejada com base em conhecimentos reais. Neste contexto, o mais importante é saber a verdade e não os argumentos em que se baseiam²² (grifo nosso).

O fundamento utilitarista desta crítica faz apelo, sem dúvida, à noção de felicidade. No entanto, trata-se de um utilitarismo que está longe de ser o de Mill, se não for o seu oposto. Para Mill, “a verdade de uma opinião faz parte de sua utilidade”²³. Esta é a réplica de McCloskey: se, em seguida mostra que existem valores

²² MCCLOSKEY. Liberty of expression, its grounds and limits. In: *Inquiry*, nº 13, 1970, pp. 230; 231.

²³ MILL. *On Liberty*. p. 25: “The truth of an opinion is part of its utility”. [trad. bras. p. 37].

mais importantes que a verdade (a felicidade humana, a justiça, o respeito ao outro), o princípio de absoluta liberdade de expressão e discussão perde muito de sua força e, em seguida, permite a proibição das opiniões que impedem estes valores²⁴. No entanto, Mill não diz que a liberdade de opinião seja a única condição para a sua utilidade. Ele diz que é apenas *um* entre outros componentes; entre estes componentes, o erro não é menos importante que a verdade. Se a verdade é uma fonte inesgotável de felicidade, não é para Mill, que possui uma diferença com McCloskey, sendo que este definitivamente a aprova. Assim, as noções de Bem, Mal e Felicidade, não serão mais do que provisórias. O que McCloskey chama de “ganho imenso”, a saber “a realização da verdadeira felicidade e o auto-desenvolvimento” como a sede racional da conduta humana, é apenas um ganho hipotético e incerto, por que baseado em censura, infundadas opiniões, pré-julgadas falsas ou más.

Há, de fato, ambigüidades nas idéias de McCloskey. Se o que ele chama de opinião verdadeira é a opinião científica, esta opinião não é fruto de discussão entre opiniões opostas? Não é ela desenvolvida por meio de sua confrontação com as opiniões falsas e absurdas?²⁵

²⁴ Cf. MCCLOSKEY. Liberty of expression, its grounds and limits. In: *Inquiry*, nº 13, 1970, p. 224.

²⁵ Se Mill defende a liberdade de expressão e o direito ao erro, ele denuncia violentamente a falsidade: “But inasmuch as the cultivation in ourselves of a sensitive feeling on the subject of veracity, is one of the most useful, and the enfeeblement of that feeling one of the most hurtful, things to which our conduct can be instrumental; and inasmuch as any, even unintentional, deviation from truth does that much towards weakening the trustworthiness of human assertion, which is not only the principal support of all present social well-being, but the insufficiency of which does more than any one thing that can be named to keep back civilization, virtue, everything on which human happiness on the largest scale depends; we feel that the violation, for a present advantage, of a rule of a such transcendent expediency, is not expedient, and that he who, for the sake of a convenience to himself or to some other

individual, does what depends on him to deprive mankind of the good, and inflict upon them the evil, involved in the greater or less reliance which they can place in each other’s word, acts the part of one their worst enemies”. *Utilitarianism*. p. 69. [trad. bras. p. 210].

Referências

BERGER. *Happiness, justice and freedom: the moral and political philosophy of John Stuart Mill*. Berkeley; London: University of California Press, 1984.

MILL, John Stuart. *Nature*. Three essays on religion. Essays on ethics, religion and society. In: *The Collected Works of John Stuart Mill*. Toronto: Toronto University Press, 2006.

_____. *On Liberty*. Cambridge Texts in the History of Political Thought: Cambridge University Press, 2005.

_____. *Utilitarianism*. Edited by Roger Crisp. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. *A Liberdade / Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MCCLOSKEY, Henry John. Liberty of expression, its grounds and limits. In: *Inquiry*, nº 13, 1970.

Fontes secundárias:

GRAY, John. *Mill on Liberty: A Defence*. London: Routledge Kegan, 1996.

SKORUPSKI, J. *John Stuart Mill*. London: New York: Routledge, 1989.

CRISP, Roger. *Mill on Utilitarianism*. London: Routledge, 2006.

TEN, C.L. *Mill on Liberty*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

Recebido em 01/05/2013

Aprovado em 15/05/2013

EL PROBLEMA DEL SER Y SU EXPRESIÓN EN EL PENSAMIENTO EN LA HISTORIA DE LA FILOSOFÍA DEL PERÚ: 1540-2000*

*Octavio Obando Moran***

Resúmen

El pensamiento dialéctico materialista estima que existe algo parecido a 'leyes' generales del pensamiento para expresar el ser, lo real. Estas leyes generales del pensamiento serían algo equivalente a leyes ontológicas que expresan como totalidad un modo de entender, relacionarse y manifestar conceptualmente el desenvolvimiento multilateral de la totalidad del ser de cada época histórica. Nosotros no intentaremos justificar o negar esta afirmación marxista. Tampoco buscaremos una explicación de todos los aspectos que comporta como problema en el marxismo. Nosotros queremos especificar en nuestra historia cultural sí, efectivamente, es posible detectar y determinar las leyes generales del ser en el orden del pensamiento, o leyes ontológicas del ser entendido unitariamente en los momentos diversos de nuestro específico devenir histórico.

Palabras clave: pensamiento dialéctico materialista; filosofía del Perú.

Abstract

The materialist dialectical thinking believes that there is something like 'laws' to express general thinking being, the real. These general laws of thought would be something equivalent to expressing ontological laws as a way to fully understand, relate and express conceptually the multilateral development of the whole being of each historical period. We do not try to justify or deny this assertion Marxist. Also look for an explanation of all aspects that behaves like Marxism problem. We want to specify in our cultural history yes, indeed, it is possible to detect and determine the general laws of being in the order of thought, or the ontological laws be treated uniformly in different moments of our specific historical development.

Keywords: materialist dialectical; Peru's philosophy.

* Hago constar al lector que esta es la primera entrega de una serie de cuatro. La segunda versará sobre el problema del ser y la subjetividad en la historia de la filosofía de América Latina resaltando el aspecto descolonizador del ser y lo epistémico [esto podría implicar el seguimiento en otras esferas de la subjetividad colonial-liberal que no haré o sobre el cual no trabajaré en ese artículo]. La tercera entrega trabaja el problema del positivismo y la necesidad de una relectura de los diversos positivismos desarrollados en A. L y los experimentos críticos seguidos para combatir su reduccionismo metodológico. La cuarta entrega y final, versará sobre el problema de cómo podría contribuir la filosofía para la integración de A. L y el Caribe sin transitar por el camino del 'pensar el pensamiento' de Aristóteles reducido a repensar la tradición filosófica a hermenéutica o hermenéutica de hermenéutica o hhh, y cómo repensarla desde un ángulo no hermenéutico tomando como referencia el camino seguido por los empiristas ingleses y los pragmáticos estadounidenses, superando de esos caminos su modelo ontológico, gnoseológico y lógico-conceptual de fundamento fenoménico.

** Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: jomoranobando@yahoo.es

Introducción

Para reflexionar el problema en esta entrega usaré el camino expositivo siguiente: El problema; 1. Josef Estermann y el problema del pensamiento del mundo andino. Síntesis; 2. El pensamiento en general en el mundo colonial; 3. La modernidad europea y la mediocre modernidad peruana; 4. Las 'leyes' generales del pensamiento en el Mercurio Peruano, génesis de la limitada subjetividad liberal en el país; 5. El problema durante las repúblicas; 6. Lo común y lo diferente de estas 'leyes' generales; Bibliografía.

El problema

Estima el pensamiento dialéctico materialista que existen 'leyes' generales del pensamiento. Estas 'leyes' generales del pensamiento serían algo equivalente a 'leyes' ontológicas que norman totalizadamente un modo de entender relacionarse y expresar conceptualmente el desenvolvimiento multilateral del ser de cada época¹. Nosotros no intentaremos justificar o negar esta afirmación marxista. Tampoco buscaremos una explicación de todos los aspectos que comporta como problema en el marxismo.

¹ "in the sense of a law-governed connection of material phenomena, in the sense of the law of their being joined together in the composition of some whole, in the context of a self-developing totality or aggregate, all the components of which were related as a matter of fact not by virtue of their possessing one and the same identical attribute, but by virtue of a unity of genesis, by virtue of their having one and the same common ancestor, or to put it more exactly, by virtue of their arising as diverse modifications of one and the same substance of a *quite material* character (i.e. independent of thought and word)" Written: 1974, Source: <http://www.marxists.org/archive/ilyenkov/works/essays/index.htm> y CD Room

Nosotros queremos especificar en nuestra historia cultural sí, efectivamente, es posible detectar u objetivar o constituir la existencia de leyes generales del pensamiento a partir del cual es posible constituir el ser como una unidad en sus diversos momentos históricos.

Para efectuar esta tarea de investigación estudiaremos la fase prehispánica en una de las últimas e importantes síntesis provenientes del campo de la filosofía, de J. Esterman, y abarcaremos desde 1440 (inicio de la expansión de la federación quechua) hasta 1532; la colonial (incluimos en este largo período la primera fase que sería la llamada conquista) que se inicia en 1532 y llega hasta 1789 que es la derrota de Tupac Amaru. Y terminaremos revisando la formulación que efectúa el Mercurio Peruano, periódico que apareció entre 1791-1794 y fue vocero intelectual de un sector de las aspiraciones independentistas.

Proseguiremos con la perspectiva que emana del proceso posterior a este Mercurio Peruano que es, básicamente prerrepblicano, y entraremos a las repúblicas. Efectuamos esta tarea de la manera que sigue.

Fases de la república del Perú: (1) 1821/1824 - 1879/1874 [1821: independencia política hasta 1824: derrota y expulsión militar de los hispánicos - hasta la llamada Guerra del Pacífico que duró 4 años]; (2) 1879/1874 - 1980/1990: desde la Guerra del Pacífico hasta la década de la guerra interna entre liberales y el marxismo armado; (3) 1980/1990 en adelante, inicio de etapa de la victoria liberal y derrota del marxismo armado.

Augusto Salazar Bondy en su pequeño pero decisivo trabajo orientador llamado *La filosofía en el Perú* dice al respecto del carácter representativo del Mercurio Peruano que nos parece necesario estudiar de manera más sistemática:

“Por el celo del obispo Pedro José Chávez de la Rosa (1740-1819), el Seminario Conciliar de San Jerónimo de Arequipa se convirtió hacia 1781 en uno de los más activos focos de propagación de las ideas enciclopedistas (2). Y en todo el país el Mercurio Peruano era el órgano de expresión de estas inquietudes. Sorprende, en efecto, al recorrer sus páginas la activa presencia de los diversos grupos intelectuales, no sólo de Lima, sino de las más diversas provincias y de los pueblos más apartados del país”²

Sin embargo son los mismos miembros de Mercurio Peruano los que establecen cuál era su sistema de trabajo:

“Aristio reasumió su cargo de distribuir las materias sobre que se debía raciocinar; y se estableció que todas nuestras disertaciones fuesen por escrito. Estas piezas juntas a los fragmentos que todavía conservábamos de las otras de igual naturaleza hechos en el tiempo de los congresos filarmónicos, eran el monumento de nuestra dedicación y amor nacional”³.

Se ha de decir que este estudio nuestro del Mercurio Peruano forma parte de lo que sería la *génesis de la subjetividad* con la cual este emergente independentismo intelectual constituye el mundo y el nuevo sentido del mismo ---y como se habrían extrapolado a otros ámbitos--- en la prerrepública liberal (1780-1820) y en la primera república liberal (1820-1880), se continua en la segunda república liberal (1880-1980), hasta la tercera república liberal (1980 en adelante). Nosotros llegaremos solamente hasta la fecha

² Augusto Salazar Bondy: *La filosofía en el Perú* (Panorama histórico), Editorial Universo, Lima, 1967 (1954), II, p. 34.

³ Hesperióphylo: Historia de la sociedad académica de Amantes del país y principios del Mercurio Peruano, en Mercurio Peruano, 23 de enero de 1791, No. 7, pp. 49-52, Edición facsimilar de la B. Nac. del Perú, tomo I: 1791, Lima, 1960. Entonces establecían las materias, las discutían, homogenizaban su subjetividad y luego con ese criterio editaban los materiales.

indicada de desenvolvimiento del Mercurio Peruano.

Aquí se haría necesario revisar --para completar el desenvolvimiento de esta subjetividad en las diversas fases antes indicada - la Revista de Lima (1859 - 1863 / 1873), que como Revista ha de verse asociada al proyecto social de la fracción limeña, y a su vez asociada al Partido Civil, en general el primer partido moderno del país.

1. Josef Estermann y el problema del pensamiento del mundo andino. Síntesis⁴.

Nuestra revisión sintética de valoración de J. Estermann no niega los trabajos efectuados por Hugo Pesce y Emilio Choy Ma sobre el pensamiento en la fase previa a esta fase anterior al incanato o fase anterior al predominio de la federación quechua. Aquí solamente dejamos constancia de los estudios al respecto del primero que dice lo siguiente:

“La tradicional descripción del pensamiento pre-incaico como una dilatada y confusa esfera de concepciones nebulosas, irremediamente saturada de magia, sometida pasivamente a una incomprendible naturaleza, está contradicha por la secuencia de los constantes y fecundos avances del paleolítico, por las prodigiosas conquistas del neolítico y por el sucesivo florecimiento de las civilizaciones basadas en la institución del estado, que rematan en un imperio de muy alto nivel económico, organizativo y cultural.

Cabe, desde luego, y es necesario distinguir el nivel mental de los grupos dirigentes que, a partir del neolítico superior, / se diferencian y asumen funciones especializadas, respecto al resto de la gente entregada al trabajo de producción directa. Pero la diferenciación se opera desde una masa que ya había alcanzado el rango de cultivadora y criadora, que ya había transformado en dirigidos los procesos espontáneos de la naturaleza, que ya había adquirido la conciencia de su condición humana.

⁴ J. Estermann: *Filosofía andina*, Editorial Abya-yala, Ecuador, 1998.

Es en su seno que brotan el artesanato, los técnicos del riego, los administradores, los artistas y los poetas, los amautas y los ingenieros, los estrategas y los estadistas”⁵.

Pero esto lo indicamos como antecedente del problema que, estimamos, Estermann trabaja a fondo y sistemáticamente y expresa la reflexión en la fase incaica o en la fase de dominio de la federación quechua. Empecemos por la ontología en esta visión de Estermann de la filosofía andina.

1) *La sección ontológica: Propositiones*

- El es en tanto que es

1. Lo que es, el ser y el ente, es una concentración relacional de energías y fuerzas vitales existentes, en general, como contrarios complementarios. Nada existe fuera de esta condición. Lo ontológico es la racionalidad de la relacionalidad. Lo óntico es lo relacional aunque no tiene naturaleza necesaria.

2. Lo particular es parte necesaria y complementaria que se integra junto con su otra parte a una entidad completa o complementada

3. El principio de complementariedad enfatiza la inclusión de los “opuestos” complementarios en un “ente” completo e integral.

4. Más allá de la relación contradictoria existe, precisamente, la relación complementaria

2) *La relacionalidad en la lógica andina: Propositiones*

1. El principio de relacionalidad significa que lo “concreto” es la “concreción” de la realidad a través de la relacionalidad integral, totalizadora. El ente es tal en tanto en cuanto interrelacionado. El ente aislado es no-ente.

2. Las relaciones lógicas, en sentido técnico, son más bien derivadas.

3. La relacionalidad no es un aspecto exterior, posterior o casual o accidental.

4. El principio de la relacionalidad se puede formular de manera positiva o negativa:

5. No puede haber ente carente de relaciones, es decir entes absolutos.

6. Pero tampoco existe ente particular existente en y por sí mismo.

7. La proposición cartesiana del *cogito ergo sum* es absurda; ningún “ente” es principio de su propio ser.

8. La relacionalidad del todo tiene una serie de sub-principios o derivados.

9. La correspondencia es el primer principio derivado de relaciones de tipo cualitativo, simbólico, celebrativo, ritual afectivo.

10. El principio de correspondencia se manifiesta en la filosofía andina a todo nivel y en todas las categorías, es de validez universal.

11. El principio de complementariedad es la ‘especificación’ de los principios de relacionalidad y correspondencia. Significa coexistencia con su complemento específico.

12. La racionalidad andina es dialéctica, tanto por la estructura sub-terránea de concebir la realidad como por las indicaciones fenomenológicas.

13. La dialéctica occidental y la andina son diferentes, primero no es lógica oculta de un principio universal que se realiza a través de los momentos dialécticos.

14. Segundo, los opuestos son momentos, son entes deficientes e incompletos en un proceso que tiene que llegar a la ‘complementación’ sintética.

15. Esta síntesis, no es *Aufhebung* sino experiencias parciales de la realidad, y tampoco resultan antagónicas en el sentido de irreconciliables: se requieren mutuamente

⁵ H Pesce: Lenguaje y pensamiento. Aspectos en el Antiguo Perú; en San Marcos, No. 10, set-oct-nov, UNMSM, Lima, 1968, pp.68-69

no para elevarse a otro nivel sino para completarse en el mismo nivel.

16. No es progresiva. La complementariedad no es el resultado de un proceso dialéctico, sino la expresión dialéctica de la relacionalidad

3) *Cosmología: Propositiones*

1. La base del principio de reciprocidad es el orden cósmico (y su relacionalidad fundamental) como un sistema armonioso y equilibrado de relaciones.

2. Pachasofía significa filosóficamente el universo ordenado en categorías espacio-temporales.

3. La pachasofía tiene ejes cardinales que se extienden espacialmente en oposiciones que lo son como polaridades complementarias. El otro eje es lo masculino y femenino que se da arriba y abajo.

4. El principio de la reciprocidad impide que las relaciones entre los distintos estratos y elementos sean jerárquicos, existen correspondencias recíprocas entre entidades del mismo valor y peso.

5. Desde un punto de vista general existirían las chakanas (puentes) en dirección horizontal (complementariedad) y en dirección vertical (correspondencia).

6. Estos últimos conectan o relacionan a Hanak pacha (mundo celestial habitado por los dioses) con Kay pacha (mundo terrenal habitado por los hombres).

7. Los horizontales tiende una relación entre izquierdo o femenino y derecha o masculino.

8. El punto central de cruce entre los puentes en un ámbito especial, primordial de relacionar.

9. La cosmología defiende la ciclicidad epocal.

10. La ecosofía andina hace manifiestos los principios “lógicos” de reciprocidad, complementariedad y correspondencia a nivel de *kay pacha*.

11. Estos principios y su observación son la garantía para la continuidad de la vida, en especial, y del orden cósmico, en general. No hay “re-presenta” a la naturaleza, sino hace las veces de co-creador para mantener y llegar a la concreción plena del orden cósmico

- *El tiempo.*

1. El tiempo es otra manifestación del pacha, es co-presente como el espacio, donde sus categorías temporales más importantes son el antes y el después tiempo.

2. Tiene un orden cualitativo en la medida que se mide por la densidad del evento, es decir, el peso se determina por la importancia, y donde cada tiempo (época, momento, lapso) tiene su propósito peso específico.

3. Las ceremonias y ritos precisan de su tiempo para que surtan efecto, así el tiempo no puede ser presionado puesto que a largo plazo será pérdida.

4. El tiempo es dis-continuo y cualitativamente heterogéneo. Los múltiples ciclos obedecen normalmente a los principios fundamentales de correspondencia y complementariedad.

5. Y, por fin, la misma historia es una secuencia de ciclos o épocas que terminan y comienzan por una *pachakuti* (“vuelta de pacha”), un cataclismo cósmico en que un cierto orden (*pacha*) vuelve o “regresa” (*kutiy*: “volver”, “regresar”) a un desorden cósmico, para originar un orden (*pacha*) distinto.

6. En la racionalidad cíclica, el futuro realmente está atrás, y el pasado adelante; pero también hay *viceversa*.

7. La historia es una repetición cíclica de un proceso orgánico correspondiente al orden cósmico y su direccionalidad.

8. Los ciclos no son simples repeticiones o retornos (kuty) de lo mismo, en general es una nueva manera de ordenar el universo.

9. No existe continuidad entre los ciclos o épocas, el tiempo es radicalmente discontinuo y procede a manera de “saltos” o “revoluciones” cósmicas (*pacha-kuti*).

10. La diferencia con el pensamiento dialéctico occidental radica en el rechazo de la progresividad inherente al proceso temporal-histórico

4) Teoría del conocimiento:

Proposiciones

1. Conocer algo significa sobre todo: realizarlo celebrativo y simbólicamente en y a través del ritual.

2. Se presenta el conocimiento como relación intrínseca del plan cósmico.

3. La relación gnoseológica no es unidireccional,

4. Todo puede ser “sujeto” gnoseológico,

5. El conocimiento es una praxis integral y holística antes de ser teoría,

6. El ritual y la celebración son ‘lugares’ predilectos del conocimiento,

7. El conocimiento tiene dimensiones cósmicas,

8. La verdad está ligada intrínsecamente con la eticidad y religiosidad.

M. L. Rivara de Tuesta nos comenta en “Francisco de Ávila y la extirpación de la idolatría en el Perú” que hubo “resistencia a la aceptación de la nueva religión”⁶.

Pero ¿cuál era la lógica indígena que se oponía a esta lógica cristiana?

⁶ ML. Rivara de Tuesta: *Pensamiento prehispánico y filosofía colonial en el Perú*, Vol 1, FCE, Lima, 2000, p. 327.

El opositor indígena e idealizado por Francisco de Ávila utiliza una lógica que hoy llamaríamos de reducción al absurdo⁷ entre lo predicado por el fraile correspondiente, y la contraposición del indígena que se funda en información y conceptos emanados de su contexto religioso, social, y humano práctico cotidianos⁸

En resumen, situados, en rigor, en lo relativo al ser y su expresión en el pensamiento queda aproximadamente claro que la relacionalidad de la relacionalidad es lo propio del ser, le sigue la dialéctica de los opuestos, y, finalmente, la complementariedad. Unido al proceso de un rígido determinismo. Parece, entonces, que eran estas ‘leyes’ ontológicas las que daban unidad, sentido y sujeción implícita en una tradición al ser, a lo real como unidad.

2. El pensamiento en general en el mundo colonial.

Para precisar el problema del ser, de lo real como unidad expresado en el pensamiento como expresiones más generales que hemos llamado ‘leyes’, en el periodo colonial nos basaremos en Carlos Lazo y Javier Tord⁹.

Y abarcaremos del siglo XVI con la llegada de los hispánicos (1532) hasta 1780 que fue la derrota de la rebelión de Tupac Amaru. Derrota que eliminó toda posibilidad de constituir una república de indios y dejó el paso franco para una república criolla.

Según estos autores las ‘leyes’ generales del pensamiento, es decir, el contexto general del pensamiento habría

⁷ H. Pesce, p. 63

⁸ ML. Rivara de Tuesta, Idem, pp. 333-348.

⁹ Síntesis de la obra de C. Lazo García / J. Tord Nicolini: Economía y sociedad en el Perú colonial (movimiento social), en *Historia del Perú*, vol V: *Perú colonial*, Editorial Juan Mejía Baca, España, nov de 1981.

estado modelado en un soporte providencialista. Y los autores si bien llaman la atención sobre esto estimo que corresponde, desde el ángulo de la ontología, hacer una evaluación más detenida.

Nosotros diremos, en términos generales, que cuando se habla de providencialismo filosóficamente estamos hablando del teleologismo estructurado en una determinada doctrina teológica-filosófica, en nuestro caso el tomismo de Tomás en versión tridentina y matizado por el tomismo hispánico aplicado en el Perú que sedimentó una específica realización del tomismo en las masas.

Este teleologismo afirmaba que todo en la jerarquía de lo que “es”, desde lo más bajo a lo más alto, estaba orientado al supremo bien, esto es Dios. Y conforme la complejidad expresada en cada nivel de la jerarquía, el proceso de establecerse el acercamiento a este supremo bien estaría condicionado, mediado, por lo específico de cada estructura para colocar o situar o entender lo que es el bien. Pero de donde emana, se coloca y se reconoce este bien específico, esta comprensión del bien específico, será, ciertamente, Dios.

Este teleologismo extrapolado a una serie de niveles tendrá efectos prácticos bastante diferenciados. Y es cierto que cuando se habla que el providencialismo hispánico se montó sobre este providencialismo prehispánico, nosotros decimos que, ontológicamente, se montó y reconfiguró un teleologismo más elaborado, procedente de la metafísica tomista, que derribó y asimiló fácilmente a la antigua metafísica prehispánica.

Y este teleologismo más elaborado - una vez incorporado en la cabeza de las personas - no precisa ser constantemente pensado, simplemente funciona como un esquema de pensamiento automático. Empero se ha de tener claro que no fue en rigor un simple reemplazo de una subjetividad por otra, fue un *Aufhebung*

(*negar, recoger, y superar*) de lo prehispánico por lo hispánico*.

Pero hemos de decir, adicionalmente, que este teleologismo no solamente es una forma de pensar general, esta forma general no es simplemente la forma general expresada como puro pensar, sino que además impone un sentido general y sentidos específicos de comprensión de todos y cada uno de los aspectos donde se manifiesta¹⁰. El pensamiento y el raciocinio

* Posteriormente leí ---el 5 de noviembre del 2004 y gracias al colega Wilbert Almonte Prado--- un material de David Sobrevilla Alcázar: “Postmodernidad y racionalidad. El debate sobre la modernidad entre J. F. Lyotard y J. Habermas”, en *La racionalidad*, Juan Camacho Camacho Editor, Maijosa, Lima, 1988, nota 2: “Según el pensador alemán (Habermas: a/n) cuando se expande una esfera de la cultura pretendiendo que ocupe el lugar de las otras, se produce una *falsche Aufhebung* de la cultura. Habermas entiende la palabra “*Aufhebung*” en el triple sentido hegeliano del *negar, recoger, y superar* (cursiva/m: O.O) al mismo tiempo. Nosotros traducimos la palabra “*Aufhebung*” en este artículo según la propuesta de Ortega y Gasset como “absorber”: lo que Habermas quiere decir es que por ej. el surrealismo postula absorber toda la cultura en el arte. Este planteamiento es inviable: se trata de una *falsche Aufhebung*, de una falsa absorción de la contradicción existente” (p. 172). Nosotros --es decir O.O-- seguiremos el sentido hegeliano y no el que propone Ortega y Gasset, y entenderemos la falsa *Aufhebung* como la sobreposición de uno de los contrarios que se impone sobre la otra *unilateralmente*, es decir que la falsa *Aufhebung* es, en rigor de verdad, *recoger para negar totalmente*. Así se recogió la cultura previa, la incaica, y se le negó totalmente, pero se le niega totalmente no como simple negación, *se le niega como negación simple y sistemática*.

¹⁰ M. Heidegger dirá: “sentido é o contexto no qual se mantém a possibilidade de compreensão de alguma coisa, sem que ele mesmo seja explicitado ou, tematicamente visualizado”: M. Heidegger: *Ser e tempo*, Vozes, Brasil, 2000, II sección, tercer capítulo, parágrafo 65, p. 117; “Danach ist Sinn das, worin sich die Verstehbarkeit von etwas hält, ohne daß es selbst ausdrücklich und thematisch in den Blick kommt // Luego, es a partir del sentido que se sustenta la comprensión de algo, sin venir a la vista como algo propio expresado o tematizado”, p. 324, trad/n del original *Sein und Zeit*, Klostermann, Germany.

quedan sujetos a una forma de pensar donde lo necesario de demostrar queda presupuesto por esta forma finalista de pensar.

Junto a lo teleológico se manifiesta también otra forma general de pensamiento, aunque posiblemente funcione como auxiliar, más bien derivada de la 'ley' principal. Se trata de la forma general de pensar de tipo analógico. En todo momento el mundo humano queda analógico al mundo divino, sin embargo limpio de miserias humanas. Donde la aspiración a la perfección de este ideal divino se impone de modo absoluto sobre el ser humano.

Y todo aquello que se pretende colocar por encima o salir fuera de este teleologismo queda diabolizado [la diabolización, en rigor de verdad, es un proceso colateral y más complejo, aquí solamente mencionamos el asunto de manera general].

Nosotros hemos de decir sin embargo que la declaración de malo y diabólico, y, además, declarando sospechoso lo natural-corporal, nos parece que corresponde más a formas propias centralmente del tomismo tridentino, que en versión hispánica aplicado al Perú se hará más acentuado aún. La poderosa metafísica tomista aplicada al Perú se torna una simple guía moral¹¹

Para decirlo en lenguaje técnico: el sentido ontológico de la estructura de pensamiento que se impuso fue de tipo teleológico. Y a partir de esta primera y central 'ley' general del pensamiento es que se configuró el modo de ver de los diversos niveles de los cuales se compone éste, es decir, se configuró de manera óptica.

La segunda 'ley' del pensamiento fue analógica, que fue el modo como se configura el ejemplar a imitar, es decir, lo divino, a partir de declarar todo lo humano cruel, viciado y degenerado. Y siempre en un contexto de virtud-pecado, es decir, en un

contexto moralizador de lo ontológico, donde se fusionan los contextos de lo ontológico con lo moral. Indiferenciación que contemporáneamente se hace necesario tener claramente diferenciados teóricamente.

No puede haber superposición moral sobre la ontológica. Es pretender que el ente de la moral pueda contener al ser. Lo correcto es lo inverso ontológica, teórica y moralmente. El ente nunca puede ser superior al ser.

Este modelo de indiferenciación e inversión de la relación del ser con el ente de la moral es lo que tiñe las relaciones sociales y humanas, tiñe la conciencia, el intelecto y la razón de los individuos, tiñe la práctica y la conducta de los individuos. Y su sedimentación se expresa en la subjetividad del periodo independentista y liberal.

Y aquí se contiene las formas derivadas de tipo categorial: seremos mejores, en tanto en cuanto, estas 'leyes' generales del pensamiento que tiene lo divino como referencia central sea puesto como aspiración desde una condición humana, es claro, defectiva.

Así, las 'leyes' generales del pensamiento funcionan, a su vez, como modeladora de una aspiración ética. De aquí que la forma del pensamiento abstracto en general como expresión general, no se haya diferenciado de la forma ética. Se mantiene indiferenciado el pensamiento con el pensamiento ético.

Es la extensión de la subjetividad colonial sedimentada, vivificada y desarrollada de modo desigual y contradictorio en las relaciones sociales y humanas de sesgo independentista y liberal.

Las 'leyes' generales del pensamiento constituidas en un horizonte propio de la colonia sirvió para la justificación de un conjunto categorial, dio contenido a un conjunto categorial, donde la aspiración a lo divino constituía el punto de unidad entre lo general, esto es, las 'leyes' generales del

¹¹ JC Mariátegui La Chira: 7 *Ensayos de interpretación de la realidad peruana*, EE Amauta, Lima, 1980, p. 175

pensamiento, y lo específico, la forma ético-categorial de expresarse en este periodo.

Por eso que hay una fusión categorial que nace de una fusión de contextos de lo general, el pensamiento abstracto, con lo específico, lo ético. Expresión de la subjetividad entendida como algo propio y que es lo típico de lo premoderno.

Y que la modernidad en nuestro país nunca superó teóricamente, es decir se mantiene en esa vieja forma a nivel de masas y de estrato intelectual. No hubo ni clase social ni filósofo Descartes para hacerlo como en la cultura europea.

Nuestro cartesianismo fue, ontológicamente, irrelevante o, más bien, le fue succionada la potencia metafísica por estar arropada en el pensamiento tradicional, tomista colonial de cepa hispánica tridentina.

Estas 'leyes' generales del pensamiento, que hemos indicado funcionan como modeladoras de sentidos cuando se extrapola a otras formas de manifestación de lo que "es", dan contenido lógico categorial a cada uno de los niveles en los cuales se manifiesta.

Numero los siguientes niveles: 1) la estructura emocional-religiosa, 2) la estructura moral-valorativa, 3) la intelectual, 4) se tornan esquemas de acción social determinados sin rango estratégico, 5) cristalizan como sentido común y, 6) nos dotan de un sentido general y específico o, desde lo general se adecua lo específico. Y sigue después todo el circuito de tipo circular con niveles de mutua interrelación.

En síntesis, las formas generales del pensamiento del teleologismo originario o prehispánico pasa a uno más elaborado en el teleologismo hispánico. Y se extrapola a una serie de niveles donde cobra específica forma de sentido.

Estas 'leyes' generales del pensar (teleologismo y analogía), específicamente hispánica y tomista aristotélica de versión tridentina en versión particular hispánica, ha implicado una indiferenciación en el orden

del pensamiento, donde lo general del pensamiento se vincula y se expresa desde lo específico, la forma moral reducido a la dicotomía virtud-pecado.

Y donde la justificación desde lo divino ensambla con la aspiración moral. Todo estructurado en relaciones sociales y humanas. Y desde esta base la vieja tradición prehispánica es reelaborada, reconfigurada, en la nueva forma, la hispánica.

Frente al pensamiento previo, el incaico o el generado desde la expansión de la federación quechua, el pensamiento colonial si bien superior teóricamente, no superó el pensamiento anterior, lo subsumió (lo reconfiguró, asimiló y disolvió en su subjetividad) en su lenguaje.

3. La modernidad europea y la mediocre modernidad peruana.-

1. Kant fue la liquidación de la "cosa en sí" (Dinge) para dejarnos instalados en el sujeto-objeto, donde esta "cosa en sí" queda intelectualizada mas como "objeto" (Sache), es decir, como forma del pensamiento, dada a través de una nuevo status de la "cosa en sí", llamada "objeto".

Del cual lógicamente nunca podemos decir nada. Hegel buscará restaurar esta "cosa en sí" pero como despliegue y dentro del pensar lógico más allá del cual solamente puede haber abstracción vacía¹²

Es decir el pensar lógico - interpretamos a Hegel - solamente puede desplegarse a partir de esta cosa (Dinge) elevada a pensamiento (tornada objeto), de la dinámica de esta "cosa en sí" elevada a pensar lógico; otra cosa es metafísica, es decir, pretender construir entidades a partir de la nada, pretendiendo excluir la materia¹³,

¹² JGF Hegel: *Wissenschaft der Logik*, Werke: B. 5, Suhrkamp, Germany, 1993, p. 26.

¹³ E. Albizu: La idea hegeliana de materia y el tránsito de lo ideal a lo real. Presentada a la Sociedad Peruana de Filosofía, Lima, 8 de agosto de 1981, p. 15

que era el programa de la metafísica prekantiana de tipo racionalista y empirista. Y de la imposibilidad de conocer la “cosa en sí” lógicamente, es decir, el objeto como lo quería la metafísica kantiana.

Y ¿por qué?. Porque la estructura apriórica del espacio y tiempo, y actuante también esta estructura en el entendimiento, no es afectada, influenciada de manera ninguna por las estructuras de la sensibilidad y del entendimiento. Es a la inversa.

Luego, no hay como conocer lógicamente esta “cosa en sí” por la estructura apriórica. La “cosa en sí” siempre tendrá el modesto lugar de elemento indispensable para la actualización de la estructura apriórica. Y nada más.

2. ¿Cómo se cumple el fenómeno en la colonia del Perú?. No es difícil percibir que ontológica, gnoseológica y lógico-conceptualmente no hubo semejante proceso de reconocimiento del lugar de la autoconciencia en la mediación del sujeto cognoscente tanto del mismo sujeto que conoce como del objeto conocido.

Ontológicamente existía relación entre la vieja metafísica aristotélica tomista tridentina desenvuelta en la colonia del Perú propia de la clase dominante con la metafísica manejada por las clases dominadas. Este aspecto del fenómeno ontológico, este puente ontológico entre poder político-religioso y clases populares, objetivado en la colonia del Perú, era un producto creado y mantenido por la metafísica de la fase escolástica.

Este tipo de relación característico del pensamiento tomista de Tomás y socializado a través del sistema eclesiástico católico fue advertido y denunciado por D. Hume en su deconstrucción radical de la escolástica tradicional para oponerle una filosofía científica, esto es, empirista, en la Inglaterra de su época¹⁴

¹⁴ D. Hume: *Investigación sobre el entendimiento humano* (Trad: Juan Adolfo Vázquez). Editorial Losada, Buenos Aires, 1945, p. 44; D. Hume: *An*

Gnoseológicamente el empeño homogenizador de Mercurio Peruano no fue una renuncia a la metafísica tradicional y si una retematización del lugar del conocimiento a partir de la experiencia, es decir, a partir del fenómeno, a partir de la representación.

Así J. H. Unanue en ‘Decadencia y restauración del Perú’ (Discurso inaugural para la Abertura y estreno del Anfiteatro Anatómico de la Real Universidad de San Marcos el 21 de noviembre de 1792), dice lo siguiente:

“La distinción de los tiempos en la práctica médica, depende de la contemplación y comparación de los fenómenos que presenta el cuerpo sano y doliente, el sólido vivo, natural, ó alterado en sus funciones: y siendo aquellos el resultado de *su estructura y leyes* (c/n), que mantienen ó han perdido su natural armonía, sin la inteligencia de estas, se obscurecen los tiempos favorables, huyen las ocasiones, los auxilios se hacen inútiles, y por la mayor parte perniciosos. Entre los entes de la razón y los de la Naturaleza, media una inmensa distancia, y es preciso sean erróneos los dictámenes deducidos de aquellos, siempre que no esten fundados en el íntimo conocimiento de estos(24). De lo contrario los sympromas y demas aspectos que en las enfermedades arreglan el plan curativo, tendrán relación con las causas ideales é imaginarias no con las físicas y existentes en el cuerpo. Consistiendo las últimas en las afecciones del sólido y el líquido, no puede conocerlas aquél á cuyos ojos, ocultos los resortes interiores de la máquina viviente, solo se manifiesta su decoración interna”¹⁵

John Locke en su obra *Anatomía* (1668) propone una doctrina de los fenómenos, y si bien admite que nunca podremos conocer como opera la naturaleza, el entendimiento

Enquiry concerning Human Understanding (Edition 1777), Text prepared for P. Millican, Leeds Electronic Text Centre, July, 2000; http://www.geocities.com/Athens/3067/hume/h_text_s.html, p. 12

¹⁵ Mercurio Peruano, No. 220, 10 de febrero de 1793; Edición facsimilar de la Biblioteca Nacional del Perú (12 volúmenes), Vol. VII: 1793, Lima, 1965, p. 98.

puede concebir lo real formulando hipótesis fundadas en analogías de la experiencia:

“Para el caso de una enfermedad, por ejemplo, hay una sintomatología que corresponde a una ley de la armonía que rige las correlaciones fenoménicas y, basados en esa correlación, elabora una terapia adecuada. La experiencia sensible es nuestra única fuente de información. La experiencia, así, es único método seguro para captar la racionalidad en el encadenamiento de los fenómenos”¹⁶

Obsérvese como el empirista inglés utiliza el razonamiento: “analogías de la experiencia” para conocer aproximadamente en la medida que no se puede conocer la naturaleza. La experiencia sensible es el único método seguro para captar la racionalidad de los encadenamientos fenoménicos. La razón se funda en la experiencia fenoménica.

Para el nuestro –Unanue-- el conocimiento lo es de la estructura y leyes del fenómeno. Y el nuestro en absoluto hace depender la razón de la experiencia entendida esta experiencia fenoménica como percepciones, ubica la razón como la experiencia de una entidad externa que refleja lo real.

Prosigamos con la estructura de razonamiento de nuestro ilustrado peruano, dice después lo que sigue:

“El cadáver disecado y demostrado, es la sabia y eloqüente escuela, en que se dictan las mas seguras máximas para conservar á los vivientes. En él se conoce qual es el enlace, y los oficios de los distintos órganos que componen esa máquina singular, la primera entre las obras de la Divinidad: en que consiste la mutua dependencia con que se auxilian, ó dañan unas á otras: quales son las verdaderas causas que fomentan ó destruyen su armonía, y qual es el modo de restaurarla. Allí se

¹⁶ Octavio Obando Morán: “El método filosófico del filósofo inglés J. Locke en su *Ensayo acerca del entendimiento humano* (1690), Lima, diciembre de 1993, p. 4.

descubre el origen y la distribución de aquellos pequeños é infinitos tubos, instrumentos de la sensación y movimientos, ministros del imperio del alma, (...)”¹⁷.

El empirista inglés no presume que el organismo sea producto, objeto creado por la divinidad, y no puede porque su empirismo no lo lleva a eso, no da para eso, y no da porque se funda la racionalidad en la experiencia y sistematización de los fenómenos.

Unanue, en cambio, si bien habla de la experiencia y el fenómeno sin embargo al remitirse al cuerpo presume a éste como creación divina. Y cuando se plantea la relación y función de los órganos del cuerpo lo hace en una perspectiva realista, descriptiva, captable y sujeta a leyes. Cosa que no está presente tampoco en absoluto en el inglés.

Esta retematización del lugar del conocimiento a partir del “fenómeno” ---según nuestra investigación--- muestra que nuestros ilustrados lo concibieron dentro del contexto del realismo, del realismo sustancialista, que manejaba precisamente el aristotelismo-tomista tridentino en la colonia del Perú.

En suma, leyeron el empirismo, el fenómeno y la experiencia con ojos aristotélico-tomistas. Tal cual lo hicieron en otras esferas.

3. Lógicamente al no plantearse la diferenciación sujeto-objeto de base premoderna, esto es, sustancialista aristotélico-tomista, donde el “sujeto” como el “objeto” no son mediados por el individuo como simple individuo [al contrario, el individuo cartesiano será un individuo que se entiende como autoconciencia

¹⁷ JH Unanue: Decadencia y restauración del Perú (Discurso inaugural para la Abertura y estreno del Anfiteatro Anatómico de la Real Universidad de San Marcos el 21 de noviembre de 1792), en Mercurio Peruano, No. 221, 14 de febrero de 1793: Edición facsimilar de la Biblioteca Nacional del Perú, Vol VII: 1793, Lima, 1965, p. 110.

individual, autista], sino donde el individuo cognoscente es la mediación entre el sujeto (con respecto a sí mismo como autoconciencia donde el “yo” autista cartesiano es rezago sustancialista, es decir, que no quedaba plenamente mediado por la autoconciencia) y la cosa, cosa en sí misma, cosa externa al individuo.

La cosa ajena al individuo - hay que reiterar - es elevada a la conciencia como “objeto”, revestida de concepto, - que es el programa kantiano, sin embargo este programa quiere, igualmente, la destrucción de la cosa-en-sí al elevarla a objeto, esto es, quiere la “cosa” como simple referente para la actualización de la estructura apriórica - y que elevada la cosa-en-si a objeto es imposible, lógico-conceptualmente, conocerla, es imposible decir lógica-conceptualmente nada de su estructura como cosa a través y por el pensamiento que conoce.

De la superación de esta limitación kantiana respecto a la relación cosa-objeto es que partirá la comprensión de la relación sujeto-objeto en el programa hegeliano, donde la cosa-en-si, es decir, la mera cosa externa al individuo, es restaurada idealistamente en el pensar lógico y situada como objeto posible de ser conocida en su estructura por el pensamiento.

Es decir, la cosa es tomada como objeto del pensamiento y se le considera, además, externa al individuo y del cual se puede decir cuál es su estructura como cosa externa que es objeto del pensamiento. De allí el mérito de la obra Fenomenología del espíritu.

Y en el programa de Marx-Engels queda restaurada la cosa mediada como objeto lógico y reflejo, en un primer nivel, de lo real, es decir de la representación simple. Luego vendrá la representación conceptual que no es propiamente reflejo, sino síntesis de lo abstracto o lo universal-abstracto, pero tiene su base en el reflejo sensible y, vendrá después lo concreto-pensado, es decir, la síntesis de los

abstractos como unidad en lo universal-concreto, que no es en absoluto reflejo en el primer y segundo sentido, es, simplemente, concepto.

Algunos estiman que la segunda forma (universal-abstracto) es también reflejo, pero en tanto proceso conceptual que analiza, que desmenuza lo dado por la representación simple en el proceso de aproximaciones sucesivas.

Es posible sea así. Mas en el orden de lo concreto-pensado no tiene el reflejo ninguno de los sentidos anotados previamente. No es el universal-concreto, en rigor y reiterando, representación simple ni tampoco universal-abstracto¹⁸

La teoría del reflejo que es comprendida sin este largo proceso histórico de mediación cognoscitiva en varios planos: lo sensible, el entendimiento y la razón, propio de la filosofía europea que se inicia con Descartes y culmina con Kant y de aquí llega a JGF Hegel, y que no tuvimos en el Perú en su momento histórico, puede resultar en una comprensión de base premoderna de lo moderno como de lo postmoderno.

Que es lo que sostengo en esta reflexión que pongo a consideración como aspecto secundario de nuestro tema central de reflexión. Aspecto premoderno que ha envuelto implícitamente el discurso teórico del postmodernismo andino peruano que se ha puesto de moda en el país.

4. En última instancia este postmodernismo andino sería una comprensión premoderna de la relación sujeto-objeto en el proceso espiritual de nuestro país, a partir del cual se proclama la muerte de los metarrelatos, metarrelatos espiritualmente contruidos y desenvueltos

¹⁸ Rafael Plá León: Problemas de la lógica del pensamiento liberador latinoamericano (Polémica con Enrique Dussel en torno cuestiones básicas del marxismo), (Santa Clara / 28 de mayo de 1995); también Lucio Obando Guarniz: El concepto de reflejo dialéctico, Separata, Facultad de Letras, UNMSM, Lima, s/f

ampliamente en la fase moderna del proceso espiritual europeo.

El postmodernismo de los nuestros aplica mecánicamente esta proclama de la muerte de los metarrelatos y, sin embargo, está dominado por esta base premoderna de comprensión de la relación sujeto-objeto.

Y que afecta y afectó a la mismísima comprensión subjetiva de la relación sujeto-objeto de nuestro mediocre liberalismo histórico. Sin tomar en cuenta en absoluto el carácter empirista humeano que está actuando filosóficamente tras su discurso escéptico.

Sin balance espiritual del proceso histórico-genético de esta ontología y subjetividad en nuestra nación, sin un ajuste de cuentas teórico espiritual de esta subjetividad en nuestra historia ontológica ¿cómo pueden saber que su relato es, efectivamente, postmoderno?. Nuestros postmodernos reiteran el viejo camino del continuismo anatópico de nuestra ontología y subjetividad¹⁹.

4. Las ‘leyes’ generales del pensamiento en el Mercurio Peruano, génesis de la limitada subjetividad liberal en el país

El proceso de constitución del llamado método científico en nuestro país estaría recargado por esta génesis gnoseológicamente realista y ---expresada como subjetividad--- tomaría un sentido muy específico, el método de la anatomía serviría de referencial como conocimiento positivo [así como para la cultura europea lo

¹⁹ El término “anatópico” procede de V. A. Belaunde y significa lo siguiente según estima D. Sobrevilla Alcázar: “por *anatopismo* entendemos nosotros en este caso la tendencia a partir no de la propia realidad nacional y de sus posibilidades para formular los conceptos adecuados a ella, sino de realidades ajenas y posibilidades fantásticas”, en D. Sobrevilla Alcázar: *La filosofía contemporánea en el Perú*. Carlos Mata Editor, Lima, 1996, p. 20. También *Repensando la tradición nacional*^{8u}, vol 1, Editorial Hipatia, Lima, 1988, p. XV, nota 1.

fue la física], estaría en la génesis, en la base de la subjetividad de los liberales peruanos, de la creencia respecto a lo que es el método científico. Un realismo de base premoderna.

Esto explica ---como asunto secundario de nuestra exposición--- el sentido con que entiende la ciencia los practicantes de ciencia normal en el país que se mueven en un materialismo metodológico. Y explica a su vez la genealogía en la cual se funda la subjetividad de esta ciencia moderna en el Perú.

En otros términos, la constitución de la subjetividad con la cual se construye la representación de la ciencia en el proceso espiritual de nuestro país, adolece igualmente de esta carga tradicional premoderna.

Partir de aquí para hacer un desagregado de tipo categorial no es demasiado difícil, sin embargo se impone primero ver de manera más detenida esta perspectiva gnoseológica de los liberales peruanos que comprendieron el fenomenismo inglés en el horizonte gnoseológico del realismo tomista de versión hispánica.

Y tuvieron la más completa incompreensión del cartesianismo europeo en la medida que este cartesianismo se leía en un horizonte igualmente escolástico, es decir, tomista-aristotélico tridentino en versión hispánica.

No hay información precisa de si la ontología y subjetividad tradicional del país en su devenir histórico hizo una apropiada limpieza, un ajuste de cuentas teórico, de su lectura de los nuevos tiempos intelectuales, limpiándose precisamente de este elemento tradicional de la ontología y subjetividad.

Tengo severas dudas que así haya acontecido. Comprendiendo el anatopismo tradicional de nuestro estrato intelectual es que estimo nunca hubo este trabajo de “limpieza”, de ajuste de cuentas teórico, de *Aufhebung*.

Posteriormente, en el siglo xix y xx, como en el xxi peruanos continua, digo, reitero, hubo y hay un continuismo anatópico ---asentados en las vigas de la ontología y subjetividad premodernas---, en la representación que nos hacemos de los conceptos globales de naturaleza, sociedad y pensamiento.

El estrato intelectual tiene viciada su ontología y subjetividad históricamente configurada desde su génesis en la medida que no fue otra cosa que una contextualización del fenomenismo en el horizonte del realismo tomista, la ontología y subjetividad del periodo independentista y liberal no fue otra que continuismo anatópico.

2. Hemos de decir entonces que, implícitamente, la ontología que contextualiza el fenomenismo de los pensadores del Mercurio Peruano [periódico: 1790-1795] es fenomenismo comprendido en el horizonte del realismo tomista.

Es decir, ontológicamente es exactamente heredero de este teleologismo y analogismo (en el contexto de virtud-pecado). Formalmente el fenomenismo de los ilustrados del Mercurio Peruano no tiene el sentido que tiene en el fenomenismo clásico inglés, donde desde las percepciones se construye una efectiva racionalidad.

Aunque los ingleses no asumen la realidad existente fuera del sujeto, o independiente a él o declaran que es imposible conocerlo, los nuestros, por el contrario, asumen que existe tal realidad y se expresa y conoce por el pensar.

La oposición al viejo pensamiento no le es opuesto teóricamente un despliegue de pensamiento. Simplemente se le opone en el sentido de contraposición negadora, en este caso el fenomenismo que dimana del conocimiento científico anatómico de la época. Con las limitaciones como se entiende este fenomenismo. De nuevo vemos aparecer la falsa Aufhebung, o,

simplemente, la lógica de borrón y cuenta nueva.

Es manifiesto que este fenomenismo de los ilustrados modernos es un fenomenismo situado en lo premoderno en la relación sujeto-objeto. Pero esta vez el objeto opuesto, contrapuesto, es el considerado objeto científico, el conocimiento objetivo de la ciencia anatómica de la época.

El desplazamiento de lo ontológico a lo gnoseológico fue un desplazamiento de negación simple. De cambio de referencial: de lo ontológico escolástico a lo gnoseológico anatómico de la época asumido como método. Oponiéndose en general este nuevo referencial, el fenomenismo y conocimiento anatómico, como el opuesto a cualquier abstraccionismo escolástico. La abstracción se torna sinónimo de negativo.

3. La ontología, que es saber teórico, se torna saber negativo por su vinculación con la ontología religiosa. Y en esto son exactamente idénticos los nuestros con los empiristas ingleses, en la falsa asociación de ontología religiosa a toda ontología.

El problema teórico en los nuestros, es decir, de no superar la ontología colonial implícita siguió vivito y coleando. Decir “no es problema” no implica que el problema desaparezca. Eso es una ingenuidad. Y esa ingenuidad es la que prevalece.

Lo relevante está sin embargo en que esa sustancialización de la relación sujeto-objeto, que no fue superada por nuestros ilustrados, funciona como mera negación de toda ontología y del saber teórico, y esta limitación está en la génesis de la constitución de la subjetividad liberal.

Para decirlo de otra manera, funciona como contraposición temática del conocimiento positivo respecto a toda ontología calificada como especulación negativa y asociada a la metafísica religiosa. Y el punto de partida es la ciencia anatómica

del siglo XVIII, no es en absoluto ni la física ni Newton.

Así tres rasgos:

- 1) desplazamiento temático de lo ontológico a lo gnoseológico,
- 2) contraposición de la ciencia anatómica propuesta como subjetividad, que antagonizaría con la ontología, entendida como metafísica religiosa colonial,
- 3) declarar toda ontología como ontología religiosa.

Negación de todo lo que implique teoría ontológica a la que se asume como sinónimo de especulación negativa. He allí la base de su subjetividad y su posterior despliegue. He allí el punto de partida de su subjetividad. Un infantilismo ontológico bastante claro y bastante acrítico.

Esta incapacidad para superar la ontología y subjetividad implícita que persiste histórico-espiritualmente es sobre lo cual se han montado una serie de representaciones categoriales, que, al ser monopolizadas y reproducidas acríticamente por el estrato intelectual universitario, ha marcado todas las perspectivas filosóficas según la moda intelectual-universitaria.

Esto lleva a replantearse el lugar del modelo del: 1) conocimiento como conocimiento, 2) como estructura del conocimiento, 3) como totalidad del conocimiento, 4) el modelo de universidad, 5) de gestión del conocimiento, 6) del estrato intelectual y sus matices, y 7) de la decodificación realizada de la filosofía internacional. Entre otros ítems. Y que no veremos en este lugar.

El postmodernismo, y esto como asunto secundario en nuestra exposición, en la medida que se sujeta a este proceso histórico, no es otra cosa que la afirmación del anatopismo pero en la versión escéptica de negación de los grandes relatos (negación que no afecta a su relato que se quiere ubicar como un metarrelato usando el consabido método de exclusión a quien no repite el mantra del caso) de los otros, sobre

todo de fundamento moderno, pero su incompreensión del proceso histórico de nuestra historia de la ontología y subjetividad los lleva a estimar que esa es una fabulosa verdad. Es un postmodernismo subjetivamente viciado por el mismo problema.

En otros términos, el postmodernismo peruano ubica su negación de los grandes relatos de los otros pero no del suyo, en un horizonte viciado por la no superación de la vieja ontología y subjetividad históricamente desplegada en nuestra cultura espiritual desde la colonia.

Así su postmodernismo no supera los límites de lo premoderno. Este postmodernismo es un postmodernismo que se muerde la cola. Es, en el orden de la ontología y la subjetividad, un postmodernismo premoderno.

5. El problema durante las repúblicas

El problema durante las repúblicas se expresa de modo diferente en la esfera académica y no-académica, aquí apenas daremos cuenta limitada del asunto en la medida que hemos desarrollado la historia de la filosofía en el Perú desde estos dos ángulos en dos libros: 1) Filosofía en el Perú: de retorno al historicismo y las masas [<http://pt.scribd.com/intercambiofilosofico/documentos>], 2) Breve y circumscripita historia de la filosofía en el Perú: 1440-2000.

1ª República: 1821/1824 - 1879/1874

La 1ª república está caracterizada por la larga ausencia de actividad académica sistemática, la razón obedece a la inestabilidad política y al caudillismo que prosiguió cuando Bolívar salió del Perú en 1827. Este caudillismo se extiende hasta 1840-1845 que eleva la figura del caudillo R. Castilla que da vida a una presencia de 20 años, la época de castillismo.

Entre 1850-1870 destacan tres momentos: El primero corresponde a lo que llamaremos el positivismo político e intelectual de la Revista de Lima con su cercanía al comtismo para la construcción industrial y al spencerismo sobrevalorando lo racial, el segundo momento es el positivismo cientista universitario de la Facultad de Medicina de San Fernando, perteneciente a la Universidad Mayor de San Marcos, y, el tercer, el racionalismo dominante en la Facultad de Letras de la misma casa de estudios.

2ª República: 1879/1874 - 1980/1990

En la esfera académica lo resaltante está en el desarrollo del segundo racionalismo, el racionalismo de postguerra (1890-1920) y las diferentes filosofías que la enfrentaron, el segundo momento de este racionalismo que se inicia en 1930-1940 y se extiende hasta 1980 que entra en colapso.

Y, en la esfera no universitaria radica en el nacimiento de la filosofía materialista como expresión filosófica de las clases básicas con González Prada y Mariátegui La Chira, y de la clase media ilustrada con Haya de la Torre.

Prosiguiendo en la esfera universitaria situamos el racionalismo filosófico en la versión de los pensadores del 30-50 del siglo XX; la reflexión filosófica de A. Salazar Bondy desde una perspectiva filosófica socialista no marxista; en la esfera universitaria la perspectiva positivista del movimiento socialdemócrata 50-70; y la filosofía en los partidos y movimientos político-sociales.

3ª República: 1980/1990 – 2000+

La filosofía universitaria entre 1990-2000 realizada por la generación de la guerra interna que hace filosofía en la esfera de la universidad y fuera de ella. La filosofía expresada en los movimientos no socialdemócratas de signo marxista, y el pragmatismo filosófico de base premoderna de los partidos y movimientos políticos liberales de la segunda postguerra.

6. Lo común y lo diferente de estas 'leyes' generales

El arco iris del proceso histórico-ontológico de nuestro país en la manera de concebir al ser ---y con ello en la manera de desplegarse las capas de la subjetividad en cada uno de sus momentos históricos---, parecería haberse movido en cuatro grandes fases históricas, o en cuatro grandes totalidades (y la bifurcación en subtotalidades) relativas al ser y la subjetividad.

La primera corresponde al periodo autónomo andino caracterizado por la inmanencia del pensamiento indiferenciado preoccidental, donde, es claro, hay una razón no occidental, y sin embargo, hay un modo de concebir el ser, aunque no esté claro aún el modo como éste era concebido en sus propios pensadores indígenas. Para entender esta perspectiva nos remitimos a los pensadores indigenistas.

La etapa colonial está caracterizada por la exterioridad abstracta del pensamiento, impuesto a nuestra tradición, y como tal lleva sobre si todas las limitaciones del pensamiento occidental de la fase medieval: la ausencia de distinción de entendimiento y razón, y la ubicación de la autoconciencia en la esfera de la teología. Inficionando todo nuestro proceso histórico-ontológico colonial y posterior.

La fase cosmopolita ---1780-2000--- no significa otra cosa que la continuación de la exterioridad abstracta del pensamiento indiferenciado occidental, esto es,

asumiendo las cargas del pensamiento colonial al no distinguir ontológicamente entre entendimiento y razón.

Se suma su incapacidad para reconocer y valorar el lugar de la autoconciencia cartesiana y kantiana. Esta limitación es más clara y manifiesta en los pensadores del '40 del siglo XX filosófico peruano. El ser queda reducido a mera gnoseología facilitando el metodologismo en la esfera del conocimiento.

Resulta, además, este pelotón de pensadores del '40 los que mantuvieron la historia de la filosofía en el Perú el siglo XX filosófico peruano en su más alto nivel de anatopismo. Esta fase llega hasta los 80' que es cuando comienza a declinar.

Y reaparece la contradicción en la primera década del 2000 en la pugna entre el postmodernismo premoderno y la alianza de analíticos, epistemologizantes y otras filosofías menores que reproducen las viejas deficiencias teóricas que denunciamos.

Luego adviene la etapa nacional de la filosofía académica con Salazar Bondy desde fines de los '70, que no es otra cosa que el inicio del cuestionamiento de la vieja subjetividad sobre el ser y la subjetividad, es decir, el concebido por la burguesía compradora en la esfera filosófica-intelectual al exponer crudamente sus limitaciones teóricas.

Este autor no logra desenvolver una perspectiva teórica sobre el ser y la subjetividad de modo específico y que sea expresión teórica de la burguesía parasitaria o burocrática que utiliza los recursos del estado liberal para realizar su programa social, deriva hacia una posición que pretende superar la perspectiva teórica liberal desde una perspectiva de la filosofía de la liberación.

Por el contrario la filosofía de fase nacional y no-universitaria inaugura la perspectiva del ser y su expresión en el pensamiento en un horizonte materialista. De ellos es Mariátegui La Chira quien desenvuelve una perspectiva ontológico-

dialéctica cuando formula y aplica en sus 7 ensayos la ley de la unidad y lucha de los contrarios para evaluar cada ensayo y problema allí expuesto para pugnar con la vieja tradición intelectual sobre los mismos problemas, y hacer la dialéctica positiva al realizar la reconstrucción como obra unitaria de este ser social.

Esta perspectiva fue después abandonada en su creatividad para practicar - la intelectualidad de influencia marxista entre 1930-1980 - un anatopismo de tipo marxista-leninista soviético y maoísta.

Algunos aspectos creativos de la reflexión de Mariátegui La Chira son retomados posteriormente en la esfera próxima a la filosofía, por ejemplo, en la teoría de la descolonialidad de A. Quijano y, en el orden no-académico la evaluación racionalista de Mariátegui La Chira por el maoísmo armado de la década del 80'

Retomar filosóficamente en toda su creatividad a Mariátegui La Chira y asumir la crítica política concreta desarrollada por los movimientos sociales, la crítica teórica centralmente por Salazar Bondy del paradigma filosófico de la burguesía compradora, la crítica descolonizadora de Quijano, y, además, de otras contribuciones relevantes, la *Revista de Filosofía en el Perú* (Pensamiento e ideas) apunta a desenvolver articulada y sistemáticamente en el campo de la filosofía en el Perú, ese nuevo modelo relacionado con el ser y la formulación teórica del problema de la subjetividad y su extrapolación y manifestación en otras esferas.

Consideraciones finales

En síntesis, entonces, se tiene que decir que el defecto fundamental de la filosofía - según su proceso histórico-ontológico- en el Perú radica en su completa sordera metafísica para evaluar, potenciar y recrear en su propio proceso la reflexión de R. Descartes e Inmanuel Kant.

Se suma que, al reiterarse los viejos modelos emanados de la ontología y subjetividad premoderna de concebir el conocimiento, la administración del mismo y el lugar del estrato intelectual, como la

creación de tal en la universidad, no ha hecho otra cosa que reconfigurarlos o reciclar esos modelos - sin cuestionar su origen - en la forma actual del sistema demoliberal.

Referências

- Albizu, E:** La idea hegeliana de materia y el tránsito de lo ideal a lo real. Presentada a la Sociedad Peruana de Filosofía, Lima, 8 de agosto de 1981
- Aquino, T. de:** Suma de teología (5 v). BAC, Madrid, 1989.
- Ballón Vargas, JC:** El tópico naturalista en la cultura peruana. Separata
- Ballón Vargas, JC:** El tópico naturalista y los orígenes clásicos del discurso filosófico peruano, en Hampe Muñoz, T (Comp): La tradición clásica en el Perú virreinal, Fondo Editorial de la UNMSM, Lima, 1999.
- Bobbio Rosas, F:** Sobre la filosofía del racismo, en Letras, UNMSM, Nos. 97-98, Lima, 1999
- Castro, A:** El Perú: un proyecto moderno, PUC, Lima, ago, 1994
- Choy Ma, E:** Antropología e historia, Vol 1, UNMSM, Lima, feb de 1979
- Choy Ma, E:** Antropología e historia, Vol 2, UNMSM, Lima, oct de 1985
- Choy Ma, E:** Antropología e historia, Vol 3, UNMSM, Lima, mar de 1988
- Comte, A:** Comte (coletânea), Editor Victor Civita, Abril Cultural, 1978
- Dussel, E, Bohorquez, C y Mendieta, E (Editores):** El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y 'latino', Siglo XXI, México, 2009.
- Estermann, J:** Filosofía andina, Editorial Abya-yala, Ecuador, 1998.
- Flores Quelopana, G:** Racionalidad filosófica en el Perú antiguo, IIPCIAL, Lima, 2001
- García, F / Roca, P:** Pachakuteq, Fondo Editorial del Pedagógico san marcos, Lima, 2004
- Gisbert, T:** El cielo y el infierno en el mundo virreinal del Sur Andino, Separata, Unión Latina, La Paz, 2004
- Grillo Annunziata, M:** Filosofía andina pre-hispánica. Juan Guttemberg Editores, Lima, 2002
- Hume, D: Investigación sobre el conocimiento humano (Trad: Jaime de Salas Ortueta), Alianza Editorial, Madrid, 1997.
- Hume, D: An Enquiry concerning Human Understanding (Edition 1777), Text prepared for P. Millican, Leeds Electronic Text Centre, July, 2000;
http://www.geocities.com/Athens/3067/hume/h_etexts.html.
- Husserl, E: Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie, Meiner, 1992
- Ilienkov, E:?"** Written: 1974, Source: Dialectical Logic, Essays on its History and Theory. Publisher: Progress Publishers, 1977. Translated: English translation 1977 by H. Campbell Creighton. Transcribed: Andy Blunden. HTML Markup: Andy Blunden, en D:\Library\archive\ilyenkov\works\essays\index.htm CD Room

- Kant, I:** Crítica de la razón pura, Taurus, Madrid, 2006 (versión Ribas)
- Kant, I:** Kritik der reinen Vernunft, Suhrkamp, 1968 (versión Weischedel)
- Mariátegui La Chira, JC:** 7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana, Empresa Editorial Amauta, Lima.
- Mariátegui La Chira, JC:** Obras completas populares (18 v), Amauta, Lima; sitio web: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/html/mariategui_jc.html#José_Carlos_Mariategui_-_Obras_Completas_populares._Editorial_Amauta
- Mariátegui La Chira, JC:** Obras completas cronológicas (19 v), sitio web: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/html/mariategui_jc.html#J.C._Mariategui_-_Obras_completas_en_ordenamiento_cronológico._Octavio_Obando_Morán
- Marx, K:** Die Frühschriften, Hg S. Landshut, Kröner, Germany, 1971
- Mejía Valera, M:** Fuentes para la historia de la filosofía en el Perú. UNMSM, Lima, 1963.
- Núñez, E:** La versión alemana del “Mercurio Peruano”, en Boletín Bibliográfico de la UNMSM, No. 1, año IX, Lima, 1936
- Obando Moran, O:** Filosofía en el Perú: de retorno al historicismo y las masas, sitio web: <http://pt.scribd.com/intercambiofilosofico/documents>
- Obando Morán, O:** Breve y circumscripita historia de la filosofía en el Perú: 1440-2000 (inédito)
- Quintanilla Pérez-Wicht, P:** Del espejo al caleidoscopio: aparición y desarrollo de la filosofía en el Perú, Separata, PUC.
- Rivara de Tuesta, ML:** Pensamiento prehispánico y filosofía colonial en el Perú, Vol 1, FCE, Lima, 2000
- Rivara de Tuesta, ML:** Filosofía e historia de las ideas en el Perú Vol 2, FCE, Lima, 2000.
- Rivara de Tuesta, ML:** Filosofía e historia de las ideas en Latinoamérica, Vol 3, FCE, Lima, 2000
- Salazar Bondy, A: Panorama de la filosofía en el Perú, en Mar del Sur, nov-dic de 1950, No. 14, Lima, 1950.
- Salazar Bondy, A:** La filosofía en el Perú, Editorial Universo, Lima, 1967 (1954)
- Salazar Bondy, A: La filosofía de lengua alemana en el Perú, en Cultura Peruana, Nos. 175-178, enero-abril de 1963, Lima.
- Sánchez, L. A:** El “Mercurio Peruano”, en Boletín Bibliográfico de la UNMSM, vol XXXVII, No. 3-4, año XXXVII, Lima, dic, 1964
- Sobrevilla Alcázar, D: La cultura y la filosofía de la dominación (Apuntes sobre un planteo de Augusto Salazar Bondy); en Apuntes, No. 1, Lima, 1973.
- Sobrevilla Alcázar, D:** La filosofía alemana en el Perú, U. Cayetano Heredia, Lima, 1978
- Sobrevilla Alcázar, D:** Repensando la tradición nacional (2 t), Lima, 1988-1989
- Sobrevilla Alcázar, D:** La filosofía contemporánea en el Perú. Carlos Mata Editor, Lima, 1996.
- Sociedad Amantes del País:** Mercurio Peruano (12 vol). Edición facsimilar de la Biblioteca Nacional del Perú, Lima, 1960-1965.

Trindade, H (org): O positivismo: Teoria e prática, UFRGS, 2007 (2ª ed)

Recebido em 28/10/2012
Aprovado em 03/02/2013

FONÉTICA E VARIEDADES DIATÓPICAS DO ESPANHOL E DO PORTUGUÊS NOS DICIONÁRIOS DO PROJETO DICOPOES¹

Fidel Pascua Vílchez*

Resumo

No presente trabalho analisamos o uso dado por consulentes universitários brasileiros aos dicionários bilíngues espanhol-português/português-espanhol selecionados para o Projeto DiCOPOES, em relação à fonética, focando: finalidade da consulta do dicionário, consulta específica da pronúncia, importância da transcrição fonética e grau de conhecimento dela; em segundo lugar, analisamos as informações referentes à fonética apresentadas nestes dicionários e focamos as variedades diatópicas subjacentes nas transcrições fonéticas dos lemas. Concluimos que os consulentes usam quase exclusivamente o dicionário para a procura do equivalente na outra língua, o dicionário não é usado para a consulta da pronúncia, os consulentes não possuem os conhecimentos necessários para entender as transcrições fonéticas, a fonética nos dicionários é apresentada de maneira desigual e com algumas incorreções, as variedades diatópicas das transcrições fonéticas correspondem ao espanhol peninsular central-setentrional e ao português brasileiro do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: lexicografia bilíngue espanhol-português/português-espanhol; fonética do espanhol; fonética do português; variedades diatópicas do espanhol; variedades diatópicas do português.

Resumen

En el presente trabajo analizamos el uso que los alumnos universitarios brasileños dan, en relación a la fonética, a los diccionarios bilingües español-portugués/portugués-español seleccionados para el Proyecto DiCOPOES, centrándonos en: la finalidad de la consulta del diccionario, consulta específica de la pronunciación, importancia de la transcripción fonética y su grado de conocimiento; además, analizamos las informaciones relativas a la fonética que aparecen en estos diccionarios y atendemos a las variedades diatópicas subyacentes en las transcripciones fonéticas de los lemas. Concluimos que las consultas se limitan a la búsqueda del término equivalente en la otra lengua, el diccionario no se usa para la consulta de la pronunciación, los alumnos no tienen conocimientos suficientes para entender las transcripciones fonéticas, la fonética se presenta de manera desigual y con algunas incorrecciones, las variedades diatópicas de las transcripciones fonéticas se corresponden con las del español peninsular central-septentrional y el portugués brasileño de Rio de Janeiro.

Palabras-clave: lexicografía bilingüe español-portugués/portugués-español; fonética del español; fonética del portugués; variedades diatópicas del español; variedades diatópicas del portugués.

¹ *Dicionário Contrastivo Português Espanhol*. Projeto de pesquisa nº 05764 da Universidade Estadual de Londrina, coordenado pela professora mte. Arelis Felipe Ortigoza, cujo alvo é a elaboração de um dicionário bilíngue espanhol-português/português-espanhol sob os postulados da linguística contrastiva.

* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Professor de Língua Espanhola Adicional na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: aidoiketes@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O nosso trabalho analisa as questões referentes à fonética inseridas nos dicionários integrantes do Projeto DiCOPOES. Achamos interessante esta questão, pois costuma ser uma das partes integrantes dos dicionários bilíngues menos consultadas pelos usuários; com efeito, a maioria dos consulentes universitários brasileiros de um dicionário bilíngue espanhol-português/português-espanhol, como pudemos comprovar após inquérito realizado entre os discentes da Universidade Estadual de Londrina (doravante UEL), o usam, quase exclusivamente, para procurar o significado em língua espanhola do termo equivalente em língua portuguesa ou vice-versa.

Quisemos conhecer, então, qual o grau de conhecimento dos consulentes universitários brasileiros da UEL em relação à transcrição fonética das palavras; também, se na hora de eles consultarem o dicionário mostram interesse por saber como se pronuncia em espanhol o termo consultado e ainda, se eles consideram importante esta questão lexicográfica. Para este propósito, foram consultados vinte alunos do curso de Letras/Espanhol desta universidade paranaense.

A nossa pesquisa, pois, teve como alvo principal a análise da transcrição fonética em caracteres do Alfabeto Fonético Internacional (doravante AFI) das entradas dos quatro dicionários bilíngues espanhol-português/português-espanhol selecionados para o nosso projeto: *Diccionario de bolsillo español-portugués/portugués-español*, editado por Espasa Calpe, S. A.; *dicionário*

Larousse *espanhol-português/português-espanhol*, editado por Larousse; *Señas: diccionario para la enseñanza del español para brasileños*, editado por Livraria Martins Fontes Ltda., e *Diccionario bilingüe de uso español-portugués/portugués-español*, editado por Arco Libros, S. L. A pesquisa limitou-se aos três primeiros, já que o último deles não inclui em sua macroestrutura a transcrição fonética das entradas.

Ainda, a transcrição fonética das entradas nos dicionários suscitou o nosso interesse por comprovar quais variedades diatópicas do espanhol e do português estão sendo representadas nelas, pois a cada lema do dicionário lhe corresponde apenas uma transcrição fonética; aliás, uma só pronúncia. Sabemos, porém, que existem diferentes pronúncias, dentro da norma culta, tanto em espanhol quanto em português para uma mesma palavra e que estas diferentes pronúncias estão relacionadas com a procedência do usuário da língua, com variedade diatópica à qual ele pertence.

2. O INQUÉRITO

O inquérito realizado a vinte alunos do curso de Letras/Espanhol da UEL, do primeiro ao quarto ano, com os propósitos descritos anteriormente na introdução do nosso artigo, tentou se fazer de maneira que os alunos não percebessem que eles estavam sendo usados como informantes para uma pesquisa científica, procurando obter uma coleta de dados o mais espontânea possível. Fomos, então, anotando discretamente os dados obtidos dos informantes após a consulta verbal.

A inquérito consistiu em perguntar aos alunos que levavam

consigo um dos dicionários do projeto, principalmente se ele estava sendo consultado no momento (no 100% dos casos foi o dicionário *Señas*), “para qué você usa/está usando o dicionário?” Os dados obtidos deram: a) catorze ocorrências (70%) de, expressado de diversas formas², “para procurar o equivalente em português a...”; b) quatro ocorrências (20%) de, também expressado de diversas formas, “para procurar o equivalente em espanhol a...”; c) duas ocorrências (10%) de “para comprovar a escrita de um termo em espanhol.

A seguir, a segunda das questões perguntadas aos informantes foi “você sempre usa o dicionário para procurar o equivalente de um termo espanhol em português e vice-versa ou também para outras coisas?”. Os resultados obtidos ofereceram: a) 16 ocorrências (80%) no sentido de “sim, só para isso” e b) quatro respostas (20%) no sentido de “comprovar a escrita da palavra”. Em nenhum dos casos foram mencionadas questões relativas à fonética.

Chegados neste ponto, perguntamos aos informantes se eles, em alguma ocasião, usaram o dicionário para se informar da pronúncia da palavra que eles estavam procurando. A resposta obtida no 100% dos casos, expressada de diversas maneiras, foi “não”.

A seguir, foi lhes perguntado se eles consideravam importante a transcrição fonética da palavra aparecer na macroestrutura dos dicionários bilíngues; neste caso, os dados obtidos apontavam em três direções, conforme mostram as ocorrências seguintes:

Treze informantes (65%) declaram ser importante a transcrição fonética formar parte a macroestrutura

dos dicionários bilíngues; três informantes (15%) declararam não sê-lo e os outros quatro informantes (20%) declararam ser indiferente o fato de ela aparecer ou não.

Quisemos, então, comprovar se os alunos estavam familiarizados com as transcrições fonéticas. Escolhemos para um inquérito duas palavras transcritas em caracteres fonéticos: uma, em português: [ˈʃa] “chá”; outra, em espanhol: [ˈtʃoθa] “choza”. Estas duas palavras incluem em sua transcrição caracteres diferentes dos que são usados para escrevê-las com o alfabeto latino em português e espanhol; por tanto, é preciso ter adquirido os conhecimentos mínimos de transcrição fonética ministrados na disciplina de Linguística Geral³, apartado de Fonética e Fonologia, para identificar quais as duas palavras que estão sendo transcritas.

Os informantes escolhidos para este inquérito foram 22 alunos do Quarto Ano do curso de Letras/Espanhol da Universidade Estadual de Londrina, os quais, após serem consultados, tentando evitar dar a sensação de estar se fazendo uma coleta de dados, ofereceram os dados seguintes:

- a) Palavra “chá” [ˈʃa]: catorze informantes (63,63%) declararam não saber qual palavra estava sendo transcrita em caracteres fonéticos; quatro informantes (18,18%) declararam que a palavra transcrita era “já” y los otros quatro restantes (18,18%) deram com a resposta correta “chá”.
- b) Palavra “choza” [ˈtʃoθa]: dezenove informantes (86,36%) declararam não

² A maioria dos informantes, no momento de serem consultados, davam a impressão de estar ante uma pergunta com apenas uma resposta possível, óbvia: procurar o termo equivalente na outra língua.

³ Os informantes declararam ter estudado esta disciplina no primeiro ano do curso e serem ministrados os conteúdos de fonologia e fonética. Admitiam conhecer os símbolos mas não identificavam o som associado a alguns deles.

saber qual palavra estava sendo transcrita em caracteres fonéticos e os outros três restantes (13,63%) deram com a resposta correta “choza”.

3. A FONÉTICA NOS DICIONÁRIOS DO PROJETO DICOPOES

As informações e conteúdos relativos à fonética incluídos nos dicionários do Projeto DiCOPOES varia neles quanto à extensão e profundidade.

O dicionário *Señas*, apresenta um amplo espaço dedicado a esta questão, mas referido somente à fonética do espanhol. Distingue-se nele, em primeiro lugar, a diferença entre norma ortográfica e pronúncia correta, salientando-se a realidade poliédrica do espanhol quanto a aquela, relacionada com a extensão geográfica do mundo hispânico e o número de falantes dessa língua; em segundo lugar, menciona-se que a pronúncia escolhida para a edição se corresponde com a norma culta do espanhol.

A seguir, faz-se uma advertência ao leitor acerca de dois fones do espanhol recolhidos no dicionários usados apenas por uns poucos falantes. Refere-se aos fones:

a) Interdental ou linguointerdental fricativo surdo [θ]⁴, o qual é realizado apenas no espanhol peninsular central-septentrional; no resto da hispanidade, inclusive dentro da própria Espanha, não é realizado e, em seu lugar, nos mesmos contextos fonéticos, é realizado o som alveolar ou linguoalveolar fricativo surdo [s], fenómeno linguístico conhecido como “*seseo*”:

En amplias regiones de habla española, tanto en España como en Hispanoamérica se

⁴ Define-se no dicionário somente como “som interdental”.

desconoce este fonema, que, por razones de fonética histórica fue sustituido por /s/. Esta sustitución se conoce con el nombre de *seseo*, y es admitido también como norma correcta de pronunciación. De este modo, desaparece en esas zonas la oposición θ/s, pronunciándose de la misma forma *caza* y *casa* [kása], *cerrar* y *serrar* [serár], *siento* y *ciento* [sjénto], *cepa* y *sepa* [sépa], etc (QUILIS, 1998, p. 57).

b) O fone líquido lateral palatal [ʎ]⁵. Menciona-se que este fone vem desaparecendo em favor do fricativo palatal ou linguopalatal sonoro [j]. Desta vez não se trata de uma variedade diatópica do espanhol como no caso anterior (pois esta característica atinge à maioria da hispanidade), mas do fenómeno linguístico de desfonologização chamado de “*yeísmo*”:

En amplias regiones del dominio del español, tanto en España como en Hispanoamérica, la lateral [ʎ], o [ʎ], ha desaparecido, a causa de un proceso de deslateralización, convirtiéndose en la fricativa central [j] o [y]. En las mencionadas zonas, se ha perdido la oposición ʎ/ j, o ʎ/ y, pronunciándose de la misma forma pares mínimos como *olla-hoya*, [ója], u [óya]; *pollo-poyo*, [pójo], o [póyo]; *rallar-rayar*, [rajár], o [rayár]. Este fenómeno de desfonologización se conoce con el nombre de *yeísmo* (QUILIS, 1998, p. 63).

Uma questão interessante mencionada na introdução e que tem a ver com as duas citas textuais anteriores é a do sistema de representação dos fonemas usada no dicionário. Afirma-se que “o AFI costuma ser empregado nos mais importantes manuais e ensino da fonologia e fonética do espanhol” (UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES, 2001, p. xiii). Consideramos importante mencionar que, para a transcrição fonética do espanhol, o AFI alterna seu uso com o alfabeto da Revista de Filología Española (doravante RFE). Nas citas anteriores, os fones estão

⁵ Define-se no dicionário somente como “som lateral palatal”.

tema, devemos salientar que os três⁸ dicionários analisados apresentam o mesmo padrão de pronúncia para a língua espanhola, pois as transcrições fonéticas refletem a pronúncia do espanhol peninsular central-septentrional; no entanto, para a pronúncia do português, os dicionários Espasa e Larousse refletem em suas transcrições fonéticas a pronúncia do português brasileiro do Rio de Janeiro.

O rasgo fonético mais esclarecedor quanto à variedade diatópica do espanhol peninsular central-setentrional, escolhida de forma unânime pelos três dicionários, está representado pelo fone consonântico interdental ou linguodental surdo [θ], de uso exclusivo naquela região e único alofone do fonema /θ/. Com efeito, os lemas cuja escrita inclui as sequências *za*, *zo*, *zu*, *ce*, *ci*, são transcritos foneticamente como [θa], [θo], [θu], [θe], [θi]; Por exemplo: *empezar* |empeθár| (Señas), [empe'θar] (Larousse e Espasa); *centro* |θéntro| (Señas), [θ'entro] (Larousse e Espasa); *cita* |θíta| (Señas), [θ'ita] (Larousse e Espasa); *zona* |θóna| (Señas), [θ'ona] (Larousse e Espasa); *zumo* |θúmo| (Señas), [θ'umo] (Larousse e Espasa).

A eleição por esta variedade do espanhol, de pouca abrangência quanto ao número de seus usuários⁹, acreditamos ser devida fundamentalmente à origem espanhola das editoras dos dicionários (fato que costuma acontecer igualmente com as editoras dos métodos de espanhol como língua estrangeira) e à tradicional consideração da variedade peninsular central-septentrional como norma de prestígio, por questões históricas e culturais; no entanto, na nossa opinião, seria mais acorde com a realidade do

espanhol no mundo oferecer aos consulentes dos dicionários bilíngues de espanhol uma pronúncia abrangente da maior parte de hispanidade, incluindo nas transcrições fonéticas o rasgo do *seseo* e outros compartilhados pela maioria de falantes nativos de espanhol, como a realização aspirada do fonema /s/ em posição implosiva; por exemplo: *éstos* [éhtoh], em vez de [éstos]; *dos* [dóh], em vez de [dós], etc.; ainda, a realização do fonema velar ou linguovelar surdo /x/ como aspirado [h], à maneira em que é realizado na maior parte de Hispanoamérica. Por exemplo: uma palavra como *justificación*, transcrita unanimemente nos dicionários do projeto como |xustifikaθi^uón| (*Señas*) ou [xustifika'θjón] (Larousse e Espasa), estaria igualmente bem (ou melhor) transcrita foneticamente em termos de abrangência geográfica¹⁰ e número de usuários¹¹ da língua espanhola como [huhtifika'sjón].

Entretanto, para a pronúncia dos lemas em português, constatável somente nos dicionários Espasa e Larousse, observamos, em primeiro lugar, que a transcrição fonética recomendada por eles corresponde ao português brasileiro. Justificamos esta afirmação em virtude da presença dos fones consonânticos africados pós-alveolares surdo [tʃ] e sonoro [dʒ] em início de sílaba final, de uso exclusivo nesta variedade da língua portuguesa; por exemplo: “cabide” [ka'bidʒi] (Espasa), [ka'bidʒi] (Larousse); “casete” [ka'setʃi] (Espasa), [ka'setʃi] (Larousse); em segundo lugar, comprovamos que a variedade brasileira escolhida como pronúncia recomendada se corresponde com a do Rio de Janeiro, como demonstra a presença dos fones [R], [x] e [ʃ] em posição implosiva.

Devemos, no entanto, matizar que, enquanto a presença do fone consonântico coronal pós-alveolar fricativo [ʃ] em

⁸ Somente o Dicionário Espasa e o Larousse apresentam a transcrição fonética do português; o dicionário *Señas* limita-se a apresentar a do espanhol, como já foi mencionado.

⁹ São aproximadamente 25 milhões de usuários desta variedade diatópica frente a 450 milhões de usuários de outras variedades do espanhol que não realizam o fonema /θ/.

¹⁰ A Espanha peninsular meridional, Ilhas Canárias, Caribe, Centromérica e amplas zonas da América do Sul.

¹¹ A metade, aproximadamente, da população hispanofalante.

posição implosiva é unânime nos dois dicionários (por exemplo: a palavra “cesta” aparece transcrita como [‘seʃta] tanto no dicionário Espasa quanto no Larousse), existem, porém, diferenças quanto à escolha dos fones uvular vibrante [R] e velar fricativo [x] nessa mesma posição silábica, alofones ambos os dois do arquifonema¹² /R/ apenas realizados na variedade carioca da língua portuguesa brasileira. Vemos, então, a modo de exemplo, como a palavra “carta” é transcrita [‘kaRta] (Espasa) ou [‘kaxta] (Larousse).

A eleição destes dois fones como pronúncia recomendada nos dicionários bilíngues merece uma reflexão similar à já feita no caso do espanhol. Consideramos, neste sentido, que, embora faça sentido recomendar a pronúncia brasileira para a língua portuguesa, pois ela é a mais abrangente quanto a número de falantes e extensão geográfica dentro do universo lusófono, não parece, porém, ser a pronúncia carioca a mais representativa quanto à abrangência nem população.

Sem ir mais longe, o alofone mais frequente em posição implosiva do arquifonema /S/, na pronúncia brasileira, é o alveolar ou linguoalveolar fricativo surdo [s]. Voltando ao exemplo anterior, no Brasil todo, à exceção do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a pronúncia de “cesta” é [‘sesta] e não [‘seʃta]; no caso dos alofones do arquifonema /R/ há muita variedade. Além dos mencionados [R] e [x], tão característicos do sotaque carioca, a norma culta da mídia prescreve o alveolar vibrante simple [r], mas a pronúncia que mais está se estendendo é a do alofone retroflexo [ɻ], chamado de “erre paulista” ou “erre caipira”; por exemplo: a pronúncia da palavra “carne” é realizada na norma culta como [‘kafni], na mais estendida como

[‘kaɻni], e na variedade carioca como [‘kaxni] (velar) ou [‘kaRni] (uvular).

O porquê da escolha da pronúncia brasileira carioca nos dicionários bilíngues espanhol-português/português-espanhol analisados é devida, em nossa opinião, primeiramente, à potencialidade do mercado editorial escolar brasileiro, se comparado com o resto do universo lusófono. Isto justificaria a escolha pela variedade brasileira não só em relação à pronúncia, mas também quanto à seleção dos lemas e locuções; depois, o estereótipo fixado no mundo hispânico¹³ (no mundo todo, na verdade) acerca do Brasil, pelo qual se identifica de maneira indissociável o Brasil com o Rio de Janeiro. De fato, em espanhol, a palavra *carioca* não é usada normalmente com o significado de “relativo ao Rio de Janeiro”, mas com o significado de “relativo ao Brasil”; oferecemos, a modo de exemplo, este manchete da edição digital colombiana de um dos principais jornais da Espanha:

“La alegría se convirtió en tristeza. Los brasileños, que esperaban festejar el paso de la selección carioca a la semifinal de Sudáfrica 2010, vieron cómo Holanda se quedaba con el cupo” (EL PAÍS.COM.CO, 02 de julho de 2010).

Poderíamos colocar inúmeros exemplos similares.

Seguindo este raciocínio, para as equipes editoriais dos dicionários, a escolha da pronúncia do Rio de Janeiro significaria escolher a pronúncia mais representativa do Brasil.

5. CONCLUSÕES

Em virtude dos dados apresentados em nossa pesquisa podemos chegar as seguintes conclusões:

- a) O uso dos dicionários bilíngues espanhol-português/português-

¹² Falamos em arquifonema, porque nessa posição silábica a oposição fonológica entre os fonemas /ɾ/ e /x/ deixa de ser pertinente. Não acontece o mesmo em começo de sílaba: *caro* /‘kaɾu/ e *carro* /‘kaxu/

¹³ Lembramos que os dicionários analisados são editados na Espanha.

espanhol empregados pelos consulentes brasileiros estudantes da UEL limita-se, quase exclusivamente, à procura do equivalente em língua espanhola do termo de origem em português ou vice-versa.

- b) A pronúncia das palavras não é foco de interesse dos consulentes brasileiros dos dicionários bilíngues espanhol-português/português-espanhol.
- c) Comprovamos também que, apesar dos informantes¹⁴ consultados em nosso inquérito terem cursado ou estarem cursando a disciplina de Linguística Geral, na qual são ministrados conteúdos relativos à fonética e fonologia, eles apresentam dificuldades na leitura e compreensão dos símbolos fonéticos do AFI que não se correspondem com as grafias do alfabeto latino usado na escrita das línguas portuguesa e espanhola.
- d) As questões relativas à fonética estão tratadas de maneira ampla no caso do dicionário *Senhas*, mas ele apresenta algumas licenças para facilitar a compreensão do consulente e também apresenta incorreções; no caso do Espasa e o Larousse o espaço destinado a este tipo de informações é mínimo, embora mais preciso; já o DiBU não inclui informação nenhuma nem transcrições fonéticas.
- e) Comprovamos, ainda, (e, na verdade, foi esta a razão principal que motivou a nossa investigação) que, na transcrição fonética das entradas dos dicionários escolhidos para o

Projeto DiCOPOES, estão registradas apenas uma variedade dialetal do espanhol (peninsular central-septentrional) e outra do português (brasileiro carioca).

¹⁴ Alunos do curso de Letras/Espanhol da Universidade Estadual de Londrina.

Referências

- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 2008.
- EL PAÍS.COM.BR. **Brasileiros lloran su eliminación**. Editado em 02 de julio de 2010. Disponível em <<http://www.elpais.com.co/elpais/fotos/mundo/brasileros-lloran-su-eliminacion>>. Acesso em 25 de julho de 2011.
- GONZÁLEZ, N. M.; MORENO, F. **Diccionario bilingüe de uso español-portugués/portugués-español**. Arco Libros, S. L. Madrid, 2003.
- LAROUSSE DO BRASIL. **Dicionário Larousse Espanhol/Português-Português/Espanhol-Avançado**. Larousse. São Paulo, 2010.
- MARSÁ, V.; PALÉS, M; OSTOJSSKA ASENSIO, M. **Diccionario de bolsillo español-portugués/português-español**. Espasa Calpe, S. A. Madrid, 2001.
- QUILIS, A. **Principios de fonología y fonética españolas**. Arco Libros, S. L. Madrid, 1998.
- UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños**. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo, 2001.

*Recebido em 04/04/2013
Aprovado em 11/04/2013*

RESENHA

Livro: *Fronteiras da integração. Dimensões culturais do Mercosul*.
 Autor: Chiappini, Ligia; Hauck, Jan David y Timm, Liana (orgs).
 Editora Território das Artes, 2011.

La dimensión cultural del Mercosur desde una perspectiva polifónica y heterodoxa

Marina Moguillansky*

Fronteras de la integración es un libro coordinado por los investigadores Ligia Chiappini, Jan David Hauck y Liana Timm muy singular por diversas razones. En primer lugar, se originó en una experiencia colectiva de investigación con un formato novedoso: un conjunto de académicos y estudiantes de posgrado recorrió las capitales de los países del Mercosur, atravesando las fronteras y tomando registro de sus observaciones, a partir de las cuales luego elaboraron sus textos. El libro, por otra parte, es bilingüe tanto en su título como en los artículos y ensayos que compila, que alternan el español y el portugués. Otro rasgo singular de la propuesta es la heterogeneidad de formatos y géneros de sus textos, que incluyen artículos de investigación clásicos, pero también ensayos, poesías, cuentos, anotaciones personales, relatos de viaje y mezclas entre todos ellos. A continuación, nos detenemos en las diferentes secciones que lo componen.

La primera sección se ocupa de las *Políticas culturales* e incluye artículos sobre la libre circulación de personas en el Mercosur (Carla Gallinati y Natalia Gavazzo), la red de Mercociudades (Carolina Gomes Chiappini y Charles Scherer Júnior), el rol de las universidades en la integración regional (Evelyn Schreiber), las emisoras de radio en el sur de Brasil (Caspar Nilsson Wolf), un análisis de la puesta en escena de la nacionalidad en el fútbol en el contexto del Mercosur (Claudia Camilo), las ideologías lingüísticas en el Paraguay (Jan David Hauck) y el teatro en el Mercosur (Mirjam Rehmet). De este conjunto, se destaca el artículo de Gavazzo y Gallinati, que analiza la redefinición de las fronteras de lo latinoamericano en los discursos presidenciales entre 2000 y 2010. Las autoras muestran que la idea de “latinoamericanidad” se reitera en los discursos como eje que permite plantear una integración pluralista que no ponga en cuestión las identidades nacionales y preserve la autonomía dentro de la “Patria Grande”. Asimismo, van rastreando los cambios de énfasis en los discursos, que se fueron desplazando desde un foco en la integración económica hacia una perspectiva ampliada de la integración, que incluye las dimensiones social y cultural.

La segunda sección de artículos se titula *Entremedio fronterizo* y reúne textos muy diversos en su formato, género y temática, que tienen en común el vínculo con la cuestión de la frontera. El primer

*Doctora en Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Docente de la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM-CONICET), Argentina. E-mail: mmoguillansky@gmail.com

texto es un poema sobre la ciudad de Colonia del Sacramento, en el Uruguay, que conserva ciertas huellas de su historia y de su atravesamiento por los conflictos entre Brasil, Argentina y el propio Uruguay (José Eduardo Degrazia). A continuación, dos escritos se dedican a las relaciones entre literatura y cine (María Helena Martins y Guilherme Castro), en particular analizando el filme *Porteira Fechada* de Cyro Martins. Luego, un cuento de Dione Detanico relata el viaje de dos brasileños al Uruguay de los tiempos de la dictadura militar en la década de 1970. El ensayo “Tapera viva e o pastoreo das nuvens” de Elvio Vargas, se ocupa de la condición fronteriza a través de la poesía. Inclasificable, el texto de Liana Timm titulado “Terceira zona” reúne anotaciones personales y fragmentos literarios para reflexionar sobre la historia, las ciudades y las fronteras. A continuación, el relato de Carlos Túlio da Silva Medeiros cuenta su experiencia al acompañar al grupo de alumnos de la Universidad Libre de Berlín (que diera origen al libro) en su viaje por diferentes ciudades del Mercosur. El artículo de Jacob Klintowitz trabaja sobre la obra del artista plástico Cándido Portinari, como creador de cierta odisea visual brasileña. Cierra esta sección el trabajo de Lenira Fleck, una original pesquisa de los significados de las fronteras desde la perspectiva psicoanalítica.

La tercera y última sección del libro se titula “Producciones culturales”. Este apartado reúne análisis sobre la danza, el cine, la literatura y el teatro de los países del Mercosur, abordadas a partir de estudios específicos sobre la obra de ciertos autores. El artículo de Claudia Camilo aborda las danzas indígenas a partir de los relatos historiográficos de Felicitas Barreto, una alemana-brasileña que estudió durante treinta años como antropóloga las danzas y rituales de diversos pueblos indígenas. El siguiente artículo se dedica a analizar algunas películas sobre guerras y fronteras, como *The Mission* (Joffé, 1985), sobre las

misiones jesuíticas; *A grande arte* (Salles, 1991), filmado en la frontera entre Brasil y Bolivia, *Netto perde sua alma* (Souza y Ruas, 2001), entre otros. El cine es también el objeto del artículo de Gundo Rial y Costas, que se propone analizar los mitos políticos en tres películas uruguayas recientes (*Whisky*, *La punta del diablo* y *El baño del Papa*). El artículo de Jelena Kaifenheim y Rosiane Zorzato, “Retrato multifacetado del gaucho”, analiza la construcción de la figura del gaucho en la obra de Vitor Ramil, un artista de Rio Grande do Sul, al sur de Brasil. Cierra la sección y el libro un interesante artículo de Ligia Chiappini acerca de la literatura y las fronteras culturales, en el cual compara la construcción simbólica de la Pampa y la Amazonia en tanto “comarcas culturales”.

En síntesis, el libro *Fronteras de la integración* resulta una apuesta interesante a la construcción plural de las visiones acerca de la cultura en los espacios locales, nacionales y regionales que están conformando el Mercosur. La pluralidad resulta de la apertura a la heterogeneidad de los textos, de las miradas y de las escrituras.

Recebido em 25/03/2013
Aprovado em 05/04/2013

ESPAÇO CULTURAL

Descobrimento, 29 de abril!

Lisete Barbosa *

Domingo frio na Praça da Bíblia
Burburinhos queixosos
Casacos e cachecóis volumosos
Fila sinuosa
Apenas três reais
Para ver o mundo da magia e do pensamento
Onde a alma rejuvenesce
E o coração amolece

O Teatro Barracão aguardando
Com suas mesinhas bem postas
Branquinhas esperando resposta
Contraste perfeito
Cinzento e do branco
Fazendo o balanço
Do dia, que teve sua magia

Imenso calor e alegria
Pois sempre trazendo toda sua euforia
Cristalizando momentos
Lembranças que preenchem meu pensar
Transformações para quem se deixa penetrar
Confetes e serpentinas
Um carnaval especial

Porta-Estandarte Arinha
Agitando na avenida
Atenção e dedicação
Anunciando certezas e esperanças
De um dia que vem vindo
A luz que faz da noite fíndia
Levando na mão enfim
Necessidade sem fim

* Poeta. Acadêmica do curso de Ciências Econômicas: economia, integração e desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *Web site:* <http://www.lisetebarbosa.blogspot.com.br>

Ponto de encontro
Falas sem regra
Expressões sem medida
Todos querendo ter e ser
Reflexão, acalmar os olhos ou simplesmente curtir
Multiplicadores do espaço real
Com brilho boreal
Anunciando o amanhecer

Uma alvorada de vozes
Passarada em gorjeios
Sinfonias em devaneio
Anseios e passeios
Músicos, atores, atrizes, bailarinas e trupes
O tempo agora
Sem precisar coordenar ou organizar
Simplesmente sentir

Descobrimento do domingo
Tribo contida
Conjunto do todo
Pudera ser sem limites!
Inclusão do cidadão
Sem preconceito ou preceito
Saída e entrada de ideias
Fluidez do rio caudaloso
Sensível insensatez do pensamento
Alçando voo rumo ao céu.

Arrebol dos girassóis
Brilho no olhar
Do “Luz da Lua” a encantar
O Jazz vibrante do “Fumê”
Passos e movimentos
“Guatazinho” no seu cantinho
Desenhos mágicos da molecada
Traços ingênuos
Do giz de cera e lápis de cor
Da folha branca a mistura de cores
Acanhamento e desprendimento
Produzindo desenhos de luz

Que o inverno seja breve, e a descoberta da magia seja um braço longo!

*Recebido em 24/04/2013
Aprovado em 20/05/2013*

Orientação aos Colaboradores e Normas para Publicação

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento ou fronteiras, abordagens e perspectivas de caráter interdisciplinar. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* (web site: <https://sites.google.com/site/orbislatina/>) receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) Artigos Científicos – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em pelo menos dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- ii) Resenhas – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- iii) Demais Contribuições – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações via correio eletrônico (e-mail) para: gilson.oliveira@unila.edu.br ou orbislatina@gmail.com



Grupo Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 06, Espaço 03, Sala 5
CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil